



ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Dossiê

A obra de Gramsci

"Gramsci, a política e a democracia"

curador: Felipe Maia

Doutorando em Sociologia no
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

Fevereiro/2012

ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE QUADROS DA SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO

Editores

Editor responsável: Walter Sorrentino

Editores: Bernardo Joffily, Fabiana Costa, José Carlos Ruy e Nereide Saviani.

Corpo editorial

Augusto Buonicore

Dilermando Toni

Elias Jabbour

Fabio Palacio

Felipe Maia

Olival Freire

Quartim de Moraes

Renildo Souza

Ronaldo Carmona

Sergio Barroso

Secretaria

Eliana Ada Gasparini

Serviços Editoriais

Cleber Rodrigues

Apoio

Fundação Mauricio Grabois

Fundação
Maurício
Grabois



 **PCdoB**
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

APRESENTAÇÃO

Estudos Estratégicos do PCdoB

É instrumento do Departamento Nacional de Quadros João Amazonas, da Secretaria Nacional de Organização, um produto com formato eletrônico e regularidade em fluxo, com o objetivo maior de organizar e compartilhar conteúdos relevantes que subsidiam o estudo, reflexão e elaboração dos quadros de atuação nacional, em primeiro lugar os integrantes do atual Comitê Central.

Lidará com temas políticos, econômicos, sociais, diplomáticos, militares, científicos, tecnológicos, teóricos, filosóficos, culturais, éticos, etc. ademais dos temas teóricos socialistas. Fá-lo-á mediante indicação e disponibilização de textos, ensaios, livros e outros documentos destacados para a formulação e elaboração teórica, política e ideológica do PCdoB, socializando-os.

Sua necessidade está ligada às formulações da política de quadros contemporânea, particularmente quanto ao foco de formar conscientemente nova geração dirigente nacional para as próximas décadas. Fazem-se grandes as exigências de renovação da teoria avançada, em ligação com o quadro estratégico de forças em confronto no Brasil e no mundo na perspectiva de luta pelo Programa Socialista do PCdoB e, ainda, de fortalecimento de convicções e compromissos partidistas programáticos, elevando a confiança ideológica na luta transformadora. Como concluímos enfaticamente no 12º Congresso, isso deve ser enfrentado, sobretudo com os quadros partidários.

Deverá propiciar a todos, formação marxista e leninista viva e científica, comprometida ideologicamente, sem dogmatismo, em ligação profunda com os problemas da época e os desafios programáticos brasileiros, é certamente a maior das responsabilidades dos integrantes do Comitê Central no sentido de autoformação e o maior desafio para o futuro do PCdoB. É a condição para cumprir de fato o alvo da política de quadros, a de forjar nova geração dirigente do partido, com ampla bagagem marxista, para os próximos 10-15 anos.

Por outro lado, visa-se a permitir superar a grande dispersão e cacofonia do regime de (in) formação de hoje, que combina às vezes supersaturação com falta de atenção qualificada ao que realmente é importante; ou seja, a falta de foco, que torna o esforço abstrato e disperso, ou o excesso de foco, que o torna imediatista. O partido político se estrutura para a política, a ação política, e não propriamente para a elaboração de conhecimento. Mas a teoria, o conhecimento, a consciência política avançada, é basilar à luta dos comunistas e é cada vez mais fundamento indispensável para uma política programática. Onde o esforço pessoal em alcançar e produzir conhecimento, que não advém diretamente da informação, mas de elaboração individual, a partir da informação qualificada. A iniciativa proposta serve a esses propósitos.

Walter Sorrentino
Pelo Conselho Editorial

PLANO EDITORIAL

Estudos Estratégicos

O Plano editorial é composto de 3 séries:

1. O novo projeto nacional de desenvolvimento – temas programáticos
2. Formação histórica do Brasil
3. Temas teóricos

Os dossiês propostos em cada série serão publicados entre 2011 e 2013

I. O novo projeto nacional de desenvolvimento – temas programáticos

- I.1. Política externa na perspectiva do desenvolvimento soberano
- I.2. O comércio internacional e uma abordagem da questão nacional e da transição
- I.3. A questão ambiental e a biodiversidade
- I.4. Mídia, democratização, conteúdo nacional
- I.5. A questão energética
- I.6. A Cultura, identidade e projeto nacional
- I.7. A questão agrária e agrícola
- I.8. A Questão urbana
- I.9. A Amazônia
- I.10. Questão indígena no Brasil
- I.11. A defesa nacional
- I.12. Política nacional de Ciência & Tecnologia & Inovação
- I.13. A questão tributária e fiscal
- I.14. Estado indutor do desenvolvimento
- I.15. Política macroeconômica – juros e câmbio
- I.16. Política macroeconômica – inflação e vulnerabilidade externa
- I.17. Defesa da economia nacional
- I.18. Política industrial, Industrialização/desindustrialização

II. A Formação histórica do Brasil

- II.1. Povo uno – a formação do povo brasileiro
- II.2. Formação histórica da nação e suas contradições
- II.3. Formação e situação atual das classes sociais no Brasil
- II.4. Formação do Estado brasileiro

III. Temas teóricos

Sub Série A questão nacional

- III.1. A Questão nacional
- III.2. A questão democrática
- III.3. A questão social
- III.4. O Papel do Estado
- III.5. Desenvolvimento, globalização neoliberal e dependência imperialista

Sub Série Capitalismo contemporâneo

- III.6. Características e tendências do capitalismo contemporâneo
- III.7. As tendências geopolíticas e econômicas do mundo
- III.8. A crise capitalista e perspectivas do “pós-crise”
- III.9. Imperialismo contemporâneo, neoliberalismo, globalização

Sub Série Ciências

- III.10. Fronteiras da ciência, implicações produtivas e filosóficas

Sub Série Socialismo e Marxismo

- III.11. O conceito de transição capitalismo-socialismo
- III.12. O papel do mercado no socialismo
- III.13. A transição na experiência socialista na China
- III.14. A transição na experiência socialista no Vietnã
- III.15. A transição na experiência socialista em Cuba
- III.16. O conceito do trabalho, o proletariado moderno
- III.17. O Partido enquanto agente transformador
- III.18. A questão de gênero: uma perspectiva atualizadora
- III.19. O pensamento de Lênin
- III.20. A obra de Gramsci
- III.21. Marxismo Latino-americano
- III.22. Marxismo e PCdoB

Dossiê III.20

A obra de Gramsci

“Gramsci, a política e a democracia”

curador: Felipe Maia

Doutorando em Sociologia no
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

Fevereiro/2012

ÍNDICE

Biografia do Curador

Apresentação: Gramsci, a política e a democracia

Cadernos do Cárcere (Antonio Gramsci)

-Bloco 1 – O nexó entre estrutura e superestrutura e a crítica ao economicismo

-Bloco 2 – Hegemonia, sociedade civil e estado

-Bloco 3 – As notas sobre Maquiavel e a política

-Bloco 4 – Revolução passiva

-Bloco 5 – Americanismo e fordismo e a mudança epocal do capitalismo

A vida de Gramsci (Otto Maria Carpeaux)

O Gramsci no Brasil: recepção e usos (Carlos Nelson Coutinho)

Revolução passiva e americanismo (Luiz Werneck Vianna)

Estado Ampliado (Guido Liguori)

A hegemonia e seus intérpretes (Guido Liguori)

BIOGRAFIA DO CURADOR



Felipe Maia é sociólogo, doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. Pesquisa os seguintes temas: a questão agrária brasileira, pensamento social e político no Brasil e teoria marxista.

APRESENTAÇÃO: GRAMSCI, A POLÍTICA E A DEMOCRACIA*

por Felipe Maia

Antonio Gramsci é provavelmente, excetuando o próprio Marx, o autor marxista mais lido nos dias de hoje. Sua obra continua sendo uma fonte, ao que parece, inesgotável, de polêmicas, interpretações e novos desdobramentos teóricos. Gramsci é um autor presente tanto no mundo acadêmico quanto nas esferas propriamente políticas, sua influência transborda a sua língua e cultura de origem – o italiano – sendo lido e discutido em todas as línguas ocidentais e mesmo no Oriente, sobretudo na Índia e no Japão. Poucos autores do campo marxista alcançaram tal relevância no mundo moderno.

É possível que boa parte do interesse com relação a Gramsci esteja ligado ao desenvolvimento que o autor proporcionou a uma teoria da política no campo do marxismo. Nesta pequena apresentação, tentaremos então traçar um roteiro (entre tantos possíveis!) para a compreensão de como o autor construiu, sobretudo em sua obra de maturidade, que hoje conhecemos como os *Cadernos do Cárcere*, uma concepção da política em conexão com suas interpretações da história e de seu tempo.

Antes de entrarmos propriamente nos textos do autor, faz-se necessário uma pequena situação do contexto em que Gramsci trabalhou. Os *Cadernos do Cárcere*, a obra que Gramsci deixou aos seus companheiros de Partido Comunista Italiano, são um conjunto complexo de textos escritos enquanto o autor esteve preso durante o regime fascista. Gramsci passou todo o último período de sua vida encarcerado, e morreu apenas alguns dias após ter sido libertado, presumivelmente para que não falecesse na prisão[†]. Nos anos em que passou preso, conseguiu ter acesso, ainda que sob censura, a certa quantidade de livros e de periódicos, comprados sob sua encomenda. Pode também dispor de material para suas anotações. Assim, redigiu, segundo um plano de estudos pré-elaborado, uma quantidade expressiva de textos variados, em sua maioria anotações críticas feitas a partir de suas leituras e classificou suas notas segundo títulos pré-estabelecidos. Algumas dessas notas foram reescritas em “cadernos especiais”, que contém maior unidade temática e estão mais próximos de um texto para publicação.

Este verdadeiro caleidoscópio que são os textos gramscianos oferecem uma dificuldade adicional aos seus leitores, cujo esforço, entretanto, é altamente recompensador. No roteiro que aqui propomos vamos partir dos problemas epistemológicos enfrentados nos *Cadernos* para tentar chegar às formulações propriamente políticas em torno da teoria da hegemonia, do conceito de revolução passiva e das transformações no capitalismo. É a partir da articulação entre esses núcleos, aparentemente dispersos nos *Cadernos*, que tentaremos oferecer uma possibilidade de compreensão do autor.

1 – Estrutura e superestrutura nos Cadernos

Há uma questão central nos *Cadernos do Cárcere*, que nos permite situar Gramsci no interior da tradição marxista e compreender melhor a importância e o desenvolvimento de seu aparato conceitual. Trata-se do problema teórico da relação entre estrutura e superestrutura, que conheceu vias bastante tortuosas no campo marxista e, por que não dizer, nas ciências sociais em geral. O debate não é nada secundário, vide a importância que ainda hoje tem a discussão entre “agência” e “estrutura” na teoria social. Durante o século vinte as correntes sociológicas oscilaram como um pêndulo entre os dois polos e só mais recentemente se encontram tentativas de síntese com melhores resultados.

No interior do marxismo a questão tem evidentemente implicações políticas mais severas, afinal a interpretação teórica deve servir a uma orientação da ação prática (apesar de não ser assim tão raro que ocorra o inverso, o que certamente não é o caso de Gramsci). Como se sabe, o final do século dezoito conheceu um conjunto de versões da obra de Marx impregnadas de positivismo e evolucionismo,

* Três amigos leram e fizeram comentários relevantes a esse texto. Agradeço a Walter Sorrentino, Angélica Müller e Renata Mielli por isso. Não podem ser responsabilizados por certo pelas interpretações ou por eventuais equívocos que o texto contenha. Esses cabem exclusivamente ao autor.

† Sobre a biografia de Gramsci, ver Fiori, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Nesta seleção ver a bela apresentação de Otto Maria Carpeaux.

levando, umas vezes mais outras menos, a uma redução das complexas construções de Marx em torno das noções de “determinação” ou “necessidade” a um movimento mecânico e virtuoso das estruturas da sociedade na direção de estágios cada vez mais avançados e por fim ao socialismo. O materialismo histórico se reduzia a uma ideia simples de que a economia ou a técnica determinam em primeira e em qualquer instância, sem outras mediações, o movimento da sociedade. Dito de outra forma, é a estrutura que determina os conteúdos da vida social, sendo que as manifestações superestruturais (entre elas, a política, a cultura, a ideologia) são vistas como simples reflexos ou correspondências das determinações estruturais, sem espaço para independência, autonomia ou sobredeterminações.

Gramsci nos *Cadernos* enfrenta com vigor a interpretação mecanicista ou economicista do marxismo, como se pode ver em suas notas sobre o *Manual de filosofia popular* de Bukharin, nos estudos sobre Croce e em diversas outras passagens dos *Cadernos* sobre Maquiavel. Evitando uma determinação unilateral, Gramsci postula um “nexo necessário e vital” entre estrutura e superestrutura. A tensão entre os dois domínios da vida social pode ser especialmente percebida no diálogo constante que Gramsci desenvolve com o famoso Prefácio à *Contribuição da Crítica da Economia Política* escrito por Marx em 1859. Neste texto, Marx argumentava que:

“Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver (...)”*

Gramsci durante os *Cadernos* reconhece a validade teórica dos pressupostos do Prefácio de 1859, mas argumenta que eles não devem ser lidos de forma mecanicista :

“Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo (...)”†

A recusa é à interpretação do marxismo como uma teoria que separe as estruturas da superestrutura, concedendo primazia a uma delas, ou vendo aí uma causalidade unilateral:

“(...) não é verdade que a filosofia da práxis “destaque” a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura é, nem mesmo por metáfora, comparável a um “deus oculto”: ela é concebida de uma maneira ultra-realista (...)”‡

Se a estrutura não pode ser vista como um “deus oculto”, ou seja, como uma força que atua de forma determinante sem que os homens percebam, isso significa também que os fenômenos superestruturais não devem ser interpretados como reflexo do movimento estrutural. Marx não cometeu esse “infantilismo” em suas obras históricas, sendo cauteloso e percebendo que em casos concretos, a estrutura oferece uma tendência geral de desenvolvimento, as quais não se pode afirmar que devem necessariamente se realizar§.

O filósofo italiano Benedetto Croce é seguramente uma inspiração para a crítica que Gramsci desenvolve às concepções mecanicistas da história. Sua obra é lida por Gramsci no sentido de uma reação ao “fatalismo mecanicista” e ao “economicismo”. Todavia, representaria uma tentativa simplesmente

* Marx, K. “Prefácio” in: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2a. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

† Gramsci, A. “*Cadernos do Cárcere*”, 6 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 – 2002, Caderno 15, Nota § 17, página 321, volume 5. Doravante, quando tratar-se de textos dos *Cadernos*, utilizaremos sempre a indicação do respectivo Caderno (C), da numeração original da nota (§), bem como da página e do volume segundo a edição brasileira supra citada.

‡ Gramsci, op. cit. C10 §40, p. 369, v. 1.

§ C.f. Gramsci, op. cit. C 7 § 24, p. 238 – 239, v. 1.

negativa de contraposição ao marxismo, incorrendo em erros diversos, inclusive o mau julgamento da relação entre estrutura e superestrutura no marxismo. Croce teria um valor “instrumental”, ao apontar os momentos de importância dos elementos superestruturais na história, os fatos da cultura, os intelectuais, as funções ético – políticas do Estado, a hegemonia. Como argumenta o autor*, esse movimento poderia ser comparado à valorização que Lênin fez, com mais razão ainda, do conceito de hegemonia. A importância da superestrutura está fundamentada na proposição de que é fundamentalmente no terreno da ideologia que os homens formam sua consciência em relação a sua situação social.

Mas isso não significa que se deva conceder uma primazia às superestruturas na interpretação histórica. De forma arguta, Gramsci propõe que a tarefa da investigação é buscar o “nexo necessário e vital” entre os dois domínios, enfocando as diversas “passagens” ou mediações que efetivamente se colocam entre elas. Estrutura e superestrutura formam uma unidade, que tomando de empréstimo a linguagem de Sorel, Gramsci denominou de “bloco histórico”†.

“Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou, ao contrário, como a própria realidade em movimento? A afirmação das *Teses sobre Feuerbach*, de que “o educador deve ser educado”, não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo do real? O conceito de “bloco histórico”, construído por Sorel apreende plenamente esta unidade defendida pela filosofia da práxis (...)”‡

É esta unidade que deve ser posta em movimento nas análises históricas e é daí que resulta a objeção fundamental de Gramsci tanto ao “economicismo” quanto à história “ético – política” do idealismo italiano, de inspiração hegeliana, presente na obra de Croce.

Como sugere Stuart Hall§, Gramsci não pode desenvolver completamente seu aparato conceitual nos *Cadernos*. Os desdobramentos mais importantes de sua concepção estão em suas análises concretas, sobretudo aquelas relativas à formação dos estados nacionais europeus no século dezanove (o tema do *Risorgimento* italiano) e às transformações do capitalismo nos primeiros decênios do século vinte (os temas do corporativismo e do americanismo). Diferentemente de Marx, que opera em um nível conceitual mais abstrato, Gramsci trabalha em um nível mais concreto, sendo portanto necessário cuidadosamente desencaixar as formulações de Gramsci de seu terreno histórico específico para reconstruir sua teoria e tentar aplicá-la em contextos distintos.

É na formação de blocos históricos, em cada formação social, que se deve buscar aquele nexo entre estrutura e superestrutura. Assim, os processos histórico-sociais concretos podem admitir variabilidade na relação entre economia e política, entre estrutura e superestrutura.

Há aí uma consequência política importante, pois se analiticamente é possível admitir um processo histórico mais exposto à ação das estruturas, a transformação da sociedade em sentido programaticamente progressista depende da intervenção do ator, condicionada entretanto, à sua capacidade de domínio consciente das forças produtivas de que são portadores¶. Este seria o ensinamento que Gramsci tirou do Prefácio de 1859 de Marx, sinalizando então no sentido da busca da unidade e do nexo dialético entre estrutura e superestrutura, e programaticamente indicando a necessidade do domínio consciente dos homens de suas relações sociais e de produção em processos histórico-sociais concretos.

A crítica ao economicismo é decisiva para a compreensão da teoria da hegemonia, como se pode ver em duas notas consecutivas presentes no Caderno 13, em que Gramsci trabalha a relação entre economia e política na análise das situações de crise. Gramsci abre a nota § 17 citando justamente o Prefácio de 1859 como um princípio metodológico para a análise histórica. Propõe entretanto que no estudo das

* Ver Gramsci, op. cit. C10 § 12, p. 305 – 306, v.1.

† Ver Gramsci, op. cit. C10 § 41, p. 389, v.1.

‡ Gramsci, op. cit. C10 § 41, p. 370, v. 1.

§ Hall, Stuart. “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade” in: _____. “Da diáspora”. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

¶ Sobre este tema ver Werneck Vianna, L. “O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci” in: _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

estruturas deve-se distinguir movimentos “orgânicos” das situações “conjunturais”, separando assim o movimento permanente das oscilações temporárias que aparecem nas escaramuças, nas agitações momentâneas sem contudo alterar o sentido do movimento histórico. A estrutura corresponde a um primeiro momento analítico, “objetivo, independente da vontade dos homens (...)”, às relações materiais de produção, à morfologia da sociedade, um “alinhamento fundamental que permite estudar se na sociedade existem condições para uma transformação”*.

A este momento analítico, deve-se seguir o da relação das forças políticas, isto é, do “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos diversos grupos sociais”†. A primeira forma de consciência é econômico – corporativa, diz respeito à unidade profissional. Um segundo momento é aquele em que ainda no terreno econômico se atinge a consciência dos interesses de todo o grupo social interrelacionado, colocando-se o Estado como destino das reivindicações de igualdade político – jurídica com os grupos dominantes. A passagem do terreno da estrutura para o da superestrutura é que configuraria o momento verdadeiramente político, e que marca a transformação do interesse corporativo – econômico em um interesse geral mais amplo, o que implica envolver outros grupos sociais. As ideologias formadas nos momentos anteriores se confrontam através de “partidos” até que uma delas ou uma combinação delas prevaleça, colocando as questões não mais em termos estritamente “corporativos”, mas pleiteando um “universal” capaz de gerar uma nova unidade política – econômica – moral, e estabelecer sua hegemonia sobre os demais grupos sociais.

A unidade entre política e economia pode ser apreendida então na formulação de que as crises econômicas não produzem por si só mudanças sociais, mas criam um terreno para a ação política. A questão econômica é então apenas um caso particular do quadro de relações de força, que depende da ação dos homens, e portanto, as disputas travadas aí têm resultado incerto e contingente. O economicismo não passaria assim de uma simplificação da complexa relação entre os domínios diversos do social, a separação do nexos entre economia e política e a redução da pluralidade de causas históricas a um princípio único de determinação. Não haveria outra forma de postular uma alternativa ao economicismo senão construir corretamente o problema da hegemonia.

2 – Hegemonia e teoria do Estado

É na formulação de uma análise histórica de grande alcance que Gramsci tenta construir sua teoria da hegemonia e colocar em movimento o nexos entre estrutura e superestrutura. A lente com que opera Gramsci é muito mais próxima de uma grande angular do que de um microscópio. Os movimentos de longa duração que motivaram Gramsci estão ligados aos desdobramentos da revolução francesa e à formação dos estados nacionais na Europa. É de 1789 que surgem os impulsos políticos fundamentais da era moderna europeia, a operação política da burguesia para fundar novos estados nacionais e varrer os resquícios do antigo regime. O corte histórico fundamental se dá em 1870 – 1871 com a Comuna de Paris. Este é o momento da consolidação do domínio burguês, com a derrota definitiva das velhas forças sociais, mas também com a derrota imposta aos elementos mais populares que haviam sido importantes na tomada do poder, porém tensionavam e ameaçavam o domínio burguês com plataformas mais avançadas do que a burguesia gostaria de abraçar. Gramsci é especialmente consciente do papel dos movimentos jacobinos nas revoluções burguesas como elemento dinâmico, capaz de levar as revoluções adiante e por isso mesmo essencial no combate ao antigo regime. A vitória sobre a Comuna de Paris significou assim a possibilidade de um domínio mais estável da burguesia e iniciou um tempo distinto na política europeia.

Uma primeira implicação está na compreensão das transformações nas formações estatais. Como se sabe, Marx em *O manifesto do partido comunista*, texto de 1848, já havia sugerido que o estado capitalista não passaria de um “comitê de negócios da burguesia”, concentrando em si funções de garantia da ordem, isto é, de repressão das classes subalternas, e de arranjo intra – classista. Por ironia, esta fórmula que sugere um estado mínimo, e que até hoje é objeto de uma crítica grosseira ao marxismo, encontra boa guarida nos teóricos do liberalismo da primeira metade do século dezenove (vide por exemplo James

* Gramsci, op. cit. C13 § 17, p. 40, v. 3.

† Idem.

Mill e Benjamin Constant). Contrapõe-se porém às conhecidas formulações de Hegel sobre o estado, que distanciado da tradição liberal, via a formação estatal como um momento transcendente dos conflitos entre os indivíduos e as classes, inerente à sociedade civil. O estado hegeliano, longe de refletir diretamente a dominação da classe, respondia a uma necessidade de superação dos conflitos e de totalização do social em um organismo superior. É em contraposição a essas duas formulações que Gramsci opera nos *Cadernos*.

Ao tratar do estado, Gramsci prefere invocar as análises históricas de Marx ao invés da célebre passagem do *Manifesto*, o que é compreensível, pois foi em obras como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, que Marx mais aproximou sua análise da complexidade dos movimentos da política burguesa, com sua dinâmica conflitiva entre classes e frações de classe. É, entretanto, à Maquiavel que nosso autor recorre para construir uma imagem do estado capitalista moderno, evocando a figura do “centauro maquiavélico” para tratar do que chama de uma “dupla perspectiva” na vida estatal, a dimensão da força e a do consenso, a da autoridade e a da hegemonia*.

Este tema ganhou estatuto distinto na obra de Gramsci a partir de um texto anterior à produção carcerária, conhecido como *Algumas notas sobre a questão meridional*[†], no qual se discute a política italiana a partir das relações entre o norte industrializado e sul agrário. A constituição de um “bloco agrário” no sul sob direção dos grandes proprietários rurais era um obstáculo para a política dos operários industriais na Itália unificada, que se viam isolados politicamente e sem recursos políticos e culturais para construir uma aliança mais ampla. A sociedade agrária do sul não poderia ser explicada com base no puro “interesse” ou apenas na “coerção” dos grandes proprietários sobre o campesinato. Havia ali todo um conjunto de mediações colocadas em prática pelos funcionários do estado que eram capazes de ligar o campesinato à direção dos grandes proprietários. Essa burocracia era formada pelas camadas médias, por homens que exerciam sobretudo uma função intelectual, intermediando os interesses camponeses frente ao estado, e assim, impedindo a constituição de uma força política autônoma. Esses intelectuais aparecem para Gramsci como “funcionários do consenso”. Esta é uma formação estatal ampliada cujas funções penetram a própria sociedade civil, organizando e mediando os interesses e com isso dando estabilidade à ordem.

A questão meridional sugeria então um tipo de ação política distinta da estratégia bolchevique do assalto revolucionário, operado em condições especialíssimas em 1917. A revolução italiana implicava assim na separação do campesinato meridional dos grandes proprietários, implicava no deslocamento de toda uma camada de intelectuais médios, uma operação lenta que envolvia uma disputa mais complexa, levando em conta fatores políticos e culturais. O tempo era dilatado e não súbito, pois a armação estatal era ao mesmo tempo mais flexível e mais resistente.

Não é à toa que a palavra “hegemonia” é evocada aqui. O termo teve forte uso na tradição marxista da Rússia, em especial na virada do século dezenove para o vinte. Lênin o utilizou marcadamente em suas análises em torno da revolução derrotada de 1905 para indicar a necessidade da aliança política com o campesinato, incorporando as reivindicações camponesas como elemento ativo da construção de um novo estado. Era uma estratégia de aprofundamento da revolução democrático - burguesa como via para a aproximação do socialismo, movimento que conheceria uma inesperada reviravolta com a derrota da Rússia na guerra em 1917.

Em Gramsci, o tema da hegemonia é ampliado para a análise não só da política operária, mas da própria formação do estado burguês. A revolução só foi possível em 1917 por conta das características particulares do estado czarista, fundado sobretudo na dimensão da coerção e não do consenso. É por aí que o nosso autor constrói a célebre distinção entre Oriente e Ocidente nos textos dos *Cadernos*.

“No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da

* Gramsci, op. cit. C13 § 14, p. 33 – 34, v. 3.

† Gramsci, A. “Algumas notas sobre a questão meridional” in: _____. Escritos políticos, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.”*

A estratégia bolchevique, que foi comparada à “guerra manobrada”, feita de movimentos rápidos e operando no tempo súbito da insurreição, correspondia então a um tipo de relação entre estado e sociedade civil na qual esta última se encontrava tolhida por um estado coercitivo. Seria possível a repetição da estratégia em sociedades na qual a relação entre estado e sociedade civil era diversa? A passagem de Gramsci sugere que nas modernas sociedades ocidentais haveria um equilíbrio entre estado e sociedade civil (uma “justa relação”), ou ao menos algum tipo de solidariedade ou correspondência entre eles. Não bastaria abalar as estruturas estatais, seria preciso alargar o campo de disputa política. Num sistema em que as estruturas estatais estão imbricadas com a sociedade civil, a tática da guerra manobrada não parece ser eficiente.

Gramsci percebe que a base de sustentação do estado se deslocou e localiza-se na sociedade civil, sugerindo que este então é o terreno próprio da disputa de hegemonia. Nas modernas sociedades ocidentais, estado e sociedade civil formariam um único sistema, a distinção seria mais propriamente conceitual (ou analítica) que “orgânica”. O autor recusa a formulação liberal que contrapõe a sociedade civil ao estado e que reivindica a primazia daquela.

“Dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional”†

Marx em sua crítica à concepção hegeliana de estado‡ já havia percebido que a contraposição estado – sociedade civil era artificial, e que o conteúdo do estado deveria ser buscado nas relações sociais que o sustentavam. Porém o aparato conceitual desenvolvido por Marx era insuficiente para compreender as transformações que o estado havia passado nas últimas décadas do século dezanove, com a expansão de suas funções, com a organização dos partidos operários de massa, com a ampliação da participação eleitoral. Esse é o tema que mobiliza a reflexão de Gramsci sobre o estado. Uma formação social na qual a ordem não é garantida nem pela utopia liberal de um mercado autorregulado, nem por um estado exclusivamente coercitivo. Nesse sentido a imagem da ampla formação estatal, combinando funções de coerção e produção do consenso poderia ser, com os devidos cuidados, generalizada para a compreensão do moderno estado capitalista.

São as funções de organização do consenso na sociedade civil que nos levam ao tema da hegemonia. As modernas formações estatais cumpriram funções de dominação e direção, de coerção e consenso. A hegemonia nos textos de Gramsci refere-se mais especificamente ao momento da produção do consenso e envolve organismos especificamente estatais e organizações presentes na sociedade civil, mostrando as possibilidades de interpenetração entre as duas esferas. Os organismos estatais não teriam assim apenas função coercitiva, mas também hegemônicas:

“Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido, mas na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hege-

* Gramsci, *Cadernos C7* § 16, p. 262, v. 3.

† Gramsci, op. cit. C13 § 18, p. 47, v. 3.

‡ Marx, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

monia política e cultural das classes dominantes.”*

Assim, a direção dos grupos dominantes não cumpre apenas a função negativa de contenção das classes subalternas, mas também organiza a vida social, podendo mesmo elevar os padrões civilizatórios. Ela se estende para a organização da atividade econômica, e, como produção do consentimento dos subalternos, exige assim que os seus interesses sejam de alguma forma levados em conta, efetivamente.

“O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico – corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.”†

A teoria da hegemonia oferece pistas para a compreensão donexo entre política e economia nas modernas formações sociais capitalistas. Em nenhum momento Gramsci adota a formulação liberal que, mais programaticamente que analiticamente, defende a autonomização das atividades econômicas dos contextos sociais, a naturalização dos mercados ou as tendências naturais ao equilíbrio. Gramsci também não cai no erro oposto e percebe que nas modernas formações estatais, as atividades econômicas – e a economia, em Hegel e antes dele, é por excelência atividade da sociedade civil - podem também ser produtoras de hegemonia, como fica mais claro nas discussões a respeito do fordismo que veremos adiante.

Face a este novo arranjo entre estado e sociedade civil, característico do período histórico em que a hegemonia burguesa se consolida, a conclusão de Gramsci é que a estratégia política das forças antagonistas deveria transitar da “guerra manobrada” para a “guerra de posição”. A Revolução de 1917 foi historicamente a última possibilidade da ação súbita na conjuntura europeia, era caso especialíssimo de uma sociedade “atrasada”‡ com um tipo “oriental” de relação estado – sociedade civil. Mesmo no mundo agrário da Itália meridional, também “atrasado”, não se apresentava a configuração de tipo “oriental”, mas remetia-se a um tipo diverso de relação estado – sociedade civil, com a formação de espessas camadas intermediárias, com seus intelectuais atuantes na produção do consentimento das classes subalternas. O “atraso” na Itália não havia levado à revolução, mas a um tipo peculiar de revolução burguesa ou de “modernização conservadora”, que o autor denominará de “revolução passiva”. Apontava-se que em uma configuração mais tipicamente “ocidental”, a disputa seria prolongada e envolveria a produção de uma nova hegemonia a partir da sociedade civil, terreno no qual se instalou a própria hegemonia burguesa.

3 – Hegemonia e revolução passiva

O registro no qual Gramsci desenvolve o conceito de “revolução passiva” é o das revoluções burguesas europeias e da formação dos modernos estados nacionais. O objeto privilegiado da investigação gramsciana é a unificação italiana – o *Risorgimento* – vista não como caso nacional isolado, mas em ligação com a política europeia e em comparação com outros casos, notadamente, a França, a Inglaterra e a Alemanha. Gramsci é especialmente crítico das interpretações que isolavam o caso italiano do contexto europeu e buscavam justificar uma espécie de sentimento nacional naturalizado. De outro lado, também recusa a interpretação croceana que separa os processos históricos da unificação italiana e da Revolução

* Gramsci, op. cit. C8 § 179, p. 284, v. 3.

† Gramsci, op. cit. C13 §18, p. 48, v. 3.

‡ O termo vem aqui entre aspas porque a noção de “atraso” implica necessariamente em uma visão relacional. Diz-se que a Rússia era “atrasada” em relação aos países da Europa ocidental que haviam passado pelos processos de modernização política e econômica que emergiram com as revoluções burguesas e com a revolução industrial. Modernização que a própria Rússia buscava - ainda que conflituosamente - internalizar. Desta forma esperamos evitar leituras que naturalizem o termo, comumente utilizado, e em sentidos diversos, no contexto dos debates aqui evocados.

Francesa.

É a Revolução Francesa que fornece o marco interpretativo do contexto político e ideológico europeu no século dezanove. É a partir daí que se desenvolve mais amplamente o liberalismo “como concepção geral da vida e como nova forma de civilização estatal e de cultura”, no ambiente europeu e não apenas nos casos nacionais. Essas são as ideias que serão assimiladas pela burguesia italiana. Politicamente, a Revolução Francesa enfraqueceu a influência do Vaticano e da Igreja, que se opunha às forças “nacionais”, isto é, pró – unificação. A Revolução teria para os italianos uma importância equivalente à da reforma protestante, enfraquecendo as forças do tradicionalismo. Difundiam-se os princípios burgueses do liberalismo e, com isso, historicamente abria-se caminho também para sua antítese:

“a reforma intelectual e moral (isto é, “religiosa”) de alcance popular no mundo moderno se deu em dois tempos: no primeiro, com a difusão dos princípios da Revolução Francesa, no segundo, com a difusão de uma série de conceitos extraídos da filosofia da práxis e muitas vezes contaminados com a filosofia do Iluminismo e, depois, do evolucionismo cientificista”*

Porém, o processo italiano era diverso do francês. A questão que se colocava era saber por que o elemento popular na Itália não se fez presente com a mesma intensidade que na França? Por que a burguesia italiana não fez o movimento de “ir ao povo”, nem ideologicamente, nem com um programa econômico que incorporasse seus interesses? A revolução burguesa na Itália se faria sem que fosse ativado esse elemento popular, que o jacobinismo representou na Revolução Francesa, empurrando “a pontapés” a burguesia em direção ao aprofundamento da ruptura com o antigo regime, uma “revolução permanente” que teria sua maior expansão no período napoleônico. A revolução burguesa na França seria então o caso mais “rico de desdobramentos e de elementos ativos e positivos”†.

No quadro comparativo formulado por Gramsci, a Inglaterra ocuparia uma posição intermediária, onde os “cabeças redondas” de Cromwell representariam com extrema energia o movimento “jacobino”. Todavia, ali teria havido uma acomodação entre o “novo” e o “velho”, entre burguesia e aristocracia, na qual a aristocracia permanece como força governamental, como “estrato intelectual” da burguesia inglesa.

Na Alemanha o processo guardaria semelhanças com o caso italiano devido às debilidades da burguesia e ao fracasso das tentativas de insurreição popular em 1848. A revolução burguesa se entrelaçava com a questão nacional (o problema da unificação e da formação do estado nacional) só encontrando solução nas guerras de 1864, 1866 e 1870 e abrindo caminho para uma aliança na qual a burguesia conquistava o poder econômico e a aristocracia feudal permanecia no comando do estado com amplos privilégios sobre a propriedade rural, no Exército e na administração. Essa relação permanece durante todo o período da modernização alemã e explica-se, segundo o autor, porque:

“a relação de classes criada pelo desenvolvimento industrial, com o alcance do limite da hegemonia burguesa e a inversão de posições das classes progressistas, induziu a burguesia a não lutar até o fim contra o velho regime, mas a deixar subsistir uma parte de sua fachada sob a qual ocultar o próprio domínio efetivo”‡

O padrão de modernização conservadora alemão daria a tônica da segunda metade do século dezanove europeu, período de arrefecimento das energias jacobinas emanadas da Revolução Francesa, o que faria do caso francês, apesar de emblemático, um caso excepcional entre as revoluções burguesas europeias. Após 1870, com a derrota imposta à Comuna de Paris, a burguesia se livraria dos elementos mais audazes dos estratos populares e consolidaria sua hegemonia e seu domínio.

O movimento de “ir ao povo” não se realizou na revolução burguesa italiana. Ali também, a che-

* Gramsci, op. cit. C19 § 5, p. 39, v. 5.

† Gramsci, op. cit. C19 § 24, p. 84, v. 5.

‡ Gramsci, op. cit. C19 § 24, p. 85, v. 5.

gada ao poder da burguesia estava ligada à questão nacional, a unificação da península e a formação do estado nacional. O ponto chave para a unificação foi a dissolução da influência do Vaticano, antes força cultural hegemônica na península, com uma orientação cosmopolita e refratária ao tema nacional. Já no século dezoito, a situação política havia mudado, com uma divisão na corrente religiosa tradicionalista, formando-se uma tendência laica. Ainda assim, até 1848 as forças favoráveis à unificação eram dispersas e pouco organizadas em comparação com a Igreja, ainda capaz de absorver as maiores energias, recrutar pessoal para formar um corpo dirigente e treiná-los com uma educação cosmopolita. O movimento liberal atraiu o papa Pio IX (1846 – 1878) para o campo do liberalismo desagregando o campo das forças conservadoras na sociedade, condição decisiva para o desenvolvimento de um elemento liberal – nacional. Foi nas décadas de 1850 e 1860 que se deram os movimentos decisivos para a unificação, com a afirmação da política moderada de Cavour e da Casa de Savoia, a liberação do sul, a anexação de Veneza e a tomada de Roma.

A hegemonia burguesa era conquistada a partir da direção política do partido moderado e de seu predomínio em relação ao Partido da Ação, de Garibaldi e Mazzini. Este foi um movimento orgânico, de classe, onde a burguesia italiana conquistou sua hegemonia na sociedade antes da tomada do poder. São transformações moleculares que permitem o adensamento da nova classe dirigente e sua capacidade de direção sobre o conjunto da sociedade.

“Os moderados eram intelectuais já naturalmente “condensados” pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram a expressão (para toda uma série deles, realizava-se a identidade de representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc.). Dada esta condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam uma poderosa atração, de modo “espontâneo” sobre toda a massa de intelectuais de todo nível (...)”*

A política dos moderados - por sua natureza “orgânica”, coetânea com o liberalismo hegemônico em seu tempo, expressão da posição das classes dominantes – dispensava então a constituição de um partido ou de um programa político organizado, pois era um polo de atração “espontâneo”. Cavour, o líder moderado no *Risorgimento*, tinha perfeita consciência da conquista dessa hegemonia e operava politicamente com desenvoltura. Os moderados dirigiram inclusive a atividade política do Partido da Ação e ampliaram continuamente o seu núcleo dirigente com a cooptação, por métodos variados, de grupos aliados e adversários, indistintamente.

O Partido da Ação não podia ter um poder análogo de atração por sua própria natureza. Eram intelectuais e dirigentes sem vínculos orgânicos de classe e nem sequer tentaram constituir esses vínculos. Garibaldi e Mazzini permaneceram com uma concepção equivocada de ação política, apostando em um tipo de “jacobinismo” que se caracterizava mais pela forma que pelo conteúdo. Foram atraídos pela política dos moderados, sem se constituir como força autônoma. Gramsci argumenta que para contrapor-se à ação “empírica”, contínua, molecular, dos moderados, o Partido da Ação teria que ter-se constituído enquanto ator consciente de seus próprios fins, estabelecido uma ligação orgânica com as classes populares, isto é, o campesinato, condensando um programa capaz de refletir as suas reivindicações: a reforma agrária.

A recusa da questão agrária pelo Partido da Ação impede que se constitua uma força capaz de se contrapor à hegemonia burguesa. Em consequência, não se forma uma consciência nacional – popular. A questão nacional é resolvida sem a interferência positiva de um ator capaz de representar o elemento popular, de servir como antagonista do processo molecular, espontâneo e em desenvolvimento no tempo de consolidação da hegemonia burguesa. Segundo o autor, os dirigentes do Partido da Ação

* Gramsci, op. cit. C19 § 24, p. 64, v. 5.

“Na verdade, jamais se puseram à prova na realidade efetiva, jamais se tornaram consciência popular – nacional difusa e atuante Entre o Partido da Ação e o Partido Moderado, qual dos dois representou as “forças subjetivas” do *Risorgimento*? Por certo, o Partido Moderado, e precisamente porque também teve consciência da missão do Partido da Ação (...)”*

Em outra passagem, Gramsci argumenta que a “ausência, entre as forças populares, de uma consciência da missão da outra parte as impediu de ter plena consciência da própria missão e, portanto, de pesar no equilíbrio final das forças conforme seu efetivo poder de intervenção e, finalmente, de determinar um resultado mais avançado num sentido de maior progresso e modernidade”†

Constituir a antítese não significava assim a ruptura com o processo de unificação italiana e de formação do estado nacional. Também não significava a exacerbação de uma estratégia insurrecional popular, como religiosamente acreditou Mazzini até os seus últimos dias. A insurreição não foi precedida de uma preparação de longo fôlego, isto é, da disputa de hegemonia. Se Mazzini tivesse sido um “político realista” e não um “apóstolo iluminado”, poderia ter alterado o equilíbrio de forças e o estado italiano teria sido formado em bases mais avançadas.

“A intervenção popular, que não foi possível na forma concentrada e simultânea da insurreição, não se verificou nem mesmo na forma “difusa” e capilar da pressão indireta, o que no entanto, era possível e talvez tivesse sido a premissa indispensável da primeira forma.”‡

O movimento mazziniano (e de Garibaldi) pode ter algum sucesso efêmero, mas não conseguiu concentrar forças que organicamente o sustentassem; permaneceu um movimento carismático que foi superado pelas forças tradicionais orgânicas, formadas há mais tempo.

Desta forma, o nacional – popular, como expressão de um ator consciente de seus fins no processo de unificação, não se constituiu. A debilidade do ator é o que permite a Gramsci falar em “revolução passiva”, ou “revolução – restauração”, processo no qual a tese não se defronta com a antítese, impedindo portanto a sua superação§. Foi a insuficiência do ator de tipo “jacobino” que marcou a unificação italiana e possibilitou a formação do novo estado nacional com a preservação em maior grau das estruturas conservadoras.

Para que haja uma síntese dialética de tipo superação é preciso que os polos assumam integralmente sua posição e lancem na luta política “todos os seus recursos políticos e morais”. Na Itália, a tese subsumiu a antítese para não se deixar superar:

“somente a tese desenvolve todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução – restauração”¶.

Gramsci vincula o conceito de revolução passiva ao Prefácio de 1859 de Marx argumentando que a preparação “política e moral”, ideológica, a disputa de hegemonia, servem para criar as condições de superação do velho regime, ao mesmo tempo em que ele se desenvolve e esgota seu ciclo progressista**. Assim, uma consciência realista deveria atuar em favor de equilíbrios cada vez mais progressistas e simultaneamente afirmar-se como força da antítese, isto é, de contestação da ordem existente e preparação orgânica e programática de uma sociedade nova.

O conceito de revolução passiva não deve, então, ser lido como programa, mas como critério de

* Gramsci, op. cit. C15§25, p. 323, v. 5.

† Gramsci, op. cit. C15 §15, p. 321, v. 5.

‡ Gramsci, op. cit. C15 §11, p. 319, v. 5.

§ Ver Werneck Vianna, op. cit.

¶ Gramsci, op. cit. C15 § 11, p. 318, v. 5.

** Ver Gramsci, op. cit. C15 §17, p. 321 – 322, v. 5.

interpretação. Gramsci não propõe a adoção da revolução passiva como *modus operandi* das forças de transformação na sociedade moderna, mas sugere que a consciência, isto é, a interpretação criteriosa e realista dos processos históricos (inclusive os de revolução passiva, que ele via em curso) é condição determinante para as possibilidades de ação política. Sua concepção é dialética: postula uma “antítese vigorosa” como programaticamente necessária e exige que se apresentem todas as possibilidades de sua explicitação.

“Portanto, não teoria da revolução passiva como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante (Portanto luta contra o morfinismo político que exala de Croce e de seu historicismo.) (Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário do “Prefácio” à Contribuição à crítica da economia política).”*

4 – Hegemonia, revolução passiva e a mudança epocal do capitalismo

Se Gramsci já havia recusado o ângulo analítico puramente nacional nos textos sobre o *Risorgimento* e adotado uma sociologia histórica comparada das revoluções burguesas, a crise do capitalismo em 1929 o levava mais fortemente para o plano internacional. A análise se aproxima ainda mais dos textos e dos temas característicos de Marx, a economia política e os desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção, a constituição de “mercados determinados”, a lei tendencial da queda da taxa de lucro, a racionalização técnica. Mas voltar-se para o movimento próprio das estruturas não significava adotar uma posição economicista ou qualquer tipo de mecanicismo fatalista. É a teoria da hegemonia que preside a investigação gramsciana, recolocando a dialética entre estrutura e superestrutura no centro do raciocínio do autor. Não é à toa então o incômodo que esses textos causaram em autores que viram equivocadamente Gramsci como um “teórico das superestruturas”.

Gramsci vê a crise de 1929 como uma mudança de época no capitalismo[†]. Trata-se da crise do liberalismo de tipo “laissez faire” característico do século dezenove, com sua crença no individualismo econômico e no que Karl Polanyi chamou de a “utopia do mercado autorregulado”, com seu corolário de políticas de liberismo no comércio exterior e de rigidez no sistema monetário. Esta época, marcada pela hegemonia inglesa no plano internacional, vinha sendo desafiada por um conjunto complexo de transformações, dentre as quais os processos de concentração financeira, de oligopolização e de concorrência inter-imperialista, que por sua vez recolocava os estados nacionais como instrumento de competição econômica.

Se por um lado o desenvolvimento do capitalismo pode ser lido como “crise contínua”, havia naquela conjuntura a intensificação de fatores de ordem variada que levaram a uma necessidade de mudanças qualitativas. Em linhas gerais, Gramsci interpreta a crise a partir de duas formulações. A primeira de que era uma crise ligada aos sistemas produtivos, aos desequilíbrios provocados pela intensa transformação na composição orgânica do capital, o que nos remete ao tema da lei tendencial da queda da taxa de lucro. A segunda dizia respeito a uma contradição fundamental entre o plano do político e o da economia, “enquanto a vida econômica tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo, a vida estatal se desenvolveu cada vez mais no sentido do “nacionalismo”, da auto-suficiência.”[‡]

Coerente com sua rejeição do raciocínio economicista Gramsci não se somou às visões “catastrofistas” de que 1929 tratava-se de um crise terminal do capitalismo. Ao contrário, havia respostas que se colocavam em curso e importava conhecer o significado que elas poderiam vir a ter em um cenário novo. Esta parece ser a motivação que liga os estudos sobre Americanismo e fordismo com a temática política da luta anti-fascista. O tema já constava do primeiro esboço de programa de estudos elaborado por Gramsci na prisão e há notas significativas já no Caderno 1 sobre ele. Essas notas seriam reunidas

* Gramsci, op. cit. C15 § 62, p. 332, v. 5.

† Retomo nesta seção alguns temas que desenvolvi em outro artigo. Ver Maia, Felipe. “Gramsci e o americanismo”. Fundação Maurício Grabois, 2011. Disponível em: www.grabois.org.br.

‡ Gramsci, op. cit. C15, § 5, p. 317 – 318, v. 4.

e aprofundadas no Caderno 22, escrito durante o ano de 1934. A geografia gramsciana conhece aí uma mudança, deixando em segundo plano a distinção entre ocidente e oriente e investindo na comparação entre a formação social americana e a europeia.

Nesta nova geografia o tema da racionalização da estrutura social é distintivo. A América encontrava-se melhor posicionada para lidar com as novas exigências do modo de produção capitalista por possuir uma estrutura mais racionalizada, na qual as classes sociais estavam mais diretamente ligadas às tarefas da produção, o que permitia uma melhor utilização dos fatores produtivos. A América havia recebido “naturalmente” uma estrutura demográfica racionalizada, livre de todo um conjunto de “sedimentações passivas” presentes nas antigas sociedades europeias, que contavam com significativos contingentes populacionais não participantes das tarefas produtivas, como a aristocracia, os numerosos funcionários públicos ou proprietários de terras que viviam nas cidades do arrendamento destas aos camponeses. De floreação nova, o capitalismo norte-americano havia conhecido um desenvolvimento mais “livre” no sentido de livre do peso da influência da sociedade do antigo regime.

Pode-se ver aí um tipo de hegemonia burguesa que enfrenta menor resistência das velhas categorias sociais (a aristocracia e seus intelectuais, desligados de funções na produção). O intelectual típico do mundo americano não é o literato, nem o humanista, mas o técnico, cujas funções estão diretamente ligadas à organização do aparelho produtivo. Já o mundo agrário americano não é o lugar do camponês, mas do *farmer*, recondicionando a relação campo – cidade sob hegemonia da burguesia urbana e não de uma aristocracia rural.

Gramsci via o americanismo como uma resposta à lei tendencial da queda da taxa de lucros. A inovação técnica introduzia mudanças progressistas no sistema econômico, permitia um desenvolvimento molecular capaz de garantir a reprodução do modo de produção*. O operário especializado, com educação técnica superior, integrado em um trabalho cada vez mais coletivo, com maquinário apropriado, conseguiria níveis de produtividade mais altos. A elevação dos salários favorecia por sua vez a ampliação do mercado. Os elementos de programação econômica (e planejamento) ao nível da fábrica eram valorizados. Também iam nesse sentido as intervenções, por certo coercitivas, na vida dos trabalhadores fora da fábrica, o “proibicionismo” do álcool, a “questão sexual”, que Gramsci não deixa de ver como intervenções de ordem moral capazes de elevar tanto a capacidade útil do trabalho quanto o nível de vida do trabalhador.

O americanismo correspondia, do ponto de vista da análise da crise de 29, a uma necessidade iminente de se chegar a uma economia programática, superando os limites do velho individualismo econômico do liberalismo econômico clássico. É nestes sentido que coloca-se a possibilidade da sua universalização. Que se coloca um problema para as sociedades europeias, cuja estrutura social não corresponde à americana, mas que necessitam buscar elementos de “economia programática”†. Nesse sentido, os significados desta expressão serão distintos na nova geografia gramsciana.

Como comparar então o americanismo com as respostas produzidas na periferia? O fascismo foi interpretado por Gramsci à luz dos conceitos de cesarismo e de revolução passiva. Em uma primeira formulação, privilegiando o ângulo mais especificamente nacional, Gramsci sugere o fascismo como “cesarismo”, isto é, como resultado de uma crise estrutural de longa duração que, em uma condição de equilíbrio de forças sociais em luta, exigiria uma arbitragem carismática ou de força. O conceito assemelhava-se ao “bonapartismo” de Marx, mas colocava-se de forma ainda mais dramática, devido à sua característica histórica, isto é, de um tempo em que a questão do socialismo está presente de forma real e o proletariado aparece como ameaça efetiva ao poder burguês. Daí um arranjo apoiado nas grandes burocracias a serviço do estado e o caráter repressivo e coercitivo do fascismo.

Deslocando sutilmente o plano de análise para a crise do capitalismo, Gramsci desenvolve outra sugestão, que pode ser vista de forma complementar e não antagonista à primeira. O fascismo como

* São especialmente importantes as notas § 36 (p. 351, v.1) e § 41- VII (p. 380, v.1), constantes no Caderno 10, nas quais o autor descreve o fordismo como resposta à lei tendencial de queda da taxa de lucros, mostrando como os altos investimentos em máquinas e em salários estavam ligados a inovações técnicas e à racionalização produtiva, que juntos possibilitavam lucros extraordinários de monopólio à indústria fordista.

† Ver Gramsci op. cit. C22, § 15, p. 279, v. 4.

“revolução passiva” indicava a tentativa de introduzir por uma via estatal os métodos e as técnicas de racionalização da produção, isto é, “desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais”*. Gramsci apontava aqui um aspecto econômico “positivo”, mas assinalava ao mesmo tempo o limite do fascismo, razão da impossibilidade de sua permanência, pois estender os processos de racionalização significaria realizar a reforma agrária, a reforma da dispendiosa estrutura estatal e a incorporação da classe operária. Significaria também de alguma forma, incorporar o campesinato e o operariado na formação do mercado interno, um arranjo “nacional – popular”, mas o fascismo representava um outro projeto nacional, de “imperialismo econômico”†, uma expansão voltada para a conquista de mercados fora do território italiano. Em outra passagem, diz o autor:

“(…) a introdução do fordismo encontra tantas resistências intelectuais e morais e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção. A Europa quer fazer a omelete sem quebrar os ovos, ou seja, quer todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas conservando seu exercito de parasitas (…)”‡

Que significa isso senão a ideia de que na América a estrutura social estaria mais funcionalmente adaptada ao modo de produção capitalista? Ou, dito em outra linguagem, que havia ali uma hegemonia mais tipicamente burguesa em contraposição às formas intermediárias, compostas, a exigir uma intermediação superestrutural das relações de classe, presentes nos países europeus. Na América, a hegemonia burguesa poderia se dar mais diretamente no plano da estrutura, por sua capacidade de direção na organização das atividades produtivas, necessitando ao mínimo do desenvolvimento superestrutural. O fordismo se apresentava como método superior de organização da produção, não só pelo seu aspecto técnico, mas também por seu aspecto “civilizacional” (*civiltá*), de organização da vida social, de reforma moral, de elevação do padrão de vida operário. É assim que se pode admitir que na América, “a hegemonia nasce na fábrica”§, ou seja, no plano da estrutura, necessitando-se muito pouco de recobri-la com um portentoso aparato superestrutural, com a hipertrofia do estado, com seus numerosos e dispendiosos funcionários públicos por exemplo.

Esta construção tem uma implicação teórica importante, pois abre a possibilidade de que a hegemonia seja construída no terreno da estrutura. Isso reforça nossa convicção de que Gramsci não deve ser lido como “teórico da superestrutura” ou que sua obra tenha deslocado o marxismo para este campo. Todavia, pelo que já vimos, Gramsci não poderia se encerrar em uma formulação que admitisse um movimento “cego” das estruturas, sendo necessário reconstruir o tema da unidade ou do “bloco histórico” entre os dois níveis de análise.

O americanismo e o fordismo se apresentavam como uma resposta à crise do capitalismo, davam sem dúvida uma sobrevida ao capitalismo renovando as formas de acumulação. É racional neste sentido, e é daí também que vêm as suas possibilidades de universalização. Todavia, o fordismo não era capaz de aniquilar as capacidades subjetivas dos trabalhadores, o “gorila amestrado” ainda é homem¶, e mais, deslocava a tarefa da produção do plano do indivíduo para a constituição de um verdadeiro “homem coletivo”. O fordismo aproximava no terreno da fábrica o operário dos intelectuais, unidos por uma mesma função social, a organização da produção. Possibilitava, em suma, o domínio consciente das estruturas pelos seus portadores sociais diretos. A disputa da hegemonia envolvia então a afirmação da fábrica como produtora de bens concretos em lugar da geração de lucros.

“A exigência técnica pode ser concretamente concebida não só como algo separado dos interesses da classe dominante, mas como algo unido aos interesses da classe ainda subalterna (…). O “trabalhador

* Gramsci, op. cit. C10, §9, p. 299, v.1.

† Ver Gramsci, op. cit. C6, § 135, p. 305, v.4.

‡ Gramsci, op. cit. C22, §2, p.242 – 243, v. 4.

§ Gramsci, op. cit. C22, §2, p. 247 – 248, v. 4.

¶ Ver Gramsci, op. cit. C22 §12, p. 272, v. 4

coletivo” compreende essa sua condição, e não só em cada fábrica tomada isoladamente, mas em esferas mais amplas da divisão do trabalho nacional e internacional; e esta consciência adquirida tem uma manifestação externa, política, precisamente nos organismos que representam a fábrica como produtora de objetos reais e não de lucro”*

A sugestão de Gramsci é que o americanismo poderia ser lido como uma modalidade de “revolução passiva”, de transformações moleculares ao nível da estrutura que possibilitavam a superação, nos marcos do capitalismo, da crise do liberalismo de tipo “laissez faire”. Abria-se a partir daí uma época nova, na qual a programação econômica respondia a necessidades imanentes da organização do modo de produção. O fascismo é também visto como “revolução passiva”, como tentativa de introdução de fins americanos porém por vias diversas. Enquanto na América, havia uma combinação singular de medidas coercitivas (sobretudo sobre a gestão do tempo livre da classe operária) com outras persuasivas (os “altos salários”), o fascismo revelava-se dependente das medidas repressivas. Dependia da formação de um aparato estatal pesado, que tentava introduzir “por cima” os métodos de programação econômica à sociedade, daí a dificuldade do fascismo de produzir “hegemonia”, daí igualmente sua reduzida possibilidade de universalização.

5 – A política, a democracia e o socialismo

A recusa de uma visão “catastrofista” é decisiva para a compreensão do pensamento de Gramsci. A análise histórica e da conjuntura apontava para uma época de revoluções passivas, de transformações intensas e moleculares nas relações de produção sem que o capitalismo estivesse à beira de um colapso iminente. O período clássico da predominância do individualismo econômico chegava ao fim por uma necessidade imanente do próprio sistema†. A programação econômica e a regulação eram as respostas encontradas, variando a forma de implantação em função dos casos nacionais.

Este cenário de revoluções passivas em andamento sugeria que a disputa da hegemonia se daria no tempo prolongado da “guerra de posição”, isto é, da preparação de uma nova “estatalidade” capaz de emergir como alternativa às relações dominantes. Tirar consequência da proposição da revolução passiva como “critério de interpretação” e não como “programa”, estaria a exigir a constituição de um “ator” capaz de desempenhar com suas máximas energias e com consciência de sua missão, o papel da antítese, impedindo a reiteração de uma dialética sem síntese, na qual a tese subsume a antítese e evita sua superação.

O problema do “ator” é central na concepção gramsciana da política. A política como atividade criadora depende da constituição de um ator robusto, consciente de seus próprios fins. Do contrário, são protagonistas os fatos, o movimento cego das estruturas. Entretanto, a perspectiva do ator em Gramsci é destituída de qualquer voluntarismo. Para Gramsci a política não é simplesmente “paixão” como sugeriam os idealistas italianos. A política é uma mediação necessária à atividade dos homens, que se relaciona ao domínio consciente das relações materiais. O realismo político e o domínio dos quadros de relações de força sugerem que cabe ao ator a busca de equilíbrios cada vez mais progressistas, sustentando a constituição, ainda que prolongada no tempo, de um programa antitético à conservação.

Este “ator” não poderia ser assim, como na obra clássica de Maquiavel, um indivíduo dotado de virtude para explorar as contingências da fortuna. O “Príncipe moderno” não é expressão do indivíduo, mas dos vínculos orgânicos realmente construídos entre eles. É por esta via, que Gramsci chega às funções do moderno partido político, o ator por excelência da política sugerida nos *Cadernos*. É o partido que pode permitir a superação do momento econômico – corporativo, representado pelos sindicatos, diretamente vinculados às profissões, expressão de seu interesse imediato. Remete-se então ao problema da hegemonia como construção programática capaz de reconhecer interesses imediatos diversos e combiná-los politicamente.

* Gramsci op. cit. C9, § 67, p. 313, v. 4.

† É essa consciência de uma mudança epocal, ou de uma “grande transformação”, que permitiu aproximar a interpretação de Gramsci da de Karl Polanyi.

Na disputa prolongada pela construção de uma nova hegemonia é o tema da democracia que torna-se central. As referências de Gramsci a ele nos Cadernos não são abundantes, mas são decisivas. A democracia remete à possibilidade de troca de hegemonia:

“Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.”*

O tema da democracia quando aparece explicitamente vinculado ao da hegemonia revela o sentido da política como criação de um novo consenso, uma nova vontade, que no mundo moderno, pelo que já vimos, deve emergir do domínio consciente dos portadores diretos das forças produtivas, mas não como identidade corporativa e sim como “hegemonia”, isto é, como superação do interesse particular e conformação de um interesse geral, digamos, público.

A democracia não é assim vista de forma meramente “instrumental” para a “tomada do poder” ou para a instalação de uma ditadura coerciva de classe. O processo longo de democratização, mesmo quando transcorrido sob o signo das revoluções passivas, interessa fundamentalmente às classes subalternas. Dito de outra forma, o aprofundamento da democracia – quer a democracia “social” ou a “política” - é o que pode possibilitar a conformação de uma nova vontade, um novo consenso, uma nova hegemonia. A condição para tanto é que o ator seja fiel a si mesmo, empenhe na luta política todas as suas forças, domine analiticamente as suas possibilidades e atue em torno da construção de mudanças mais profundas.

É certo que enquanto houver estado haverá coerção, ou na linha dos textos clássicos de Marx, enquanto houver classes, haverá coerção, porém, o sentido da reflexão gramsciana é o do esgotamento progressivo das funções coercitivas e a afirmação dos elementos mais ativos da “sociedade regulada”, como Gramsci refere-se por alusão ao socialismo nos Cadernos[†]. A perspectiva última não é então diferente dos clássicos do marxismo que apontaram para o fim do estado como objetivo programático do comunismo.

6 – Notas finais

Não pretendemos nesta apresentação esgotar o exame do conjunto complexo de temas presente na obra de Gramsci, nem mesmo oferecer uma interpretação inovadora sobre os conceitos e temas do autor. A intenção foi oferecer uma introdução crítica ao pensamento de Gramsci, valendo-se sobretudo dos escritos do próprio e eventualmente de parte da bibliografia crítica. O uso da bibliografia crítica gramsciana é ainda bastante sujeito a escolhas pessoais e critérios interpretativos, já que ela é volumosa e polêmica. É provável que pesem aí as circunstâncias próprias em que a obra foi escrita. A parte principal da obra de Gramsci que conhecemos não foi preparada para publicação, pois trata-se dos Cadernos escritos na prisão. Se tivesse sobrevivido ao cárcere, é provável que o autor tivesse separado o material que gostaria de publicar e dado a ele uma forma distinta. Mas este é um problema que obviamente não se poderá resolver. Caberá aos intérpretes fazer uso criativo do pensamento de Gramsci.

Assim, esta apresentação não se encerra de forma “conclusiva”. Propomos que a leitura e o estudo de Gramsci devem ser coligidos com os desafios e os fardos do tempo histórico, e que podemos buscar no autor uma fonte sempre rica de hipóteses para o desenvolvimento de um marxismo não dogmático. Gramsci talvez tenha sido entre os pensadores de sua geração o que mais intuiu o sentido das transformações por que passava o mundo nas primeiras décadas do século vinte. Ele todavia não chegou a vivê-las, e foram tantas e tais as mudanças por que passaram os sistemas políticos, sociais e econômicos, que a obra de Gramsci, para continuar viva, deve ser atualizada à luz das questões do presente. O que ela possui de permanente vem certamente da qualidade das reflexões propostas, dos diálogos estabelecidos com um

* Gramsci, op. Cit. C8, § 191, p. 287, v. 3.

† A referência principal ao tema nos *Cadernos* está na nota C6, §88, p. 245, v. 3.

campo vasto e relevante de interlocutores e do sentido que Gramsci procurou imprimir à sua obra, um pensamento não dogmático, realista e comprometido com a superação do capitalismo.

CADERNOS DO CÁRCERE

Antonio Gramsci

Obra: Cadernos do Cárcere, 6 volumes

Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, 1999 - 2002

BLOCO 1 – O NEXO ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA E A CRÍTICA AO ECONOMICISMO

Um ponto decisivo na obra de Gramsci é a forma como ele postula a relação entre estrutura e superestrutura no capitalismo. Gramsci se afasta das leituras deterministas ou mecanicistas da obra de Marx e procura estabelecer os nexos dialéticos entre elas. Assim, estrutura e superestrutura formam um “bloco histórico”, conceito importado da obra de Sorel e rearranjado por Gramsci. A crítica ao “economicismo” será um ponto fundamental para o estabelecimento da distinção entre Estado e sociedade civil, bem como para a teoria da hegemonia.

Estrutura e Superestrutura (I)

§ 24. *Estrutura e superestrutura.* Economia e ideologia. A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. Para este aspecto, são importantes notadamente *o 18 Brumário* e os escritos sobre a *Questão oriental*, mas também outros (*Revolução e contra-revolução na Alemanha*, *A guerra civil na França* e menores). Uma análise destas obras permite fixar melhor a metodologia histórica marxista, complementando, iluminando e interpretando as afirmações teóricas esparsas em todas as obras. Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduz em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais (elas só poderiam ser encontradas em uma exposição metódica e sistemática do tipo da de Bernheim. O livro de Bernheim poderá ser considerado como “modelo” para um manual didático ou “ensaio popular” do materialismo histórico, no qual, além do método filológico e erudito — ao qual Bernheim se atém programaticamente, embora esteja implícita, em sua investigação, uma concepção do mundo —, deveria ser explicitamente tratada a concepção marxista da história). [5] Entre estas cautelas, como exemplos, podem-se citar as seguintes:

1º) A dificuldade de identificar em cada caso, estaticamente (como imagem fotográfica instantânea), a estrutura; de fato, a política é, em cada caso concreto, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devam necessariamente se realizar. Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada depois que ela superou todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e declarando-se, explicitamente, que se trata de hipóteses).

2º) Do 1º) se deduz que um determinado ato político pode ter sido um erro de cálculo por parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, através das “crises” parlamentares governamentais das classes dirigentes, corrige e supera: o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erro, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura, imediatamente, isto é, como reflexo de uma real e duradoura (no sentido de adquirida) modificação da estrutura. O princípio do “erro” é complexo: pode se tratar de um impulso individual motivado por um cálculo errado, ou também de manifestação das tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar.

3º) Não se leva suficientemente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um gru-

po, a uma sociedade. Isto é evidente, por exemplo, na história da Igreja Católica. Se alguém pretendesse encontrar, para todas as lutas ideológicas no interior da Igreja, a explicação imediata, primária, na estrutura, estaria perdido: muitos romances político-econômicos foram escritos por esta razão. É evidente, ao contrário, que a maior parte destas discussões são ligadas a necessidades sectárias, de organização. Na discussão entre Roma e Bizâncio sobre o estatuto do Espírito Santo, seria ridículo buscar na estrutura da Europa Oriental a afirmação de que o Espírito Santo procede apenas do Pai, e, na do Ocidente, a afirmação de que ele procede do Pai e do Filho. As duas Igrejas, cuja existência e cujo conflito estão na dependência da estrutura e de toda a história, colocaram questões que são princípio de distinção e de coesão interna para cada uma, mas poderia ter ocorrido que cada uma delas tivesse afirmado precisamente o que a outra afirmou: o princípio de distinção e de conflito teria se mantido idêntico e este problema da distinção e do conflito é que constitui o problema histórico, não a casual bandeira de cada uma das partes.

O “asterisco” que escreve romances de folhetim ideológicos nos *Problemi del Lavoro* (e que deve ser o famigerado Franz Weiss), em sua divertida baboseira *O dumping russo e seu significado histórico*, falando precisamente destas controvérsias das primeiras épocas cristãs, afirma que elas são ligadas às condições materiais imediatas do tempo e que, se nós não conseguimos identificar esta ligação imediata, é porque os fatos estão longínquos ou por causa de nossa debilidade intelectual. A posição é cômoda, mas cientificamente irrelevante. De fato, toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incognoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise.

(Gramsci, v.1 , Caderno 7, § 24, p. 238 – 240)

Estrutura e Superestrutura (II)

§ 41. Pontos de referência para um ensaio sobre Croce.

...

A afirmação de Croce de que a filosofia da práxis “destaca” a estrutura das superestruturas, recolocando assim em vigor o dualismo teológico e afirmando um “deus oculto-estrutura”, não é exata e não é sequer uma invenção muito profunda. A acusação de dualismo teológico e de desagregação do processo do real é vazia e superficial. É estranho que uma tal acusação tenha partido de Croce, que introduziu o conceito de dialética dos distintos e que, por isto, é acusado continuamente pelos gentilianos de ter desagregado o processo do real. Mas, além disso, não é verdade que a filosofia da práxis “destaque” a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura é, nem mesmo por metáfora, comparável a um “deus oculto”: ela é concebida de uma maneira ultra-realista, a tal ponto que pode ser estudada com os métodos das ciências naturais e exatas; aliás, precisamente por esta sua “consistência” objetivamente verificável, a concepção da história foi considerada “científica”. Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou, ao contrário, como a própria realidade em movimento? A afirmação das *Teses sobre Feuerbach*, de que “o educador deve ser educado”, não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo do real? O conceito de «bloco histórico», construído por Sorel, apreende plenamente esta unidade defendida pela filosofia da práxis [62].

...

(Gramsci, v.1 , Caderno 10, § 41, p. 369 – 370)

Bloco histórico

§ 12. De tudo o que foi anteriormente dito, resulta que a concepção historiográfica de Croce, da história como história ético-política, não deve ser julgada como uma futilidade a ser pura e simplesmente rechaçada. Deve-se, ao contrário, afirmar energicamente que o pensamento historiográfico de Croce, mesmo em sua fase mais recente, precisa ser estudado e meditado com a máxima atenção. Ele representa, essencialmente, uma reação ao «economicismo» e ao mecanicismo fatalista, embora se apresente como superação destrutiva da filosofia da práxis. Também no julgamento do pensamento crociano, vale o critério segundo o qual uma corrente filosófica deve ser criticada e avaliada não pelo que pretende ser, mas pelo que realmente é e se manifesta nas obras históricas concretas. Para a filosofia da práxis, o próprio método especulativo não é uma futilidade, mas foi fecundo de valores “instrumentais” do pensamento no desenvolvimento da cultura, valores instrumentais que foram incorporados pela filosofia da práxis (a dialética, por exemplo). O pensamento de Croce, portanto, deve pelo menos ser considerado como valor instrumental; e, assim, pode-se dizer que ele chamou energicamente a atenção para a importância dos fatos da cultura e do pensamento no desenvolvimento da história, para a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto. Que isto não seja “fútil” é o que demonstra o fato de que, ao mesmo tempo que Croce, o maior teórico moderno da filosofia da práxis revalorizou, no terreno da luta e da organização política, em oposição às diversas tendências “economicistas”, a frente da luta cultural, e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da “revolução permanente” criada em 1848. Para a filosofia da práxis, a concepção da história ético-política, enquanto independente de qualquer concepção realista, pode ser assumida como um “cânone empírico” de investigação histórica, que deve sempre ser levado em conta no exame e no aprofundamento do desenvolvimento histórico, se é que se quer fazer história integral e não história parcial e extrínseca (história das forças econômicas como tais, etc.). {B}

(Gramsci, v.1, Caderno 10, § 12, p. 305)

Estrutura e Superestrutura (III)

§ 17. *Análise das situações: relações de força.* É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verificar a exata enunciação destes princípios).

[«Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização» (Prefácio à *Crítica da economia política*)] [23].

Da reflexão sobre estes dois cânones pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imedia-

tamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do “ocasional”, no qual se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só tem êxito e é “verdadeira” se se torna nova realidade, se as forças antagonistas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc., cujo caráter concreto pode ser avaliado pela medida em que se tornam convincentes e deslocam o alinhamento preexistente das forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, já que a não-realização do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves).

O erro em que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de “economicismo” ou de doutrinarismo pedante; no outro, excesso de “ideologismo”. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual. (A distinção entre “movimentos” e fatos orgânicos e movimentos e fatos de “conjuntura” ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas.) O nexos dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como “meio” consciente para estimular à ação, mas como auto-engano. O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiticeiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia.

[O fato de não se levar em consideração o momento imediato das “relações de força” liga-se a resíduos da concepção liberal vulgar, da qual o sindicalismo é uma manifestação que acreditava ser mais avançada quando, na realidade, representava um passo atrás. Com efeito, a concepção liberal vulgar, dando importância à relação das forças políticas organizadas nas diversas formas de partido (leitores de jornais, eleições parlamentares e locais, organizações de massa dos partidos e dos sindicatos em sentido estrito), era mais avançada do que o sindicalismo, que dava importância primordial à relação fundamental econômico-social, e só a ela. A concepção liberal vulgar também levava em conta implicitamente esta relação (como transparece através de muitos sinais), mas insistia mais na relação das forças políticas, que era uma expressão da outra e, na realidade, a englobava. Estes resíduos da concepção liberal vulgar podem ser encontrados em toda uma série de análises que se dizem ligadas à filosofia da práxis e deram lugar a formas infantis de otimismo e de estupidez.]

Estes critérios metodológicos podem adquirir visível e didaticamente todo o seu significado quando aplicados ao exame de fatos históricos concretos. Seria possível fazer isso com utilidade para os acontecimentos que se verificaram na França de 1789 a 1870. Parece-me que, para maior clareza da exposição, seja necessário abranger todo este período. De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo. Além do mais, com os acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (os que se sintetizam na fórmula da «revolução permanente»: seria interessante estu-

dar em que medida essa fórmula passou para a estratégia mazziniana — por exemplo, para a insurreição de 1853 em Milão — e se isto ocorreu conscientemente ou não) [24], Um elemento que mostra a justeza deste ponto de vista é o fato de que os historiadores de modo nenhum concordam (e é impossível que concordem) na fixação dos limites daquela série de acontecimentos que constitui a Revolução Francesa. Para alguns (Salvemini, por exemplo), a revolução se completa em Valmy: a França criou um novo Estado e soube organizar a força político-militar que o sustenta e que defende sua soberania territorial. Para outros, a revolução continua até Termidor, ou melhor, eles falam de muitas revoluções (o 10 de agosto seria uma revolução em si, etc; cf. *La Révolution française* de A. Mathiez, na coleção Colin) [25]. A maneira de interpretar o Termidor e a ação de Napoleão apresenta as mais agudas contradições: trata-se de revolução ou de contra-revolução?, etc. Para outros, a história da Revolução continua até 1830, 1848, 1870 e mesmo até a guerra mundial de 1914.

Em todas estas maneiras de ver há uma parte de verdade. Realmente, as contradições internas da estrutura francesa, que se desenvolvem depois de 1789, só encontram uma relativa composição com a Terceira República, e a França tem sessenta anos de vida política equilibrada depois de oitenta anos de transformações em ondas cada vez mais longas: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870. É exatamente o estudo dessas “ondas” de diferente oscilação que permite reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura. Assim, pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios metodológicos enunciados no início desta nota pode ser encontrada na fórmula político-histórica da revolução permanente.

Um aspecto do mesmo problema é a chamada questão das relações de força. Lê-se com frequência, nas narrações históricas, a expressão genérica: relações de força favoráveis, desfavoráveis a esta ou àquela tendência. Assim, abstratamente, esta formulação não explica nada ou quase nada, pois não se faz mais do que repetir o fato que se deve explicar, apresentando-o uma vez como fato e outra como lei abstrata e como explicação. Portanto, o erro teórico consiste em apresentar um princípio de pesquisa e de interpretação como «causa histórica».

Na «relação de força», é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são os seguintes:

1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas [26]. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc. Este alinhamento fundamental permite estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento.

2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses

corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. Na história real, estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente), combinando-se e cindindo-se variadamente: cada uma destas combinações pode ser representada por uma própria expressão organizada econômica e política. Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc., podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas) [27]. Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (assim, a Vendéia era aliada das forças reacionárias internacionais e as representava no seio da unidade territorial francesa; assim, na Revolução Francesa, Lyon representava uma conexão particular de relações, etc.).

3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. (O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo.) Mas também esse momento não é algo indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática; também nele podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar. No curso da história, estes dois graus se apresentaram numa grande variedade de combinações. Um exemplo típico, que pode servir como demonstração-limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar sua independência estatal. A relação não é puramente militar, mas político-militar: com efeito, este tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças puramente militares, mas com forças militares e político-militares. De fato, se a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo (pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar). A nação oprimida, portanto,

oporá inicialmente à força militar hegemônica uma força que é apenas «político-militar», isto é, oporá uma forma de ação política que tenha a virtude de determinar reflexos de caráter militar, no sentido de que: 1) seja capaz de desagregar intimamente a eficiência bélica da nação hegemônica; 2) obrigue a força militar hegemônica a diluir-se e dispersar-se num grande território, anulando grande parte de sua eficiência bélica. No *Risorgimento* italiano, pode-se notar a ausência desastrosa de uma direção político-militar sobretudo no Partido de Ação (por incapacidade congênita), mas também no partido piemontês-moderado, tanto antes como depois de 1848, não certamente por incapacidade, mas por “malthusianismo econômico-político”, ou seja, porque não se quis sequer fazer menção à possibilidade de uma reforma agrária e porque não se queria a convocação de uma assembleia nacional constituinte, mas se pretendia apenas que a monarquia piemontesa, sem condicionamentos ou limitações de origem popular, se estendesse a toda a Itália, através da simples aprovação de plebiscitos regionais.

Outra questão ligada às anteriores é a de ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. A resposta a essa questão está implicitamente contida nos parágrafos anteriores, onde são tratadas questões que constituem um outro modo de apresentar aquela a que nos referimos agora; mas é sempre necessário, por razões didáticas, dado o público específico, examinar cada modo sob o qual se apresenta uma mesma questão como se se tratasse de um problema independente e novo. Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais. Em seu compêndio de história da Revolução Francesa (Ed. Colin), Mathiez, opondo-se à história vulgar tradicional, que aprioristicamente “encontra” uma crise para coincidir com as grandes rupturas de equilíbrios sociais, afirma que, por volta de 1789, a situação econômica era bastante boa no nível imediato, pelo que não se pode dizer que a catástrofe do Estado absoluto tenha sido motivada por uma crise de empobrecimento (cf. a afirmação exata de Mathiez) [28]. Deve-se observar que o Estado estava envolvido numa crise financeira mortal e se punha a questão de saber sobre qual das três ordens sociais privilegiadas deveriam recair os sacrifícios e o peso de um reordenamento das finanças do Estado e da Coroa. Além do mais, se a posição econômica da burguesia era próspera, certamente não era boa a situação das classes populares das cidades e do campo, especialmente destas últimas, atormentadas pela miséria endêmica. De qualquer modo, a ruptura do equilíbrio entre as forças não se deu por causas mecânicas imediatas de empobrecimento do grupo social interessado em romper o equilíbrio, e que de fato o rompeu; mas ocorreu no quadro de conflitos superiores ao mundo econômico imediato, ligados ao “prestígio” de classe (interesses econômicos futuros), a uma exasperação do sentimento de independência, de autonomia e de poder. A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus. Podem-se produzir novidades ou porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade através de meios legais. Pode-se dizer, portanto, que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno verifica-se a transformação destas relações em relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva. Se não se verifica este processo de desenvolvimento de um momento a outro — e trata-se essencialmente de um processo que tem como atores os homens e a vontade e capacidade dos homens —, a situação se mantém inoperante e podem ocorrer desfechos contraditórios: a velha sociedade resiste e garante para si um período de “tomada de fôlego”, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, verifica-se a destruição recíproca das forças em conflito com a instauração da paz dos cemitérios, talvez sob a vigilância de um sentinela estrangeiro.

Mas a observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta das relações de força é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistên-

cia, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si. Isso pode ser comprovado na história militar e no cuidado com que, em qualquer época, os exércitos estiveram preparados para iniciar uma guerra a qualquer momento. Os grandes Estados foram grandes Estados precisamente porque sempre estavam preparados para inserir-se eficazmente nas conjunturas internacionais favoráveis; e essas eram favoráveis porque havia a possibilidade concreta de inserir-se eficazmente nelas.

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 17, p. 36 – 46)

Economicismo, estado e o moderno príncipe

§ 18. *Alguns aspectos teóricos e práticos do “economicismo”*. Economicismo — movimento teórico pelo livre-cambismo — sindicalismo teórico. Deve-se ver em que medida o sindicalismo teórico se originou da filosofia da práxis e em que medida derivou das doutrinas econômicas do livre-câmbio, isto é, em última análise, do liberalismo. Por isso, deve-se ver se o economicismo, em sua forma mais completa, não é uma derivação direta do liberalismo, tendo mantido, mesmo em suas origens, bem poucas relações com a filosofia da práxis, relações, de qualquer modo, apenas extrínsecas e puramente verbais. É desse ponto de vista que se deve examinar a polêmica Einaudi-Croce, determinada pelo novo prefácio (1917) ao livro *Materialismo storico*: a exigência, formulada por Einaudi, de levar em conta a literatura de história econômica suscitada pela economia clássica inglesa pode ser satisfeita neste sentido, o de que tal literatura, por uma contaminação superficial com a filosofia da práxis, originou o economicismo; por isso, quando Einaudi critica (na verdade, de modo impreciso) algumas degenerações economicistas, o tiro sai pela culatra [29]. O nexos entre ideologias livre-cambistas e sindicalismo teórico é especialmente evidente na Itália, onde é conhecida a admiração por Pareto de sindicalistas como Lanzillo & Cia [30]. Mas o significado destas duas tendências é bastante diverso: a primeira é própria de um grupo social dominante e dirigente; a segunda, de um grupo ainda subalterno, que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não sabe sair da fase de primitivismo. A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma «regulamentação» de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. Diverso é o caso do sindicalismo teórico, na medida em que se refere a um grupo subalterno, o qual, por meio desta teoria, é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado. No que se refere ao liberismo, tem-se o caso de uma fração do grupo dirigente que pretende modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental, que pretende reformar a legislação comercial e só indiretamente a industrial (pois é inegável que o protecionismo, especialmente nos países de mercado pobre e restrito, limita a liberdade de iniciativa industrial e favorece patologicamente o surgimento de monopólios): trata-se de alternância dos partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade política e, menos ainda, de um novo tipo de sociedade civil. A questão apresenta-se com maior complexidade no movimento do

sindicalismo teórico: é inegável que, neste último, a independência e a autonomia do grupo subalterno que ele diz exprimir são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, já que o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberismo, justificado com algumas afirmações mutiladas e, por isso, banalizadas da filosofia da práxis. Por que e como se verifica este «sacrifício»? Exclui-se a transformação do grupo subordinado em dominante, ou porque o problema sequer é formulado (fabianismo, De Man, grande parte do trabalhismo), ou porque é apresentado sob formas incongruentes e ineficazes (tendências social-democratas em geral), ou porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da perfeita igualdade e da economia sindical.

E no mínimo estranha a atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia; assim, é incongruente que a formulação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

O economicismo apresenta-se sob muitas outras formas, além do liberismo e do sindicalismo teórico. Dele fazem parte todas as formas de abstencionismo eleitoral (exemplo típico é o abstencionismo dos clericais italianos depois de 1870, cada vez mais atenuado a partir de 1900, até chegar a 1919 e à formação do Partido Popular: a distinção orgânica que os clericais faziam entre Itália real e Itália legal era uma reprodução da distinção entre mundo econômico e mundo político-legal), que são muitas, no sentido de que pode existir semi-abstencionismo, um quarto de abstencionismo, etc. Ao abstencionismo está ligada a fórmula do «quanto pior, melhor» e também a fórmula da chamada «intransigência» parlamentar de algumas frações de deputados. Nem sempre o economicismo é contrário à ação política e ao partido político, mas esse é considerado como mero organismo educativo de tipo sindical.

Um ponto de referência para o estudo do economicismo e para compreender as relações entre estrutura e superestruturas é o trecho da *Miséria da filosofia* onde se afirma que uma fase importante no desenvolvimento de um grupo social é aquela em que os membros de um sindicato não lutam mais apenas por seus interesses econômicos, mas para a defesa e o desenvolvimento da própria organização (ver a afirmação exata; a *Miséria da filosofia* é um momento essencial da formação da filosofia da práxis; pode ser considerada como o desenvolvimento das *Teses sobre Feuerbach*, ao passo que a *Sagrada Família* é uma fase intermediária indistinta e de origem ocasional, como se revela nos trechos dedicados a Proudhon e sobretudo ao materialismo francês [31]. O trecho sobre o materialismo francês é, mais do que outra coisa, um capítulo de história da cultura e não um texto teórico, como é geralmente interpretado, e como história da cultura é admirável. Recordar a observação de que a crítica contida na *Miséria da filosofia* contra Proudhon e sua interpretação da dialética hegeliana pode ser válida para Gioberti e, em geral, para o hegelianismo dos liberais moderados italianos. O paralelo Proudhon-Gioberti, embora representem fases histórico-políticas não homogêneas, ou melhor, exatamente por isto, pode ser interessante e fecundo) [32]. Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em “última análise” é o motor da história (nas duas cartas sobre a filosofia da práxis, publicadas também em italiano), que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à *Crítica da economia política*, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias [33].

Em várias ocasiões, afirmou-se nestas notas que a filosofia da práxis está muito mais difundida do que se admite [34]. A afirmação é exata desde que se entenda como difundido o economicismo histórico, que é como o Prof. Loria denomina agora suas concepções mais ou menos desconexas; e que, portanto, o ambiente cultural se modificou completamente desde o tempo em que a filosofia da práxis iniciou suas lutas; pode-se dizer, com terminologia crociana, que a maior heresia surgida no seio da “religião da liber-

dade”, tal como a religião ortodoxa, também sofreu uma degeneração, difundiu-se como “superstição”, isto é, entrou em combinação com o liberismo e produziu o economicismo [35]. Porém, deve-se ver se, enquanto a religião ortodoxa se estiolou definitivamente, a superstição herética não terá conservado sempre um fermento que a fará renascer como religião superior, ou seja, se as escórias de superstição não são facilmente líquüidáveis.

Alguns pontos característicos do economicismo histórico: 1) na busca das conexões históricas, não se distingue entre o que é “relativamente permanente” e o que é flutuação ocasional, e se entende por fato econômico o interesse pessoal e de pequeno grupo, num sentido imediato e “sordidamente judaico”. Ou seja: não se levam em conta as formações de classe econômica, com todas as relações a elas inerentes, mas se assume o interesse mesquinho e usurário, sobretudo quando coincide com formas delituosas contempladas nos códigos criminais; 2) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico é reduzido à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho. O Prof. Loria fez uma exposição brilhantíssima desta doutrina aplicada no artigo sobre a influência social do aeroplano, publicado na *Rassegna Contemporânea* de 1912; 3) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico e histórico decorre imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no funcionamento das máquinas [36]. Apareceu nos últimos tempos toda uma literatura sobre o petróleo: pode-se considerar como típico um artigo de Antonino Laviosa na *Nuova Antologia* de 16 de maio de 1929. A descoberta de novos combustíveis e de novas energias motoras, bem como de novas matérias-primas a transformar, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina o movimento histórico, etc.

Muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico. É este o caso, por exemplo, de um artigo do *Avenir* de Paris, de 10 de outubro de 1930 (transcrito na *Rassegna Settimanale della Stampa Estera*, de 21 de outubro de 1930, p. 2303-4), que transcrevemos como típico: “Dizem-nos há muito tempo, mas sobretudo depois da guerra, que as questões de interesse dominam os povos e fazem o mundo avançar. Foram os marxistas que inventaram esta tese, sob a designação um pouco doutrinária de ‘materialismo histórico’. No marxismo puro, os homens tomados em conjunto não obedecem às paixões, mas às necessidades econômicas. A política é uma paixão. A pátria é uma paixão. Estas duas idéias exigentes só desempenham na História uma função aparente, já que, na realidade, a vida dos povos, no curso dos séculos, é explicada através de um jogo cambiante e sempre renovado de causas de ordem material. A economia é tudo. Muitos filósofos e economistas ‘burgueses’ retomaram este estribilho. Fazem certa pose para nos explicar a grande política internacional por intermédio do preço do trigo, do petróleo ou da borracha. Esmeram-se em nos demonstrar que toda a diplomacia é comandada por questões de tarifas alfandegárias e de preços de custo. Estas explicações estão hoje no auge. Possuem uma pequena aparência científica e decorrem de uma espécie de ceticismo superior com pretensão de passar por elegância suprema. A paixão em política externa? O sentimento em questões nacionais? Qual o quê! Isso é bom para as pessoas comuns. Os grandes espíritos, os iniciados sabem que tudo é dominado por débito e crédito. Mas esta é uma pseudoverdade absoluta. É completamente falso que os povos só se deixam guiar por considerações de interesse e é completamente verdadeiro que eles obedecem mais do que nunca ao sentimento. O materialismo histórico é uma boa idiotice. As nações obedecem sobretudo a considerações ditadas por um desejo e por uma fé ardente de prestígio. Quem não compreende isto não compreende nada.” A continuação do artigo (intitulado “La mania del prestigio”) exemplifica com a política alemã e italiana, que seria de “prestígio” e não ditada por interesses materiais. O artigo contém em poucas linhas uma grande parte dos temas mais banais de polêmica contra a filosofia da práxis, mas, na realidade, a polêmica é contra o economicismo destrambelhado de tipo loriano. De resto, o escritor não é muito versado na matéria também por outros aspectos: ele não compreende que as “paixões” podem ser simplesmente um sinônimo dos interesses econômicos e que é difícil afirmar que a atividade política possa ser um estado permanente de exasperação passional e de espasmo; precisamente a política francesa é apresentada como uma “racionalidade” sistemática e coerente, isto é, depurada de todo elemento passional, etc.

Em sua forma mais difundida de superstição economicista, a filosofia da práxis perde uma grande

parte de sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, na mesma proporção em que a adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medíocres, que não pretendem cansar o cérebro, mas desejam aparecer como espertíssimos, etc. Como disse Engels, é cômodo para muitos acreditar que possam ter no bolso, a baixo preço e sem nenhum esforço, toda a história e toda a sabedoria política e filosófica concentrada numa formulazinha [37]. Por se ter esquecido de que a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas sim de caráter orgânico gnosiológico, criou-se a *forma mentis* de considerar a política e, portanto, a história como um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismo e de prestidigitação. A atividade “crítica” reduziu-se a revelar truques, a provocar escândalos, a especular sobre o salário dos homens representativos.

Esqueceu-se assim que, se o “economicismo” é ou presume ser também um cânone objetivo de interpretação (objetivo-científico), a pesquisa no sentido dos interesses imediatos deveria ser válida para todos os aspectos da história, tanto para os homens que representam a “tese” como para aqueles que representam a “antítese”. Ignorou-se, além disso, uma outra proposição da filosofia da práxis: a de que as “crenças populares” ou as crenças do tipo das crenças populares têm a validade das forças materiais [38].

Os erros de interpretação contidos nas pesquisas dos interesses “sordidamente judaicos” foram algumas vezes grosseiros e cômicos, terminando assim por reagir negativamente sobre o prestígio da doutrina original. Por isso, é necessário combater o economicismo não só na teoria da historiografia, mas também e sobretudo na teoria e na prática políticas. Neste campo, a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo-se o conceito de hegemonia, da mesma forma como foi conduzida praticamente no desenvolvimento da teoria do partido político e no desenvolvimento prático da vida de determinados partidos políticos (a luta contra a teoria da chamada revolução permanente, à qual se contrapunha o conceito de ditadura democrático-revolucionária; a importância que teve o apoio dado às ideologias que defendem as Constituintes, etc.). Seria possível realizar uma pesquisa sobre as opiniões emitidas à medida que se desenvolviam determinados movimentos políticos, tomando-se como típico o movimento boulangista (aproximadamente, de 1886 a 1890), ou o processo Dreyfus, ou então o golpe de Estado de 2 de dezembro (uma análise do livro clássico sobre o 2 de dezembro para estudar a importância relativa que nele se atribui ao fator econômico imediato e o lugar que nele ocupa, ao contrário, o estudo concreto das «ideologias») [39]. Diante deste evento, o economicismo se pergunta: a quem interessa imediatamente a iniciativa em questão? E responde com um raciocínio tão simplista quanto paralogístico: favorece de imediato uma determinada fração do grupo dominante e, para não errar, esta escolha recai sobre aquela fração que evidentemente tem uma função progressista e de controle sobre o conjunto das forças econômicas. Pode-se estar seguro de não errar, porque necessariamente, se o movimento analisado chegar ao poder, cedo ou tarde a fração progressista do grupo dominante acabará controlando o novo governo e o transformará num instrumento para utilizar o aparelho estatal em seu benefício. Trata-se, portanto, de uma infalibilidade muito barata e que não só não tem significado teórico, mas possui escassíssimo alcance político e eficácia prática: em geral, só produz pregações moralistas e polêmicas pessoais intermináveis.

Quando se produz um movimento de tipo boulangista, a análise deveria ser conduzida realisticamente segundo esta linha: 1) conteúdo social da massa que adere ao movimento; 2) que papel desempenhava esta massa no equilíbrio de forças que se vai transformando, como o novo movimento demonstra através de seu próprio nascimento?; 3) qual o significado político e social das reivindicações que os dirigentes apresentam e que obtêm consenso? A que exigências efetivas correspondem?; 4) exame da conformidade dos meios ao fim proposto; 5) só em última análise, e apresentada sob forma política e não moralista, formula-se a *hipótese* de que tal movimento necessariamente será desnaturado e servirá a fins diferentes daqueles que a massa de seguidores espera. Ao contrário, esta hipótese é afirmada antecipadamente, quando ainda nenhum elemento concreto (ou seja, que se apresente como tal com a evidência do senso comum e não através de uma análise “científica” esotérica) existe para sufragá-la, de modo que ela aparece como uma acusação moralista de duplicidade e má-fé, ou de pouca sagacidade, de estupidez (para os seguidores). A luta política transforma-se assim numa série de episódios pessoais entre quem é bastante esperto para se livrar das complicações e quem é enganado pelos próprios dirigentes e não quer se convencer disso por causa de uma incurável estupidez.

Além do mais, enquanto estes movimentos não alcançam o poder, pode-se sempre pensar que constituem um fracasso, e alguns efetivamente fracassaram (o próprio boulangismo, que fracassou como tal e depois foi definitivamente esmagado pelo movimento em defesa de Dreyfus, o movimento de Georges Valois e o movimento do General Gayda); a pesquisa, portanto, deve orientar-se para a identificação dos elementos de força, mas também dos elementos de fraqueza que tais movimentos contêm em seu interior: a hipótese “economicista” afirma um elemento imediato de força, isto é, a disponibilidade de uma certa contribuição financeira direta ou indireta (um grande jornal que apóie o movimento é também uma contribuição financeira indireta) — e basta [40]. Muito pouco.

Também neste caso a análise dos diversos graus de relação de forças só pode culminar na esfera da hegemonia e das relações ético-políticas.

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 18, p. 46 – 55)

BLOCO 2 – HEGEMONIA, SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Uma das principais contribuições teóricas dos Cadernos do Cárcere foi a teoria da hegemonia e a concretização do Estado moderno. Gramsci percebeu que o Estado tornava-se cada vez mais complexo, incorporando funções de consenso e de coerção. Critica a separação estrita entre estado e sociedade civil, postulando em seu lugar interpenetrações práticas entre ambos na vida real. A teoria da hegemonia busca compreender as especificidades de uma forma de dominação que não está baseada apenas na força, mas que reclama o compromisso das classes subalternas. Será na relação entre estado e sociedade civil que Gramsci verá a construção da hegemonia na sociedade burguesa.

Hegemonia e revolução permanente

§ 7. Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade e a coerção? Questão do “direito”, cujo conceito deverá ser ampliado, nele incluindo aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula “indiferente jurídico” e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.

Conceito político da chamada “revolução permanente”, surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor [10]. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.

A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas. Também a questão do valor das ideologias (como se depreende da polêmica Malagodi-Croce) — com as observações de Croce sobre o “mito” soreliano, que podem ser voltadas contra a “paixão” — deve ser estudada num tratado de ciência política [11].

(Gramsci, v.3, Caderno 13, § 7, p. 23 – 24)

Hegemonia (I)

§ 14. Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. Alguns reduziram a teoria da “dupla perspectiva” a algo mesquinho e banal, ou seja, a nada mais do que duas formas de “imediatividade” que se sucedem mecanicamente no tempo, com maior ou menor “proximidade”. Ao contrário, pode ocorrer que, quanto mais a primeira “perspectiva” é “imediatíssima”, elementaríssima, tanto mais a segunda deva ser “distante” (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada, isto é, pode ocorrer como na vida humana: quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade.

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 14, p. 33 – 34)

Guerra manobrada e guerra de posição (I)

§ 24. Sobre a comparação entre os conceitos de guerra manobrada e guerra de posição na arte militar e os conceitos correspondentes na arte política, deve-se recordar o opúsculo de Rosa, traduzido para o italiano em 1919 por C. Alessandri (traduzido do francês) [59]. No opúsculo, são teorizadas um pouco apressadamente — e também superficialmente — as experiências históricas de 1905: Rosa, com efeito, negligenciou os elementos “voluntários” e organizativos que, naqueles eventos, foram muito mais difundidos e eficientes do que Rosa podia crer, já que ela era condicionada por um certo preconceito “economicista” e espontaneísta. Todavia, este opúsculo (e outros ensaios do mesmo autor) é um dos documentos mais significativos da teorização da guerra manobrada aplicada à arte política. O elemento econômico imediato (crises, etc.) é considerado como a artilharia de campo que, na guerra, abria a brecha na defesa inimiga, brecha suficiente para que as tropas próprias irrompessem e obtivessem um sucesso definitivo (estratégico) ou, pelo menos, um sucesso importante na diretriz da linha estratégica. Naturalmente, na ciência histórica, a eficácia do elemento econômico imediato é considerada bem mais complexa do que a da artilharia pesada na guerra de manobra, já que este elemento era concebido como tendo um duplo efeito: 1) abrir a brecha na defesa inimiga, depois de ter desbaratado o próprio inimigo e de levá-lo a perder a fé em si, em suas forças e em seu futuro; 2) organizar de modo fulminante as próprias tropas, criar os quadros ou, pelo menos, colocar com rapidez os quadros existentes (criados até então pelo processo histórico geral) em seu lugar de enquadramento das tropas dispersas; 3) criar de modo fulminante a concentração ideológica da identidade do fim a alcançar. Era uma forma de férreo determinismo economicista, com a agravante de que os efeitos eram concebidos como rapidíssimos no tempo e no espaço; por isso, tratava-se de um verdadeiro misticismo histórico, da expectativa de uma espécie de fulguração milagrosa.

A observação do General Krasnov (em seu romance) de que a *Entente* (que não queria uma vitória da Rússia imperial, para que não se resolvesse definitivamente a favor do czarismo a questão oriental) impôs ao Estado-Maior russo a guerra de trincheira (absurda em função da enorme extensão da frente, que ia do Báltico ao Mar Negro, com grandes zonas pantanosas e cobertas de bosque), quando a única possível era a guerra de manobra, é uma simples tolice [60]. Na realidade, o exército russo tentou a guerra de manobra e de penetração, especialmente no setor austríaco (mas também na Prússia Oriental) e obteve resultados brilhantíssimos, embora efêmeros. A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo; sabe-se quantas perdas custou a obstinação dos Estados-Maiores em não querer reconhecer que a guerra de posição era “imposta” pela relação geral das forças em choque. Com efeito, a guerra de posição não é constituída apenas pelas trincheiras propriamente ditas, mas por todo o sistema organizativo e

industrial que está por trás do exército alinhado, sendo imposta sobretudo pelo tiro rápido dos canhões, das metralhadoras, dos mosquetões, pela concentração das armas num determinado ponto, bem como pela abundância do abastecimento, que permite a rápida substituição do material perdido depois de uma penetração e de um recuo. Um outro elemento é a grande massa de homens que participam do alinhamento, de valor muito desigual e que só podem operar precisamente como massa. Pôde-se ver como, na frente oriental, uma coisa era irromper no setor alemão e outra no setor austríaco, e como, mesmo no setor austríaco, reforçado por tropas alemãs de elite e comandado por alemães, a tática da irrupção acabou em desastre. Verificou-se a mesma coisa na guerra polonesa de 1920, quando o avanço que parecia irresistível foi detido às portas de Varsóvia pelo General Weygand, na linha comandada por oficiais franceses [61]. Os próprios técnicos militares, que agora se fixaram na guerra de posição como antes se haviam fixado na guerra de manobra, certamente não sustentam que o tipo precedente deva ser considerado como cancelado pela ciência; mas, nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição em que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada. A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente), algo similar ocorre na política durante as grandes crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; do outro lado, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruínas, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro. É claro que as coisas não permanecem tais como eram; mas também é certo que falta o elemento da rapidez, do tempo acelerado, da marcha progressiva, tal como esperariam que ocorresse os estrategistas do cadornismo político [62]. O último fato deste gênero na história da política foram os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência da política. Trata-se, portanto, de estudar com “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição. Disse “com profundidade” intencionalmente, já que tais elementos foram estudados: mas o foram ou a partir de pontos de vista superficiais e banais, assim como certos historiadores do vestuário estudam as extravagâncias da moda feminina, ou a partir de um ponto de vista “racionalista”, isto é, com a persuasão de que certos fenômenos são destruídos tão logo explicados “de modo realista”, como se fossem superstições populares (que, de resto, também não são destruídas por serem explicadas).

A este conjunto de problemas deve ser ligada a questão do escasso sucesso obtido por novas correntes no movimento sindical.

Uma tentativa de dar início à revisão dos métodos táticos deveria ter sido aquela exposta por L. Davidovitch Bronstein na quarta reunião, quando traçou um paralelo entre a frente oriental e a frente ocidental: enquanto aquela caiu imediatamente, mas foi seguida por intensas lutas, nesta última as lutas teriam lugar “antes” [63]. Ou seja: tratar-se-ia de saber se a sociedade civil resiste antes ou depois do assalto, onde este tem lugar, etc. Contudo, a questão foi exposta apenas em forma literária brilhante, mas sem indicações de caráter prático.

(Gramsci, v.3, Caderno 13, § 24, p. 71 – 74)

Guerra manobrada e guerra de posição (II)

§ 16. *Guerra de posição e guerra manobrada ou frontal.* Deve-se examinar se a famosa teoria de Bronstein sobre a *permanência* do movimento não é o reflexo político da teoria da guerra manobrada (recordar observação do general dos cossacos, Krasnov); em última análise, o reflexo das condições gerais

— econômicas, culturais, sociais — de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não se podem tornar “trincheira ou fortaleza”. Neste caso, seria possível dizer que Bronstein, que aparece como um “ocidentalista”, era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu. Em vez disso, Ilitch era profundamente nacional e profundamente europeu. Bronstein recorda, em suas memórias, terem-lhe dito que sua teoria se revelara boa... quinze anos depois, e responde ao epigrama com outro epigrama [122]. Na realidade, sua teoria, como tal, não era boa nem quinze anos antes nem quinze anos depois: como sucede com os obstinados, dos quais fala Guicciardini, ele adivinhou no atacado, isto é, teve razão na previsão prática mais geral; como se se previsse que uma menina de quatro anos irá se tornar mãe e, quando isto ocorre, vinte anos depois, se diz: “adivinhei”, mas sem recordar que, quando a menina tinha quatro anos, se tentara estuprá-la, na certeza de que se tornaria mãe. Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da “frente única”, que corresponde à concepção de uma só frente da *Entente* sob o comando único de Foch [123]. Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional.

A teoria de Bronstein pode ser comparada à teoria de certos sindicalistas franceses sobre a greve geral e à teoria de Rosa no opúsculo traduzido por Alessandri: o opúsculo de Rosa e a teoria de Rosa, de resto, influenciaram os sindicalistas franceses, como se depreende de determinados artigos de Rosmer sobre a Alemanha na *Vie Ouvrière* (primeira série em formato menor): procede também, em parte, da teoria da espontaneidade [124].

(Gramsci, v.3 , Caderno 7, § 16, p. 261 – 262)

Hegemonia (II)

§ 37. *Notas sobre a vida nacional francesa.* O partido monarquista em regime republicano, assim como o partido republicano em regime monarquista ou o partido nacional em regime de sujeição do país a um Estado estrangeiro não podem deixar de ser partidos *sui generis*: se pretendem obter sucessos relativamente rápidos, devem ser centrais de federações de partidos, mais do que partidos caracterizados em todos os pontos particulares de seus programas de governo; partidos de um sistema geral de governo e não de governos particulares (um lugar à parte, nesta série, cabe aos partidos confessionais, como o Centro alemão ou os diversos partidos cristãos-sociais ou populares) [82]. O partido monarquista na França apóia-se nos resíduos ainda tenazes da velha nobreza agrária e numa parte da pequena burguesia e dos intelectuais. Com que contam os monarquistas para se tornarem capazes de assumir o poder e restaurar a monarquia? Contam com o colapso do regime parlamentar-burguês e com a incapacidade de qualquer outra força organizada existente de ser o núcleo político de uma ditadura militar previsível ou por eles mesmos preparada; de nenhuma outra maneira suas forças sociais estariam em condições de conquistar o poder. Na expectativa disso, o centro dirigente da Ação Francesa desenvolve sistematicamente uma série de atividades: uma ação organizativa político-militar (militar no sentido de partido e no sentido de ter células ativas entre os oficiais do exército) para agrupar do modo mais eficiente possível a estreita base social sobre a qual o movimento se apóia historicamente [83]. Sendo esta base constituída por elementos em geral mais qualificados pela inteligência, cultura, riqueza, prática de administração, etc., do que

qualquer outro movimento, é possível ter um partido notável, até imponente, mas que se esgota em si mesmo, isto é, que não dispõe de reservas para lançar à luta numa crise decisiva. Portanto, o partido só é notável em épocas normais, quando os elementos ativos na luta política se contam por dezenas de milhares, mas se tornará insignificante (numericamente) nos períodos de crise, quando os elementos ativos se contarão por centenas de milhares, e talvez milhões.

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente aplicada na fase ativa da Revolução Francesa encontrou seu “aperfeiçoamento” jurídico-constitucional no regime parlamentar, que realiza — no período mais rico de energias “privadas” na sociedade — a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana do governo com o consenso permanentemente organizado (mas a organização do consenso é deixada à iniciativa privada, sendo portanto de caráter moral ou ético, já que se trata de consenso dado “voluntariamente” de um modo ou de outro) [84]. O “limite” encontrado pelos jacobinos na Lei Le Chapelier e na lei do *maximum* é superado e levado adiante progressivamente através de um processo completo, no qual se alternam a atividade propagandista e a atividade prática (econômica, político-jurídica) [85]; a base econômica, por causa do desenvolvimento industrial e comercial, é continuamente ampliada e aprofundada; os elementos sociais mais ricos de energia e de espírito criador elevam-se das classes inferiores até as classes dirigentes, toda a sociedade está em contínuo processo de formação e de dissolução, seguida de formações mais complexas e ricas de possibilidades; em linhas gerais, isto dura até a época do imperialismo e culmina na guerra mundial. Alternam-se neste processo tentativas de insurreições e repressões impiedosas; ampliação e restrições do sufrágio político; liberdade de associação e restrições ou anulações desta liberdade; liberdade no campo sindical mas não no campo político; formas diversas de sufrágio, votos por lista ou em distritos uninominais, sistema proporcional ou individual, com as várias combinações que disso resultam — sistema de duas Câmaras ou de uma só Câmara eletiva, com vários modos de eleição para cada uma delas (Câmara vitalícia e hereditária, Senado com mandato temporário, mas com eleição dos senadores diferente da eleição de deputados, etc.) —; diferente equilíbrio dos poderes (pelo que a magistratura pode ser um poder independente ou apenas uma ordem, controlada e dirigida através de circulares ministeriais); diferentes atribuições do chefe do governo e do chefe do Estado; equilíbrio interno diferente dos organismos territoriais (centralismo ou descentralização, maiores ou menores poderes dos administradores de departamento, dos conselhos provinciais, dos municípios, etc.); diferente equilíbrio entre as forças armadas alistadas e as profissionais (polícia civil e militar), com a dependência destes corpos profissionais de um ou de outro órgão estatal (da magistratura, do Ministério do Interior ou do Estado-Maior); o maior ou menor papel atribuído aos costumes ou à lei escrita, pelo que se desenvolvem formas consuetudinárias que podem, num certo ponto, ser abolidas pelas leis escritas (em alguns países, “parecia” que se haviam construído regimes democráticos, mas estes se constituíram apenas formalmente, sem luta, sem sanção constitucional, e foi fácil desagregá-los sem luta, ou quase, reconstituindo a lei escrita ou interpretando a lei escrita de modo reacionário, já que eles careciam de recursos jurídico-morais e militares); a maior ou menor discrepância entre as leis fundamentais e as normas de execução, que anulam as primeiras ou lhes dão uma interpretação restritiva; o emprego mais ou menos amplo dos decretos-leis, que tendem a substituir a legislação ordinária e a modificam em determinadas ocasiões, “forçando a paciência” do Parlamento até configurar uma verdadeira “chantagem de guerra civil”. Contribuem para este processo os teóricos-filósofos, os publicistas, os partidos políticos, etc., no que se refere ao desenvolvimento da parte formal, e os movimentos e as pressões de massa no que se refere à parte substancial, com ações e reações recíprocas, com iniciativas “preventivas” antes que um fenômeno se manifeste perigosamente e com repressões quando as prevenções falharam ou foram tardias e ineficazes.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do anta-

gonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.

No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e em seus aspectos secundários e derivados. Os mais triviais são: “crise do princípio de autoridade” e “dissolução do regime parlamentar”. Naturalmente, descrevem-se do fenômeno tão-somente as manifestações “teatrais” no terreno parlamentar e do governo político, manifestações que são explicadas precisamente através da falência de alguns “princípios” (parlamentar, democrático, etc.) e da “crise” do princípio de autoridade (da falência de tal princípio falarão outros não menos superficiais e supersticiosos). A crise se apresenta, praticamente, na dificuldade cada vez maior para formar os governos e na instabilidade cada vez maior dos próprios governos: ela tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas permanentes de cada um destes partidos (ou seja, verifica-se no interior de cada partido o que se verifica no Parlamento como um todo: dificuldades de governo e instabilidade de direção). As formas deste fenômeno são também, em certa medida, de corrupção e dissolução moral: cada fração de partido acredita possuir a receita infalível para deter o enfraquecimento do partido como um todo e recorre a todos os meios para assumir sua direção ou, pelo menos, para participar da direção, do mesmo modo como, no Parlamento, o partido pensa que deve ser o único a formar o governo para salvar o país, ou pelo menos pretende, para dar apoio ao governo, participar dele do modo mais amplo possível; disso resultam acordos cavilosos e minuciosos, que não podem deixar de ser personalistas a ponto de parecer escandalosos e que, freqüentemente, são inconfiáveis e traiçoeiros. Talvez, na realidade, a corrupção pessoal seja menor do que parece, já que todo o organismo político está corrompido pelo esfacelamento da função hegemônica. Seria possível também justificar o fato de que os interessados em que a crise se resolva de seu próprio ponto de vista finjam acreditar e proclamem em voz alta que se trata da “corrupção” e da “dissolução” de uma série de “princípios” (imortais ou não): cada um é o melhor juiz na escolha das armas ideológicas mais apropriadas ao fim que pretende alcançar, e a demagogia pode ser considerada uma excelente arma. Mas a coisa torna-se cômica quando o demagogo não sabe que é demagogo e atua na prática como se fosse verdade que na realidade dos fatos o hábito faz o monge e o chapéu, o cérebro. Assim, Maquiavel se torna Stenterello [86].

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 37, p. 92 – 96)

Estado ampliado

§ 87. *Armas e religião.* Afirmação de Guicciardini de que, para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude. Em todo caso, na concepção política do Renascimento a religião era o consenso e a Igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica universal. Não se está fora da Idade Média a não ser pelo fato de que se concebe e analisa abertamente a religião como *instrumentum regni*.

Deve-se estudar, a partir deste ponto de vista, a iniciativa jacobina de instituir o culto do “Ser Supremo”, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil), numa desesperada tentativa de dominar toda a vida popular e nacional, mas que surge também como a primeira raiz do moderno Estado laico, independente da Igreja, que procura e encontra em si mesmo, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica.

(Gramsci, v.3 , Caderno 6, § 87, p. 243 – 244)

Estado guarda noturno

§ 88. *Estado gendarme—guarda-noturno, etc.* Deve-se meditar sobre este tema: a concepção do Estado gendarme—guarda-noturno, etc. (à parte a especificação de caráter polêmico: gendarme, guarda-noturno, etc.) não será, afinal, a única concepção do Estado que supere as fases extremas “corporativo-econômicas”? Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). As expressões Estado ético ou sociedade civil significariam que esta “imagem” de Estado sem Estado estava presente nos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se situavam no terreno da pura ciência (= pura utopia, enquanto baseada no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa à consciência). E preciso recordar que a expressão guarda-noturno para o Estado liberal é de Lassalle, isto é, de um estatista dogmático e não dialético [109]. (Cf. bem a doutrina de Lassalle sobre este ponto e sobre o Estado em geral, em contraste com o marxismo). Na doutrina do Estado → sociedade regulada, de uma fase em que Estado será igual a Governo, e Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase de Estado—guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas. E isso não pode fazer pensar num novo “liberalismo”, embora esteja por se dar o início de uma era de liberdade orgânica.

§ 6. O Estado “*veilleur de nuit*”. Na polêmica (de resto, superficial) sobre as funções do Estado (e entenda-se Estado como organização político-jurídica em sentido estrito), a expressão “Estado-*veilleur de nuit*” (“Estado guarda-noturno”) corresponde em italiano a Estado *carabiniere* e quer significar um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e do respeito às leis. Não se insiste no fato de que nesta forma de regime (que, afinal, jamais existiu a não ser no papel, como hipótese-limite) a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é “Estado”, aliás, é o próprio Estado. Parece que a expressão *veilleur de nuit*, que teria um valor mais sarcástico do que “Estado *carabiniere*” ou “Estado gendarme”, é de Lassalle [8]. Seu oposto seria o “Estado ético” ou o “Estado intervencionista” em geral, mas existem diferenças entre uma e outra expressão: o conceito de Estado ético é de origem filosófica e intelectual (própria dos intelectuais: Hegel) e, na verdade, poderia ser associado com o de “Estado-*veilleur de nuit*”, uma vez que se refere sobretudo à atividade autônoma, educativa e moral do Estado laico, em contraposição ao cosmopolitismo e à ingerência da organização eclesiástico-religiosa como resíduo medieval; o conceito de Estado intervencionista é de origem econômica e está ligado, por uma parte, às correntes protecionistas ou de nacionalismo econômico e, por outra, à tentativa de fazer com que um pessoal estatal determinado, de origem fundiária e feudal, assumia a “proteção” das classes trabalhadoras contra os excessos do capitalismo (política de Bismarck e de Disraeli). Estas diversas tendências podem se combinar de variados modos e, de fato, se combinaram. Naturalmente, os liberais (“economicistas”) defendem o Estado-*veilleur de nuit* e prefeririam que a iniciativa histórica fosse deixada à sociedade civil e às diversas forças que nela brotam, com o “Estado” guardião da “lealdade do jogo” e de suas leis: os intelectuais fazem distinções muito importantes quando são liberais e também quando são intervencionistas (podem ser liberais no campo econômico e intervencionistas no cultural, etc.).

Os católicos prefeririam o Estado intervencionista completamente a seu favor; na falta disto, ou onde são minoria, querem o Estado “indiferente”, para que este não sustente seus adversários.

(Gramsci, v.3, Caderno 6, § 88, p. 244 – 245 e v.4, Caderno 26, § 6, p. 85 – 86)

Estado ético

§ 179. *Estado ético ou de cultura.* Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. A concepção de Hegel é própria de um período em que o desenvolvimento extensivo da burguesia podia parecer ilimitado e, portanto, a eticidade ou universalidade desta classe podia ser afirmada: todo o gênero humano será burguês. Mas, na realidade, só o grupo social que propõe o fim do Estado e de si mesmo como objetivo a ser alcançado pode criar um Estado ético, tendente a eliminar as divisões internas de dominados, etc., e a criar um organismo social unitário técnico-moral.

(Gramsci, v.3 , Caderno 8, § 179, p. 284 – 285)

Estatolatria

§ 130. *Noções enciclopédicas e temas de cultura. Estatolatria.* Atitude de cada um dos diferentes grupos sociais em relação ao próprio Estado. A análise não seria exata se não se levassem em conta as duas formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como “autogoverno” e como “governo dos funcionários”. Dá-se o nome de “estatolatria” a uma determinada atitude em relação ao “governo dos funcionários” ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado.

A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. Para alguns grupos sociais que, antes da elevação à vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente (como na sociedade medieval e nos governos absolutistas se tornara possível por causa da existência jurídica dos estamentos ou ordens privilegiadas), um período de estatolatria é necessário e até oportuno: esta “estatolatria” é apenas a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente. Todavia, tal “estatolatria” não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como “perpétua”: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja “estatal”, ainda que não se deva ao “governo dos funcionários” (fazer com que a vida estatal se torne “espontânea”). (Cf., infra, no § 142, o tema “Iniciativa individual”.)

(Gramsci, v.3 , Caderno 8, § 130, p. 279 – 280)

BLOCO 3 – AS NOTAS SOBRE MAQUIAVEL E A POLÍTICA

O diálogo com Maquiavel é especialmente rico em todos os Cadernos e permite interpretar a concepção que Gramsci desenvolveu da atividade política em seu período carcerário. Maquiavel é uma inspiração para se pensar o papel do “ator” na política moderna, que Gramsci vai ligar ao tema da formação da vontade coletiva capaz de construir novas formas de direção política, novas estatalidades. O “moderno príncipe” assumia historicamente a forma do partido político, organicamente vinculado à classe social, recusando portanto a encarnação da vontade coletiva na figura de um indivíduo. É também reveladora a crítica de Gramsci às interpretações conservadoras do realismo político.

Maquiavel e o moderno príncipe

§1. O caráter fundamental do *Príncipe* é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro “vivo”, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do “mito”. Entre a utopia e o tratado escolástico, formas nas quais se configurava a ciência política até Maquiavel, este deu à sua concepção a forma da fantasia e da arte, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um *condottiero*, que representa plástica e “antropomorficamente” o símbolo da “vontade coletiva”. O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas. (Deve-se pesquisar, nos escritores políticos anteriores a Maquiavel, se existem textos configurados como o *Príncipe*. Também o final do *Príncipe* está ligado a este caráter “mítico” do livro; depois de ter representado o *condottiero* ideal, Maquiavel — num trecho de grande eficácia artística — invoca o *condottiero* real que o personifique historicamente: esta invocação apaixonada reflete-se em todo o livro, conferindo-lhe precisamente o caráter dramático. Nos *Prolegomeni* de L. Russo, Maquiavel é chamado de artista da política e, numa ocasião, chega-se mesmo a encontrar a expressão “mito”, mas não exatamente no sentido acima indicado) [1].

O *Príncipe* de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do “mito” soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva. O caráter utópico do *Príncipe* consiste no fato de que o “príncipe” não existia na realidade histórica, não se apresentava ao povo italiano com características de imediatividade objetiva, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do líder, do *condottiero* ideal; mas os elementos passionais, míticos, contidos em todo o pequeno livro, com movimento dramático de grande efeito, sintetizam-se e tornam-se vivos na conclusão, na invocação de um príncipe “realmente existente”. Em todo o pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico: na conclusão, o próprio Maquiavel se faz povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo “genericamente” entendido e sim com o povo que Maquiavel convenceu com seu tratamento precedente, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele se identifica: parece que todo o trabalho “lógico” não é mais do que uma auto-reflexão do povo, do que um raciocínio interior que se realiza na consciência popular e acaba num grito apaixonado, imediato. De raciocínio sobre si mesma, a paixão transforma-se em “afeto”, febre, fanatismo de ação. Eis por que o epílogo do *Príncipe* não é algo extrínseco, “imposto” de fora, retórico, mas deve ser explicado como elemento necessário da obra ou, melhor ainda, como aquele elemento que reverbera sua verdadeira luz em toda a obra e faz dela algo similar a um “manifesto político”.

Pode-se estudar como Sorel, partindo da concepção da ideologia-mito, não atingiu a compreensão do partido político, mas se deteve na concepção do sindicato profissional. É verdade que, para Sorel, o “mito” não encontrava sua expressão maior no sindicato, como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já atuante, ação prática cuja máxima realiza-

ção deveria ser a greve geral, isto é, uma “atividade passiva”, por assim dizer, ou seja, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo é dado somente pelo acordo alcançado nas vontades associadas) de uma atividade que não prevê uma fase própria «ativa e construtiva». Em Sorel, portanto, chocavam-se duas necessidades: a do mito e a da crítica do mito, uma vez que «todo plano preestabelecido é utópico e reacionário». A solução era abandonada ao impulso do irracional, do «arbitrário» (no sentido bergsoniano de «impulso vital»), ou seja, da «espontaneidade». (Deve-se notar aqui uma contradição implícita entre o modo pelo qual Croce apresenta seu problema de história e anti-história e outros modos de pensar de Croce: sua aversão aos «partidos políticos» e seu modo de pôr a questão da «previsibilidade» dos fatos sociais — cf. *Conversazioni critiche*, primeira série, p. 150-2, resenha do livro de Ludovico Limentani, *La previsione dei fatti sociali*, Turim, Bocca, 1907; se os fatos sociais são imprevisíveis e o próprio conceito de previsão é nada mais do que um som, o irracional não pode deixar de dominar e toda organização de homens é anti-história, é um “preconceito”: só resta resolver caso a caso, e com critérios imediatos, os problemas práticos singulares colocados pelo desenvolvimento histórico — cf. o artigo de Croce, “Il partito come giudizio e come pregiudizio”, em *Cultura e vita morale* — e o oportunismo torna-se a única linha política possível.) Mas pode um mito ser “não construtivo”, pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja produtor de realidades um instrumento que deixa a vontade coletiva na fase primitiva e elementar de sua mera formação, por distinção (por “cisão”), ainda que com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes? Mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido. Neste caso, pode-se ver que se supõe por trás da espontaneidade um puro mecanicismo, por trás da liberdade (arbítrio-impulso vital) um máximo de determinismo, por trás do idealismo um materialismo absoluto.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter “carismático” do *condottiero* (o que ocorreu na aventura de Boulanger) [2]. Mas uma ação imediata desse tipo, por sua própria natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: será quase sempre do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais (como era o caso no *Príncipe* de Maquiavel, onde o aspecto de restauração era só um elemento retórico, isto é, ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma e que devia restaurar a ordem e a potência de Roma), será de tipo “defensivo” e não criativo original, ou seja, no qual se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, dispersado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e catastrófico, sendo assim necessário reconcentrá-la e fortalecê-la; e não que se deva criar uma vontade coletiva *ex novo*, original, orientada para metas concretas e racionais, mas de uma concreção e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida.

O caráter “abstrato” da concepção soreliana do “mito” revela-se na aversão (que assume a forma passional de uma repugnância ética) pelos *jacobinos*, que certamente foram uma “encarnação categórica” do Príncipe de Maquiavel. O moderno *Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação *ex novo*, original. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como pro-

tagonista de um drama histórico real e efetivo.

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à “vontade coletiva”, apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos. Por que não se teve a monarquia absoluta na Itália na época de Maquiavel? É necessário remontar ao Império Romano (questão da língua, dos intelectuais, etc.), compreender a função das Comunas medievais, o significado do catolicismo, etc.; deve-se, em suma, fazer um esboço de toda a história italiana, sintético mas exato.

A razão dos sucessivos fracassos das tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular deve ser procurada na existência de determinados grupos sociais que se formam a partir da dissolução da burguesia comunal, no caráter particular de outros grupos que refletem a função internacional da Itália como sede da Igreja e depositária do Sacro Império Romano, etc. Esta função e a conseqüente posição determinam uma situação interna que pode ser chamada de “econômico-corporativa”, isto é, no plano político, a pior das formas de sociedade feudal, a forma menos progressista e mais estacionária: nunca se formou, e não poderia formar-se, uma força *jacobina* eficiente, precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados modernos. Existem finalmente as condições para esta vontade, ou seja, qual é a relação atual entre estas condições e as forças opostas? Tradicionalmente, as forças opostas foram a aristocracia rural e, de modo mais geral, a propriedade agrária em seu conjunto, com seu característico traço italiano, que é o de ser uma específica “burguesia rural”, herança de parasitismo legada aos tempos modernos pela dissolução, como classe, da burguesia comunal (as cem cidades, as cidades do silêncio) [3]. As condições positivas devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa; na compreensão disso, deve-se identificar um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção da revolução nacional. Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo.

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo. Também neste campo encontramos, na tradição, ausência de jacobinismo e medo do jacobinismo (a última expressão filosófica desse medo é a atitude malthusiana de B. Croce em face da religião) [4]. O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.

Estes dois pontos fundamentais — formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral — deveriam constituir a estrutura do trabalho. Os pontos programáticos concretos devem ser incorporados na primeira parte, isto é, deveriam resultar “dramaticamente” da argumentação, não ser uma fria e pedante exposição de raciocínios.

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como

ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume.

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 1, p. 13 – 19)

Realismo político e “dever ser”

§ 16. O “excessivo” (e, portanto, superficial e mecânico) realismo político leva muitas vezes à afirmação de que o homem de Estado só deve atuar no âmbito da «realidade efetiva», não se interessar pelo «dever ser», mas apenas pelo «ser». Isto significaria que o homem de Estado não deve ter perspectivas para além do tamanho de seu nariz. Este erro levou Paolo Treves a encontrar em Guicciardini, e não em Maquiavel, o «verdadeiro político» [21]. Cabe distinguir não só entre «diplomata» e «político», mas também entre cientista da política e político em ato. O diplomata tem de se mover apenas na realidade efetiva, já que sua atividade específica não é a de criar novos equilíbrios, mas a de conservar, dentro de determinados quadros jurídicos, um equilíbrio já existente. Assim, também o cientista, como mero cientista, deve se mover apenas na realidade efetiva. Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o «dever ser», não entendido evidentemente em sentido moralista. A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o «dever ser» é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o «dever ser» é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. A oposição Savonarola-Maquiavel não é a oposição entre ser e dever ser (todo o parágrafo de Russo sobre este ponto é pura literatura), mas entre dois tipos de «dever ser»: o abstrato e obscuro de Savonarola e o realista de Maquiavel, realista ainda que não se tenha tornado realidade imediata, pois não se pode esperar que um indivíduo ou um livro modifiquem a realidade, mas só que a interpretem e indiquem a linha possível da ação. O limite e a estreiteza de Maquiavel consistem apenas no fato de ter sido ele uma «pessoa privada», um escritor, e não o chefe de um Estado ou de um exército, que é também uma pessoa singular, mas tem à sua disposição as forças de um Estado ou de um exército, e não somente exércitos de palavras. Nem por isso se pode dizer que Maquiavel tenha sido também ele um «profeta desarmado»: seria fazer ironia barata. Maquiavel jamais diz que pensa em, ou se propõe ele mesmo, mudar a realidade, mas visa apenas e concretamente a mostrar como deveriam operar as forças históricas para se tornarem eficientes [22].

(Gramsci, v.3 , Caderno 13, § 16, p. 34 – 35)

BLOCO 4 – REVOLUÇÃO PASSIVA

A análise da história da unificação italiana talvez seja o ponto mais alto da teoria da hegemonia nos Cadernos do Cárcere. Aqui, a hegemonia aparece vinculada ao conceito de “revolução passiva”, categoria que Gramsci utiliza para interpretar os processos de revolução burguesa em que o elemento mais avançado permanece secundarizado. São os processos de revolução- restauração, em que a debilidade de um ator capaz de encarnar a antítese permite a conservação de aspectos decisivos das velhas sociedades no curso da revolução burguesa.

Revolução passiva (I)

§ 57. *Vincenzo Cuoco e a revolução passiva.* Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. Ver como Cuoco desenvolve o conceito para a Itália.

(Gramsci, v.5 , Caderno 4, § 57, p. 209 – 210)

Formação do estado nacional italiano

§ 24. *O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália.* Todo o problema da conexão entre as várias correntes políticas do *Risorgimento*, isto é, de suas relações recíprocas e de suas relações com os grupos sociais homogêneos ou subordinados existentes nas variadas áreas (ou setores) históricas do território nacional, se reduz a este dado fundamental: os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas (e, em todo caso, segundo uma linha de desenvolvimento organicamente progressivo), ao passo que o chamado Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados; ou seja, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos moderados: a afirmação atribuída a Vítor Emanuel II de “ter no bolso” o Partido de Ação, ou algo semelhante, é praticamente exata, e não só pelos contatos pessoais do Rei com Garibaldi, mas porque, de fato, o Partido de Ação foi dirigido “indiretamente” por Cavour e o Rei. O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política [65]. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas

e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco [66].

Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar “liberais”, isto é, através da iniciativa individual, “molecular”, “privada” (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa). De resto, isto era “normal”, dada a estrutura e a função dos grupos sociais representados pelos moderados, dos quais os moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico. Para o Partido de Ação, o problema se apresentava de modo diverso e diferentes sistemas organizativos deveriam ter sido empregados. Os moderados eram intelectuais já naturalmente “condensados” pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram a expressão (para toda uma série deles, realizava-se a identidade de representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc.). Dada esta condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam uma poderosa atração, de modo “espontâneo”, sobre toda a massa de intelectuais de todo nível que existiam na península em estado “difuso”, “molecular”, em função das necessidades, ainda que satisfeitas de modo elementar, da instrução e da administração. Evidencia-se aqui a consistência metodológica de um critério de investigação histórico-política: não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si; mas os intelectuais da classe historicamente (e realisticamente) progressista, nas condições dadas, exercem um tal poder de atração que terminam, em última análise, por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, assim, criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com laços de ordem psicológica (vaidade, etc.) e, muitas vezes, de casta (técnico-jurídicos, corporativos, etc.).

Este fato se verifica “espontaneamente” nos períodos históricos em que o grupo social dado é realmente progressista, isto é, faz avançar realmente toda a sociedade, satisfazendo não só suas exigências vitais, mas ampliando continuamente os próprios quadros para a contínua ocupação de novas esferas de atividade econômico-produtiva. Assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a “coerção” pode substituir a “espontaneidade” sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado.

O Partido de Ação não só não podia ter, dada a sua natureza, um poder análogo de atração, mas era ele mesmo atraído e influenciado, seja em razão da atmosfera de intimidação (pânico de um 1793 terrorista, reforçado pelos acontecimentos franceses de 1848-1849), que o levava a hesitar em acolher em seu programa determinadas reivindicações populares (por exemplo, a reforma agrária), seja porque algumas de suas maiores personalidades (Garibaldi) tinham, ainda que irregularmente (oscilações), uma relação pessoal de subordinação com os líderes dos moderados. Para que o Partido de Ação se tornasse uma força autônoma e, em última análise, conseguisse pelo menos imprimir ao movimento do *Risorgimento* um caráter mais acentuadamente popular e democrático (mais além talvez não pudesse ir, dadas as premissas fundamentais do próprio movimento), deveria ter contraposto à atividade “empírica” dos moderados (que só era empírica no modo de dizer, uma vez que correspondia perfeitamente ao fim) um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses: à atração “espontânea” exercida pelos moderados deveria ter contraposto uma resistência e uma contra-ofensiva “organizada” segundo um plano.

Como exemplo típico de atração espontânea exercida pelos moderados, deve-se recordar a formação e o desenvolvimento do movimento “católico-liberal”, que tanto impressionou o Papado e em parte conseguiu paralisar suas iniciativas e desmoralizá-lo, levando-o, num primeiro momento, muito à esquerda — com as manifestações liberalizantes de Pio IX — e, num segundo momento, empurrando-o para uma posição mais à direita do que poderia ter ocupado e, em definitivo, determinando seu isolamento na península e na Europa. O Papado demonstrou, em seguida, ter aprendido a lição e soube, em tempos

mais recentes, manobrar brilhantemente: o modernismo, primeiro, e o *popolarismo*, depois, são movimentos análogos ao católico-liberal do *Risorgimento*, devidos em grande parte ao poder de atração espontânea exercida, por um lado, pelo historicismo moderno dos intelectuais laicos das classes altas e, por outro, pelo movimento prático da filosofia da práxis. O Papado golpeou o modernismo como tendência reformadora da Igreja e da religião católica, mas desenvolveu o *popolarismo*, isto é, a base econômico-social do modernismo, e hoje, com Pio XI, transforma-o no fulcro de sua política mundial [67].

No entanto, faltou ao Partido de Ação precisamente um programa concreto de governo. Em substância, ele sempre foi, mais do que qualquer outra coisa, um organismo de agitação e propaganda a serviço dos moderados. As divergências e os conflitos internos do Partido de Ação, os ódios tremendos que Mazzini suscitou contra sua pessoa e sua atividade por parte dos mais vigorosos homens de ação (Garibaldi, Felice Orsini, etc.) foram determinados pela falta de uma firme direção política [68]. As polêmicas internas foram, em grande parte, tão abstratas quanto a pregação de Mazzini, mas delas se podem extrair úteis indicações históricas (sirvam como exemplo os escritos de Pisacane, que, de resto, cometeu erros políticos e militares irreparáveis, como a oposição à ditadura militar de Garibaldi na República Romana) [69]. O Partido de Ação estava encharcado de tradição retórica da literatura italiana: confundia a unidade cultural existente na península — limitada, porém, a um estrato muito reduzido da população e maculada pelo cosmopolitismo Vaticano — com a unidade política e territorial das grandes massas populares, que eram alheias àquela tradição cultural e dela não faziam caso, admitindo-se que conhecessem sua própria existência. Pode-se fazer uma comparação entre os jacobinos e o Partido de Ação. Os jacobinos lutaram tenazmente para assegurar uma ligação entre cidade e campo e obtiveram êxito neste aspecto. Sua derrota como partido determinado se deveu ao fato de que, num certo ponto, se chocaram contra as exigências dos operários parisienses, mas eles, na realidade, tiveram continuação sob outra forma com Napoleão e hoje, muito miseravelmente, com os radical-socialistas de Herriot e Daladier [70].

Na literatura política francesa, a necessidade de ligar a cidade (Paris) ao campo fora sempre vivamente sentida e expressa; basta recordar a coleção de romances de Eugène Sue, muito difundidos também na Itália (no *Piccolo mondo antico*, Fogazzaro mostra como Franco Maironi recebia clandestinamente da Suíça os fascículos dos *Mistérios do povo*, que foram queimados por obra do carrasco em algumas cidades européias — por exemplo, em Viena) e que insistem, com particular regularidade, na necessidade de levar em conta os camponeses e ligá-los a Paris; e Sue foi o romancista popular da tradição política jacobina e a “fonte primária” de Herriot e Daladier sob muitos pontos de vista (lenda napoleônica, anticlericalismo e antijesuitismo, reformismo pequeno-burguês, teorias penitenciárias, etc.) [71]. É verdade que o Partido de Ação foi sempre implicitamente antifrancês devido à ideologia mazziniana (ver na *Critica*, ano 1929, p. 223 e ss., o ensaio de Omodeo “Primato francese e iniziativa italiana”), mas tinha na história da península a tradição à qual podia se referir e filiar. A história das Comunas é rica de experiências a propósito: a burguesia nascente busca aliados nos camponeses contra o Império e contra o feudalismo local (é verdade que a história se torna complexa graças à luta entre burgueses e nobres para obter mão-de-obra barata: os burgueses têm necessidade de mão-de-obra abundante e esta só pode ser dada pelas massas rurais, mas os nobres querem os camponeses ligados ao solo: fuga de camponeses para as cidades, onde os nobres não podem capturá-los. De todo modo, mesmo em situação diversa, aparece no desenvolvimento da civilização comunal a função da cidade como elemento diretivo, da cidade que aprofunda os conflitos internos do campo e deles se serve como instrumento político-militar para abater o feudalismo). Mas Maquiavel, o mais clássico mestre de arte política dos grupos dirigentes italianos, também havia formulado o problema, naturalmente nos termos e com as preocupações de seu tempo; nos textos político-militares de Maquiavel, vê-se bastante bem a necessidade de subordinar organicamente as massas populares às camadas dirigentes, para criar uma milícia nacional capaz de eliminar as tropas mercenárias.

Nesta corrente de Maquiavel talvez deva ser inserido Carlo Pisacane, para o qual o problema de satisfazer as reivindicações populares (depois de tê-las suscitado com a propaganda) é visto predominantemente do ponto de vista militar. A propósito de Pisacane, é preciso analisar algumas antinomias de sua concepção: Pisacane, nobre napolitano, havia conseguido dominar uma série de conceitos político-militares postos em circulação pelas experiências bélicas da Revolução Francesa e de Napoleão, transplantados para Nápoles sob os reinos de José Bonaparte e de Joachim Murat, mas especialmente pela

experiência viva dos oficiais napolitanos que haviam combatido com Napoleão (no necrológio de Cadorna feito por M. Missiroli na *Nuova Antologia*, insiste-se na importância que tal experiência e tradição militar napolitana, através de Pianell, por exemplo, tiveram na reorganização do Exército italiano depois de 1870); Pisacane compreendeu que, sem uma política democrática, não pode haver Exércitos nacionais de alistamento obrigatório, mas é inexplicável sua aversão à estratégia de Garibaldi e sua desconfiança contra Garibaldi; em relação a Garibaldi, ele tem a mesma atitude de desprezo que tinham em relação a Napoleão os Estados-Maiores do antigo regime [72].

Sobre estes problemas do *Risorgimento*, a individualidade que mais se deve estudar é Giuseppe Ferrari, mas não tanto em suas obras ditas maiores, verdadeiras colchas de retalho confusas e esfarrapadas, quanto nos opúsculos e nas cartas [73]. Mas Ferrari estava em grande parte fora da concreta realidade italiana: afrancesara-se excessivamente. Muitas vezes, seus juízos parecem mais sagazes do que realmente são, porque ele aplicava à Itália esquemas franceses, os quais representavam situações bem mais avançadas do que as italianas. Pode-se dizer que Ferrari se encontrava, em relação à Itália, na posição de um “póster” e que, num certo sentido, emitia um “juízo retrospectivo”. Ao contrário, o político deve ser um realizador efetivo e atual; Ferrari tão-somente via que, entre a situação italiana e a francesa, faltava um elo e que importava justamente inserir este elo para passar ao seguinte. Ferrari não soube “traduzir” o francês em italiano e, por isto, sua própria “sagacidade” se tornava um elemento de confusão, suscitava novas seitas e pequenas escolas, mas não incidia no movimento real.

Ao se aprofundar a questão, vê-se que sob muitos aspectos a diferença entre muitos homens do Partido de Ação e os moderados era mais de “temperamento” do que de caráter organicamente político. O termo “jacobino” terminou por assumir dois significados: existe o significado próprio, historicamente caracterizado, de um determinado partido da Revolução Francesa, que concebia o desenvolvimento da vida francesa de um modo determinado, com um programa determinado, com base em forças sociais determinadas, e que explicitou sua ação de partido e de governo com um método determinado que era caracterizado por uma extrema energia, decisão e resolução, derivado da crença fanática na virtude tanto daquele programa quanto daquele método. Na linguagem política, os dois aspectos do jacobinismo foram cindidos e se chamou “jacobino” o político enérgico, resoluto e fanático, porque fanaticamente persuadido das virtudes taumatúrgicas de suas idéias, fossem quais fossem: nesta definição, prevaleceram os elementos destrutivos derivados do ódio contra os adversários e os inimigos, mais do que aqueles construtivos, derivados do fato de se terem adotado as reivindicações das massas populares; o elemento sectário, de conventículo, de pequeno grupo, de individualismo desenfreado, mais do que o elemento político nacional. Assim, quando se lê que Crispi foi um jacobino, é neste significado pior que é preciso entender a afirmação. Por seu programa, Crispi foi um moderado puro e simples. Sua “obsessão” jacobina mais nobre foi a unidade político-territorial do país. Este princípio foi sempre sua bússola de orientação, não só no período do *Risorgimento* em sentido estrito, mas também no período sucessivo, de sua participação no governo. Homem fortemente passional, ele odeia os moderados como pessoas: vê os moderados como retardatários, heróis de batalhas fictícias, gente que teria selado a paz com os velhos regimes se estes se tivessem constitucionalizado, gente, como os moderados toscanos, que se havia agarrado à casaca do Grão-Duque para não deixá-lo ir embora; ele confiava pouco numa unidade feita por não-unitários. Por isto, liga-se à monarquia, que, ele compreende, será resolutamente unitária por razões dinásticas, e abraça o princípio da hegemonia piemontesa com uma energia e um arrebatamento inexistentes nos próprios políticos piemonteses. Cavour havia advertido que não se tratasse o *Mezzogiorno* à base de estados de sítio: Crispi, no entanto, logo estabelece o estado de sítio e os tribunais marciais na Sicília em virtude do movimento dos *Fasci*, acusa os dirigentes dos *Fasci* de tramar com a Inglaterra a separação da Sicília (pseudotrato de Bisacquino) [74]. Crispi liga-se estreitamente aos latifundiários sicilianos, a camada mais unitária por medo das reivindicações camponesas, ao mesmo tempo que sua política geral tem como meta reforçar o industrialismo setentrional, com a guerra de tarifas contra a França e o protecionismo alfandegário: ele não hesita em lançar o *Mezzogiorno* e as ilhas numa crise comercial tremenda, para reforçar a indústria que podia dar ao país uma independência real e ampliar os quadros do grupo social dominante; é a política de fabricar o fabricante. O Governo da Direita, de 1861 a 1876, só havia criado timidamente as condições gerais externas para o desenvolvimento econômico: ordenamen-

to do aparelho governamental, estradas, ferrovias, telégrafos, e havia saneado as finanças oneradas pelas dívidas de guerra do *Risorgimento*. A Esquerda buscava conter o ódio suscitado no povo pelo fiscalismo unilateral da Direita, mas conseguiu apenas ser um válvula de segurança: havia continuado a política da Direita com homens e frases de esquerda. Ao contrário, Crispi empurrou realmente à frente a nova sociedade italiana, foi o verdadeiro homem da nova burguesia. Mas sua figura é caracterizada pela desproporção entre os fatos e as palavras, entre a repressão e o objeto da repressão, entre o instrumento e o golpe vibrado; manejava uma colubrina enferrujada como se fosse uma peça moderna de artilharia. Mesmo a política colonial de Crispi está ligada a sua obsessão unitária e, nisto, soube compreender a inocência política do *Mezzogiorno*; o camponês meridional queria a terra, e Crispi, que não lhe queria (ou podia) dar essa terra na própria Itália, que não queria fazer “jacobinismo econômico”, construiu a miragem das terras coloniais a serem exploradas. O imperialismo de Crispi foi um imperialismo passional, oratório, sem nenhuma base econômico-financeira. A Europa capitalista, rica de meios e chegada ao ponto em que a taxa de lucro começava a mostrar tendência à queda, tinha necessidade de ampliar a área de expansão de seus investimentos rentáveis; assim se criaram depois de 1890 os grandes impérios coloniais. Mas a Itália, ainda imatura, não só não tinha capitais para exportar, mas devia recorrer ao capital estrangeiro para suas próprias e limitadíssimas necessidades. Faltava, pois, um impulso real ao imperialismo italiano, que foi substituído pela passionalidade popular dos trabalhadores rurais cegamente voltados para a propriedade da terra: tratou-se de uma necessidade de política interna a resolver, cuja solução foi desviada para o infinito. Por isto, a política de Crispi foi combatida pelos próprios capitalistas (setentrionais), que teriam visto com olhos mais favoráveis o emprego na Itália das ingentes somas gastas na África; mas, no *Mezzogiorno*, Crispi foi popular por ter criado o “mito” da terra fácil.

Crispi marcou fortemente um amplo grupo de intelectuais sicilianos (de modo especial, porque, na verdade, influenciou todos os intelectuais italianos, criando as primeiras células de um socialismo nacional que, mais tarde, devia se desenvolver impetuosamente); criou aquele fanatismo unitário que determinou uma atmosfera permanente de suspeição contra tudo o que possa insinuar separatismo [75]. Mas isto não impediu (e se compreende) que, em 1920, os latifundiários sicilianos se reunissem em Palermo e pronunciassem um verdadeiro ultimato contra o Governo “de Roma”, ameaçando a separação, assim como não impediu que muitos destes latifundiários mantivessem a cidadania espanhola e levassem o Governo de Madrid a intervir diplomaticamente (o caso do Duque de Bivona, em 1919) para a proteção de seus interesses ameaçados pela agitação dos camponeses ex-combatentes [76]. O comportamento dos vários grupos sociais do *Mezzogiorno* de 1919 até 1926 serve para iluminar e destacar algumas fraquezas da orientação obsessivamente unitária de Crispi e para destacar algumas correções nela introduzidas por Giolitti (poucas, na realidade, porque Giolitti se manteve essencialmente na esteira de Crispi: Giolitti substituiu por zelo e continuidade burocrática o jacobinismo de temperamento de Crispi; manteve a “miragem da terra” na política colonial, mas, em geral, sustentou esta política com uma concepção militar “defensiva” e com a premissa de que é preciso criar as condições de liberdade de expansão para o futuro).

O episódio do ultimato dos latifundiários sicilianos em 1920 não é isolado e dele se poderia dar outra interpretação, dado o precedente das classes altas lombardas, que em algumas ocasiões haviam ameaçado “agir por si mesmas”, reconstituindo o antigo Ducado de Milão (política de chantagem momentânea contra o Governo), se não encontrasse uma interpretação autêntica nas campanhas feitas por *Il Mattino* desde 1919 até a defenestração dos irmãos Scarfoglio, que seria excessivamente simplista considerar inteiramente plantadas nas nuvens, isto é, não ligadas de algum modo a correntes de opinião pública e a estados de espírito que permaneceram subterrâneos, latentes, potenciais, em virtude da atmosfera de intimidação criada pelo unitarismo obsessivo [77]. Por duas vezes, *Il Mattino* sustentou esta tese: que o *Mezzogiorno* veio a fazer parte do Estado italiano numa base contratual, o Estatuto albertino, mas que (implicitamente) conserva, de fato, uma personalidade real própria e tem o direito de sair do nexos estatal unitário, se a base contratual de algum modo for atingida, ou seja, se for mudada a Constituição de 1848. Esta tese foi explicitada em 1919-1920 contra uma alteração constitucional num certo sentido, e foi retomada em 1924-1925 contra uma mudança noutro sentido. E preciso levar em conta a importância que tinha *Il Mattino* no *Mezzogiorno* (de fato, era o jornal mais difundido); *Il Mattino* foi sempre favorável a Crispi, expansionista, dando o tom à ideologia meridional, criada pela fome de terra

e pelos sofrimentos da emigração, com tendência para toda e qualquer forma vaga de colonialismo de povoamento. Além disto, sobre *Il Mattino* é preciso recordar: 1) a violentíssima campanha contra o Norte a propósito da tentativa de controle, por parte de industriais têxteis lombardos, de alguns cotonifícios meridionais, tentativa que chegou ao ponto de se querer transportar as máquinas para a Lombardia disfarçadas de ferro-velho, para contornar a legislação sobre as zonas industriais, e que foi frustrada exatamente pelo jornal, o qual chegou até a fazer uma exaltação dos Bourbons e de sua política econômica (isto ocorreu em 1923); 2) o necrológio “amargurado” e “nostálgico” de Maria Sofia, feito em 1925, que suscitou rumor e escândalo [78].

E certo que, para avaliar este comportamento de *Il Mattino*, é preciso levar em conta alguns elementos de controle metodológico: o caráter aventureiro e a venalidade dos Scarfoglios, o diletantismo político e ideológico dos Scarfoglios (deve-se lembrar que Maria Sofia buscou continuamente intervir na política interna italiana por espírito de vingança, quando não com a esperança de restaurar o Reino de Nápoles, gastando até algum dinheiro, como parece fora de dúvida: na *Unità* de 1914 ou 1915 foi publicado um artigo contra Errico Malatesta, no qual se afirmava que os acontecimentos de junho de 1914 podiam ter sido patrocinados e subsidiados pelo Estado-Maior austríaco através de Zita de Bourbon, dadas as relações de “amizade”, aparentemente nunca interrompidas, entre Malatesta e Maria Sofia; na obra *Uomini e cose della vecchia Italia*, B. Croce refere-se a estas relações, a propósito da tentativa de dar fuga a um anarquista que cometera um atentado, seguida de gestões diplomáticas do Governo italiano junto ao Governo francês para coibir estas atividades de Maria Sofia; recordem-se, além disto, as histórias sobre Maria Sofia narradas pela Senhora B., que em 1919 freqüentou a ex-rainha para fazer-lhe o retrato; por fim, Malatesta nunca respondeu a estas acusações, como era obrigação sua, a não ser que seja verdade que ele as tenha respondido numa carta a um pequeno jornal clandestino, impresso na França por E. Schicchi e intitulado *Il Picconiere*, coisa muito duvidosa) [79], Mas é preciso insistir no fato de que *Il Mattino* era o jornal mais difundido no *Mezzogiorno* e que os Scarfoglios eram jornalistas natos, isto é, possuíam aquela intuição rápida e “simpática” das correntes passionais populares mais profundas, que torna possível a difusão da imprensa sensacionalista.

Um outro elemento para avaliar o alcance real da política unitária obsessiva de Crispi é o conjunto de sentimentos que se cria no Norte em relação ao *Mezzogiorno*. A “miséria” do *Mezzogiorno* era “inexplicável” historicamente para as massas populares do Norte; elas não compreendiam que a unidade não ocorrera numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação cidade—campo, isto é, que o Norte concretamente era um “sanguessuga” que se enriquecia à custa do Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional. Ao contrário, o homem do povo da Itália do Norte pensava que, se o *Mezzogiorno* não progredia depois de ser libertado dos entraves que o regime dos Bourbons opunha ao desenvolvimento moderno, isto significava que as causas da miséria não eram externas, a serem buscadas nas condições econômico-políticas objetivas, mas internas, inatas na população meridional, tanto mais que estava enraizada a convicção da grande riqueza natural da terra: e só restava uma explicação, a incapacidade orgânica dos homens, sua barbárie, sua inferioridade biológica. Estas opiniões já difundidas (o *lazzaronismo* napolitano era uma lenda de velha data) foram consolidadas e até teorizadas pelos sociólogos do positivismo (Niceforo, Sergi, Ferri, Orano, etc.), assumindo a força de “verdade científica” num tempo de superstição da ciência [80]. Ocorreu, assim, uma polêmica Norte-Sul sobre as raças e a superioridade e inferioridade do Norte e do Sul (deste ponto de vista, cf. os livros de N. Colajanni em defesa do *Mezzogiorno* e a coleção da *Rivista popolare*). Na verdade, permaneceu no Norte a crença de que o *Mezzogiorno* fosse um “peso morto” para a Itália, a convicção de que a civilização industrial da Itália do Norte fazia maiores progressos sem este “peso morto”, etc. No princípio do século, inicia-se uma forte reação meridional também neste terreno. No Congresso Sardo de 1911, realizado sob a presidência do General Rugiu, calculam-se quantas centenas de milhões foram extorquidas da Sardenha nos primeiros cinquenta anos de Estado unitário, em favor do continente. Campanhas de Salvemini, que culminam na fundação da *Unità*, mas já conduzidas na *Você* (cf. o número especial da *Você* sobre a “questão meridional”, republicado depois em opúsculo): na Sardenha se inicia um movimento autonomista, sob a direção de Umberto Cau, que teve também um diário, *Il Paese* [81]. Neste início de século,

também se realiza um certo “bloco intelectual”, “pan-italiano”, à frente B. Croce e Giustino Fortunato, que tenta impor a questão meridional como problema nacional capaz de renovar a vida política e parlamentar. Em toda revista de jovens que tenham tendências liberal-democratas e, em geral, se proponham renovar e desprovincianizar a vida e a cultura nacional, em todos os campos, na arte, na literatura, na política, surge não só a influência de Croce e de Fortunato, mas sua colaboração; é assim na *Voce* e na *Unità*, mas também na *Patria*, de Bolonha, na *Azione Liberale*, de Milão, no movimento juvenil liberal guiado por Giovanni Borelli, etc. A influência desse bloco se amplia, ao determinar a linha política do *Corriere della Sera*, de Albertini, e no pós-guerra, dada a nova situação, surge no *La Stampa* (através de Cosmo, Salvatorelli e também Ambrosini) e no giolittismo, com a presença de Croce no último Governo Giolitti.

Deste movimento, certamente muito complexo e multilateral, até G. Prezolini dá, hoje, uma interpretação tendenciosa, ele que, no entanto, foi uma sua típica encarnação; mas resta como documento autêntico a primeira edição de *Cultura italiana* (1923), do próprio Prezolini, especialmente com suas omissões [82].

O movimento se desenvolve até seu *maximum*, que é também o ponto de dissolução: este ponto deve ser identificado na específica tomada de posição de P. Gobetti e em suas iniciativas culturais: a polémica de Giovanni Ansaldo (e de seus colaboradores, como “Calcante”, ou seja, Francesco Ciccotti) contra Guido Dorso é o documento mais expressivo de tal ponto de chegada e de dissolução, até mesmo pela comicidade que enfim se mostra evidente nas atitudes intimidatórias, próprias de gladiador, do unitarismo obsessivo (parece inconcebível que Ansaldo, em 1925-1926, acreditasse que pudesse fazer os outros acreditarem num retorno dos Bourbons a Nápoles, sem o conhecimento de todos os antecedentes da questão e dos caminhos subterrâneos nos quais ocorriam as polémicas, com alusões e referências cifradas para os “não-iniciados”: no entanto, é digno de nota que, até mesmo em alguns elementos populares, que haviam lido Oriani, existisse então o medo de que em Nápoles fosse possível uma restauração dos Bourbons e, a seguir, uma dissolução mais ampla donexo estatal unitário) [83].

Desta série de observações e de análises de alguns elementos da história italiana depois da unidade, podem-se extrair alguns critérios para avaliar a posição divergente entre os moderados e o Partido de Ação, bem como para investigar a diversa “sabedoria” política destes dois partidos e das diversas correntes que disputaram a direção política e ideológica do segundo. E evidente que, para se contrapor eficazmente aos moderados, o Partido de Ação devia se ligar às massas rurais, especialmente meridionais, ser “jacobino” não só pela “forma” externa, de temperamento, mas especialmente pelo conteúdo econômico-social: a aliança das diversas classes rurais, que se realizava num bloco reacionário através das diversas camadas intelectuais clerical-legitimistas, só podia ser dissolvida, para chegar a uma nova formação liberal-nacional, se se envidassem esforços em duas direções: sobre os camponeses da base, aceitando suas reivindicações elementares e tornando-as parte integrante do novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores, concentrando-os e insistindo nos motivos que mais os pudessem interessar (e já a perspectiva da formação de um novo aparelho de governo, com as possibilidades de emprego que oferece, era um elemento formidável de atração sobre eles, desde que a perspectiva se apresentasse como concreta, porque apoiada nas aspirações das massas rurais). A relação entre estas duas ações era dialética e recíproca: a experiência de muitos países, e antes de tudo da França no período da grande Revolução, demonstrou que, se os camponeses se movimentam por impulsos “espontâneos”, os intelectuais começam a oscilar, e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se coloca na nova base de uma política filocamponesa concreta, ele termina por arrastar consigo frações de massas cada vez mais importantes. Mas se pode dizer que, dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade de concentrá-la em sólidas organizações, convém iniciar o movimento a partir dos grupos intelectuais; em geral, porém, é a relação dialética entre as duas ações que se deve ter presente. Pode-se também dizer que é quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência apenas de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção dos homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno.

Estes critérios devem estar presentes no estudo da personalidade de Giuseppe Ferrari, que foi o “especialista” não escutado de questões agrárias no Partido de Ação. Em Ferrari, também é preciso estudar bem a atitude em relação aos assalariados rurais, isto é, os camponeses sem terra e que recebiam por jornada de trabalho, sobre os quais ele fundamenta uma parte conspícua de suas ideologias, pelas quais ele ainda é lido e investigado por determinadas correntes (obras de Ferrari republicadas por Monanni, com prefácio de Luigi Fabbri) [84]. É preciso reconhecer que o problema do assalariado rural é difícil e, ainda hoje, de árdua solução. Em geral, é preciso considerar estes critérios: na maior parte, os assalariados rurais até hoje são, e mais ainda o eram no período do *Risorgimento*, simples camponeses sem terra, não operários de uma indústria agrícola desenvolvida com capital concentrado e com divisão do trabalho; no período do *Risorgimento* estava mais difundido, de modo relevante, o tipo do assalariado agrícola fixo do que o ocasional. Por isto, com as devidas exceções, sua psicologia é a mesma do colono e do pequeno proprietário (deve-se recordar a polêmica entre os Senadores Tanari e Bassini no *Resto del Carlino* e na *Perseveranza*, ocorrida no fim de 1917 ou no início de 1918, a propósito da realização da fórmula: “a terra aos camponeses”, lançada naquele tempo: Tanari era a favor, Bassini contra, e Bassini se baseava em sua experiência de grande industrial agrícola, de proprietário de empresas agrícolas em que a divisão do trabalho havia progredido a ponto de tornar indivisível a terra, devido ao desaparecimento do camponês-artesão e ao surgimento do operário moderno) [85]. A questão se apresentava de forma aguda não tanto no *Mezzogiorno*, onde o caráter artesanal do trabalho agrícola era muitíssimo evidente, quanto no Vale do Pó, onde tal caráter é mais velado. Porém, mesmo em tempos recentes, a existência de um problema agudo de assalariados rurais no Vale do Pó se devia em parte a causas “extra-econômicas”: 1) superpopulação, que não encontrava uma saída na emigração, como no Sul, e era mantida artificialmente com a política de obras públicas; 2) política dos proprietários, que não queriam consolidar a população trabalhadora numa única classe de assalariados rurais ou de meeiros; portanto, alternavam arrendamento e meação, servindo-se desta alternância para determinar uma melhor seleção de meeiros privilegiados que fossem seus aliados (em todo congresso de proprietários da região do Pó, sempre se discutia se convinha mais a meação ou a locação direta, e ficava claro que a escolha era feita por motivos de ordem político-social). Durante o *Risorgimento*, o problema do assalariado agrícola do Pó surgia sob a forma de um fenômeno assustador de pauperismo. Assim foi visto pelo economista Tullio Martello em sua *Storia dell'Internazionale*, escrita em 1871-1872, obra que se deve ter presente porque reflete as posições políticas e as preocupações sociais do período anterior [86].

De resto, a posição de Ferrari é enfraquecida por seu “federalismo”, que especialmente nele, que vivia na França, parecia ainda mais um reflexo dos interesses nacionais e estatais franceses. Deve-se recordar Proudhon e seus libelos contra a unidade italiana, combatida a partir do ponto de vista confesso dos interesses estatais franceses e da democracia [87]. Na realidade, as principais correntes da política francesa eram duramente contrárias à unidade italiana. Ainda hoje, os monarquistas (Bainville & Cia.) “censuram” retrospectivamente os dois Napoleões por terem criado o mito nacional e contribuído para sua realização na Alemanha e na Itália, diminuindo assim a estatura relativa da França, que “deveria” estar circundada por uma miríade de pequenos Estados, como a Suíça, para estar “segura”.

Ora, foi justamente com a palavra de ordem “independência e unidade”, sem considerar o conteúdo político concreto de tais fórmulas genéricas, que os moderados, após 1848, formaram o bloco nacional sob sua hegemonia, influenciando os dois líderes supremos do Partido de Ação, Mazzini e Garibaldi, em diferente forma e medida. O fato de os moderados terem conseguido êxito em seu intento de desviar a atenção do essencial para o secundário se demonstra, entre outras coisas, com esta frase de Guerrazzi numa carta a um estudante siciliano (publicada no *Archivio Storico Siciliano* por Eugênio de Cario — Correspondência de F.D. Guerrazzi com o escrivão Francesco Paolo Sardofontana di Riella, resumida no *Marzocco* de 29 de novembro de 1929): “Seja lá o que quisermos — despotismo, república ou o que for —, não vamos nos dividir; com este eixo, pode desabar o mundo, mas reencontraremos o caminho [88].” De resto, toda a atividade de Mazzini se resumiu concretamente na pregação contínua e permanente da unidade.

A propósito do jacobinismo e do Partido de Ação, um elemento a ser posto em primeiro plano é este: os jacobinos conquistaram, com uma luta sem tréguas, sua função de partido dirigente; na reali-

dade, eles se “impuseram” à burguesia francesa, conduzindo-a para uma posição muito mais avançada do que os núcleos burgueses originalmente mais fortes gostariam de ocupar “espontaneamente” e até muito mais avançada do que as premissas históricas podiam permitir; daí os contragolpes e a função de Napoleão I. Esta característica, típica do jacobinismo (mas também, antes, de Cromwell e dos “cabeças-redondas”) e, portanto, de toda grande Revolução, de forçar a situação (aparentemente) e criar irremediáveis fatos consumados, empurrando para a frente os burgueses a pontapés no traseiro desferidos por um grupo de homens extremamente enérgicos e resolutos, pode ser assim “esquemmatizada”: o terceiro estado era o menos homogêneo dos estados; tinha uma elite intelectual muito diferenciada e um grupo economicamente muito avançado, mas politicamente moderado. O desenrolar dos acontecimentos segue um processo dos mais interessantes. Os representantes do terceiro estado inicialmente formulam apenas as questões que interessam aos integrantes físicos efetivos do grupo social, seus interesses “corporativos” imediatos (corporativos no sentido tradicional, de interesses imediatos e estreitamente egoístas de uma determinada categoria): os precursores da Revolução, de fato, são reformadores moderados, que engrossam a voz mas, na realidade, exigem bem pouco. Gradualmente, seleciona-se uma nova elite que não se interessa unicamente por reformas “corporativas”, mas tende a conceber a burguesia como o grupo hegemônico de todas as forças populares, e esta seleção ocorre pela ação de dois fatores: a resistência das velhas forças sociais e a ameaça internacional. As velhas forças não querem ceder nada e, se cedem alguma coisa, fazem-no com a vontade de ganhar tempo e preparar uma contra-ofensiva. O terceiro estado cairia nestas “armadilhas” sucessivas sem a ação enérgica dos jacobinos, que se opõem a qualquer “parada” intermediária do processo revolucionário e mandam à guilhotina não só os elementos da velha sociedade, que resiste até morrer, mas também os revolucionários de ontem, hoje tornados reacionários. Os jacobinos, portanto, foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente. É preciso insistir, contra uma corrente tendenciosa e no fundo anti-histórica, que os jacobinos foram realistas à Maquiavel, e não seguidores de abstrações. Eles estavam convencidos da absoluta verdade das fórmulas sobre igualdade, fraternidade e liberdade — e, o que mais importa, de tal verdade estavam convencidas as massas populares que os jacobinos mobilizavam e levavam à luta. A linguagem dos jacobinos, sua ideologia, seus métodos de ação refletiam perfeitamente as exigências da época, mesmo que “hoje”, numa situação diferente e depois de mais de um século de elaboração cultural, possam parecer “abstratos” e “exaltados”. Naturalmente, refletiam-nas segundo a tradição cultural francesa, e disto é uma prova a análise da linguagem jacobina feita na *Sagrada Família* e a admissão de Hegel, que apresenta como paralelos e reciprocamente tradutíveis a linguagem jurídico-política dos jacobinos e os conceitos da filosofia clássica alemã, à qual, no entanto, hoje se reconhece a máxima concretude e que originou o historicismo moderno [89]. A primeira exigência era a de aniquilar as forças adversárias ou, pelo menos, reduzi-las à impotência para tornar impossível uma contra-revolução; a segunda exigência era a de ampliar os quadros da burguesia como tal e de pô-la à frente de todas as forças nacionais, identificando os interesses e as exigências comuns a todas as forças nacionais, para pôr em movimento estas forças e conduzi-las à luta, obtendo dois resultados: a) opor um alvo mais amplo aos golpes dos adversários, isto é, criar uma relação político-militar favorável à revolução; b) tomar dos adversários toda zona de passividade na qual fosse possível recrutar exércitos reacionários. Sem a política agrária dos jacobinos, Paris teria tido a Vendéia em suas portas [90]. A resistência da Vendéia propriamente dita está ligada à questão nacional, acirrada, nas populações bretãs e alógenas em geral, pela fórmula da “república una e indivisível” e pela política de centralização burocrático-militar, às quais os jacobinos não podiam renunciar sem se suicidarem. Os girondinos tentaram se apoiar no federalismo para esmagar a Paris jacobina, mas as tropas provinciais conduzidas a Paris passaram-se aos revolucionários. Com exceção de algumas zonas periféricas, onde a diferenciação nacional (e lingüística) era muito grande, a questão agrária predominou sobre as aspirações à autonomia local: a França rural aceitou a hegemonia de Paris, ou seja, compreendeu que, para destruir definitivamente o velho regime, devia se aliar

aos elementos mais avançados do terceiro estado e não aos moderados girondinos. Se é verdade que os jacobinos “forçaram” a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna.

O fato de que, apesar de tudo, os jacobinos sempre permaneceram no terreno da burguesia é demonstrado pelos acontecimentos que assinalaram seu fim como partido de formação excessivamente determinada e enrijecida, bem como a morte de Robespierre: eles não quiseram reconhecer aos operários o direito de associação, mantendo a Lei Chapelier, e como consequência tiveram de promulgar a lei do *maximum* [91]. Romperam, assim, o bloco urbano de Paris: suas forças de assalto, que se agrupavam na cidade, se dispersaram, desiludidas, e o Termidor prevaleceu. A Revolução havia encontrado os limites mais amplos de classe; a política das alianças e da revolução permanente terminou por colocar questões novas, que, então, não podiam ser resolvidas, desencadeou forças elementares que só uma ditadura militar conseguiria conter.

No Partido de Ação, não se encontra nada que se assemelhe a esta orientação jacobina, a esta vontade inflexível de se tornar o partido dirigente. Por certo, é preciso considerar as diferenças: na Itália, a luta se apresentava como luta contra os velhos tratados e a ordem internacional vigente, e contra uma potência estrangeira, a Áustria, que os representava e sustentava na Itália, ocupando uma parte da península e controlando o resto. Também na França este problema se apresentou, pelo menos num certo sentido, porque num certo ponto a luta interna se tornou luta nacional travada na fronteira, mas isto ocorreu depois que todo o território fora conquistado para a revolução e os jacobinos souberam tirar elementos da ameaça externa para uma maior energia, internamente: eles compreenderam bem que, para vencer o inimigo externo, deviam esmagar internamente seus aliados e não hesitaram em realizar os massacres de setembro. Na Itália, este nexos, que também existia, explícito e implícito, entre a Áustria e pelo menos uma parte dos intelectuais, dos nobres e dos proprietários de terra, não foi denunciado pelo Partido de Ação ou, pelo menos, não foi denunciado com a devida energia e do modo praticamente mais eficaz, não se tornou elemento político ativo. Transformou-se, “curiosamente”, numa questão de maior ou menor dignidade patriótica e, em seguida, gerou uma arrastada série de polêmicas acrimoniosas e estéreis, até mesmo depois de 1898. (Cf. os artigos de “Rerum Scriptor” na *Critica sociale*, depois da volta à circulação, e o livro de Romualdo Bonfadini, *Cinquanta anni di patriottismo* [92].)

Deve-se lembrar, a este propósito, a questão dos “interrogatórios” de Federico Confalonieri: Bonfadini, no livro acima citado, afirma em nota ter visto a coleção dos “interrogatórios” no Arquivo de Estado milanês e menciona cerca de 80 pastas [93]. Outros sempre negaram que a coleção dos interrogatórios existisse na Itália e, assim, explicavam sua não publicação; num artigo do Senador Salata, encarregado de pesquisar nos arquivos de Viena os documentos relativos à Itália, artigo publicado em 1925(?), dizia-se que os interrogatórios haviam sido localizados e seriam publicados. Recorde-se o fato de que, num certo período, a *Civiltà Cattolica* desafiou os liberais a publicá-los, afirmando que eles, conhecidos, simplesmente fariam saltar pelos ares a unidade do Estado. Na questão Confalonieri, o fato mais notável consiste em que, à diferença de outros patriotas indultados pela Áustria, Confalonieri, apesar de ter sido um importante político, se retirou da vida ativa e manteve após sua libertação um comportamento muito reservado. Toda a questão Confalonieri deve ser reconsiderada criticamente, assim como a atitude assumida por ele e seus companheiros, com um exame aprofundado das memórias de cada um dos envolvidos, quando as escreveram: pela polêmica levantada, são interessantes as memórias do francês Alexandre Andryane, que dedica muito respeito e admiração a Confalonieri, mas ataca G. Pallavicino por sua fraqueza [94].

A propósito das defesas feitas, inclusive recentemente, da atitude assumida pela aristocracia lombarda em relação à Áustria, especialmente depois da tentativa insurrecional de Milão em fevereiro de 1853 e durante o vice-reinado de Maximiliano, deve-se recordar que Alessandro Luzio, cuja obra histórica é sempre tendenciosa e acrimoniosa contra os democratas, chega até a legitimar os fiéis serviços presta-

dos à Áustria por Salvotti: nada de espírito jacobino [95]! A nota cômica neste tema é dada por Alfredo Panzini, que, na *Vita di Cavour*, desenvolve toda uma variação, tão afetada quanto enfadonha e jesuítica, sobre uma “pele de tigre” exposta numa janela aristocrática durante uma visita de Francisco José a Milão [96]!

De todos estes pontos de vista devem ser consideradas as concepções de Missiroli, Gobetti, Dorso, etc., sobre o *Risorgimento* italiano como “conquista régia”.

Se, na Itália, não se formou um partido jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima histórico diferente da Europa após 1815. O limite encontrado pelos jacobinos, em sua política do despertar forçado das energias populares francesas para se aliarem à burguesia, com a Lei Chapelier e a lei sobre o *maximum*, se apresentava em 1848 como um “espectro” já ameaçador, sabiamente utilizado pela Áustria, pelos velhos governos e também por Cavour (além do Papa). A burguesia não podia mais (talvez) estender sua hegemonia sobre os amplos estratos populares, que, ao contrário, foi capaz de abranger na França (não podia por razões subjetivas, não objetivas), mas a ação sobre os camponeses era certamente sempre possível.

Diferenças entre a França, a Alemanha e a Itália, no processo de tomada de poder por parte da burguesia (e Inglaterra). Na França, ocorre o processo mais rico de desdobramentos e de elementos ativos e positivos. Na Alemanha, o processo se desenvolve, em alguns aspectos, sob formas que se assemelham às italianas, em outros às inglesas. Na Alemanha, o movimento de 1848 fracassa em razão da escassa concentração burguesa (a palavra de ordem de tipo jacobino foi dada pela extrema-esquerda democrática: “revolução permanente”) e porque a questão do renovamento estatal se entrelaça com a questão nacional; as guerras de 1864, 1866 e 1870 resolvem, ao mesmo tempo, a questão nacional e a de classe num tipo intermediário: a burguesia obtém o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governamental do Estado político, com amplos privilégios corporativos no Exército, na administração e sobre a terra: mas pelo menos, embora estas velhas classes conservem na Alemanha tanta importância e gozem de tantos privilégios, elas exercem uma função nacional, tornam-se os “intelectuais” da burguesia, com um determinado temperamento dado pela origem de casta e pela tradição [97]. Na Inglaterra, onde a revolução burguesa aconteceu antes da França, temos um fenômeno de fusão entre o velho e o novo semelhante ao alemão, apesar da extrema energia dos “jacobinos” ingleses, ou seja, os “cabeças-redondas” de Cromwell; a velha aristocracia permanece como estrato governamental, com certos privilégios, torna-se também o estrato intelectual da burguesia inglesa (de resto, a aristocracia inglesa tem quadros abertos e se renova continuamente com elementos provenientes dos intelectuais e da burguesia). A propósito, devem-se ver algumas observações contidas no prefácio à tradução inglesa de *Utopia e ciência*, que é preciso recordar para a investigação sobre os intelectuais e suas funções histórico-sociais [98].

A explicação dada por Antonio Labriola sobre a permanência no poder, na Alemanha, dos *Junker* e do kaiserismo, apesar do grande desenvolvimento capitalista, obscurece a explicação correta: a relação de classes criada pelo desenvolvimento industrial, com o alcance do limite da hegemonia burguesa e a inversão de posições das classes progressistas, induziu a burguesia a não lutar até o fim contra o velho regime, mas a deixar subsistir uma parte de sua fachada sob a qual ocultar o próprio domínio efetivo.

Esta diversidade de processos na manifestação do mesmo desenvolvimento histórico nos vários países deve ser ligada não só às diferentes combinações das relações internas da vida das diferentes nações, mas também às diferentes relações internacionais (as relações internacionais são habitualmente subestimadas neste tipo de investigação). O espírito jacobino, audaz, temerário, está certamente ligado à hegemonia exercida tão longamente pela França na Europa, bem como à existência de um centro urbano como Paris e à centralização conseguida na França por obra da monarquia absoluta. As guerras de Napoleão, ao contrário, com a enorme destruição de homens, entre os mais audazes e empreendedores, enfraqueceram não só a energia política militante francesa, mas também das outras nações, embora intelectualmente tenham sido tão fecundas para a renovação da Europa.

As relações internacionais, certamente, tiveram uma grande importância para determinar a linha de desenvolvimento do *Risorgimento* italiano, mas elas foram exageradas pelo partido moderado e por

Cavour com finalidades de partido. A este propósito, é digno de nota o fato de que Cavour teme como ao diabo a iniciativa garibaldina, antes da expedição de Quarto e da passagem do Estreito, pelas complicações internacionais que podia criar; em seguida, é também levado pelo entusiasmo criado pelos Mil na opinião europeia, até ver como factível uma nova guerra imediata contra a Áustria [99]. Existia, em Cavour, uma certa deformação profissional do diplomata, que o levava a ver “excessivas” dificuldades e o induzia a exageros “conspirativos” e a prodígios de sutileza e intriga, em boa parte funambulescos. Em todo caso, Cavour operou magnificamente como homem de partido: é uma outra questão saber se seu partido, afinal, representava os interesses nacionais mais profundos e duradouros, mesmo apenas no sentido da mais ampla extensão a ser dada à comunidade de exigências da burguesia com a massa popular.

A propósito da palavra de ordem “jacobina” formulada em 1848-1849, deve-se estudar sua complicada fortuna. Retomada, sistematizada, elaborada, intelectualizada pelo grupo Parvus—Bronstein, revelou-se inútil e ineficaz em 1905 e depois: tornara-se uma coisa abstrata, de laboratório científico. Ao contrário, a corrente que a combateu nesta sua manifestação literária, sem aplicá-la “de propósito”, aplicou-a de fato numa forma aderente à história efetiva, concreta, viva, adaptada ao tempo e ao lugar, como surgia de todos os poros da sociedade determinada que devia ser transformada, como aliança de dois grupos sociais, com a hegemonia do grupo urbano [100].

No primeiro caso, houve o temperamento jacobino sem um conteúdo político adequado; no segundo, temperamento e conteúdo “jacobino” segundo as novas relações históricas, e não segundo uma etiqueta literária e intelectualista.

(Gramsci, v.5, Caderno 19, § 24, p. 62 – 86)

Intelectuais

§ 27. *Os moderados e os intelectuais.* Por que os moderados deviam predominar na massa dos intelectuais. Gioberti e Mazzini. Gioberti oferecia aos intelectuais uma filosofia que parecia original e ao mesmo tempo nacional, capaz de situar a Itália pelo menos no mesmo nível das nações mais avançadas e dar uma nova dignidade ao pensamento italiano. Mazzini, ao contrário, só oferecia afirmações nebulosas e referências filosóficas que, para muitos intelectuais, especialmente napolitanos, deviam parecer palavreado vazio (o Abade Galiani havia ensinado a zombar deste modo de pensar e de argumentar) [119].

Questão da escola: atividade dos moderados para introduzir o princípio pedagógico do ensino recíproco (Confalonieri, Capponi, etc); movimento de Ferrante Aporti e das escolas maternas, ligado ao problema do pauperismo [120]. Entre os moderados se afirmava o único movimento pedagógico concreto oposto à escola “jesuítica”; isto não podia deixar de ter eficácia, seja entre os leigos, aos quais conferia na escola uma personalidade própria, seja entre o clero liberalizante e antijesuítico (hostilidade encarniçada contra Ferrante Aporti, etc.; a recuperação e a educação da infância abandonada eram um monopólio clerical, e estas iniciativas rompiam o monopólio). As atividades escolares de caráter liberal ou liberalizante têm um grande significado para apreender o mecanismo da hegemonia liberal dos moderados sobre os intelectuais. A atividade escolar, em todos os seus graus, tem uma importância enorme, inclusive econômica, para os intelectuais de todos os níveis: naquela época, até mais do que hoje, dada a estreiteza dos quadros sociais e os poucos caminhos abertos à iniciativa dos pequenos burgueses (hoje: jornalismo, movimento dos partidos, indústria, aparelho estatal extensíssimo, etc., ampliaram de modo extraordinário as possibilidades de emprego).

A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais se afirma através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia (Gioberti), a qual ofereça aos seguidores uma “dignidade” intelectual que dê um princípio de diferenciação e um elemento de luta contra as velhas ideologias coercivamente dominantes; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original, que alcance e dê uma atividade própria, em seu campo técnico, àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (os educadores, desde o professor primário até os da universidade) [121].

Os Congressos de cientistas que foram organizados repetidamente no período do primeiro *Risorgimento* tiveram uma dupla eficácia: 1) reunir os intelectuais do nível mais elevado, concentrando-os e multiplicando sua influência; 2) obter uma concentração mais rápida e uma orientação mais decidida nos intelectuais de níveis inferiores, que são levados normalmente a seguir os universitários e os grandes cientistas por espírito de casta.

O estudo das revistas enciclopédicas e especializadas dá um outro aspecto da hegemonia dos moderados. Um partido como o dos moderados oferecia à massa dos intelectuais, para as exigências gerais, todas as satisfações que podem ser oferecidas por um governo (por um partido no governo), através dos serviços do Estado. (Para esta função de partido italiano de governo serviu otimamente, depois de 1848-1849, o Estado piemontês, que acolheu os intelectuais exilados e mostrou em escala reduzida o que faria um futuro Estado unificado.)

(Gramsci, v.5, Caderno 19, § 27, p. 99 – 98)

Revolução passiva (II)

§ 11. *Maquiavel*. O conceito de “revolução passiva” no sentido de Vincenzo Cuoco, atribuída ao primeiro período do *Risorgimento* italiano, pode ser relacionado com o conceito de “guerra de posição”, comparada com a guerra manobrada? Isto é, estes conceitos surgiram depois da Revolução Francesa, e o binômio Proudhon—Gioberti poderia ser justificado com o pânico criado pelo terror de 1793, assim como o sorelismo com o pânico que se seguiu aos massacres parisienses de 1871 [179]? Ou seja: existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva? Ou, pelo menos, existe ou pode ser concebido todo um período histórico no qual os dois conceitos devem se identificar, até o ponto em que a guerra de posição volte a se transformar em guerra manobrada? Deve-se formular um juízo “dinâmico” sobre as “Restaurações”, que seriam uma “astúcia da providência” no sentido de Vico. Um problema é este: na luta Cavour—Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva—guerra de posição e Mazzini, da iniciativa popular—guerra manobrada, não serão ambos indispensáveis na mesma e precisa medida? Todavia, deve-se considerar que, enquanto Cavour tinha consciência de sua missão (pelo menos, em certa medida), já que compreendia a missão de Mazzini, este parece que não tinha consciência nem de sua própria missão nem da missão de Cavour; se, ao contrário, Mazzini tivesse tido tal consciência, isto é, se tivesse sido um político realista e não um apóstolo iluminado (ou seja, se não tivesse sido Mazzini), o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades teria sido diferente, mais favorável ao mazzinismo: isto é, o Estado italiano teria se constituído em bases menos atrasadas e mais modernas. E, já que em todo acontecimento histórico se verificam quase sempre situações semelhantes, deve-se ver se é possível extrair daí alguns princípios gerais de ciência e de arte políticas. Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no *Risorgimento* italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento mazziniano (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi, etc.). Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico.

Insistir no aprofundamento do conceito de que, enquanto Cavour tinha consciência de sua missão, uma vez que estava criticamente consciente da missão de Mazzini, Mazzini, pela pouca ou nenhuma consciência da missão de Cavour, estava também, na realidade, pouco consciente de sua própria missão, e daí suas hesitações (em Milão, no período posterior aos cinco dias, e em outras ocasiões) e suas iniciativas intempestivas, que, por isso, se tornavam elementos úteis apenas à política piemontesa. Esta é uma exemplificação do problema teórico de como devia ser compreendida a dialética, problema apresentado na *Miséria da Filosofia*: nem Proudhon nem Mazzini compreenderam que cada membro da oposição

dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus “recursos” políticos e morais, e que só assim se consegue uma superação real [180]. Dir-se-á que não compreenderam isso nem Gioberti nem os teóricos da revolução passiva e da “revolução-restauração”, mas a questão se modifica: neles, a “incompreensão” teórica era a expressão prática das necessidades da “tese” de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar “superar”, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração. Neste ponto, deve-se por certo considerar a questão da passagem da luta política de “guerra manobrada” para “guerra de posição”, o que, na Europa, ocorreu depois de 1848 e não foi compreendido por Mazzini e pelos mazzinianos, como, ao contrário, o foi por alguns outros; a mesma passagem verificou-se depois de 1871, etc. Homens como Mazzini tinham, então, dificuldades para compreender a questão, dado que as guerras militares não haviam fornecido o modelo e, pelo contrário, as doutrinas militares desenvolviam-se no sentido da guerra de movimento: será preciso ver se em Pisacane, que foi o teórico militar do mazzinismo, existem referências neste sentido. (Deverá ser vista a literatura política sobre 1848 devida a estudiosos da filosofia da práxis; mas parece que não se pode esperar muito neste sentido. Os acontecimentos italianos, por exemplo, só foram examinados sob a orientação dos livros de Bolton King, etc [181]) No entanto, Pisacane deve ser examinado porque foi o único que tentou dar ao Partido de Ação um conteúdo não só formal, mas substancial, de antítese superadora das posições tradicionais. E não se deve dizer que, para obter estes resultados históricos, fosse peremptoriamente necessária a insurreição popular armada, como acreditava Mazzini até a obsessão, isto é, não realisticamente, mas como um missionário religioso. A intervenção popular, que não foi possível na forma concentrada e simultânea da insurreição, não se verificou nem mesmo na forma “difusa” e capilar da pressão indireta, o que, no entanto, era possível e talvez tivesse sido a premissa indispensável da primeira forma. A forma concentrada ou simultânea tornara-se impossível por causa da técnica militar da época, mas só em parte, isto é, a impossibilidade existiu porque a forma concentrada e simultânea não foi antecedida por uma preparação política e ideológica de largo fôlego, organicamente predisposta para despertar as paixões populares e tornar possível sua concentração e explosão simultânea.

Depois de 1848, só os moderados fizeram a crítica dos métodos que precederam o fracasso e, de fato, todo o movimento moderado se renovou, o neoguelfismo foi liquidado, homens novos ocuparam os primeiros postos de direção. Nenhuma autocrítica, porém, por parte do mazzinismo, ou então autocrítica liquidacionista, no sentido de que muitos elementos abandonaram Mazzini e formaram a ala esquerda do partido piemontês; única tentativa “ortodoxa”, isto é, interna, foram os ensaios de Pisacane, que, no entanto, jamais se tornaram a plataforma de uma nova política orgânica, e isto apesar de o próprio Mazzini reconhecer que Pisacane tinha uma “concepção estratégica” da revolução nacional italiana.

(Gramsci, v.5 , Caderno 15, § 11, p. 316 – 319)

Revolução passiva (III)

§ 17. *Maquiavel*. O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma “situação” ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas, e especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político-militar [184]. Pode-se observar que Pisacane, em seus *Saggi*, preocupa-se precisamente com este terceiro momento: ele compreende, diferentemente de Mazzini, toda a importância que tem a presença, na Itália, de um aguerrido Exército austríaco, sempre pronto a intervir em cada parte da península, e que, além disso, tem atrás de si todo o poderio militar do império

dos Habsburgos, isto é, uma matriz sempre pronta a formar novos exércitos de reforço.

Outro elemento histórico a ser lembrado é o desenvolvimento do Cristianismo no seio do Império Romano, assim como o fenômeno atual do gandhismo na Índia e a teoria da não-resistência ao mal de Tolstói, que tanto se aproximam da primeira fase do Cristianismo (antes do Edito de Milão). O gandhismo e o tolstoísmo são teorizações ingênuas e com tintura religiosa da “revolução passiva”. Também devem ser lembrados alguns movimentos ditos “liquidacionistas” e as reações que suscitaram, em relação aos tempos e às formas determinadas das situações (especialmente do terceiro momento).

O ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido.

(Gramsci, v.5 , Caderno 15, § 17, p. 321 – 322)

Revolução passiva (IV)

§ 56. *Risorgimento italiano*. Sobre a revolução passiva. Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase.

(Gramsci, v.5 , Caderno 15, § 56, p. 328)

Revolução passiva e hegemonia

§ 59. *Risorgimento italiano*. (I.) A função do Piemonte no *Risorgimento* italiano é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que, em todo o território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí, a função da monarquia. O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”); com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia, etc.

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. Pode-se fazer referência àquilo que foi chamado de função do “Piemonte” na linguagem político-histórica internacional. Antes da guerra, a Sérvia fazia as vezes de “Piemonte” dos Bálcãs. (Neste sentido, de resto, a França, depois de 1789 e por muitos anos, até o golpe de Estado de Luís Napoleão, foi o Piemonte da Europa.) Que a Sérvia não tenha tido êxito como o Piemonte se deveu ao fato de que, no pós-guerra, ocorreu um despertar político dos camponeses, tal como não houvera depois de 1848. Ao se estudar de perto o que acontece no reino iugoslavo, vê-se que, nele, as forças “pró-Sérvia” ou favoráveis à hegemonia sérvia são as forças contrárias à reforma agrária. Encontramos um bloco rural-intelectual anti-sérvio e forças conservadoras favoráveis à Sérvia, seja na Croácia, seja nas outras regiões não-sérvias [196]. Também neste caso, não existem núcleos locais “dirigentes”, mas dirigidos pela força sérvia, enquanto as forças subversoras não têm uma grande importância como função social. Para quem

observa superficialmente as coisas sérvias, seria o caso de perguntar o que teria acontecido se o chamado *brigantaggio*, registrado na região de Nápoles e na Sicília de 1860 a 1870, se registrasse depois de 1919. Indiscutivelmente, o fenômeno é o mesmo, mas o peso social e a experiência política das massas camponesas são bem diferentes depois de 1919, em relação ao pós-1848.

O importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do “Piemonte” nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. E um dos casos em que estes grupos têm a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc, segundo o modelo “jacobino”.

II. Estudos voltados para apreender as analogias entre o período subsequente à queda de Napoleão e o subsequente à guerra de 1914-1918 [197]. As analogias são vistas apenas de dois pontos de vista: o da divisão territorial e o daquele, mais visível e superficial, da tentativa de dar uma organização jurídica estável às relações internacionais (Santa Aliança e Sociedade das Nações). No entanto, parece que o aspecto mais importante a ser estudado seja este que se chamou “revolução passiva”, problema que não aparece nitidamente porque falta um paralelo à França de 1789-1815. E, no entanto, todos reconhecem que a guerra de 1914-1918 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente, antes de 1914, “se sobrepuseram umas às outras”, modificando a estrutura geral do processo anterior: basta pensar na importância que assumiu o fenômeno sindical, termo geral sob o qual vêm à tona diferentes problemas e processos de desenvolvimento de importância e significação variada (parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo, etc.), mas que, objetivamente, reflete o fato de que uma nova força social se constituiu, tem um peso não desprezível, etc.

(Gramsci, v.5 , Caderno 15, § 59, p. 3328 – 331)

Revolução passiva (V)

§ 62. *Passado e presente. Primeiro epílogo.* O tema da “revolução passiva” como interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas. Utilidade e perigos de tal tema. Perigo de derrotismo histórico, ou seja, de indiferentismo, porque a formulação geral do problema pode fazer crer num fatalismo, etc.; mas a concepção permanece dialética, isto é, pressupõe e até postula como necessária uma antítese vigorosa e que ponha intransigentemente em campo todas as suas possibilidades de explicitação. Portanto, não teoria da “revolução passiva” como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante. (Portanto, luta contra o morfinismo político que exala de Croce e de seu historicismo.) (Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário do “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*.) Revisão de alguns conceitos sectários sobre a teoria dos partidos, que representam, exatamente, uma forma de fatalismo do tipo “direito divino”. Elaboração dos conceitos do partido de massas e do pequeno partido de elite, e mediação entre os dois. (Mediação teórica e prática: teoricamente, será que pode existir um grupo relativamente pequeno, mas sempre considerável, por exemplo de alguns milhares de pessoas, homogêneo social e ideologicamente, sem que sua própria existência demonstre uma ampla situação de coisas e estados de espírito correspondentes, que só não podem se expressar por causas mecânicas externas e, por isto, transitórias?)

(Gramsci, v.5 , Caderno 15, § 62, p. 331 – 332)

Transformismo

§ 36. *Risorgimento. O transformismo.* O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real

natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo). Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário — 1890-1900 —, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos. Guglielmo Ferrero, em seu opúsculo *Reazione* (Turim, Ed. Roux, 1895), assim representa o movimento dos intelectuais italianos dos anos noventa (retiro o trecho dos *Elementi de scienza política*, de G. Mosca, 2ª. ed., 1923): “Sempre existe um certo número de indivíduos que precisam apaixonar-se por algo não imediato, não pessoal e distante, para os quais o círculo dos próprios negócios, da ciência, da arte não basta para esgotar toda a atividade do espírito. O que lhes restava na Itália a não ser a idéia socialista? Vinha de longe, o que sempre seduz; era bastante complexa e bastante vaga, pelo menos em certas partes, para satisfazer as exigências morais tão diferentes dos muitos prosélitos; por um lado, trazia um espírito amplo de fraternidade e de internacionalismo, que corresponde a uma real necessidade moderna; por outro, tinha a marca de um método científico, que tranqüilizava os espíritos educados nas escolas experimentais. Isto posto, nenhuma surpresa que um grande número de jovens tenha se inscrito num partido no qual, embora houvesse o perigo de encontrar algum humilde saído do cárcere ou algum modesto *repris de justice*, pelo menos não se podia encontrar nenhum negociante, nenhum especulador da política, nenhum empreiteiro de patriotismo, nenhum membro daquele bando de aventureiros sem consciência e sem pudor, que, depois de fazerem a Itália, devoraram-na. A observação mais superficial demonstra logo que, na Itália, não existem quase em nenhum lugar as condições econômicas e sociais para a formação de um grande e verdadeiro partido socialista; além disto, um partido socialista deve logicamente encontrar o núcleo de seus filiados nas classes operárias, não na burguesia, como acontecera na Itália. Ora, se um partido socialista se desenvolvia na Itália em condições tão desfavoráveis e de um modo tão ilógico, certamente era porque correspondia, antes de tudo, a uma exigência moral de um certo número de jovens, nauseados de tanta corrupção, baixez e covardia; e que se entregariam ao diabo, desde que fugissem dos velhos partidos apodrecidos até a medula [141].”

Um ponto a ser verificado é a função que desempenhou o Senado, na Itália, como terreno para o transformismo “molecular”. Apesar de seu republicanismo federalista, etc., Ferrari entra para o Senado, assim como tantos outros até 1914; recordar as afirmações cômicas do Senador Pullé, que entra para o Senado com Gerolamo Gatti e outros bissolatanos [142].

(Gramsci, v.5, Caderno 8, § 36, p. 286 – 287)

BLOCO 5 – AMERICANISMO E FORDISMO E A MUDANÇA EPOCAL DO CAPITALISMO

Nestas notas Gramsci opera sobre uma nova geografia, calcada na distinção entre as formações sociais europeias e a norte-americana, que lhe permite enfrentar as respostas que vinham sendo construídas à crise do capitalismo na década de 1930. Afastando-se dos que viam aí uma crise terminal, ele via na reorganização da economia fordista e nos movimentos tentados pelo fascismo estratégias (embora distintas) de resposta à débauche do liberalismo clássico. O americanismo e o corporativismo fascista poderiam ser interpretados como novas formas de “revolução passiva”, embora com sentidos muito diferentes no que diz respeito às possibilidades de elevação das condições de vida e de consciência da classe operária.

Crise e mudança epocal

§ 5. *Passado e presente. A crise.* O estudo dos acontecimentos que assumem o nome de crise e que se prolongam de forma catastrófica de 1929 até hoje deverá atrair atenção especial. 1) Será preciso combater todos os que pretendam dar destes acontecimentos uma definição única ou, o que é o mesmo, encontrar uma causa ou uma origem única. Trata-se de um processo que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se interligam e se sobrepõem. Simplificar significa desnaturar e falsear. Portanto: processo complexo, como em muitos outros fenômenos, e não «fato» único que se repete sob várias formas em razão de uma causa e uma origem únicas. 2) Quando começou a crise? A questão está ligada à primeira. Tratando-se de um desenvolvimento e não de um evento, a questão é importante. Pode-se dizer que a crise como tal não tem data de início, mas só algumas de suas «manifestações» mais clamorosas, que são identificadas com a crise, de modo errôneo e tendencioso. O outono de 1929, com o *crack* da bolsa de Nova Iorque, é para alguns o início da crise; e, como era de supor, para os que pretendem ver no “americanismo” a origem e a causa da crise. Mas os eventos do outono de 1929 na América são exatamente uma das manifestações clamorosas do desenvolvimento da crise, e nada mais. Todo o pós-guerra é crise, com tentativas de remediá-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais. Para alguns (e talvez não sem razão), a própria guerra é uma manifestação da crise, ou melhor, a primeira manifestação; a guerra foi precisamente a resposta política e organizativa dos responsáveis. (Isto mostraria que é difícil separar nos fatos a crise econômica das crises políticas, ideológicas, etc., embora isto seja possível cientificamente, ou seja, mediante um trabalho de abstração.) 3) A crise tem origem nas relações técnicas, isto é, nas respectivas posições de classe, ou em outros fatos, como legislações, desordens, etc.? Decerto, parece demonstrável que a crise tem origens «técnicas», ou seja, nas respectivas relações de classe, mas que, em seus inícios, as primeiras manifestações ou previsões deram lugar a conflitos de vários tipos e a intervenções legislativas, que jogaram mais luz sobre a própria «crise», não a determinaram, ou acentuaram alguns de seus fatores. Estes três pontos— 1) que a crise é um processo complexo; 2) que se inicia pelo menos com a guerra, ainda que esta não seja sua primeira manifestação; 3) que a crise tem origens internas, nos modos de produção e, portanto, de troca, e não em fatos políticos e jurídicos — parecem ser os três primeiros a ser esclarecidos com exatidão.

Outro ponto é que se esquecem os fatos simples, isto é, as contradições fundamentais da sociedade atual, em favor de fatos aparentemente complexos (mas seria melhor dizer «artificiosos»). Uma das contradições fundamentais é esta: que, enquanto a vida econômica tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmo-politismo, a vida estatal se desenvolveu cada vez mais no sentido do «nacionalismo», da «auto-suficiência», etc. Uma das características mais visíveis da «crise atual» é, apenas, a exasperação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia: quotas de importação e de exportação, *clearing*, restrição ao comércio de divisas, comércio equilibrado apenas entre dois Estados, etc. Então se poderia dizer, o que seria o mais exato, que a “crise” é tão-somente a intensificação quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, mas sobretudo a intensificação de certos fenômenos, enquanto outros, que antes apareciam e operavam simultaneamente com os primeiros, neutralizando-os, tornaram-se inoperantes ou desapareceram inteiramente. Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise contínua”, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se

equilibravam e neutralizavam. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram ou se tornaram inativos no quadro geral. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de “crises”, que são mais ou menos graves precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio. Dado este quadro geral, pode-se estudar o fenômeno em seus diversos planos e aspectos: monetário, financeiro, produtivo, de comércio interno, de comércio exterior, etc.; e não se pode excluir que cada um destes aspectos, em consequência da divisão internacional do trabalho e das funções, possa ter aparecido, nos diferentes países, como predominante ou como máxima manifestação. Mas o problema fundamental é o produtivo; e, na produção, o desequilíbrio entre indústrias dinâmicas (nas quais o capital constante aumenta) e indústrias estacionárias (nas quais conta muito a mão-de-obra imediata). Compreende-se que, dado que também no campo internacional ocorre uma estratificação entre indústrias dinâmicas e estacionárias, foram mais atingidos pela crise os países nos quais as indústrias dinâmicas existem em abundância, etc. Disso resultam variadas ilusões, decorrentes da incompreensão de que o mundo é uma unidade, queira-se ou não, e de que todos os países, se se mantiverem em determinadas condições de estrutura, passarão por certas “crises”. (Sobre todos estes temas, deve-se ver a literatura da Sociedade das Nações, de seus especialistas e de sua comissão financeira, que servirá pelo menos para que se possa dispor de todo o material sobre a questão, bem como as publicações das mais importantes revistas internacionais e das Câmaras de Deputados.)

(Gramsci, v.4 , Caderno 15, § 5, p. 316 – 319)

Americanismo e Fordismo

§ 1. Série de problemas que devem ser examinados nesta rubrica geral e um pouco convencional, “Americanismo e fordismo”, depois de ter sido levado em conta o fato fundamental de que as soluções dos mesmos são necessariamente formuladas e tentadas nas condições contraditórias da sociedade moderna, o que determina complicações, posições absurdas, crises econômicas e morais de tendência frequentemente catastrófica, etc. Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, formas que provêm das dificuldades presentes na *societas rerum* e na *societas hominum* [1]. Que uma tentativa progressista seja iniciada por uma ou por outra força social não é algo sem consequências fundamentais: as forças subalternas, que teriam de ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com as novas metas, necessariamente resistem. Mas resistem também alguns setores das forças dominantes, ou, pelo menos, aliados das forças dominantes. O proibicionismo, que era nos Estados Unidos uma condição necessária para desenvolver o novo tipo de trabalhador adequado a uma indústria “fordizada”, foi derrubado pela oposição de forças marginais, ainda atrasadas, e não certamente pela oposição dos industriais ou dos operários, etc. [2]

Registro de alguns dos problemas mais importantes ou interessantes no essencial, embora à primeira vista pareçam não ser de primeiro plano: 1) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão de saber se o americanismo pode constituir uma «época» histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das «revoluções passivas» próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma «explosão», ou seja, uma revolução de tipo francês [3]; 4) questão da «racionalização» da composição demográfica européia; 5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos chamados «altos salários» pagos pela indústria «fordizada» e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (sua enorme difusão no após-guerra) como expressão do aumento da coerção

moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina; 9) o Rotary Club e a Maçonaria; 10) (...) [4]. {B}

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 1, p. 241 – 242)

América e Europa (I)

§ 2. *Racionalização da composição demográfica européia.* Na Europa, as diversas tentativas de introduzir alguns aspectos do americanismo e do fordismo são devidas à velha camada plutocrática, que gostaria de conciliar o que, até prova em contrário, parece inconciliável: a velha e anacrônica estrutura social-demográfica européia com uma forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar, como aquela oferecida pelo tipo americano mais aperfeiçoado, a indústria de Henry Ford [5]. É por isso que a introdução do fordismo encontra tantas resistências «intelectuais» e «morais» e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção. Para dizê-lo em palavras pobres, a Europa quer fazer a omelete sem quebrar os ovos, ou seja, quer todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas conservando seu exército de parasitas que, ao devorar enormes quantidades de mais-valia, agrava os custos iniciais e debilita o poder de concorrência no mercado internacional. Portanto, a reação européia ao americanismo deve ser examinada com atenção: dessa análise resultarão vários elementos necessários para compreender a atual situação de uma série de Estados do velho Continente e os acontecimentos políticos do pós-guerra.

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos que trataram destes problemas, já que na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de “uma composição demográfica racional», que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. A «tradição», a «civilização» européia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela «riqueza» e pela «complexidade» da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, o qual foi inicialmente profissional e depois passou a basear-se no recrutamento, mas é ainda profissional no nível do oficialato. Aliás, pode-se dizer que, quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do «patrimônio» dos «avós», destes pensionistas da história econômica. Uma estatística desses elementos economicamente passivos (em sentido social) é difícil, já que é impossível encontrar a «rubrica» capaz de defini-los tendo em vista uma pesquisa direta; indicações esclarecedoras podem ser obtidas indiretamente, como, por exemplo, pela existência de determinadas formas de vida nacional.

O número relevante de grandes e médios (e também pequenos) aglomerados de tipo urbano sem indústria (fábricas) é um destes indícios, e dos mais significativos.

O chamado «mistério de Nápoles». Cabe recordar as observações de Goethe sobre Nápoles e as «consoladoras» conclusões «morais» que delas extraiu Giustino Fortunato (o opúsculo de Fortunato sobre Goethe e seu juízo sobre os napolitanos foi reeditado pela Bibliotheca Editrice de Rieti na coleção «Quaderni Critici», dirigida por Domenico Petri; sobre o opúsculo de Fortunato, deve-se ler a resenha de Luigi Einaudi na *Riforma Sociale*, talvez de 1912) [6]. Goethe tinha razão ao demolir a lenda do ‘*lazzaronismo*’ orgânico dos napolitanos e ao sublinhar que, pelo contrário, eles são muito ativos e laboriosos. Mas a questão consiste em ver qual é o resultado efetivo desta laboriosidade: ela não é produtiva e não se destina a satisfazer as necessidades e as exigências de classes produtivas. Nápoles é a cidade onde a maior parte dos proprietários rurais do Sul (nobres e plebeus) gasta a renda da terra. E em torno de algumas dezenas de milhares destas famílias de proprietários, de maior ou menor importância econômica, com suas cortes de servos e lacaios diretos, que se organiza a vida prática de uma significativa parcela da cidade, com suas indústrias artesanais, com suas profissões ambulantes, com a enorme pulverização da oferta imediata de mercadorias e serviços aos desocupados que circulam pelas ruas. Uma outra importante parcela da cidade se organiza em torno da circulação de mercadorias e do comércio por atacado. A

indústria “produtiva” (no sentido de que cria e acumula novos bens) é relativamente pequena, embora Nápoles seja incluída nas estatísticas oficiais como a quarta cidade industrial da Itália, depois de Milão, Turim e Gênova.

Esta estrutura econômico-social de Nápoles (sobre a qual hoje é possível, através da atividade dos Conselhos Provinciais da Economia Corporativa, ter informações bastante exatas) explica grande parte da história da cidade, tão plena de contradições aparentes e de espinhosos problemas políticos.

A situação de Nápoles se repete ampliadamente em Palermo e em Roma, bem como em toda uma numerosa série (as famosas “cem cidades”) de cidades não só da Itália Meridional e das Ilhas, mas também da Itália Central e até mesmo Setentrional (Bolonha em boa parte, Parma, Ferrara, etc.). Pode-se repetir, para parcela significativa da população desse tipo de cidade, o provérbio popular: quando um cavalo caga, cem pássaros almoçam.

O fato que ainda não foi convenientemente estudado é o seguinte: a média e a pequena propriedade rural não estão em mãos de camponeses produtivos, mas de burgueses da cidadezinha ou da aldeia, e esta terra é concedida em meação primitiva (ou seja, com o aluguel pago *in natura* e em serviços) ou em enfiteuse; existe assim um volume enorme (em relação à renda bruta) de pequena e média burguesia de “pensionistas” e “rentistas”, o que criou, numa certa literatura econômica digna do *Cândido*, a monstruosa figura do chamado “produtor de poupança”, isto é, de um setor de população economicamente passiva, que não apenas extrai do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que ainda consegue poupar: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, já que fundado na iníqua exploração usurária de camponeses mantidos no limite da fome e que custa enormemente; e já que, ao pequeno capital poupado, corresponde uma enorme despesa, como é aquela necessária para manter o nível de vida muitas vezes elevado de uma importante massa de absolutos parasitas. (O fenômeno histórico pelo qual se formou na península italiana, em sucessivas ondas, depois da queda das Comunas medievais e da decadência do espírito de iniciativa capitalista da burguesia urbana, esta situação anormal, geradora de estagnação histórica, é chamado pelo historiador Niccolò Rodolico de «volta à terra»; e foi assumido até mesmo como índice de benéfico progresso nacional, demonstrando assim como as frases feitas podem entorpecer o senso crítico [7].)

Uma outra fonte de parasitismo absoluto foi sempre a administração do Estado. Renato Spaventa calculou que, na Itália, um décimo da população (cerca de quatro milhões de habitantes) vive à custa do orçamento estatal [8]. Ocorre ainda hoje que homens relativamente jovens (com pouco mais de 40 anos), de ótima saúde, no pleno vigor das forças físicas e intelectuais, depois de vinte e cinco anos de serviço público, não se dediquem mais a nenhuma atividade produtiva, mas vegetem com aposentadorias mais ou menos elevadas, ao passo que um operário só pode desfrutar de uma aposentadoria depois de 65 anos e um camponês não tem limite de idade para o trabalho (por isso, o italiano médio se surpreende quando ouve dizer que um americano multimilionário continua ativo até o último dia de sua vida consciente). Se numa família um padre se torna cônego, imediatamente o «trabalho manual» se torna «uma vergonha» para toda a parentela; no máximo, é possível dedicar-se ao comércio.

A composição da população italiana já se tornara «malsã» por causa da emigração a longo prazo e da escassa ocupação das mulheres nos trabalhos que produzem novos bens; a relação entre população «potencialmente» ativa e população passiva era uma das mais desfavoráveis da Europa (cf. as pesquisas sobre isso do Prof. Mortara, por exemplo, nas *Prospettive economiche* de 1922). Tal relação é ainda mais desfavorável se se leva em conta: 1) as doenças endêmicas (malária, etc.), que diminuem a média individual do potencial de força do trabalho; 2) o estado crônico de desnutrição de muitos estratos inferiores do campesinato (como se depreende das pesquisas do Prof. Mário Camis, publicadas na *Riforma Sociale* de 1926, cujas médias nacionais deveriam ser desagregadas por médias de classe: se a média nacional mal alcança o padrão fixado pela ciência como indispensável, é óbvio concluir pela desnutrição crônica de um estrato não indiferente da população. Quando foi discutida no Senado a proposta orçamentária para o ano 1929-1930, o Deputado Mussolini afirmou que, em algumas regiões, durante períodos inteiros, vive-se apenas de hortaliças: cf. as *Atas parlamentares* da sessão, bem como o discurso do Senador Ugo Ancona, cujas veleidades reacionárias foram prontamente rebatidas pelo chefe do Governo) [9]; 3) o

desemprego endêmico existente em algumas regiões agrícolas, que não aparece nas pesquisas oficiais; 4) a massa de população absolutamente parasitária, que é enorme e põe a seu serviço o trabalho de outra enorme massa indiretamente parasitária, bem como a “semiparasitária”, que é tal porque multiplica de modo anormal e malsão atividades econômicas subordinadas, como o comércio e as atividades intermediárias em geral.

Esta situação não se verifica apenas na Itália; em maior ou menor escala, existe em todos os países da velha Europa e, de modo ainda pior, existe na Índia e na China, o que explica a estagnação da história nestes países e sua impotência político-militar. (No exame deste problema, não está imediatamente em questão a forma de organização econômico-social, mas a racionalidade das proporções entre os diversos setores da população no sistema social existente: cada sistema tem uma sua lei das proporções definidas na composição demográfica, um seu equilíbrio «ótimo» e desequilíbrios que, se não forem oportunamente corrigidos através da legislação, podem se tornar em si mesmos catastróficos, já que fazem secar as fontes da vida econômica nacional, para não falar de todos os outros elementos de dissolução [10].)

A América não tem grandes «tradições históricas e culturais», mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões — certamente mais importante do que a chamada riqueza natural — de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva (cf. os experimentos feitos por Ford e as economias obtidas por sua fábrica através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíram sobre os custos de produção, ou seja, que permitiram melhores salários e menores preços de venda). Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.

O fenômeno das «massas», que tanto impressionou Romier, não é mais do que a forma desse tipo de sociedade «racionalizada», na qual a «estrutura» domina mais imediatamente as superestruturas e estas são «racionalizadas» (simplificadas e reduzidas em número).

Rotary Club e Maçonaria (o Rotary é uma maçonaria sem os pequenos burgueses e sem a mentalidade pequeno-burguesa). A América tem o Rotary e a YMCA; a Europa tem a maçonaria e os jesuítas. Tentativas de introduzir a YMCA na Itália; ajuda da indústria italiana a essas tentativas (financiamento de Agnelli e reação violenta dos católicos). Tentativas de Agnelli para absorver o grupo de *L'Ordine Nuovo*, que defendia uma forma própria de “americanismo” aceitável pelas massas operárias [11].

Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica. E ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento “superestrutural”, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. A luta se dá com armas tomadas do velho arsenal europeu e ainda abastardadas, que são portanto “anacrônicas” em relação ao desenvolvimento das “coisas”. A luta que se desenvolve na América (descrita por Philip) é ainda pelos direitos profissionais, contra a “liberdade industrial”, isto é, uma luta semelhante àquela que se travou na Europa no século XVIII, embora em outras condições: o sindicato operário americano é mais a expressão corporativa dos direitos das profissões qualificadas do que outra coisa e, por isso, sua destruição, exigida pelos industriais, tem um aspecto “progressista”. A ausência da fase histórica européia assinalada, também no campo econômico, pela Revolução Francesa deixou as massas populares americanas em estado bruto: a isso cabe acrescentar a ausência de homogeneidade

nacional, a mistura das culturas-raças, a questão dos negros.

Verificou-se na Itália um início de fanfarras fordista (exaltação da grande cidade, planos urbanísticos para a grande Milão, etc.), a afirmação de que o capitalismo ainda está em seus inícios e que é preciso preparar-lhe os quadros de um grandioso desenvolvimento, etc.: sobre isto, cf. alguns artigos de Schiavi na *Riforma Sociale*); depois, teve lugar a conversão ao ruralismo e à desvalorização iluminista da cidade, a exaltação do artesanato e do patriarcalismo idílico, menções aos “direitos profissionais” e a uma luta contra a liberdade industrial [12]. Todavia, embora o desenvolvimento seja lento e pleno de compreensíveis cautelas, não se pode dizer que a parte conservadora, a parte que representa a velha cultura europeia com todas as suas seqüelas parasitárias, não tenha antagonistas (deste ponto de vista, é interessante a tendência representada por *Nuovi Studi*, pela *Critica Fascista* e pelo centro intelectual de estudos corporativos organizados na Universidade de Pisa) [13].

Também o livro de De Man é, a seu modo, uma expressão destes problemas que abalam a velha ossatura europeia, uma expressão sem grandeza e sem adesão a nenhuma das principais forças históricas que disputam entre si o mundo [14].

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 2, p. 242 – 249)

Corporativismo e americanismo

§ 6. *Autarquia financeira da indústria*. Um notável artigo de Carlo Pagni, «A proposito di un tentativo di teoria pura del corporativismo» (na *Riforma Sociale*, setembro-outubro de 1929), examina o livro de N. Massimo Fovel, *Economia e corporativismo* (Ferrara, S.A.T.E., 1929) e menciona um outro texto do mesmo Fovel, *Rendita e salario nello Stato sindacale* (Roma, 1928), mas não percebe, ou não destaca expressamente, que Fovel, em seus escritos, concebe o “corporativismo” como a premissa para a introdução na Itália dos mais avançados sistemas americanos do modo de produzir e de trabalhar [20].

Seria interessante saber se Fovel “tira da própria cabeça” o que escreve ou se tem atrás de si (praticamente e não apenas “em geral”) determinadas forças econômicas que o sustentam e o estimulam. Fovel jamais foi um “cientista” puro, que expresse determinadas tendências da mesma forma que os intelectuais, também “puros”, sempre expressam. Sob muitos aspectos, ele se integra à galeria de tipos como Ciccotti, Naldi, Bazzi, Preziosi, etc., porém é mais complexo, em função de seu inegável valor intelectual. Fovel sempre teve a aspiração de se tornar um grande líder político, mas não conseguiu porque lhe faltam algumas qualidades fundamentais: a força de vontade dirigida a um único objetivo e a não-volubilidade intelectual à maneira de Missiroli; de resto, ele freqüentemente se vinculou abertamente a pequenos interesses mesquinhos. Começou como “jovem radical”, antes da guerra: pretendia fazer rejuvenescer, dando-lhe um conteúdo mais concreto e moderno, o movimento democrático tradicional, flertando um pouco com os republicanos, sobretudo os federalistas e regionalistas (*Critica Política* de Oliviero Zuccharini). Durante a guerra, defendeu o neutralismo de Giolitti. Em 1919, ingressou no Partido Socialista em Bolonha, mas jamais escreveu no *Avanti!* Antes do armistício, deu algumas escapadas em Turim. Os industriais turinenses haviam comprado a velha e mal-afamada *Gazzeta di Torino* para transformá-la e dela fazer um seu órgão direto. Fovel tinha a intenção de tornar-se o diretor da nova publicação e certamente estava em contato com os ambientes industriais. Mas foi escolhido como diretor Tommaso Borelli, “jovem liberal”, logo depois substituído por Ítalo Minunni da *Idea Nazionale* (mas a *Gazzeta di Torino*, mesmo sob o título *Paese* e apesar do investimento feito para que se desenvolvesse, não vingou e foi fechada por seus patrocinadores). Uma “curiosa” carta de Fovel em 1919: ele escreve dizendo que “sente o dever” de colaborar com *L’Ordine Nuovo* semanal; houve uma resposta na qual eram fixados os limites de uma sua possível colaboração, depois do que a “voz do dever” calou-se subitamente. Fovel juntou-se ao bando de Passigli, Martelli, Gardenghi, que transformara o *Lavoratore* de Trieste num centro de negócios bastante lucrativos e que devia ter contatos com o ambiente industrial de Turim: tentativa de Passigli para transportar *L’Ordine Nuovo* para Trieste com gestão “comercialmente” rentável (ver, para a data, a subscrição de 100 liras feita por Passigli, que viera a Turim para falar pessoalmente); questão de saber se uma “pessoa de bem” poderia colaborar no *Lavoratore*. Em 1921, foram encontrados nos escritórios do

Lavoratore papéis pertencentes a Fovel e Gardenghi, os quais revelavam que os dois parceiros jogavam na bolsa com as ações têxteis durante a greve organizada pelos sindicalistas de Nicola Vecchi e que dirigiam o jornal segundo os interesses de sua especulação. Depois de Livorno, Fovel não deu sinal de vida durante algum tempo [21]. Reapareceu em 1925, colaborador do *Avanti!* de Nenni e de Gardenghi e promoveu uma campanha favorável ao enfeudamento da indústria italiana à finança americana, campanha imediatamente explorada (mas já devia haver um acordo prévio) pela *Gazzeta del Popolo*, ligada ao engenheiro Ponti, da Sociedade Hidrelétrica do Piemonte. Em 1925-1926, Fovel colaborou freqüentemente na *Voce Republican*. Hoje (1929), defende o corporativismo como premissa para uma forma italiana de americanização, colabora no *Corriere Padano* de Ferrara, em *Nuovi Studi, Nuovi Problemi, Problemi del Lavoro* e ensina (ao que parece) na Universidade de Ferrara.

O que parece significativo na tese de Fovel, resumida por Pagni, é sua concepção da corporação como um bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade que se apropriam de uma parcela excessivamente vultosa da mais-valia, contra os chamados “produtores de poupança”. A produção da poupança deveria se tornar uma função interna (mais barata) do próprio bloco produtivo, através de um desenvolvimento da produção a custos decrescentes, capaz de permitir, além de uma massa maior de mais-valia, salários mais altos, com a conseqüência de um mercado interno mais amplo, de uma certa poupança operária e de lucros mais elevados. Seria assim possível conseguir um ritmo mais acelerado de acumulação de capitais no próprio seio da empresa e não através da intermediação dos «produtores de poupança», que são na realidade devoradores de mais-valia. No bloco industrial-produtivo, o elemento técnico — direção e operários — deveria predominar sobre o elemento «capitalista» no sentido mais «mesquinho» da palavra, ou seja, a aliança entre capitães da indústria e pequenos burgueses poupadores deveria ser substituída por um bloco de todos os elementos diretamente eficazes na produção, que são os únicos capazes de se reunirem em sindicato e, portanto, de constituir a corporação produtiva (do que resulta a conseqüência extrema, a que chegou Spirito, da corporação proprietária) [22]. Pagni objeta a Fovel que sua análise não é uma nova economia política, mas somente uma nova política econômica, objeção formal, que pode ser importante sob certo aspecto, mas que não envolve o tema principal; as outras objeções, concretamente, não passam de constatações de alguns aspectos atrasados do ambiente italiano com relação a uma transformação «organizativa» do aparelho econômico. As maiores deficiências de Fovel consistem em negligenciar a função econômica que o Estado sempre teve na Itália por causa da desconfiança dos poupadores em relação aos industriais, bem como em negligenciar o fato de que a orientação corporativa não surgiu das exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria nem mesmo daquelas de uma nova política econômica, mas, ao contrário, das exigências de uma política econômica, exigências agravadas pela crise de 1929 e que ainda estão em curso. Na realidade, os trabalhadores qualificados italianos, nem como indivíduos nem como sindicatos, nem ativa nem passivamente, jamais se opuseram às inovações tendentes a uma diminuição dos custos, à racionalização do trabalho, à introdução de automatismos mais perfeitos e de mais perfeitas organizações técnicas do conjunto da empresa. Muito pelo contrário. Isso ocorreu na América e determinou a semiliquidação dos sindicatos livres e sua substituição por um sistema de organizações operárias por empresa isoladas entre si. Na Itália, ao contrário, toda tentativa, até mesmo mínima e tímida, de fazer da fábrica um centro de organização sindical (recordar a questão dos comissários de empresa) foi vigorosamente combatida e resolutamente derrotada [23]. Uma cuidadosa análise da história italiana antes de 1922 e mesmo antes de 1926, que não se deixe levar pelas estrepitosas aparências exteriores, mas saiba captar os motivos profundos do movimento operário, deve levar à conclusão objetiva de que precisamente os operários foram os portadores das novas e mais modernas exigências industriais e que, a seu modo, defenderam-nas implacavelmente; pode-se mesmo dizer que alguns industriais compreenderam este movimento e procuraram se apropriar dele (é desse modo que se pode explicar a tentativa feita por Agnelli para absorver *L’Ordine Nuovo* e sua escola no complexo da Fiat, bem como de instituir assim uma escola de operários e técnicos especializados tendo em vista uma radical mudança industrial e do trabalho através de sistemas “racionalizados”: a YMCA tentou criar cursos de “americanismo” abstrato, mas, apesar das importantes somas investidas, os cursos

fracassaram).

Além destas considerações, apresenta-se uma outra série de questões: o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas já ocorridas criaram as condições formais nas quais a transformação técnico-econômica pode se verificar em larga escala, já que os operários não podem se opor a tal transformação nem podem lutar para se tornarem eles mesmos seus porta-bandeiras. A organização corporativa pode se tornar a forma dessa transformação, mas pode-se perguntar: teremos ocasião de ver uma daquelas «astúcias da providência» mencionadas por Vico, que fazem com que os homens, sem propô-lo ou desejá-lo, obedeçam aos imperativos da história? Por enquanto, temos razão para duvidar. O elemento negativo da «polícia econômica» predominou até agora sobre o elemento positivo da exigência de uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômico-social da nação, mesmo nos quadros do velho industrialismo. A forma jurídica possível é uma das condições, não a única condição nem mesmo a mais importante: é apenas a mais importante das condições imediatas. A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio. O desaparecimento do tipo semifeudal do rentista é, na Itália, uma das principais condições para a transformação industrial (é, em parte, essa própria transformação), não uma consequência. A política econômico-financeira do Estado é o instrumento desse desaparecimento: amortização da dívida pública, títulos nominais, maior peso da taxa direta sobre a indireta na formação da receita orçamentária. Não parece que esta seja ou esteja para se tornar a orientação da política financeira. Ao contrário. O Estado cria novos rentistas, ou seja, promove as velhas formas de acumulação parasitária da poupança e tende a criar quadros sociais fechados. Na realidade, até agora, a orientação corporativa funcionou para defender posições ameaçadas de classes médias, não para eliminá-las, e está se tornando cada vez mais, em função dos interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora. Por quê? Porque a orientação corporativa depende também do desemprego: defende para os que estão empregados um certo nível mínimo de vida que, se houvesse livre concorrência, entraria também em colapso, provocando graves convulsões sociais; e cria empregos de novo tipo, organizativo e não produtivo, para os desempregados das classes médias. Continua sempre a existir uma saída: a orientação corporativa, que se origina de uma situação tão delicada, cujo equilíbrio social é preciso manter a todo custo para evitar uma enorme catástrofe, poderia avançar através de lentíssimas etapas, quase imperceptíveis, que modifiquem a estrutura social sem abalos repentinos: até mesmo a criança melhor e mais solidamente enfaixada se desenvolve, apesar disso, e cresce. E é por isso que seria interessante saber se Fovel é a voz de si mesmo ou se é o expoente de forças econômicas que buscam, a todo custo, seu próprio caminho. De qualquer modo, o processo seria tão longo e encontraria tantas dificuldades que, nesse meio tempo, novos interesses podem se constituir e fazer uma nova oposição tenaz ao desenvolvimento de tal processo a ponto de truncá-lo.

(Gramsci, v.4, Caderno 22, § 6, p. 254 – 260)

Fordismo (I)

§11. *Racionalização da produção e do trabalho.* A tendência de Leão Davidovi estava estreitamente ligada a esta série de problemas, o que não me parece ter sido devidamente esclarecido. Seu conteúdo essencial, deste ponto de vista, consistia na vontade “demasiadamente” resoluta (portanto não racionalizada) de dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar, com meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes às necessidades do trabalho. Dada a formulação geral de todos os problemas ligados à tendência, esta devia desembocar necessariamente numa forma de bonapartismo, do que resulta, portanto, a necessidade inexorável de derrotá-la. Suas preocupações eram justas, mas as soluções práticas eram profundamente erradas; neste

desequilíbrio entre teoria e prática consistia o perigo, o qual, de resto, já se manifestara anteriormente, em 1921. O princípio da coerção, direta e indireta, na organização da produção e do trabalho é justo (cf. o discurso pronunciado contra Martov e incluído no volume sobre o *Terrorismo*), mas a forma que ele assumiu era errada: o modelo militar tornara-se um preconceito funesto e os exércitos do trabalho fracassaram. Interesse de Leão Davidovi pelo americanismo; seus artigos, suas pesquisas sobre o *byt* e sobre a literatura, tais atividades estavam menos desconectadas entre si do que poderia parecer, já que os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro [26].

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem. A expressão “consciência do objetivo” pode parecer pelo menos espirituosa a quem recordar a frase de Taylor sobre o “gorila amestrado”. Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*.

É deste ponto de vista que se devem estudar as iniciativas “puritanas» dos industriais americanos do tipo Ford. E certo que eles não se preocupam com a «humanidade», com a «espiritualidade» do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta «humanidade e espiritualidade» só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na «criação» produtiva; ela era máxima no artesanato, no «demiurgo», quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra este «humanismo» que luta o novo industrialismo. As iniciativas «puritanas» têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas. O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho e para mantê-los de modo estável. Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste «racionalmente» o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado. É possível que também outras lutas «puritanas» se tornem funções do Estado, caso a iniciativa privada dos industriais se revele insuficiente ou caso se desencadeie uma crise de moralidade excessivamente profunda ou extensa entre as massas trabalhadoras, o que poderia ocorrer em consequência de uma

longa e ampla crise de desemprego. Uma questão ligada àquela do álcool é a questão sexual: o abuso e a irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho «obsessivo» provoca depravação alcoólica e sexual. As tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indício destas tendências ainda «privadas» ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do «verdadeiro» americanismo, etc. O fato mais notável do fenômeno americano com relação a estas manifestações é a separação que se formou, e que se acentuará cada vez mais, entre a moralidade-costume dos trabalhadores e aquela de outras camadas da população. O proibicionismo já forneceu um exemplo desta separação. Quem consumia o álcool introduzido de contrabando nos Estados Unidos? O álcool tornara-se uma mercadoria de grande luxo e nem mesmo os mais altos salários podiam permitir que fosse consumido pelos mais amplos estratos das massas trabalhadoras: quem trabalha por salário, com um horário fixo, não tem tempo para dedicar à procura do álcool, não tem tempo para dedicar ao esporte de eludir as leis. A mesma observação pode ser feita para a sexualidade. A «caça à mulher» exige bastante «ócio»; no operário de tipo novo se repetirá, sob outras formas, o que ocorre nas aldeias camponesas. A relativa solidez das uniões sexuais camponesas liga-se estreitamente ao sistema de trabalho rural. O camponês que volta para casa à noite, depois de uma longa jornada de trabalho, deseja a *Venerem facilem parabilemque* de Horácio: não tem o hábito de correr atrás de prostitutas; ama sua mulher, segura, sempre presente, que não fará dengo nem pretenderá a comédia da sedução e do estupro para ser possuída [27]. Aparentemente, isso faz com que a função sexual se torne mecânica; mas, na realidade, trata-se de uma nova forma de união sexual, sem as cores “fascinantes” da fantasia romântica própria do pequeno-burguês e do boêmio vadio. Revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. Este conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa produzirá certamente resultados; e surgirá assim uma nova forma de união sexual, cujo traço característico e fundamental parece dever ser a monogamia e a estabilidade relativa. Seria interessante conhecer os resultados estatísticos dos fenômenos de desvio dos costumes sexuais oficialmente propagandeados nos Estados Unidos, analisados por grupos sociais: de modo geral, será possível verificar que os divórcios são particularmente numerosos nas classes superiores.

Esta defasagem de moralidade, nos Estados Unidos, entre as massas trabalhadoras e elementos cada vez mais numerosos das classes dirigentes parece ser um dos fenômenos mais interessantes e ricos de conseqüências. Até pouco tempo atrás o povo americano era um povo de trabalhadores: a “vocaçao laboriosa” não era um traço inerente apenas às classes operárias, mas era uma qualidade específica também das classes dirigentes. O fato de que um milionário continue a ser ativo até que a doença ou a velhice o obriguem ao repouso e de que sua atividade ocupe uma parte bastante significativa de sua jornada: eis um dos fenômenos tipicamente americanos, um dos traços americanos que mais surpreendem o europeu médio. Observamos anteriormente que esta diferença entre americanos e europeus é dada pela falta de “tradição” nos Estados Unidos, na medida em que tradição significa também resíduo passivo de todas as formas sociais legadas pela história: nos Estados Unidos, ao contrário, ainda é recente a «tradição» dos pioneiros, ou seja, de fortes individualidades nas quais a «vocaçao laboriosa» atingira grande intensidade e vigor, de homens que diretamente (e não através de um exército de escravos ou de servos) entravam em enérgico contato com as forças naturais para dominá-las e explorá-las vitoriosamente. São estes resíduos passivos que na Europa resistem ao americanismo, «representam a qualidade, etc.», já que sentem instintivamente que as novas formas de produção e de trabalho os expulsariam implacavelmente.

Mas, se é verdade que na Europa, deste modo, a velharia ainda insepulta seria definitivamente destruída, o que começa a ocorrer na própria América? A defasagem de moralidade acima mencionada mostra que estão se criando margens de passividade social cada vez mais amplas. Parece que as mulheres têm uma função predominante neste fenômeno. O homem-industrial continua a trabalhar, mesmo se

milionário, mas sua mulher e suas filhas tornam-se cada vez mais «mamíferos de luxo». Os concursos de beleza, os concursos para escolher atores cinematográficos (lembrar as 30.000 jovens italianas que, em 1926, enviaram fotos em trajes de banho para a Fox), o teatro, etc., selecionando a beleza feminina mundial e colocando-a em leilão, geram uma mentalidade de prostituição; e o «tráfico de mulheres» é feito legalmente para as classes altas. As mulheres, ociosas, viajam, cruzam continuamente o oceano para vir à Europa, fogem ao proibicionismo da pátria e contraem «matrimônios» por temporada (deve-se lembrar que foi tirado aos comandantes de navios norte-americanos o direito de realizar casamentos a bordo, já que muitos casais se esposavam quando partiam da Europa e se divorciavam antes de desembarcar na América): a prostituição real prolifera, mal disfarçada por frágeis formalidades jurídicas.

Estes fenômenos, característicos das classes altas, tornarão mais difícil a coerção sobre as massas trabalhadoras para adequá-las às necessidades da grande indústria; de qualquer modo, determinam uma fratura psicológica e aceleram a cristalização e a saturação dos grupos sociais, tornando evidente sua transformação em castas, tal como ocorreu na Europa.

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 11, p. 265 – 270)

Fordismo (II)

§ 13. *Os altos salários.* É óbvio pensar que os chamados altos salários são uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social: este é um «preconceito» muito difundido na Europa (e especialmente no Japão), onde não tardará a provocar conseqüências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, «preconceito» que, de resto, tem sua base tão-somente no desemprego endêmico surgido no após-guerra. Se a situação fosse «normal», o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. Mas, tão logo os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, tão logo o novo tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala e os altos salários desaparecerão. Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda de um monopólio que resulta do fato de ter a iniciativa dos novos métodos; aos lucros de monopólio correspondem salários de monopólio. Mas o monopólio será necessariamente limitado, num primeiro momento, e depois destruído pela difusão dos novos métodos, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior (cf. o fenômeno japonês do baixo preço das mercadorias); e assim, junto com os grandes lucros, também desaparecerão os altos salários. De resto, sabe-se que os altos salários ligam-se necessariamente a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores americanos.

Toda a ideologia fordista dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário (o que, porém, não dispensa o estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode provocar). De resto, o que significa “alto salário”? O salário pago por Ford é alto somente em comparação com a média dos salários americanos, ou é alto como preço da força de trabalho que os empregados da Ford consomem na produção e com os métodos de trabalho de Ford? Não parece que uma tal pesquisa tenha sido feita de modo sistemático, embora somente ela pudesse dar uma resposta conclusiva. A pesquisa é difícil, mas as próprias causas dessa dificuldade são uma resposta indireta. A resposta é difícil porque o quadro de operários qualificados da Ford é muito instável e, por isso, não é possível estabelecer uma média “racional” de demissões entre os operários da Ford para comparar com a média das outras indústrias. Mas por que esta instabilidade? Como é possível que um operário possa preferir um salário “mais baixo” àquele pago pela Ford? Não significará isto que os chamados “altos salários” são menos convenientes para reconstituir a força de trabalho consumida do que os salários mais baixos das outras empresas? A instabilidade do quadro de trabalhadores qualificados demonstra que as condições normais de concor-

rência entre os operários (diferença de salário) só atuam, no que se refere à indústria Ford, dentro de certos limites: não atua o diferente nível entre as médias salariais e não atua a pressão do exército de reserva dos desempregados. Isto significa que se deve procurar, na indústria Ford, algum elemento novo, que será a origem real tanto dos “altos salários” como dos outros fenômenos referidos (instabilidade, etc.). Este elemento só pode ser buscado nisto: que a indústria Ford exige uma especialização, uma qualificação para seus operários que as outras indústrias ainda não exigem, ou seja, uma qualificação de novo tipo, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio que são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais, forma e quantidade que o salário não consegue compensar em todos os casos, não consegue reconstituir nas condições dadas pela sociedade tal como é. Postas estas questões, apresenta-se o seguinte problema: se o tipo de indústria e de organização do trabalho e da produção próprio da Ford é “racional”, isto é, se pode e deve generalizar-se, ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno mórbido a ser combatido com a força dos sindicatos e com a legislação. Ou seja: se é possível, com a pressão material e moral da sociedade e do Estado, fazer com que os operários como massa sofram todo o processo de transformação psicofísica capaz de transformar o tipo médio do operário Ford no tipo médio do operário moderno, ou se isto é impossível, já que levaria à degeneração física e à deterioração da espécie, destruindo toda força de trabalho. Parece ser possível responder que o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar; mas, para isso, é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da “coerção”, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de um melhor padrão de vida, ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energias musculares e nervosas.

Em medida limitada, mas ainda assim relevante, verificavam-se e verificam-se fenômenos semelhantes àqueles determinados em larga escala pelo fordismo em certos ramos da indústria ou em estabelecimentos não “fordizados”. Constituir um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada jamais foi tarefa simples: ora, uma vez constituídos esse quadro e essa equipe, seus componentes, ou parte deles, acabam por vezes não só se beneficiando com um salário de monopólio, mas também não são demitidos no caso de uma redução temporária da produção; seria antieconômico dispersar os elementos de um todo orgânico constituído com esforço, já que seria quase impossível voltar a agrupá-los, na medida em que a reconstrução deste todo com elementos novos, aleatórios, custaria tentativas e gastos não indiferentes. E este um limite posto à lei da concorrência gerada pelo exército de reserva e pelo desemprego, limite que sempre esteve na origem da formação de aristocracias privilegiadas. Dado que jamais funcionou e não funciona uma lei de equiparação perfeita dos sistemas e dos métodos de produção e trabalho para todas as empresas de um determinado ramo da indústria, disso resulta que toda empresa, numa determinada medida mais ou menos ampla, é “única”, formando para si um quadro de trabalhadores qualificados com competências adequadas a essa particular empresa: pequenos “segredos” de fabricação e de trabalho, “truques” que em si parecem negligenciáveis, mas que, repetidos infinitas vezes, podem adquirir uma grande importância econômica. Um caso particular pode ser estudado na organização do trabalho nos portos, particularmente naqueles onde há desequilíbrio entre embarque e desembarque de mercadorias e onde se verificam períodos de congestionamento do trabalho e períodos em que praticamente cessam as atividades. É necessário dispor de um grupo de estivadores qualificados sempre disponível (que não se afaste do posto de trabalho), capaz de realizar o mínimo de trabalho no período da baixa estação ou de outro tipo; daí, a formação de grupos fechados, com altos salários e outros privilégios, em contraposição à massa dos “trabalhadores temporários”, etc. Isso se verifica também na agricultura, na relação entre colonos fixos e assalariados, bem como em muitas indústrias onde existem os “períodos mortos”, por razões inerentes à própria indústria, como a do vestuário, ou devidos à má organização do comércio atacadista, que faz suas compras segundo ciclos próprios, não sincronizados com o ciclo da produção, etc.

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 13, p. 272 – 276)

Fordismo (III)

§ 138. *América*. No número de 16 de fevereiro de 1930 da *Nuova Antologia*, são publicados dois artigos: “Punti di vista sull’America: Spirito e tradizione americana», do Prof. J. R. Rice (Rice, em 1930, foi designado pela *Italy-America Society* de Nova Iorque para pronunciar o ciclo anual de conferências criado pela *Fundação Westinghouse* com o objetivo de intensificar as relações entre a América e a Itália), um artigo de pouco valor; e “La rivoluzione industriale degli Stati Uniti”, do engenheiro Pietro Lanino, interessante do seguinte ponto de vista: por mostrar que um conceituado publicista e teórico da indústria italiana nada compreendeu do sistema industrial capitalista americano. (Em 1930, Lanino escreveu também uma série de artigos sobre a indústria americana na *Rivista di Política Economica*, publicada pelas sociedades anônimas.) Desde o primeiro parágrafo, Lanino afirma que na América ocorreu “uma inversão completa dos que até agora haviam sido os critérios econômicos fundamentais da produção industrial. Abandonou-se a lei da oferta e da procura na fixação dos salários. O custo de produção foi reduzido, apesar do aumento dos salários”. Nada foi abandonado: Lanino não compreendeu que a nova técnica baseada na racionalização e no taylorismo criou uma nova e original qualificação psicotécnica e que os operários que possuem esta qualificação não apenas são poucos, mas estão ainda em formação, motivo pelo qual os “mais preparados” são disputados com a oferta de altos salários; isto confirma a lei da “oferta e da procura” no terreno salarial. Se a afirmação de Lanino fosse verdadeira, seria impossível explicar o elevado grau de *turnover* do pessoal empregado, ou seja, o fato de que muitos operários renunciavam aos altos salários de certas empresas por salários menores de outras. Isto é: não só os industriais renunciariam à lei da oferta e da procura, mas também os operários, os quais, por vezes, permanecem desempregados, renunciando aos altos salários. Enigma ao qual Lanino evitou cuidadosamente dar uma resposta. Todo o artigo se baseia nesta incompreensão preliminar. Não é de surpreender o fato de que os industriais americanos, a começar por Ford, tenham procurado afirmar que se trata de uma nova forma de relações: eles buscam obter, além dos efeitos econômicos dos altos salários, também efeitos sociais de hegemonia espiritual, o que é normal.

(Gramsci, v.4 , Caderno 1, § 138, p. 290 – 291)

Estado e Economia

§ 14. *Ações, obrigações, títulos de Estado*. Que mudança radical produzirá na orientação da pequena e média poupança a atual depressão econômica se, como parece provável, ela se prolongar ainda por algum tempo? Pode-se observar que a queda do mercado de ações provocou um imenso deslocamento de riqueza e um fenômeno de expropriação «simultânea» da poupança de amplíssimas massas da população, um pouco por toda parte, mas sobretudo na América: assim, os processos mórbidos que se haviam verificado por causa da inflação, no pós-guerra, renovaram-se em toda uma série de países e operaram nos países que não haviam conhecido a inflação no período anterior.

O sistema que o Governo italiano intensificou nestes anos (prossequindo uma tradição já existente, ainda que em menor escala) parece ser o mais racional e orgânico, pelo menos para um grupo de países: mas que conseqüências poderá ter? Diferença entre ações ordinárias e ações preferenciais, entre estas e as obrigações, e entre ações e obrigações do mercado livre e obrigações ou títulos do Estado. A massa dos poupadores busca se desfazer completamente das ações de todo tipo, altamente desvalorizadas; prefere as obrigações às ações, mas prefere os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa dos poupadores quer romper toda ligação direta com o conjunto do sistema capitalista privado, mas não recusa sua confiança ao Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, que garanta um juro módico mas seguro. O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (*holding* estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo (criação italiana dos vários Institutos, de crédito mobiliário, de reconstrução industrial, etc.; transformação do Banco Comercial, consolidação das Caixas Econômicas, criação de novas formas na poupança postal, etc). Porém, uma vez assumida esta função, por causa de necessidades econômicas imprescindíveis, pode

o Estado se desinteressar da organização da produção e da troca? Deixá-la, tal como antes, à iniciativa da concorrência e à iniciativa privada? Se isso ocorresse, a desconfiança que hoje atinge a indústria e o comércio privados envolveria também o Estado; o surgimento de uma situação que obrigasse o Estado a desvalorizar seus títulos (através da inflação ou por outro meio), tal como se desvalorizaram as ações privadas, seria uma catástrofe para o conjunto da organização econômico-social. O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados e, desse modo, compreende-se pelo menos um aspecto das discussões teóricas sobre o regime corporativo. Mas o simples controle não é suficiente. Com efeito, não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. Precisamente nestes desenvolvimentos necessários é que reside o maior risco da iniciativa privada e deveria ser maior a intervenção do Estado, que também não está livre de riscos, muito ao contrário. (Estes elementos são mencionados como os mais orgânicos e essenciais, mas também outros elementos levam à intervenção estatal ou a justificam teoricamente: o agravamento dos regimes de proteção alfandegária e das tendências autárquicas, os subsídios, o *dumping*, as operações de salvamento das grandes empresas à beira da falência ou em perigo; ou seja, como já foi dito, a “nacionalização das perdas e dos déficits industriais”, etc. [29])

Se o Estado se propusesse impor uma direção econômica por meio da qual a produção da poupança, de “função” de uma classe parasitária, passasse a ser função do próprio organismo produtivo, estes desenvolvimentos hipotéticos seriam progressistas, poderiam fazer parte de um vasto projeto de racionalização integral: para isso, seria necessário promover uma reforma agrária (com a abolição da renda da terra como renda de uma classe não trabalhadora e sua incorporação ao organismo produtivo, como poupança coletiva destinada à reconstrução e a ulteriores progressos) e uma reforma industrial que fizesse todas as rendas decorrerem de necessidades funcionais técnico-industriais e não mais serem conseqüências jurídicas do puro direito de propriedade.

Deste conjunto de exigências, nem sempre confessadas, nasce a justificação histórica das chamadas tendências corporativas, que se manifestam predominantemente como exaltação do Estado em geral, concebido como algo absoluto, e como desconfiança e aversão em face das formas tradicionais do capitalismo. Daí se segue que, teoricamente, o Estado parece ter sua base político-social na “gente miúda” e nos intelectuais; mas, na realidade, sua estrutura permanece plutocrática e torna-se impossível romper as ligações com o grande capital financeiro: de resto, é o próprio Estado que se torna o maior organismo plutocrático, a *holding* das grandes massas de poupança dos pequenos capitalistas. (O Estado jesuíta do Paraguai poderia ser utilmente mencionado como modelo de muitas tendências contemporâneas [30].)

Que possa existir um Estado que se baseie politicamente, ao mesmo tempo, na plutocracia e na gente miúda não é, de resto, algo inteiramente contraditório, como o demonstra um país exemplar, a França, onde precisamente não se compreenderia o domínio do capital financeiro sem a base política de uma democracia de pequenos-burgueses e de camponeses que vivem de renda. A França, contudo, por motivos complexos, tem ainda uma composição social bastante sadia, já que nela existe uma ampla base de pequena e média propriedade agrícola. Em outros países, ao contrário, os poupadores se separaram do mundo da produção e do trabalho; neles, a poupança é “socialmente” muito cara, já que obtida à custa de um nível de vida excessivamente baixo dos trabalhadores industriais e, sobretudo, agrícolas. Se a nova estrutura do crédito consolidasse esta situação, ocorreria na realidade uma deterioração: se a poupança parasitária, graças à garantia estatal, não tivesse nem mesmo de passar pelos caminhos gerais do mercado normal, a propriedade agrícola parasitária se reforçaria, por um lado, e, por outro, as obrigações industriais que geram dividendos legais certamente pesariam sobre o trabalho de modo ainda mais esmagador.

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 14, p. 276 – 279)

América e Europa (II)

§ 15. *Civilização americana e européia*. Numa entrevista a Corrado Álvaro (*L'Italia Letteraria*, 14 de abril de 1929), Luigi Pirandello afirma: “O americanismo nos arrasta. Creio que lá se acendeu um novo farol de civilização.” “O dinheiro que corre o mundo é americano (!?); e, por trás do dinheiro, corre o modo de vida e a cultura (isto é verdade apenas para a escória da sociedade, e parece que Pirandello, e com ele muitos outros, acredita que o ‘mundo’ inteiro é constituído por esta escória). A América tem uma cultura? (seria preciso dizer: tem uma cultura unitária e centralizada, ou seja, a América é uma nação do tipo francês, alemão ou inglês?) Tem livros e costumes. Os costumes são sua nova literatura, aquela que penetra através das portas mais protegidas e defendidas. Em Berlim, não se sente a diferença entre a velha e a nova Europa porque a própria estrutura da cidade não oferece resistências (Pirandello hoje não poderia dizer o mesmo e, portanto, deve-se entender que ele se referia à Berlim dos cafés noturnos). Em Paris, onde existe uma estrutura histórica e artística, onde os testemunhos de uma civilização autóctone estão presentes, o americanismo desafina tanto como a maquiagem no velho rosto de uma mundana [31].”

Mas o problema não é saber se na América existe uma nova civilização, uma nova cultura, mesmo que ainda no estado de “farol”, e se elas estão invadindo ou já invadiram a Europa: se o problema tivesse de ser posto assim, a resposta seria fácil: não, não existe, etc., e, de resto, o que se faz na América é apenas remoer a velha cultura européia. O problema é este: se a América, com o peso implacável de sua produção econômica (isto é, indiretamente), obrigará ou está obrigando a Europa a uma transformação radical de sua estrutura econômico-social demasiadamente antiquada, o que ocorreria de qualquer modo, ainda que com ritmo lento, mas que, ao contrário, se apresenta desde já como uma consequência imediata da “prepotência” americana; ou seja, se está ocorrendo uma transformação das bases materiais da civilização européia, o que a longo prazo (e não muito longo, já que atualmente tudo é mais rápido do que no passado) levará a uma transformação da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização.

Os elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que hoje se difundem sob a etiqueta americana não passam das primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova estrutura, que ainda não se formou, mas à iniciativa superficial e macaqueadora dos elementos que começam a se sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação. O que hoje é chamado de “americanismo” é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”.

Este critério — o de que tanto as reações intelectuais e morais ao estabelecimento de um novo método produtivo quanto as exaltações superficiais do americanismo se devem aos detritos das velhas camadas em decomposição e não aos grupos cujo destino está ligado a um ulterior desenvolvimento do novo método — é extremamente importante e explica por que alguns elementos responsáveis da política moderna, que baseiam sua sorte na organização do conjunto da camada média, não desejam tomar posição, mas se mantêm “teoricamente” neutros, resolvendo os problemas práticos com o tradicional método do empirismo e do oportunismo (cf. as diversas interpretações do ruralismo, desde a de U. Spirito, que pretende “urbanizar” o campo, até as que tocam a flauta de Pã) [32].

Que não se trate, no caso do americanismo (entendido não só como vida de bar, mas também como ideologia do Rotary Club), de um novo tipo de civilização, é algo que pode ser deduzido do fato de que nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano. A observação de Pirandello sobre a oposição que o americanismo encontra em Paris (mas no Creusot?) e sobre a acolhida imediata que teria tido em Berlim prova, de qualquer modo, a diferença não

de natureza, mas apenas de grau, em relação ao “europeísmo”. Em Berlim, as classes médias já haviam sido arruinadas pela guerra e pela inflação, e a indústria berlinense, em seu conjunto, tem características diferentes da parisiense: as classes médias francesas não sofreram as crises ocasionais, como a inflação alemã, nem a crise orgânica de 1929 e ss., com o mesmo ritmo acelerado registrado na Alemanha. Por isso, é verdade que em Paris o americanismo aparece como um cosmético, como uma superficial moda estrangeira.

(Gramsci, v.4 , Caderno 22, § 15, p. 279 – 281)

A VIDA DE GRAMSCI

Otto Maria Carpeaux

Fonte: Gramsci e o Brasil

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>

O artigo de Carpeaux, publicado originalmente na revista Civilização Brasileira em 1966, nos oferece uma apresentação ímpar da biografia de Gramsci e de algumas das principais batalhas políticas e intelectuais que travou em vida. Escrito com a precisão e a elegância que nunca faltam aos textos de Carpeaux, este é também um documento da amplitude da influência intelectual de Gramsci.

Antonio Gramsci é o fundador do Partido Comunista da Itália. A história das suas lutas, do seu martírio no cárcere e das vitórias póstumas do seu espírito é leitura edificante para os adeptos do credo político que foi o seu. Mas suas atividades de altiva independência em parte só agora reveladas, também o tornam caro a todos os que apreciam a heresia, *the right to dissent*, em suma: a liberdade. A recordação de Gramsci deve ser igualmente cara a todos os que reivindicam a verdadeira democracia, contra as hipocrisias do elitismo. Sua obra de grande intelectual — um dos maiores do século XX — inspira respeito até aos adversários do seu credo: inspirou respeito também ao intransigente Benedetto Croce que “só com reverência e com afeto” se permitiu falar desse morto, desse símbolo vivo de uma resistência inquebrantável nos cárceres mais escuros da tirania. Antonio Gramsci foi um mártir e quase um santo. Sua história é um *exemplum vitae humanae*.

A vida de Gramsci! Seria um livro para todos. Mas não pretendo escrevê-lo. Em parte porque minha intenção é outra; em parte porque os fatos já são bem conhecidos, de modo que basta recordá-los.

1. Antonio Gramsci nasceu em 23 de janeiro de 1891 em Ales, província de Cagliari, na Ilha de Sardenha, na parte mais pobre e mais atrasada da Itália, filho de gente humilde ao qual só duras privações permitiram o estudo na Universidade de Turim, onde em 1915 aderiu ao socialismo, no mesmo ano em que Benito Mussolini saiu das fileiras do partido socialista para entrar nas do nacionalismo reacionário e belicoso, que seria depois o berço do fascismo. Enquanto o renegado sonhava, nas trincheiras, sua futura ditadura, o jovem Gramsci organizou em 1917 a greve dos operários de Turim contra a continuação da guerra. Restabelecida, precariamente, a paz européia, e entrando a Itália numa fase de graves perturbações sociais, Gramsci fundou o semanário *Ordine Nuovo* que reuniu em breve os mais avançados intelectuais da península. Organizou os *consigli di fabbrica* que, em momentos de greve, ocuparam fábricas e usinas, preparando-se para administrá-los. Em abril de 1920 dirigiu a greve geral. No Congresso do Partido Socialista Italiano em Livorno, em janeiro de 1921, foi Gramsci o líder da ala radical que saiu, constituindo-se como Partido Comunista Italiano. Foi o primeiro secretário-geral desse partido, que o elegeu deputado e do qual fundou o órgão jornalístico, o diário *L'Unità*. Enquanto isso, fortaleceu-se cada vez mais a ditadura fascista, que ainda tolerava a existência do Parlamento para oferecer ao estrangeiro o espetáculo de uma democracia simulada. Mussolini conseguiu vencer a crise mais grave do seu regime, a indignação moral do país inteiro depois do assassinato de Matteoti. Só então, o terrorismo iniciou, sem freios, a opressão totalitária. Os mandatos dos deputados opositores foram cassados. Perdida a imunidade parlamentar, Gramsci foi preso em 8 de novembro de 1926 e confinado na ilha de Ustica, perto de Palermo. Alguns meses depois, transportaram-no de volta, algemado, para Roma. Processo perante o Tribunal especial. O Promotor falou com franqueza: “Devemos”, dizia aos juizes, “inutilizar por 20 anos esse cérebro perigoso”: a 20 anos de reclusão na Penitenciária de Turi, perto de Bari, foi Gramsci condenado. Submeteram-no a um regime severo, embora permitindo-lhe escrever cartas e notas, permissão da qual nasceu a imponente obra desse espírito encarcerado. Mas em 1933 os sintomas da tuberculose dos ossos tornaram-se evidentes. A doença fez progressos rápidos. Enfim, as autoridades fascistas não quiseram que o preso morresse como mártir dentro dos muros do cárcere. Gramsci foi solto três dias antes do desenlace. Morreu em 27 de abril de 1937 numa clínica particular em Roma. Foi sepultado no Cemitério dos Ingleses, à sombra da Pirâmide de Cestio, perto do túmulo de Keats. Uma coroa de verdes

permanentes, com fita vermelha, indica o lugar em que dormem seus pobres restos mortais.

2. Seria esta a vida de Antonio Gramsci: de um homem morto há 29 anos e que não acreditava na ressurreição dos corpos. Acreditamos, por nossa vez, no preceito evangélico que manda deixar aos mortos o mister de enterrar os mortos. Importam os vivos. No túmulo de Keats, perto daquele de Gramsci, o poeta infeliz mandara gravar as palavras: “Eis um cujo nome foi escrito na água”. Mas na verdade tinha escrito os versos imortais em língua inglesa. Quando Antonio Gramsci foi, em 1937, enterrado, o que ele tinha feito e pensado também parecia “escrito na água”. E hoje sua personalidade está mais viva que jamais e o poeta Pier Paolo Pasolini, no colóquio com o sepultado do Cemitério dos Ingleses que abre o volume *Le ceneri di Gramsci*, pode acrescentar “às fadigas, contradições, pensamentos, atos, lutas e vitórias” a homenagem de *una luce poetica*. A personalidade de Gramsci continua uma força viva.

Tratando-se de um discípulo de Croce — à filosofia do pensador napolitano dedicou Gramsci um volume, escrito na prisão —, temos o direito de empregar a distinção crociana entre a personalidade empírica e a personalidade “poética”, isto é, que se exprime através de versos ou de pensamentos ou mesmo de ação. A personalidade “atual” de Gramsci desapareceu. Mas sua personalidade “poética”, de escritor, pensador e homem de ação, continua atual e é — veremos — uma atualidade para nós e conosco. Eis por que importa a Vida de Gramsci.

Muitos estrangeiros, fora da Itália, já se admiravam do alto nível intelectual do Partido fundado por Gramsci. Intelectuais de estatura, os líderes Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. Ao PCI pertencem ou pertenceram grandes professores universitários como Luigi Russo, Eugenio Garin e Natalino Sapegno, escritores como Cesare Pavese, Elio Vittorini, Alberto Moravia, Salvatore Quasimodo, Vasco Pratolini, Pier Paolo Pasolini, os cineastas Vittorio De Sica, Cesare Zavattini, Lucchino Visconti, o pintor Guttuso, o compositor Nono. A fascinação exercida pela personalidade já desaparecida, pela recordação de Gramsci tem contribuído para essa atração intelectual do Partido. Decisivo, porém, é um fato do qual o fundador do Partido apenas participa. Durante mais de 30 anos, a filosofia de Benedetto Croce dominava espiritualmente a Itália, inclusive os anticrocianos que nunca conseguiram livrar-se totalmente da influência do filósofo. Toda a vida italiana da primeira metade do século XX, a literatura, as disciplinas históricas e científicas, o pensamento político e econômico estavam e estão imbuídos de espírito filosófico. Um anti-marxista italiano não é ou não precisa ser um propagandista vulgar, mas é ou pode ser um crociano. Um marxista italiano é, em regra, um ex-crociano. Antonio Gramsci também foi ex-crociano e essa sua formação filosófica abriu-lhe os olhos para interpretações erradas, porque pouco filosóficas, do marxismo.

Como secretário-geral do Partido fundado por ele, Gramsci teve de combater radicalismos (“a doença infantil do radicalismo”) e a tentação contrária de acomodação reformista. Enfim, a vitória total da ditadura fascista acabou com os adversários de Gramsci dentro do Partido: tornando impossível a revolta armada exigida pelos radicais e recusando a adesão dos reformistas. Gramsci já estava na Penitenciária de Turi — e esse contraste, entre o ditador vitorioso e soberbo e o preso reduzido à impotência e o silêncio — é a primeira vez que a atualidade de Gramsci, *hic et nunc*, aqui e agora, nos toca vivamente.

Pois qual tinha sido o “crime” que levara Gramsci para o cárcere? Não penso em pintar-lhe o retrato como de um anjo inocente, condenado sem culpa nenhuma. Foi ele homem de ação revolucionária, disposto a subverter pela força e pela violência a ordem estabelecida. Mas apenas estava disposto para tanto, sem chegar a realizar seus projetos, ao passo que o ditador fascista tinha realizado a subversão, colocando-se a si próprio acima de todas as leis humanas e divinas e atribuindo-se o direito de punir com requintes de crueldade, e inapelavelmente, o crime político que ele próprio perpetrara. Alega-se salvar a democracia ou a civilização ocidental, destruindo-se a democracia e violando-se a civilização. Compreendemos, *hic et nunc*, aqui e agora, a situação de Mussolini na ditadura e a de Gramsci na prisão. É uma atualidade que continua e percebemos que Gramsci, embora postumamente, venceu.

3. Mas não vamos antecipar nada. Ainda estamos em 1926: Gramsci na prisão, e os democratas italianos de todas as nuances perseguidos e no ostracismo. Como se comportar, nessa situação aparentemente sem saída? Comportavam-se como se todos estivessem, com Gramsci, na prisão. Esperavam um milagre: pela marcha inexorável dos acontecimentos históricos. O preso, dentro dos muros da Penitenciária de Turi, sabia disso; e discordou. Reconheceu, sim, naquele fatalismo passivo uma fonte de fortale-

cimento moral em tempos de opressão. Definiu a fé em *certa razionalità della storia* como sucedâneo da fé dos cristãos na Providência divina. Mas rejeitou a analogia, exigindo a permanente tomada de consciência, única fonte possível — naquelas circunstâncias — do futuro ativismo revolucionário.

Esse ativismo é bem marxista. Ou então, para defini-lo mais exatamente: é marxista-leninista. Mas Gramsci não encontrara os argumentos para refutar o fatalismo nem em Marx nem em Lenin. Sua doutrina da consciência como fonte de ação — que lembra, de longe, pensamentos de Lukács e Ernst Bloch — é herança do seu mestre ou ex-mestre Croce. Como discípulo do filósofo de Nápoles, exigiu Gramsci um marxismo humanista, *base etica del nuovo Stato*. Como discípulo de Croce, Gramsci não podia imaginar a revolução política e social sem a consideração devida dos fatores culturais. Mas esses pensamentos e raciocínios todos não seriam tipicamente revisionistas?

A crítica de Gramsci contra as falsas interpretações do marxismo, unilateralmente economicistas e mecanicistas, também se baseia em pensamentos de Croce. Enquanto o Partido Comunista Italiano sempre, desde 1945, defendeu a ortodoxia, no sentido de Moscou, como doutrina de Gramsci, os adversários do Partido nunca deixaram de focalizar aquelas diferenças: o santo do comunismo italiano também é venerado como santo nos altares do revisionismo internacional, ao lado de Trotski, Bogdanov, Deborin, Lukács, Bloch e Lefebvre. A verdade é que nos escritos e manifestações de Gramsci se encontram trechos e frases capazes de justificar esta e aquela interpretação. Seriam as “contradições” às quais Pasolini, em *Le ceneri di Gramsci*, prestou a homenagem de sua *luce poetica*. Estou convencido que essas contradições se revelarão, futuramente, como elos do seu pensamento dialético. Limite-me, agora, a focalizá-las sem tentativa nenhuma de escondê-las.

Bem ortodoxamente exigiu Gramsci, antes de tudo, a unidade doutrinária. Mas para justificá-la apelou, mais uma vez, para Croce: como este, citou o exemplo da unidade doutrinária do catolicismo. Anticlerical, como sempre foram os intelectuais italianos, Gramsci não é, no entanto, anticatólico. Venera, de longe, a Igreja à qual não pertence. Pretende aproveitar a milenar experiência moral da instituição de Roma. Exige que os comunistas preservem a disciplina intelectual e moral de um clero. É assim que ele entende o Partido.

O escrito básico de Gramsci, a esse respeito, é sua interpretação originalíssima de Maquiavel. O fascismo vitorioso tinha proclamado o “Duce” como reencarnação do “Príncipe”; e todo mundo, dentro e fora da Itália, tinha concordado, acostumado como se estava a ver no secretário florentino o pai do amoralismo político. Gramsci, devolvendo a Maquiavel o papel de fundador do pensamento político moderno, tinha, antes de tudo, de destruir aquela identificação. Embora reconhecendo, com Croce, o papel dos grandes espíritos individuais na História, nega a possibilidade e a necessidade de um Príncipe individual nos tempos modernos. O Príncipe de hoje é um coletivo: é o partido de vanguarda política, é o partido comunista, liderando e dirigindo o povo.

Nessa altura, Gramsci parece leninista dos mais ortodoxos. Mas leninista, sim, e não stalinista. Citando trechos menos citados do pensador-revolucionário russo, Gramsci rejeita ou parece rejeitar a ditadura do proletariado, admitindo apenas a hegemonia do proletariado numa fase de transição (ver Fabrizio Onofri, ex-membro do Comitê Central do PCI, em seu artigo “La via sovietica alla conquista del potere e la via italiana aperta da Gramsci”, *Nuovi Argomenti*, 23/24, 1957). Este Gramsci é o pai do *comunismo libertario* e da *democracia operaia*, o fundador dos *consigli di fabbrica*, que estavam destinados a ocupar, explorar e administrar as empresas industriais. A esse respeito é Gramsci o precursor da organização industrial hoje em vigor na Iugoslávia, começo de uma evolução que ainda não terminou. É bem possível que esse “revisionismo” de Gramsci se transforme mesmo em “ortodoxia”. E o mesmo vale quanto às atitudes democráticas de Gramsci dentro do seu partido e dentro da III Internacional de então.

A publicação dos respectivos documentos é de data recente. Só em 1964 permitiu Togliatti a publicação (*L'Unità*, 30/05/64) da carta de Gramsci, datada de 15 de outubro de 1926, dirigida “aos camaradas russos”, na qual advertiu contra a supressão da oposição trabalhista dentro do partido russo. Mas os iniciados sabiam, há anos, dessa atitude de Gramsci. Já em 15 de março de 1956 tinha Togliatti veladamente aludido a ela, acrescentando: “A procura de um caminho italiano para o socialismo foi nossa preocupação permanente. Creio poder afirmar que essa preocupação também foi a de Gramsci, que em

seus atos políticos e essencialmente no pensamento da última parte de sua vida estava ocupado em tirar dos ensinamentos da revolução russa as conclusões de uma versão italiana dela”. Caminho italiano para o socialismo, caminho francês para o socialismo, etc., etc., essas atitudes também foram ontem “revisionistas” e passam hoje por “ortodoxas”. O pensamento de Gramsci está hoje mais vivo que no momento da morte do seu corpo. A vida de Gramsci continua.

Gramsci como mentor do “caminho italiano para o socialismo” parece confirmar aquilo que poderíamos chamar de “italianismo essencial de Gramsci”. Sua vida e seu pensamento só são compreensíveis como parte de determinada fase da evolução política, social e cultural da Itália; suas idéias continuam idéias de Croce, embora invertendo-as; italianos são todos os seus pontos de referência, a começar com Maquiavel. O italianismo de Gramsci culmina em sua crítica dos intelectuais italianos, da *intelligentsia* italiana, pois são fenômenos, estes, diferentes em qualquer uma das nações modernas, dependentes da história, da evolução social, da evolução literária e até da formação da língua. Não seria possível aplicar à *intelligentsia* francesa ou russa ou espanhola as lições tiradas das experiências históricas, muito diferentes, da *intelligentsia* italiana. No entanto, justamente através do italianismo fundamental de Gramsci revela-se seu universalismo.

O respectivo livro de Gramsci, *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, censura nos intelectuais italianos o cosmopolitismo e a falta de relações com o povo. Lembra o fato de que toda a maravilhosa literatura italiana, Dante, Petrarca, Boccaccio, os humanistas, Ariosto, Tasso, Parini, Goldoni, Alfieri, Foscolo, Leopardi, Manzoni, Carducci, foi feita por uma pequena classe de letrados para ser lida por pequena classe de amadores; ainda por volta de 1880, 20 anos depois da unificação política da Itália pelo *Risorgimento*, que passava por movimento democrático, 80% da nação italiana eram de analfabetos, excluídos da política e da cultura do país; e essa “desnacionalização” agravou-se no século XIX pelo afrancesamento das classes cultas da península.

A propósito das críticas de Gramsci à interpretação fatalista-passiva do marxismo em tempos de opressão e perseguição e a propósito da resistência inquebrantável de preso contra a tirania armada, tocou-nos a atualidade surpreendente e dolorosa, *hic et nunc*, dessa vida exemplar. Não é menor a atualidade, aqui e agora, da sua crítica a uma *intelligentsia* cosmopolita (antes afrancesada e agora, muitas vezes, americanizada), sem relações com a maioria analfabeta de nação. Um dos pensamentos mais italianos de Gramsci revela sua validade universal.

O próprio Gramsci indica as causas desse universalismo: pois o caráter cosmopolita da *intelligentsia* italiana é herança do universalismo católico medieval — Roma como Capital supranacional da Europa, do mundo de então — e do caráter supranacional do humanismo italiano. O catolicismo de rotina e o humanismo formalista das nações da América Latina participam da mesma herança; e por isso o pensamento especificamente italiano de Gramsci também vale aqui e agora, assim como seu exemplo de resistência.

Na solidão do cárcere descobriu Gramsci a índole ilusória da muito exaltada “independência do intelectual” de tipo tradicionalista. Exigiu a formação de um novo tipo de intelectual, técnico e científico, capaz de organizar o trabalho e a classe que trabalha; mas, advertindo seriamente contra o especialismo e o especialista que é bárbaro em tudo fora de sua especialidade e incapaz de desempenhar verdadeira atividade dirigente, revela Gramsci novamente o humanismo crociano no fundo do seu pensamento marxista.

Enfim, a variedade das interpretações do marxismo de Gramsci baseia-se na evolução dialética do pensamento do próprio Gramsci, no qual descobrimos várias camadas: o comunismo “libertário”-democrático dos *consigli di fabbrica*, o ortodoxo “comunismo de Partido” do escrito sobre Maquiavel; e, enfim, a idéia revolucionária de uma aliança libertadora dos operários industriais do Norte da Itália com as massas rurais do Sul subdesenvolvido da península. Essa última idéia parece, mais uma vez, especificamente italiana, nascida de circunstâncias históricas. No entanto, mais uma vez, o italianismo de Gramsci se revela como de validade universal.

La questione meridionale, a “questão do Sul”, é o permanente problema político-social da Itália. Do país da mais antiga civilização na Europa toda, agora também economicamente bem desenvolvido, desse país a parte mais populosa, o Sul, continua entregue aos males do latifúndio feudal, do pauperismo, da

miséria, do analfabetismo, das superstições populares, da mortalidade infantil. Não é exagero afirmar que as melhores cabeças políticas dos últimos cem anos — e a Itália é a terra de promessa da ciência política — se têm dedicado ao trabalho de estudar as causas do problema e de propor remédio da doença. Gramsci escreveu sua *Questione meridionale* em 1926, às vésperas de ser preso pelos fascistas, completando o trabalho na prisão. Só não foi possível a publicação na Itália. Em 1930, uma revista de exilados políticos em Paris publicou o escrito que, tratando de problema especificamente italiano, não encontrou repercussão na Europa e ficou praticamente despercebido, enterrado como seu autor. Mas a roda da História deu uma volta: e depois da queda do fascismo, em fevereiro de 1945, a pequena obra-prima foi republicada na revista *Rinascita*: desde então, continua sendo guia de todos os que pretendem resolver radicalmente e para sempre a “questão do Sul”. Qual é a solução? Muitos já têm denunciado as condições climáticas e a aridez da terra. Também denunciaram o pecado capital da democracia italiana, de ter abusado das massas humanas do Sul para, por meio de eleições fraudulentas, conseguir Parlamentos dóceis em Roma, que votaram tudo menos a modificação das condições de vida no Sul. Mas a destruição do regime parlamentar pelo fascismo tampouco modificou coisa alguma. E Gramsci previu bem que o restabelecimento da democracia formal (acontecido, depois, em 1945) tampouco modificaria as coisas. A chamada reforma agrária, desde então empreendida, limita-se a melhorar as condições físicas, a irrigação, o adubamento, etc., desmentindo pelo menos o fatalismo daqueles que acreditavam na inevitabilidade da miséria produzida pela aridez da terra e pelo desfavorável regime de chuvas. Gramsci, porém, responsabilizou pela *questione meridionale* o formalismo da democracia do *Risorgimento*, que deu aos sulinos o voto sem dar-lhes a terra, isto é, a independência econômica do voto. E propõe a democratização do Sul pela radical reforma agrária, que as populações rurais conseguiriam pela aliança com o operariado industrial nortista.

Pela terceira vez atinge-nos a atualidade do pensamento gramsciano; e seu universalismo, válido para toda a gente fora da Itália. A primeira vez foi o exemplo da resistência contra a ditadura terrorista. A segunda vez: a alienação da *intelligentsia* e a necessidade de sua reconstrução em bases nacionais. Agora, na terceira vez, pensamos no latifúndio, na miséria, na democracia formal e na necessidade de uma radical reforma agrária, reconhecendo: aquilo que na Itália é o Sul, isto é, exatamente, no Brasil o Nordeste.

Um dos argumentos ou pseudo-argumentos mais usados pelos adversários de reformas sociais é a alegada necessidade maior de realizar uma reforma moral da sociedade. Em vez da reforma agrária levantam a falsa bandeira da luta contra a corrupção. Depois de extirpada a corrupção, eles realizariam o milagre de reformar tudo sem tocar no regime social vigente. Exigem, antes, a reforma moral porque a sabem inviável ou porque, desprezando as possibilidades do homem, a acreditam inviável. A esse pseudomoralismo opõe Gramsci o exemplo da sua vida. Um exemplo irresponsável de reforma moral e verdadeira.

4. As obras escritas por Gramsci no cárcere só podiam ser publicadas depois de 1945. O primeiro volume que saiu compreende as 218 cartas que o preso escreveu entre 1926 e 1936 a membros de sua família: à mãe; aos filhos que viviam em Moscou com a mulher do preso, física e mentalmente quebrada; e, sobretudo, à cunhada Tatiana, a pessoa lá fora no mundo que melhor o compreendeu. Escritos sob a censura das autoridades da Penitenciária, as *Lettere dal carcere* falam pouco ou nada de política. Destinam-se, sobretudo, à luta contra a solidão dentro das quatro paredes; à luta contra o progressivo enfraquecimento físico, e, sobretudo, à luta pela sobrevivência espiritual: separado dos seus para sempre, o encarcerado não quer ficar esquecidos por eles. Por isso, se dirige Gramsci, nesse grande documento humano e obra-prima da literatura italiana, com preferência a seus filhos nos quais espera sobreviver. Nessas cartas aos filhos não se percebe o menor traço de sofrimento, de impaciência, mas uma maravilhosa adaptação ao espírito infantil: no entanto, muitas vezes, as palavras têm duplo sentido, escondendo atrás dos conselhos paternos, acessíveis à compreensão das crianças, confissões de auto-introspecção do preso e propósitos dele para seu próprio futuro, tão limitado. Penosamente, o epistológrafo procura reconstruir as caras, as vozes que ele já quase esqueceu. Lembra-se para não ficar esquecido e não esquecer, é seu grande esforço. Atrás da família surgem recordações de sua própria infância na Sardenha, inspiradas pelo profundo amor cristão desse materialista aos pobres da sua terra. O estilo rigorosamente sóbrio das *Lettere dal carcere* não dissimula a emoção de quem as escreve. Pela emotividade procura Gramsci superar o intelectualismo seco que ele próprio censurara nos seus pares, nos intelectuais; e procura

fortalecer-se para o trabalho intelectual em circunstâncias monstruosamente difíceis.

“Eu sei”, diz Gramsci, “que bater com a cabeça contra o muro não destrói o muro, mas a cabeça”. Não desespera. Mas escreve. Escreve furiosamente, cadernos, cadernos e mais cadernos, que foram, depois de 1945, coligidos e ordenados pelos seus testamenteiros e publicados pela Editora Einaudi: *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*; o escrito sobre Maquiavel; *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Literatura e vida nacional*; um comentário sobre o Canto X do *Inferno* de Dante; um estudo sobre Pirandello; e a versão definitiva da *Questione meridionale*. É um *output* admirável. Escrevendo e escrevendo, o mortalmente doente sempre repete em suas cartas: “Sto bene, sto bene”. “Sinto-me muito bem”, porque o tirano não conseguiu realizar a promessa do promotor, de “inutilizar por 20 anos esse cérebro”. A morte prematura foi a coroa do martírio. Mas a cova debaixo da campa fascista ficou vazia. O espírito ressurgiu.

“O espírito está disposto, mas a carne é fraca”, diz São Paulo. Vida, martírio e morte de Antonio Gramsci desmentem vigorosamente esta frase, mas confirmam outras palavras do apóstolo: “A fé, o amor e a esperança, esses três ficam, mas o amor é o maior entre eles”. Grande foi, realmente, o amor de Antonio Gramsci a seu povo sofrido e maltratado. Maior foi, porém, em seu caso, a fé que consegue transferir montanhas e que para Gramsci abriu, espiritualmente, os muros da prisão. Mas a maior das virtudes suas foi a Esperança. Pensamos: em 1926, quando Gramsci escreveu *La questione meridionale*, o preso já não podia publicá-la; em 1930, quando em Paris se publicou o escrito, só poucos o leram; e em 1937, quando Gramsci morreu, seu pensamento parecia enterrado com ele na terra italiana, dominada talvez para sempre pela tirania fascista, baseada em exército, polícia, hordas inumeráveis de milicianos armados, justiça especial, dinheiro da grande burguesia, apoio do latifúndio, ajuda de potências estrangeiras e apatia do povo exausto. Mas só poucos anos depois caiu como um castelo de cartas todo esse edifício da tirania e o sintoma externo dessa queda foi, em 1945, a segunda publicação da *Questione meridionale* numa revista editada na Via delle Botteghe Oscure, em pleno coração da Roma libertada.

Mesmo no escuro da prisão que parece perpétua e é efêmera, a esperança não morre e “é a maior das três”. Eis a vida de Antonio Gramsci.

Fonte: *Revista Civilização Brasileira*, 7 maio 1966.

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>

O GRAMSCI NO BRASIL: RECEPÇÃO E USOS*

Carlos Nelson Coutinho

Obra: História do marxismo no Brasil - vol. III

Editora da Unicamp - Campinas, 1998

Este texto oferece ao leitor uma boa narrativa da recepção de Gramsci no Brasil, mapeando obras, autores e proposições inspiradas teórica e politicamente na obra de Gramsci. Aparece no texto também muito da própria interpretação que o autor cunhou de Gramsci e que ocupa um lugar de destaque não só nos debates brasileiros mas também internacional. Pode ser um ponto de partida para quem deseja conhecer os caminhos da recepção de Gramsci no Brasil oferecendo uma bibliografia relevante para estudo.

Depois do colapso definitivo do chamado “socialismo real”, a influência do marxismo na vida cultural brasileira — que fora muito expressiva entre as décadas de 1960 e 1980 — sofreu, como em toda parte, um forte abalo. Não somente pensadores liberais e conservadores, mas até mesmo alguns marxistas dogmáticos hoje arrependidos, valeram-se de uma falsa identificação entre marxismo e “marxismo-leninismo” para tentar pôr em descrédito o método e as categorias analíticas herdadas de Marx e de seus mais lúcidos continuadores. Mas, ao contrário de outros países onde essa operação obteve (pelo menos temporariamente) um indiscutível êxito, verificou-se no Brasil — por parte dos marxistas e da esquerda em geral — uma significativa capacidade de resistência.

Essa capacidade tem várias razões, duas das quais me parece pertinente recordar aqui. Em primeiro lugar, a presença na vida política brasileira de um forte partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) — o qual, com exceção de algumas de suas tendências minoritárias, jamais teve ligações teóricas ou orgânicas com a tradição «marxista-leninista» —, tornou mais difícil aquela identificação, proposta pelos liberais, entre o «socialismo realmente existente» e o socialismo em geral: o PT, desde sua fundação, sempre recusou o socialismo burocrático, afirmando, ao mesmo tempo, seu empenho programático por um socialismo diverso, explicitamente definido como democrático.¹ E, em segundo lugar, o que aqui nos interessa mais de perto, a tentativa de identificar marxismo e “marxismo-leninismo” foi dificultada no Brasil pelo fato de que o pensador marxista mais influente em nosso país, pelo menos há duas décadas, é precisamente Antonio Gramsci. As categorias de Gramsci foram acolhidas por muitos intelectuais brasileiros como o instrumento mais adequado para construir um marxismo aberto e criador, capaz de revisar e/ou superar os pontos débeis que provêm das leituras dogmáticas de Marx e, em particular, daquela presente na herança da Terceira Internacional e do “marxismo-leninismo”. Por isso, quando se desencadeou no Brasil a nova batalha contra o marxismo, foi possível, em muitos casos, enfrentá-la com as armas críticas fornecidas pelas reflexões gramscianas (as quais, de resto, têm uma significativa influência na cultura política do PT).

Contudo, se foi esse o ponto de chegada da recepção de Gramsci em nosso país, é importante registrar que a história dessa recepção foi complexa e problemática. Por isso, o presente texto tem dois objetivos. Na primeira parte, busco narrar em suas grandes linhas aquela história cujo conhecimento me parece essencial, se quisermos reconstituir um panorama preciso não só de nossa vida cultural e política nos últimos 30 anos, mas também da aguda batalha de idéias em que está hoje envolvida a esquerda brasileira. Na segunda, tento mostrar como a inegável influência atual de Gramsci entre nós depende essencialmente da eficácia de algumas de suas categorias para a construção de uma nova imagem marxista do Brasil, capaz de lançar novas luzes sobre nossa formação histórica e sobre as tarefas com que nos

* O presente texto funde, com pequenas modificações, dois ensaios de minha autoria já publicados: “Gramsci in Brasile” (in E. J. Hobsbawm et al., *Gramsci in Europa e In America*. Bári-Roma: Laterza, 1995, pp. 123-40, que atualiza “A recepção de Gramsci no Brasil”, publicado em meu livro *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, pp. 199-213); e “Le categorie di Gramsci e la realtà brasiliana” (*Critica marxista*, n.º 5. Roma, 1985, pp. 35-55, publicado em português em *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campús, 1989, pp. 119-37). Foi do amigo João Quartim de Moraes a insistência para republicá-los nesta *História do marxismo no Brasil*.

deparamos no presente.

A recepção de Gramsci no Brasil

Antonio Gramsci chegou ao Brasil no início dos anos 1960. As poucas referências ao seu martírio e à sua condição de fundador do Partido Comunista Italiano, presentes em publicações comunistas ou de esquerda nos anos 1930 e logo após a Segunda Guerra Mundial², apenas confirmam o fato de que, antes dos anos 1960, ninguém conhecia efetivamente *o seu pensamento* em nosso país. Isso não é de surpreender se recordarmos que o marxismo brasileiro — particularmente débil até mesmo em relação a outros marxismos latino-americanos — tinha como principais fontes “teóricas” os manuais soviéticos de “marxismo-leninismo” (um hábil pseudônimo de stalinismo). Contudo, pode-se constatar que até mesmo personalidades de exceção, que buscaram conhecer diretamente os “clássicos” e que faziam referência a autores “heterodoxos” como Henri Lefebvre e Georg Lukács, parecem jamais ter ouvido falar de Gramsci: não há nenhuma referência à sua obra nos escritos dos mais importantes marxistas brasileiros da época, como o crítico literário Astrojildo Pereira e os historiadores Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. O autor que viria a se tornar, a partir dos anos 1970, um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil — e não apenas pelos marxistas — era então, no final dos anos 1950, praticamente desconhecido entre nós.

Essa situação começa a se alterar na virada da década. Com o aumento das lutas populares no período que antecede o golpe militar de 1964, expande-se significativamente a influência da esquerda, em particular do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na vida política e cultural do país. Ao mesmo tempo, como efeito da catarse provocada no PCB pela revelação dos crimes de Stálin, o marxismo brasileiro iniciou um processo, embora ainda tímido, de abertura pluralista. Ingressando na universidade e influenciando vários aparelhos culturais (inclusive governamentais), a cultura marxista — cujo raio de ação começava a transcender o âmbito do PCB — foi obrigada a se diversificar, a se abrir para o debate com outras correntes ideológicas, a romper os estreitos limites do *Diamat* soviético. Embora a direção do PCB não tenha promovido essa renovação, o fato é que não antepôs obstáculos a seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais então ligados ao partido: a direção parecia ter compreendido que a renovação do marxismo era o pressuposto necessário para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes, num contexto em que já se faziam presentes, como alternativa ao PCB, as primeiras expressões do cristianismo de esquerda.

Foi então que surgiram as primeiras referências teóricas a Gramsci, feitas por jovens intelectuais marxistas, em publicações ligadas ou influenciadas pelo PCB.³ Essas referências permitem traçar as características fundamentais do primeiro ciclo da presença de Gramsci no Brasil (um ciclo que prossegue, como veremos, até a metade dos anos 1970): o Gramsci nelas presente não é o agudo teórico do Estado “ampliado” e da revolução socialista no “Ocidente”, nem mesmo o pesquisador de formas “não-clássicas” de transição para a modernidade capitalista (pesquisa expressa no conceito de “revolução passiva”), mas sim o “filósofo da práxis”, o propositor de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da vulgata soviética que até então nos fora imposta.⁴ Não é, assim, por acaso que, nessa sua primeira incursão brasileira, Gramsci aparece quase sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Critique de la raison dialectique*: os três são apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha cultural certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura. Criava-se assim, talvez inconscientemente, uma tácita “divisão do trabalho”, cujos efeitos prejudicaram seriamente o êxito desse primeiro ciclo gramsciano no Brasil: os intelectuais comunistas que o promoviam podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua — e, em longo prazo, insustentável — coexistência entre “marxismo ocidental” na cultura e “marxismo-leninismo” na política.

Essa orientação no sentido de uma “ocidentalização” do marxismo teórico não foi interrompida pelo golpe militar de 1964; ela até mesmo se intensificou no período relativamente “liberal” da ditadura

(quando ainda vigoravam algumas garantias constitucionais), período que vai até a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. Esse caráter unilateralmente “filosófico-cultural” do movimento renovador dos marxistas foi favorecido não só pela mencionada “divisão do trabalho”, mas também pela própria natureza dessa primeira fase do regime militar: a ação da censura, embora presente em toda parte, era mais intensa no campo da reflexão especificamente política do que naquele da filosofia ou da sociologia da cultura. Desse modo, por iniciativa daqueles jovens intelectuais comunistas e em virtude do apoio da Editora Civilização Brasileira (dirigida então por marxistas como Ênio Silveira e Moacyr Félix), foram finalmente publicados no Brasil autores como Georg Lukács, Lucien Goldmann, Adam Schaff, Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse e outros. Rompia-se definitivamente o monopólio dos manuais soviéticos: o marxismo brasileiro começava a ingressar na era do pluralismo.

Foi nesse contexto que se formulou (e em parte se executou) o ambicioso projeto da publicação em português das *Cartas do cárcere* e da edição temática dos *Cadernos*. Parece-me emblemática a escolha da ordem de publicação dos volumes programados, diversa daquela da edição italiana. Previa-se, num primeiro momento, a edição de uma ampla seleção das cartas e do volume sobre *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (que, por temor da censura, o editor brasileiro resolveu chamar de *Concepção dialética da história*), efetivamente publicados em 1966; num segundo momento, seria a vez de *Os intelectuais e a organização da cultura* e de uma edição reduzida de *Literatura e vida nacional*, publicados em 1968; somente numa terceira etapa é que viriam à luz os textos mais especificamente políticos, como os escritos sobre *Maquiavel*, as notas sobre *Il Risorgimento* e os apontamentos sobre *Passado e presente* (somente o primeiro veio à luz, em final de 1988, enquanto os dois últimos nem sequer foram traduzidos, não somente por causa da decretação do AI-5 como também em função do insucesso comercial dos volumes já publicados). Vale a pena observar que não estava prevista a publicação dos escritos políticos pré-carcerários de Gramsci.⁵

Essa primeira “operação Gramsci” tinha, assim, uma finalidade clara: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci sobretudo filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário. É o que se pode perceber lendo a introdução ao primeiro volume das *Obras* publicado no Brasil.⁶ Depois de um resumo da vida de Gramsci (redigido segundo uma versão que reproduz a linha de interpretação “oficial” do PCI togliattiano), seguia-se uma apresentação teórica em que Gramsci aparece como um eminente filósofo, o qual — graças a seu peculiar conceito de práxis — teria sido capaz de superar tanto o idealismo de Croce quanto o “materialismo vulgar” de Bukhárin, tornando-se assim, na expressão dos autores da referida introdução, o pensador que “melhor definiu o verdadeiro caráter da filosofia marxista”. Quanto à dimensão teórico-política de sua reflexão, mencionada em apenas poucas linhas, os autores — também aqui de pleno acordo com a leitura de Togliatti — supõem que “o pensamento de Gramsci se encontra com o de Lênin”, sem sequer cogitarem de mencionar os momentos em que o pensador italiano *supera dialeticamente* o revolucionário russo. Por outro lado, ao considerarem a eventual contribuição de Gramsci à análise da peculiaridade de nosso país, os tradutores e organizadores da edição brasileira referem-se apenas à questão literária e à problemática dos intelectuais, que também no Brasil seriam determinadas pela ausência de uma dimensão nacional-popular. Não há nenhuma alusão à possibilidade de que o pensamento gramsciano pudesse ser utilizado para reavaliar radicalmente a questão do socialismo e da democracia no Brasil.⁷

Essa primeira tentativa de propor Gramsci ao público brasileiro teve escassa repercussão. Nosso autor tinha sido publicado no Brasil num momento em que vastos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição a uma ditadura que também se radicalizava, não mais reconheciam, nas propostas políticas do PCB (e da cultura marxista que permanecia sob sua influência), uma resposta adequada aos desafios da nova situação. O PCB, em suas formulações estratégicas, continuava a propor a imagem de um Brasil “atrasado”, semifeudal e semicolonial, carente de uma revolução “democrático-burguesa” ou de “libertação nacional” como condição necessária para encontrar o caminho do progresso. Para utilizar as conhecidas categorias gramscianas, o Brasil era visto como uma sociedade “oriental”, que devia ser analisada segundo os paradigmas terceiro-internacionalistas elaborados em função da China, e não como uma formação social já então substancialmente “ocidental”. Assim, num primeiro momento, a ditadura não foi caracterizada com um meio de que se valera a grande burguesia para modernizar ainda

mais o capitalismo brasileiro, elevando-o à etapa do capitalismo monopolista de Estado; foi definida, ao contrário, como um instrumento dos grandes latifundiários e dos “agentes imperialistas” para bloquear nosso desenvolvimento.⁸ Esses grosseiros erros teóricos e estratégicos impediram que muitos intelectuais compreendessem a justeza da tática então proposta pelo PCB na luta contra a ditadura: uma tática gradualista, orientada no sentido de construir um amplo arco de alianças, através de um processo que então se chamava “acumulação de forças”. Havia, nessa tática, um vislumbre da gramsciana “guerra de posições”; contudo, na medida em que ela era apresentada não como parte de uma nova teoria da revolução no “Ocidente”, mas como consequência da concepção etapista da “revolução democrático-burguesa”, essa tática foi vista por muitos intelectuais de esquerda como expressão de oportunismo e de capitulação política.

Foi, assim, natural que, com a água suja, se jogasse fora também a criança: a recusa dos modelos estratégicos e analíticos do PCB levou não apenas à condenação da tática que ele punha em prática, mas também a um crescente mal-estar diante das propostas de renovação filosófico-cultural sugeridas por seus jovens intelectuais. O *racionalismo histórico-dialético* de Gramsci e de Lukács (cujas diferenças nem sempre eram devidamente apontadas) passou a ser visto como expressão de uma tendência conservadora e anacrônica. Consideravam-se mais adequadas às urgentes tarefas impostas pela nova situação a “Grande Recusa” de Marcuse ou a supostamente radical “revolução epistemológica” de Althusser. Misturados ecleticamente entre si, mas também com Mao Zedong e Régis Debray, Marcuse e Althusser ganharam um lugar privilegiado na cultura de nossa “nova esquerda”, que julgava ser a luta armada a única via para derrotar a ditadura e resolver os problemas do país. Na medida em que propunham métodos revolucionários utilizados em sociedades “orientais”, esses duros críticos do PCB terminavam, paradoxalmente, por se revelar caudatários da imagem do Brasil como país “atrasado”, imagem que, como vimos, formava o núcleo central da estratégia desse partido. De qualquer modo, formou-se um clima cultural no qual a “filosofia da práxis”, a “reforma intelectual e moral” ou a defesa de uma cultura “nacional-popular” pareciam propostas tão distantes da realidade quanto uma discussão sobre o sexo dos anjos. Não foi, assim, por acaso que, enquanto as traduções brasileiras de Marcuse e Althusser eram freqüentemente reeditadas nessa época, as de Gramsci (como também as de Lukács) encalhavam, terminando por ser vendidas em estantes de saldo, a preço de banana.

O rápido fracasso da luta armada, que se tornou evidente já no início dos anos 1970, não alterou de imediato a situação. O ambiente cultural permaneceu, pelo menos até a segunda metade dos anos 1970, hostil a uma justa recepção de Gramsci.⁹ Por um lado, a vertente althusseriana da ultra-esquerda refluíu para uma escolástica acadêmica que, em combinação com o estruturalismo francês, predominou em grande parte da produção universitária no campo das ciências humanas. Por outro, entre os que conservaram o espírito marcusiano da “Grande Recusa”, teve lugar uma rápida passagem do *gauchisme* para o irracionalismo aberto: de estímulo à luta armada contra a ditadura, Marcuse converteu-se em uma das principais fontes de inspiração da chamada “contracultura”. Assim, num contexto em que eram dominantes o “cientificismo” de Althusser e o irracionalismo da contracultura, o historicismo racionalista e dialético de Gramsci aparecia como um peixe fora d’água.

Esse final não muito feliz do primeiro ciclo gramsciano no Brasil, embora determinado em grande parte pelas difíceis condições político-institucionais em que se processou, deriva também das contradições internas que caracterizaram o projeto dos intelectuais comunistas que o conceberam e promoveram. A mencionada “divisão do trabalho”, ao impedir que nossos “gramscianos” utilizassem as reflexões do mestre para reavaliar as peculiaridades da realidade brasileira e a própria teoria da revolução socialista, fez com que a herança gramsciana fosse então apresentada como conciliável com uma visão “marxista-leninista” tradicional da realidade brasileira e da luta pelo socialismo, ou mesmo como uma simples variante desta. (E a alternativa para isso, evidentemente, não era transformá-lo num liberal de esquerda.) A novidade essencial da obra de Gramsci permaneceu na sombra: ele era proposto apenas como filósofo e como teórico da cultura, sem que se sublinhasse devidamente, como o faria um gramsciano brasileiro em 1981, que

a política é o ponto focal de onde Gramsci analisa a totalidade da vida social, os problemas da cultura, da filosofia etc. É na esfera da política — ou, de modo mais amplo, na elaboração de uma ontologia marxista da

práxis política — que parece consistir a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo.¹⁰

Deve-se creditar aos primeiros gramscianos brasileiros o fato de terem chamado a atenção para o aspecto filosófico-cultural da obra do mestre. Mas, num ambiente em que o cientificismo antiideológico e o irracionalismo “contracultural” dominavam o cenário, inclusive na área da esquerda, as reflexões filosóficas de Gramsci — desvinculadas, ademais, daquilo que construía sua específica novidade — não obtiveram eco. Somente depois que emergiu entre nós o Gramsci político é que renasceu o interesse pelo Gramsci filosófico e crítico, já agora no quadro de uma visão global capaz de resgatar plenamente a dimensão universal da obra.

O segundo ciclo de recepção de Gramsci no Brasil tem início em meados dos anos 1970: a bibliografia citada registra entre 1975 e 1980 a publicação de 24 títulos sobre o nosso autor (contra apenas três em todo o período anterior), além da reedição de todos os livros de Gramsci publicados entre 1966 e 1968. Essa significativa retomada tem duas causas principais. Em primeiro lugar, o processo de abertura política que corroeu gradualmente o regime militar tem início nesse período: a pressão da sociedade civil obrigou o governo militar a relaxar a censura, criando-se, assim, um clima de maior pluralismo na vida cultural, semelhante ao que ocorrera nos anos 1964-1968. E, em segundo lugar — o que me parece mais importante —, inicia-se então na esquerda uma radical reavaliação autocrítica de seus velhos modelos. A falência da luta armada, em todas as suas variantes (maoísta, castrista, trotskista), ajudou a evidenciar o fato de que a sociedade brasileira se tornara mais complexa, “ocidental”, refratária, assim, a modelos revolucionários copiados de sociedades “orientais”. Embora houvesse condenado o recurso à luta armada e proposto uma tática gradualista, que começava de resto a se revelar eficaz, o PCB não conseguiu ser o beneficiário da crise da ultra-esquerda: como vimos, sua justa tática — que correspondia, na prática, à gramsciana “guerra de posições” — era legitimada com argumentos inspirados em paradigmas “terceiro-internacionalistas”. Essa “duplicidade” tornava difícil uma real influência do PCB sobre a nova cultura política que se ia forjando nesse rico período da vida brasileira. O reconhecimento da “ocidentalidade” de nosso país — imposto, entre outras coisas, pela emergência, como protagonista da luta pelas liberdades democráticas, de uma nova e dinâmica sociedade civil — exigia uma radical reavaliação de “questão democrática” no Brasil e, de modo mais geral, impunha a adoção de uma nova atitude em face do vínculo entre democracia e socialismo. Malgrado as hesitações da direção do PCB diante dessa tarefa, um fenômeno de alcance mundial — o surgimento do eurocomunismo — provocou então um forte abalo da cultura comunista, com significativas repercussões no Brasil. A afirmação de que a democracia é um “valor histórico-universal” — feita em Moscou, em 1977, por Enrico Berlinguer — representou, para muitos intelectuais brasileiros de esquerda, o ponto da definitiva ruptura com o “marxismo-leninismo”.

Foi nesse contexto que o pensamento de Gramsci voltou a circular entre nós. Nesse novo ciclo, cujos traços principais permanecem até hoje, Gramsci já não era apresentado como filósofo ou sociólogo da cultura, mas sobretudo como o maior teórico marxista da política; e sua obra era agora apontada como capaz de fornecer os fundamentos para uma concepção do socialismo adequada às necessidades do país moderno e “ocidental” em que o Brasil dos anos 1970 se havia convertido. Tal como no início dos anos 1960, os principais promotores (mas não os únicos) dessa nova “operação Gramsci” foram intelectuais vinculados ao PCB, alguns já protagonistas do primeiro ciclo, outros mais jovens. Contudo, a novidade principal é que nenhum deles aceitava a velha “divisão do trabalho”: a recuperação da herança gramsciana tornava-se momento privilegiado de uma operação que visava à ruptura com a esclerose doutrinária do PCB, com os modelos da Terceira Internacional, o que se fazia com a simultânea proposição, enquanto alternativa, de uma nova cultura política de esquerda adequada à modernidade brasileira e, ao mesmo tempo, sintonizada com os pontos mais altos da reflexão marxista internacional. Marco Aurélio Nogueira, um dos mais ativos “gramscianos” desse novo período, observou, alguns anos depois:

O gramscismo ganhou densidade no Brasil como parte (dotada de expressiva singularidade) de uma teoria do socialismo, elaborada coletivamente — e, portanto, pluralmente — por um partido, o PCI [...]. O pensamento de Gramsci e a elaboração teórico-política do PCI — o “marxismo italiano dos anos 70” — agiram assim, no Brasil, como revitalizadores de uma esquerda que se esfacelara no plano organizativo.¹¹

O objetivo era claro; tratava-se de fazer do PCB o principal representante dessa nova teoria do socialismo e, como conseqüência, de transformá-lo no pólo de atração da nova esquerda, na esperança de

pôr fim ao esfacelamento organizativo em que ela se encontrava. Mas ocorre rapidamente um choque entre os gramscianos “eurocomunistas” e a direção do PCB. Latente num primeiro momento, quando os “eurocomunistas” se uniram taticamente à direção para derrotar o ultradogmatismo de Prestes, esse choque se manifestou abertamente quando a direção — depois do afastamento do velho líder — adotou muitas de suas teses na tentativa de neutralizar a indiscutível influência prestista sobre os militantes mais antigos do partido. A direção não hesitou em transformar os “gramscianos” numa pretensa “direita” que deveria ser derrotada depois que a “esquerda” prestista já o tivesse sido. Através de conhecidos procedimentos administrativos, essa “direita” foi afastada dos poucos postos de direção que tinha no partido, em particular no semanário legal do PCB, *Voz da Unidade*, fundado em 1980. Embora taticamente empenhados na luta pela democracia, os dirigentes “centristas” do PCB não se revelaram dispostos a aceitar plenamente — sobretudo no âmbito organizativo — que a democracia seja um “valor universal”.¹² Foi esse o lamentável desfecho da proposta de renovação do PCB, feita em grande parte sob a inspiração de Gramsci e do marxismo italiano. Para os “gramscianos”, restou apenas — sobretudo depois do golpe militar de 1981 na Polônia, saudado pelos dirigentes como mais uma “vitória do socialismo real” — a alternativa de abandonar em massa o partido.

Os anos subseqüentes, que assistiram ao fim da longa transição da ditadura à democracia, demonstraram que — nesse conflito entre os “gramscianos” e o PCB — fora este último o verdadeiro derrotado: enquanto a influência do velho partido declinava cada vez mais, tanto nos movimentos sociais quanto entre os intelectuais, o pensamento de Gramsci — bem como a nova teoria do socialismo agora ligada a seu nome — conheceu uma grande difusão. Tal difusão, como veremos, superou o âmbito estritamente político, manifestando-se também no pensamento social em geral e, em particular, no interior da universidade.

Mas, até mesmo como proposta declaradamente política, o “gramscismo” brasileiro prosseguiu seu caminho. É curioso registrar, como fato emblemático, que alguns conceitos gramscianos, em particular o de “sociedade civil”, se tornaram moeda corrente em nossa literatura política, tanto universitária como jornalística. Mais importante, porém, é que o pensamento político de Gramsci começou a se expandir em diversos setores da esquerda, a qual, talvez pela primeira vez na história do Brasil, se tornou, nesse período — sobretudo depois da fundação do PT, em 1980 —, majoritariamente constituída por personalidades e movimentos sociais situados fora do PCB. Essa expansão resulta, em grande parte, da diáspora dos “gramscianos” egressos do PCB: o fato de que tenham optado por diferentes partidos contribuiu para dar à influência das idéias gramscianas um caráter menos nítido, em muitos casos até mesmo eclético, porém certamente mais amplo e polimórfico.

Num primeiro momento, ainda durante a transição, foi certamente para o PMBD que se dirigiu boa parte dos “gramscianos” oriundos do PCB e, embora esse partido seja hoje claramente controlado por liberais e/ou oportunistas, continuam a atuar nele alguns poucos intelectuais que reivindicam as idéias de Gramsci. Por seu turno, quando o PCB mudou de nome e de programa, em 1991, convertendo-se no pequeno e pouco influente Partido Popular Socialista (PPS), sua direção motivou em parte essa mudança — sem deixar de recorrer às costumeiras autocríticas tardias — com o recurso a categorias gramscianas. (Não seria difícil, em ambos os casos, constatar que o recurso eventual a Gramsci se dá nos quadros de uma leitura cada vez mais socialdemocrata, ou mesmo social-liberal, do pensador italiano.) Mas é, sobretudo, no PT, particularmente nos últimos anos, que se pode registrar com maior intensidade a presença de formulações gramscianas. Das oito teses apresentadas no decisivo VII Encontro Nacional do PT (São Paulo, 1990), por suas diferentes tendências, pelo menos seis utilizavam explicitamente conceitos e problemáticas gramscianas; isso se repetiu nos sucessivos congressos e encontros desse partido (1991, 1993, 1994). E o que de Gramsci tem predominado nos documentos aprovados pela maioria do PT se refere precisamente ao Gramsci teórico da hegemonia, empenhado no fortalecimento da sociedade civil e na construção de um bloco reformador e democrático. Desse modo, também em função da complexidade de seu pensamento, apresentam-se hoje no Brasil diversas “leituras” de Gramsci, que ora o transformam num semiliberal socialdemocrata, ora num revolucionário de velho tipo, antiinstitucionalista e rupturista (como em algumas correntes minoritárias do PT). Todavia, penso — mas talvez se trate de um *wishful thinking* — que continua a predominar, entre as “leituras” políticas de Gramsci entre nós, aquela que, por

ser a mais fiel ao sentido essencial de suas reflexões, é a que permite fundamentar melhor o alcance atual de sua proposta estratégica: a construção alternativa, no seio da esquerda, de uma “terceira via” entre o reformismo conservador da atual socialdemocracia e o rupturismo anacrônico de matriz bolchevique.

Contudo, esse segundo ciclo gramsciano teve também como ponto de apoio pensadores de diferente extração política e ideológica. Talvez seja essa a razão por que, pela primeira vez, a figura de Gramsci ingressou efetivamente na universidade: a maioria das monografias publicadas no Brasil em forma de livro é constituída, originalmente, por teses universitárias. Já a partir de 1975, mas, sobretudo, nos anos 1980, foram realizadas importantes pesquisas universitárias sob a influência de categorias ou problemáticas gramscianas, em domínios que vão da antropologia à sociologia e à ciência política, envolvendo temas tão variados como cultura popular, religião, pedagogia, direito, política social e serviço social.¹³ Há mesmo áreas, como a educação e o serviço social, em que o pensamento gramsciano tem uma influência nitidamente dominante. Mas até nos campos em que se dá maior multiplicidade de influências, como na sociologia ou na teoria política, Gramsci continua a ter hoje uma presença consistente: ele talvez seja o principal ponto de referência para os marxistas e um interlocutor que os não-marxistas não podem ignorar. Penso mesmo que o grande prestígio desfrutado hoje por Norberto Bobbio entre nossos intelectuais liberais e socialdemocratas resulta, em grande parte, do fato de que o confronto crítico com Gramsci ocupa importante papel nas reflexões bobbianas; isso faz com que Bobbio se torne uma importante referência no debate de idéias desses intelectuais com nossos marxistas.¹⁴

Portanto, o interesse por Gramsci transcende hoje o círculo dos intelectuais marxistas. Pode-se registrar a presença de seu pensamento na reflexão de muitos pensadores católicos laicos¹⁵ e, ainda que de modo mais mediatizado, na própria elaboração brasileira da teologia da libertação. Na obra de seus principais defensores, como Leonardo Boff e Frei Betto, é freqüente o uso de conceitos de matriz gramsciana, como, por exemplo, o de “classes subalternas”. Não sou competente para analisar até que ponto Gramsci efetivamente influenciou, de modo direto, a teologia da libertação em sua versão latino-americana e, sobretudo, brasileira; mas, se quisermos captar nela a presença de fontes marxistas, o que certamente não é difícil, poderemos constatar, mesmo com base numa análise superficial, uma influência bem maior de Gramsci do que, por exemplo, de Ernst Bloch. Com efeito, um estudioso do tema, ainda que não se referindo especificamente a autores brasileiros, não hesitou em “observar certo paralelismo e certa convergência quanto à idéia de reforma entre Gramsci, de um lado, e, de outro, Gutiérrez e Asman”, o que o induziu a concluir que “a teologia da libertação participa, de certa forma, do espírito da ‘reforma intelectual e moral’ gramsciana, embora opere num nível específico, o religioso”.¹⁶

O interesse de Gramsci entre os não-marxistas, de resto, não se limita à área da esquerda católica. Já que Gramsci se tornou a principal fonte de inspiração do novo marxismo brasileiro, não é de surpreender que — no contexto da fecunda batalha de idéias surgida após o fim da ditadura — sua obra tenha suscitado interesse também entre os liberais. A reação dos liberais brasileiros à obra de Gramsci não consistiu numa simplista desqualificação, mas expressou-se através de uma avaliação essencialmente positiva, combinada, porém, a uma leitura que busca esvaziar nosso autor de uma de suas dimensões essenciais, ou seja, sua tomada de posição socialista e revolucionária. Vejamos dois exemplos. O saudoso José Guilherme Merquior, um dos mais importantes pensadores liberais brasileiros, dedicou a Gramsci parte significativa de um de seus últimos livros, que tem por tema o chamado “marxismo ocidental”: depois de isentar Gramsci do grave pecado de “anti-capitalismo romântico”, no qual teriam incidido todos os outros “marxistas ocidentais”, Merquior elogia nosso autor, mas somente depois de tê-lo reduzido a um brilhante “sociólogo histórico”.¹⁷ Mais ambiciosa (porém também mais arriscada) é a proposta de leitura do liberal conservador Oliveiras S. Ferreira: em ampla tese universitária de 352 páginas, Ferreira propõe-nos uma interpretação global, que, deixando conscientemente de lado o que ele chama de “intromissão da escatologia” (ou seja, da problemática da revolução) nas análises de Gramsci, faz do autor dos *Cadernos* um sugestivo “político acadêmico”, cuja teoria da “ação hegemônica” é bizarramente identificada com a teoria da guerra de Clausewitz.¹⁸ Esses dois livros, malgrado o caráter problemático das interpretações propostas, assinalam a importância que alguns intelectuais brasileiros liberais e conservadores atribuem hoje à obra de Gramsci.

As categorias de Gramsci e a realidade brasileira

Estou convencido, porém, de que o filão mais fecundo da atual influência de Gramsci no Brasil consiste no uso cada vez maior de suas categorias em análises de problemas específicos da realidade brasileira de ontem e de hoje. É isso que explica, em última instância, a razão por que Gramsci — um autor que, ao longo de toda a sua obra, se refere ao Brasil somente uma única vez —¹⁹ se tornou, mais de 30 anos depois de sua chegada a nosso país, um completo cidadão brasileiro. É graças a sua profunda *universalidade* que Gramsci é capaz de iluminar alguns aspectos decisivos de nossa *peculiaridade* nacional. Irei deter-me, na segunda parte deste trabalho, em dois desses conceitos: o de “revolução passiva”, que me parece capaz de fornecer importantes indicações para a análise dos processos de “modernização conservadora” que caracterizam a história brasileira; e o de “Estado ampliado”, por meio do qual podemos apontar algumas das características essenciais de nossa situação atual (ou seja, o fato de que o Brasil é hoje uma formação social de tipo ocidental) e, por conseguinte, fornecer indicações para a construção de uma estratégia *democrática* para a luta pelo socialismo no Brasil.²⁰

Ao contrário do que supunha a tradição “marxista-leninista”, o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação nacional” segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país. Por um lado, gradualmente e “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular.

Embora a noção leniniana de “via prussiana” fosse capaz de constituir uma chave interpretativa para esse processo de transformação pelo alto, só recentemente ela passou a ser utilizada nas análises marxistas da realidade brasileira.²¹ De qualquer modo, na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham — e, em muitos casos, determinam — essa modalidade de transição. Portanto, não é por acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de “via prussiana” são quase sempre complementadas pela noção gramsciana de “revolução passiva”. Na medida em que esse conceito, como todos os demais conceitos gramscianos, sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou freqüentemente o papel de principal personagem.

A literatura sobre Gramsci é hoje unânime em reconhecer que a noção de “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, ocupa um posto de destaque nas reflexões contidas nos *Cadernos*.²² Essa noção é um instrumento-chave de que Gramsci se serve para compreender não apenas a formação do Estado burguês moderno na Itália (os episódios do *Risorgimento*, que culminaram na unidade nacional italiana), mas também para definir traços essenciais da passagem do capitalismo italiano para sua fase monopolista, ao apontar também o fascismo como forma de “revolução passiva”. De resto, o conceito é utilizado por Gramsci como critério de interpretação mais geral: basta pensar, por exemplo, em sua sugestão de leitura da experiência americanista e fordista à luz desse conceito.²³ Essa possibilidade de generalização autorizou Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn, entre outros, a apresentar uma análise — a

meu ver, convincente — da socialdemocracia europeia no período posterior à Primeira Guerra Mundial a partir do conceito de revolução passiva.²⁴ De minha parte, estou convencido — e tentarei em seguida fornecer alguns exemplos — de que sua aplicação ao caso brasileiro pode revelar-se de grande utilidade para determinar traços fundamentais de nossa formação histórica.

Recordemos brevemente algumas das características que o conceito de “revolução passiva” apresenta em Gramsci. Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em práticas pelas velhas camadas dominantes). É assim que Gramsci afirma que a revolução passiva manifesta

O fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante “restaurações” que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo: trata-se, portanto, de “restaurações progressivas”, ou “revoluções-restaurações”, ou ainda “revoluções-passivas”.²⁵

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. Numa outra passagem, Gramsci diz:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e isso pode ser documentado no caso do *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações.²⁶

Não seria difícil documentar também, nas principais transformações “pelo alto” que tiveram lugar no Brasil, a presença dos dois momentos apontados por Gramsci: como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em “restaurações” que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais. Irei deter-me aqui num único exemplo, que me parece bastante emblemático: a instauração da ditadura de Vargas em 1937, culminação do agitado período que se inicia em 1922, ano da fundação do PCB e da primeira revolta militar tenentista. Naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões “de baixo” (que não raramente assumiam a forma de um “subversivismo esporádico, elementar, desorganizado”) fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados. Eles ainda não estavam suficientemente organizados; eram representados apenas pelo débil Partido Comunista e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda, entre os quais Prestes, que se havia recusado a participar da Revolução de 1930.

Nessas condições, o resultado do protesto contra o caráter elitista da Revolução foi a adoção (ou retomada) de um “subversivismo elementar”, cuja manifestação mais evidente foi o *putsch* de 1935, uma desastrosa iniciativa comum dos comunistas e dos tenentes de esquerda.

Reprimido com extrema facilidade pelo governo, esse *putsch* seria o principal pretexto para a instauração da ditadura de Vargas. Contudo, apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o “Estado Novo” varguista promoveu uma acelerada industrialização do país, com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, havia muito reivindicadas pelo proletariado (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria etc.), ainda que ao preço de impor uma legislação sindical corporativista, copiada diretamente da *Carta del Lavoro* de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia. Portanto, a ditadura de Vargas pode ser definida, gramscianamente, como uma “revolução passiva” ou uma “restauração progressista”.²⁷

Mas Gramsci, em suas análises da história italiana, não limitou a aplicação da noção de revolução passiva ao período de consolidação do capitalismo; usou-a também como instrumento para explicar a passagem da fase concorrencial à fase monopolista do capitalismo. Diz ele:

[Com o fascismo], ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, mediante a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, ou seja, teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais.²⁸

Essas indicações valem em grande medida para compreender os objetivos do regime ditatorial instaurado no Brasil depois de 1964. Como veremos adiante, ele não pode ser caracterizado como um regime fascista “clássico”, mas seus objetivos de política econômica têm fortes semelhanças com os do fascismo italiano: as forças produtivas da indústria, através de uma intervenção maciça do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista. A camada militar-tecnocrática, que se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos “múltiplos capitais” ao “capital em seu conjunto”; mas adotou essa posição “cesarista” precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), quer do setor latifundiário que se ia tornando cada vez mais capitalista. O regime militar-tecnocrático conseguiu conquistar, em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E conseguiu isso precisamente na medida em que se fez protagonista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que, ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de “atraso”. Em outras palavras, obteve consenso na medida em que assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964. Sucedeu, assim, no caso da ditadura brasileira, algo semelhante ao que Gramsci indicou como próprio do fascismo italiano:

O que importa política e ideologicamente — diz ele — é que [o modelo de modernização fascista] pôde ter e realmente teve a virtude de criar um período de expectativa e de esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos-burgueses urbanos e rurais, e, por conseguinte, pôde manter o sistema econômico e as forças de coerção civil e militar à disposição das classes dirigentes tradicionais.²⁹

O conceito de revolução passiva constitui, portanto, um importante critério de interpretação³⁰ para compreender não só episódios capitais da história brasileira, mas também, de modo mais geral, todo o processo da transição de nosso país à modernidade capitalista e, mais recentemente, ao capitalismo monopolista de Estado. Disso resulta, por conseguinte, que ele pode também nos proporcionar instrumentos analíticos capazes de indicar traços decisivos de nossa formação política e social. Gostaria de chamar a atenção para duas causas-efeitos da revolução passiva que foram apontadas por Gramsci: por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares.

Depois de ter examinado o papel de Piemonte no *Risorgimento*, Gramsci faz uma observação que pode ser aplicada também ao Brasil:

Este fato é da máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: ou seja, que não um grupo social seja o dirigente de outros grupos, mas que um Estado [...] seja o dirigente do grupo que, ele sim, deveria ser dirigente [...]. O importante é aprofundar o significado que tem uma função do tipo “Piemonte” nas revoluções passivas, ou seja, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais na função de dirigir uma luta de renovação.³¹

Decerto, existe uma diferença fundamental entre o *Risorgimento* e o caso brasileiro: enquanto, na Itália, um Estado particular, o Piemonte, desempenha o papel decisivo na construção de um novo Estado

nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas é já um Estado unificado. Mas essa diferença, ainda que não-negligenciável, parece-me passar para segundo plano diante do fato de que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação e assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes. E mais: o resultado desse processo, no caso brasileiro, tem fortes analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália, quando afirma:

É um dos casos em que esses grupos têm a função de “domínio” e não de “direção”: *ditadura sem hegemonia*. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não deste sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo etc., segundo o modelo “jacobino”.³²

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado — ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas —, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua “revolução”: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós a forma — para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes — de uma “contra-revolução prolongada”,³³ que é outro modo de dizer “ditadura sem hegemonia”.

“Ditadura sem hegemonia”, porém, não significa que o Estado protagonista de uma revolução passiva possa prescindir de um mínimo de consenso; de outro modo, ele teria de utilizar sempre e apenas a coerção, o que, em longo prazo, tornaria impossível seu funcionamento. E foi justamente Gramsci quem indicou o modo pelo qual se obtém esse consenso mínimo no caso de processos de transição “pelo alto”. Gramsci fala de “transformismo”, isto é, da assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes, ou até mesmo de setores das classes subalternas. Depois de ter estabelecido uma relação orgânica entre transformismo e revolução passiva, Gramsci indica a presença, na história da Itália, de dois períodos de transformismo: 1) de 1860 a 1900, transformismo “molecular”, ou seja, personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora-moderna (caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal, a qualquer reforma orgânica que substitua o cru “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, transformismo de grupos radicais inteiros, que passam para o campo moderado.³⁴

Ambos os tipos de transformismo podem ser apontados também na história brasileira. A modalidade “molecular” foi certamente a mais freqüente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição, processo que teve lugar desde a época do Império até nossos dias. E o transformismo “molecular” desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas. Esses intelectuais eram freqüentemente cooptados para a burocracia estatal, uma camada que — herdada da colonização portuguesa e reforçada na época imperial — jamais deixou de crescer ao longo de todo o período republicano, à medida mesmo que o Estado ampliava seu papel de protagonista das transformações políticas e econômicas que preparavam ou consolidavam o capitalismo. Essa ação transformista em face dos intelectuais era indubitavelmente facilitada pela debilidade da sociedade civil, em particular dos organismos culturais “privados”, o que tornava bastante difícil a própria subsistência material do intelectual não cooptado pelo Estado.³⁵

Na história brasileira, contudo, houve também tentativas de assimilação de inteiros grupos ou classes sociais de oposição. Sob muitos aspectos, o “populismo” — uma modalidade de legitimação carismática que teve início 110 curso da ditadura de Vargas, entre 1937 e 1945, mas que se desenvolveu plenamente durante o período liberal-democrático que vai de 1945 a 1964 — pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, por meio da concessão de direitos sociais e de vantagens econômicas reais. Nesse caso, a ação transformista não teve pleno êxito, não só em virtude da resistência dos setores mais combativos

da classe operária, mas também por causa da impossibilidade de garantir ao conjunto dos trabalhadores, sobretudo em períodos de crise econômica, as bases materiais mínimas exigidas para o funcionamento do pacto populista. Não há dúvida, porém, de que a forma populista de legitimação teve um relativo sucesso, em particular no curso do segundo governo Vargas e do governo Kubitschek. Deve-se a esse sucesso o amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista posta em prática naquele período, uma política caracterizada por processos de industrialização acelerada com base na substituição de importações. Permaneciam excluídos do pacto populista os assalariados agrícolas e os camponeses, que continuavam privados de direitos sociais trabalhistas e — na medida em que a maioria era formada por analfabetos — do direito de voto. Essa exclusão tornava possível a manutenção no bloco de poder da velha oligarquia latifundiária, mas servia também à burguesia industrial, na medida em que ampliava enormemente o exército industrial de reserva e, por conseguinte, pressionava para baixo os salários dos trabalhadores urbanos. Creio que seria extremamente interessante uma reavaliação da problemática do populismo à luz dos conceitos gramscianos de “revolução passiva” e de “transformismo”.

Quando Gramsci fala de “ditadura sem hegemonia” como uma manifestação da revolução passiva, indica uma das características fundamentais das formações sociais que seguem essa modalidade de desenvolvimento histórico. Se o instrumento da transição “pelo alto” é o Estado, isso significa que há uma tendência, em tais formações, ao fortalecimento do que Gramsci — no contexto de sua teoria “ampliada” do Estado — chama de “sociedade política” (os aparelhos militares e burocráticos de *dominação* e de *coerção*), enquanto permanece subalterna a “sociedade civil” (o conjunto dos aparelhos “privados” por meio dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela *hegemonia* e pela *direção político-moral*). Tais formações, em suma, seriam mais próximas do “Oriente” do que do “Ocidente”.

Se essa distinção gramsciana entre “Ocidente” e “Oriente” fosse entendida de modo estático, disso decorreria uma conclusão inevitável: precisamente, na medida em que a forma de desenvolvimento adotada pelo Brasil foi a revolução passiva, a formação social brasileira seria de tipo “oriental” e, por conseguinte, não se poderia aplicar ao Brasil de hoje a teoria “ampliada” do Estado. A reflexão de Gramsci traria contribuições à compreensão da realidade brasileira somente em nível historiográfico, mas não teria validade — ou teria apenas validade parcial — na análise de nosso presente e na elaboração de alternativas para nosso futuro. Mas, antes de aceitar essa conclusão (que certamente agradaria aos seguidores brasileiros do “marxismo-leninismo”), é preciso examinar mais de perto a definição gramsciana de “Oriente” e “Ocidente”. Recordemos a célebre passagem de Gramsci:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento de caráter nacional.³⁶

Essa distinção foi elaborada por Gramsci diante da necessidade de dar resposta teórica a uma precisa questão prática: explicar as razões por que o modelo estratégico dos bolcheviques fracassara nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa. Demonstrando que, nesses países, o Estado assumira uma forma “ampliada”, Gramsci pôde formular uma nova estratégia capaz de substituir a “guerra de movimento”, válida no “Oriente” e, por isso, aplicada com sucesso à Rússia, pela “guerra de posição”, que seria adequada à luta pelo socialismo no “Ocidente”. Dado que Gramsci se vale de metáforas geográficas, poder-se-ia supor que ele conceba a distinção entre “Oriente” e “Ocidente” como um dado estático. Essa suposição é falsa: a “ocidentalidade” de uma formação social é para ele o *resultado* de um processo *histórico*. Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de formações de tipo “oriental” ou “ocidental”, mas indica também os processos histórico-sociais, diacrônicos, que fazem com que uma formação social *se torne* “ocidental”, ou, mais concretamente, que passe a ter um Estado “ampliado”, no qual exista uma “justa relação” entre Estado e sociedade civil.

Numa passagem na qual se refere à fórmula da “revolução permanente” (ou seja, uma modalidade da “guerra de movimento”), na acepção em que a conceberam Marx e Engels em 1850, Gramsci observa: “A fórmula é própria de um período histórico no qual não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade se encontrava ainda sob muitos aspectos;

por assim dizer, num estado de fluidez”.³⁷ Porém, de modo gradual, à medida que o desenvolvimento dos processos de socialização da produção leva a uma crescente socialização também da participação política, essa “fluidez” própria da época do liberalismo elitista (ou seja, da época caracterizada por uma cidadania restrita) é superada por uma nova situação, na qual, como ele diz,

as relações organizativas internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula tipo-1848 da “revolução permanente” é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição.³⁸

Quando isso ocorre — e Gramsci situa essa virada em torno de 1870 —, as sociedades européias começam a se “ocidentalizar”. Em outras palavras, o Estado “restrito”, característico da primeira metade do século XIX, torna-se um Estado “ampliado”, “complexo”, “maciço”, no qual o crescente protagonismo das massas se traduz na criação de uma rede articulada de “aparelhos privados de hegemonia”. E isso impõe, como Gramsci não deixa de observar, uma mudança de estratégia por parte do movimento operário.

Vale a pena recordar que, na passagem acima citada, há dois pontos que devem ser sublinhados. Antes de mais nada, Gramsci afirma que a necessidade de uma nova teoria marxista do Estado — e, portanto, de uma nova estratégia socialista — não é imposta apenas pela existência sincrônica de sociedades “orientais” e “ocidentais”, mas também pela diferença diacrônica, no interior das sociedades hoje “ocidentais”, de períodos caracterizados pela debilidade das organizações populares e de períodos marcados por uma intensa socialização da política. Nesse sentido, Gramsci observa que a “guerra de movimento” não é válida apenas para os Estados absolutistas ou despóticos de tipo claramente “oriental”, mas o era também para os Estados liberais elitistas da primeira metade do século XIX, enquanto a “guerra de posição” se torna válida para os Estados democráticos modernos. Em segundo lugar, pode-se supor — embora Gramsci não se tenha manifestado explicitamente a respeito — que esse processo de “ocidentalização”, por ele descrito como próprio das sociedades européias, possa também se verificar, em épocas diversas e de modo tardio, em outras regiões do mundo. Seria esse o caso não apenas do Japão, país geograficamente “oriental”, mas também — e é isso que aqui mais nos interessa — de um grande número de países da América Latina.

Devemos agora responder a uma questão fundamental: A sociedade brasileira é de tipo “oriental” ou de tipo “ocidental”? Em outras palavras: uma vez aceita a idéia de que a dinâmica de “ocidentalização” é um fenômeno potencialmente universal, a que grau de amadurecimento já chegou tal processo no caso brasileiro? A resposta tem implicações de grande alcance: por um lado, é condição *sine qua non* para uma adequada definição marxista da sociedade brasileira de hoje; por outro, depende, em grande medida, dessa resposta a escolha da justa estratégia que a esquerda brasileira deve adotar em suas lutas pela democracia e pelo socialismo.

Uma visão de conjunto — ainda que superficial — da evolução histórica do Brasil mostra o fato de que houve (como causa e efeito dos processos de revolução passiva) um longo período, que compreende toda a fase imperial e uma parte da republicana, no qual a sociedade brasileira apresentava fortes traços típicos do modelo “oriental” no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil.³⁹ Contudo, deve-se deixar claro que, já na época imperial, existiam no Brasil partidos políticos, tornados necessários em função da existência de um Parlamento. Por outro lado, com a Proclamação da República, o Estado torna-se formalmente laico e a Igreja católica deixa de ser um “aparelho ideológico *de Estado*” para se transformar, com as outras igrejas minoritárias, num “aparelho *privado* de hegemonia”.⁴⁰ Desde o início do século XX, os processos de auto-organização popular levaram à formação de sindicatos. Assistimos, de resto, a fases relativamente longas em que o regime vigente era formalmente liberal e, nessa medida, tornava possível o desenvolvimento de germes de sociedade civil. Portanto, nesse sentido, a formação social brasileira jamais foi tão “oriental” quanto a Rússia czarista ou a China pré-revolucionária. Houve, em nosso passado, muitos traços da primeira metade do século XIX.

Contudo, o que torna possível afirmar a predominância de pontos de semelhança com o modelo «oriental» é o fato não só de que a sociedade civil era, até pouco tempo, «primitiva e gelatinosa», mas também de que o Estado — ao contrário das mencionadas sociedades liberais — foi sempre bastante

forte. No curso da época imperial, por exemplo, o papel efetivo do Parlamento (e, portanto, dos partidos) era bastante exíguo, comprimido pelo Executivo com seu vasto aparelho burocrático. Nem se deve esquecer a presença do instituto da escravidão, que excluía de qualquer direito, até mesmo civil, uma parte substancial da população; basta a existência da escravidão, ao que me parece, para tornar ainda mais plausível a afirmação de que a sociedade brasileira da época imperial era predominantemente «oriental».⁴¹

Essa situação não sofreu alterações notáveis com a Abolição e a Proclamação da República. Tal como a Independência, também a República foi resultado de uma ação “pelo alto”, de um golpe, o que impediu a participação ativa das massas populares. Por conseguinte, o bloco de poder que predominou na Primeira República (1889-1930) foi tão oligárquico quanto o da época imperial, com a única diferença de que, no interior dessa oligarquia, a burguesia agrária ligada à exportação do café se tornou a fração hegemônica. As instituições liberais republicanas então criadas não eram de molde a favorecer o desenvolvimento de uma verdadeira sociedade civil. O Parlamento permaneceu mero apêndice do Executivo, reforçado este, ademais, pela adoção do sistema presidencialista de governo; os partidos políticos, todos de dimensão somente regional, não passavam de clientelas a serviço das oligarquias estaduais e de suas políticas transformistas. De resto, a utilização da repressão contra as tentativas de organização autônoma do proletariado e das camadas médias foi uma prática constante na Primeira República: o Brasil atravessou grande parte desse período sob “estado de sítio”, ou seja, numa situação em que estavam suspensos os direitos constitucionais.

Mas seria um erro ignorar as mudanças que se iniciam com a República e que se afirmam sobretudo a partir dos anos 1920. A abolição da escravidão e, mais tarde, o começo do processo de industrialização fazem com que o capitalismo se torne o modo de produção predominante no Brasil; a estrutura social do país torna-se mais complexa, mais moderna, ainda que o “moderno” permaneça estreitamente vinculado ao atraso pré-capitalista, sobretudo no campo. Malgrado a repressão, as novas classes e camadas sociais contestam o poder oligárquico da Primeira República: crescem os sindicatos operários e aumentam as greves econômicas e políticas; as camadas médias exigem maior participação na vida política, enquanto sua vanguarda militar — os tenentes — escolhe o caminho da insurreição armada.

O modo pelo qual as classes dominantes reagiram a essas pressões “de baixo” foi a realização de uma outra revolução passiva, a chamada “Revolução de 1930”, através da qual — como já observei — os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistaram uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando ao mesmo tempo a ala mais moderada da liderança das camadas médias, os tenentes. Essa solução “pelo alto” obstaculizou em parte as tendências “ocidentalizantes” que se vinham desenvolvendo na década anterior. Mas só em parte. Já me referi a esse período da vida brasileira e, em particular, às condições que levaram, em 1937, à ditadura de Vargas. Basta agora recordar que a modernização capitalista do Brasil se reforçou no decorrer dos anos 1930 e, sobretudo, durante o “Estado Novo” varguista. Os pressupostos *objetivos* de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados; seus resultados *subjetivos* (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado) podiam certamente sofrer um processo repressivo, como ocorreu sob a ditadura de Vargas; mas, em si, aqueles pressupostos já não eram mais elimináveis.

Em 1945, com a queda da ditadura e o retorno à democracia (ainda que limitada), o processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira tornou-se mais nítido. O PCB, que volta à legalidade, torna-se pela primeira e única vez um partido de massa, obtendo cerca de 10% dos votos. Os outros partidos que nascem nesse momento assumem dimensão nacional e perfil ideológico mais nítido. Também os sindicatos operários se tornam cada vez mais importantes na vida econômica e política do país, ainda que continuem subordinados a uma estrutura corporativa. Apesar de alguns episódios regressivos (como a proibição do funcionamento legal do PCB em 1947), a tendência à “ocidentalização” da sociedade brasileira continuou a predominar, reforçando-se ainda mais no período 1955-1964.

Essa tendência foi obviamente freada pelo golpe de Estado de 1964, que deu início à mais longa ditadura da história brasileira. O regime militar que dele resultou, sobretudo, depois do AI-5, buscou por todos os meios quebrar os organismos autônomos da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o extraordinário

fortalecimento do Estado — não só de seus aparelhos repressivos, mas também dos inúmeros organismos tecnocráticos de intervenção na economia — contribuiu para “desequilibrar” a relação entre Estado e sociedade civil, tornando-a aparentemente pouco “ocidental”. Apesar de tudo, porém, a sociedade civil — embora por vezes duramente reprimida — sempre conservou uma margem de autonomia real. Mais que isso: cresceu e se diversificou a partir de meados dos anos 1970, quando um forte carecimento de auto-organização envolveu os operários, os camponeses, as mulheres, os jovens, as camadas médias, os intelectuais e até mesmo setores da burguesia. O movimento de massa em favor da eleição direta para a presidência da República, que desempenhou um papel decisivo na derrota definitiva da ditadura militar, foi a culminação desse processo de fortalecimento da sociedade civil, que assumiu dimensões até então inéditas na história do Brasil.

Como se pode explicar o aparente paradoxo representado pelo fato de uma sociedade civil crescer e ampliar sua autonomia sob um regime ditatorial? Antes de mais nada, deve-se recordar que o regime militar brasileiro, malgrado a intensa utilização da coerção e mesmo do terrorismo de Estado, sobretudo nos anos 1969- 1976, jamais foi uma ditadura fascista clássica, ou seja, não foi um regime reacionário *com bases de massa organizadas*,⁴² Apoiando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos desta como “correias de transmissão” de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha. Pode-se falar aqui de fascismo somente se aceitarmos o termo “fascismo pelo alto”, aplicado por Barrington Moore Jr. ao Japão pré-bélico.⁴³ Para obter um consenso mínimo, a ditadura foi assim obrigada a tolerar a presença do Parlamento (ainda que emasculado) e de um partido de oposição, o MDB, que se transformou progressivamente numa ampla frente política de todas as forças antiditatoriais. É certo que o regime se empenhou em conquistar o consenso de amplas faixas da população. Mas o consenso buscado (e por vezes obtido) foi sempre um consenso *passivo*, que pressupunha a atomização das massas e não era capaz de se expressar por intermédio de organizações que, a partir de baixo, dessem apoio ativo à ditadura. O regime, em suma, era “desmobilizador”. Sua legitimação ideológica não era de tipo fascista. Tratava-se, antes, de uma espécie de “ideologia da antiideologia”, ou seja, de um pragmatismo tecnocrático que contrapunha a “eficiência” às ideologias em geral e aos conflitos políticos, acusados de “dividir a nação” e, portanto, de pôr em risco a “segurança” requerida pelos militares como condição para o desenvolvimento econômico.

A partir da crise do “milagre econômico”, tornada evidente em 1974, essa tentativa de legitimação entrou progressivamente em colapso, como o demonstram as derrotas sofridas pela ditadura nas eleições parlamentares de 1974, 1978 e 1982. Ela perdeu rapidamente as bases de consenso não somente entre as camadas médias, mas inclusive entre alguns segmentos da burguesia monopolista que a haviam anteriormente apoiado com decisão. No contexto dessa profunda crise de legitimação, os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar à luz, hegemônicos agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda socialista aos conservadores “esclarecidos”. O “feiticeiro” desencadeara forças que já não podia controlar. Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” — na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda —, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.⁴⁴

E daqui que se origina a crise dos modelos interpretativos terceiro-internacionalistas próprios da velha esquerda. Se o Brasil é hoje uma sociedade “ocidental”, então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na “guerra de movimento”, no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo. Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada “guerra de posições”. Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa “democracia de massas”,⁴⁵ deve ser considerada ponto de partida e, ao mesmo

tempo, condição permanente de nosso caminho para um socialismo *democrático*.

Desse modo, o pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso passado, mediante os conceitos de “revolução passiva” e de “transformismo”, mas também para a análise de nosso presente, através da noção de “Estado ampliado”; e pode também contribuir para a elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como “guerra de posição”. É aqui que devem ser buscadas as raízes da grande influência do pensamento de Gramsci no Brasil de hoje e, em particular, do papel fundamental que ele tem desempenhado no processo de autocrítica e de modernização que envolve a esquerda brasileira.

Mas os que “adotaram” Gramsci no Brasil e buscam “traduzi-lo” em “brasileiro” não podem esquecer uma de suas mais lúcidas advertências metodológicas. Depois de ter lamentado o fato de que a morte prematura de Lênin o impedira de aprofundar suas intuições sobre a diferença entre “Oriente” e “Ocidente”, Gramsci aponta a “tarefa fundamental” de um verdadeiro pensador marxista.

Ilitch [Lênin] — diz Gramsci — não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo levando-se em conta que ele podia aprofundá-la só teoricamente, já que a tarefa fundamental era nacional, ou seja, requeria um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil [...]. [Esse terreno muda] de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requer *um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional*.⁴⁶

Sem negar os progressos realizados, cumpre admitir que esse reconhecimento, no caso brasileiro, ainda está em grande parte por ser feito.

Notas

¹ Sobre isso, cf. os vários documentos do PT incluídos em Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

² O pesquisador Dainis Karepovs registrou a presença de referências a Gramsci no Brasil já nos anos 1930, quando o revolucionário italiano ainda estava vivo; é o caso da edição brasileira da brochura do romancista francês Romain Rolland, *Os que morrem nas prisões de Mussolini: Antonio Gramsci*. São Paulo: **UDAR**, 1935, e do ensaio assinado por um exilado italiano (na verdade Goffredo Rossini), “Enquanto se prepara o ‘raid’ de Balbo — Como se assassina Antonio Gramsci”, *O Homem Livre*, nº 4, 17 jun., 1933. (Cf. a carta de D. Karepovs publicada em *Teoria & Debate*, na 10. São Paulo, abr.-maio, 1990, p. 72). A mais documentada narrativa das vicissitudes da recepção de Gramsci no Brasil está contida no livro de Ivete Simionatto, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo, Florianópolis: Cortez, **UFSC**, 1995, pp. 89-170; além dos textos já referidos por Karepovs e daqueles posteriores a 1960, Simionatto registra em seu livro apenas um texto sobre Gramsci publicado no Brasil da década de 1940, a resenha de E. Carrera Guerra, “As cartas de Gramsci”, *Literatura*, ano II, nº 6, Rio de Janeiro, out.-dez., 1947, pp. 45-8. Apesar do importante registro de textos sobre Gramsci publicados em nosso país antes dos anos 1960, ambos os autores reconhecem o fato de que esses três escritos (dois dos quais de autores estrangeiros) não têm por objetivo as categorias *teóricas* do pensador italiano.

³ Há referências a Gramsci em C. N. Coutinho, “Problemática atual da dialética”, *Ângulos*, nº 17, Salvador, 1961, pp. 38 e segs.; idem, “Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre”, *Estudos Sociais*, nº 18, Rio de Janeiro, dez., 1963, pp. 148 e segs.; e Leandro Konder, “Problemas do realismo socialista”, *Estudos Sociais*, nº 17, jun, 1963, pp. 48 e segs. Konder voltou a falar de Gramsci em seus livros *Marxismo e alienação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, passim, e *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, particularmente pp. 109-20. Também Michael Löwy se refere a Gramsci em “Consciência de classe e partido revolucionário”, *Revista Brasiliense*, nº 41. São Paulo, maio-jun., 1962, pp. 57 e segs. Embora Löwy não fosse vinculado ao PCB, a *Revista Brasiliense* era dirigida por intelectuais ligados ao partido, como Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto. Contudo, é interessante observar que, ao contrário de Coutinho e de Konder, Löwy não se refere ao Gramsci filósofo e sociólogo da cultura, mas sim ao teórico político, com especial interesse pelo período de *L’Ordine Nuovo*, quando Gramsci teoriza sobre os conselhos de fábrica. Trata-se, porém, de uma linha de investigação que, na época, permaneceu marginal. O interesse pelo jovem Gramsci, por exemplo, só volta a aparecer como *objeto privilegiado* em 1984, quando o tema ocupa toda uma tese de doutoramento defendida na USP por Edmundo Fernandes Dias e depois publicada em livro com o título *Democracia operária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, 2 vols.

⁴ Na Argentina, onde a recepção de Gramsci teve início já nos anos 1950, a situação foi diversa: Gramsci, desde

o primeiro momento, foi parte de uma luta política no interior do PCA, e seu pensamento foi muito cedo utilizado para um exame da história Argentina. Cf., sobre isso, o excelente livro do saudoso José Aricó, *La cola del diablo, Itinerário de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Puntosur, 1988, pp. 31-62, bem como os ensaios de Leandro O. Ferreyra, “Categorie gramsciane in Hector P. Agosti”, e de Edgardo H. Logiudice, “Gramsci e il dramma della cultura política Argentina”, ambos in Biaggio Muscatello (org.), *Gramsci e Il marxismo contemporâneo*. Roma: Riuniti, 1990, pp. 267-76, 277-88, respectivamente.

⁵ Para o elenco completo dos livros de Gramsci publicados no Brasil nessa época e até 1988, cf. *Bibliografia de Gramsci no Brasil*, em C. N. Coutinho e M. A. Nogueira (eds.), *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 153-59. Essa bibliografia registra 13 títulos em sua parte ativa.

⁶ C. N. Coutinho e L. Konder, “Nota sobre Antonio Gramsci”, em A. Gramsci, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 1-6.

⁷ Cf., por exemplo, as orelhas — assinadas por C. N. Coutinho — dos volumes *Os Intelectuais e a organização da cidade e Literatura e vida nacional* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ambos de 1988). Não há nenhuma referência a um virtual uso brasileiro das categorias gramscianas nas orelhas que Luiz Mário Gazzaneo — um dos principais responsáveis pela edição de Gramsci entre nós — redigiu para a *Concepção dialética da História e Maquiavel, a política e o Estado moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, respectivamente 1966 e 1968). É curioso observar que Otto Maria Carpeaux, que não era nem comunista nem gramsciano, teve nesse momento uma visão mais “concreta” que aquela dos intelectuais comunistas que editavam Gramsci: num generoso artigo escrito em 1966 (“A vida de Gramsci”, *Revista Civilização Brasileira*, nº 7, mar., 1966, p. 345), Carpeaux — revelando-se atento às reflexões políticas de Gramsci sobre a “questão meridional” italiana — não hesitava em dizer que um dos principais ensinamentos do pensador italiano para os brasileiros seria induzir ao reconhecimento da “necessidade de uma radical reforma agrária, reconhecendo que aquilo que na Itália é o Sul é, exatamente, no Brasil, o Nordeste”.

⁸ Na época, Caio Prado Júnior criticou duramente o emprego dos paradigmas terceiro-internacionalistas pelo PCB (cf. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, pp. 33-114), mas não apresentou uma real alternativa para eles.

⁹ “A Bibliografia de Gramsci no Brasil” registra apenas um artigo sobre nosso autor até 1975: o de Otto Maria Carpeaux, citado na nota 7. Ocorreram nesse período algumas esparsas tentativas de discutir Gramsci na universidade, em particular na USP, sob a responsabilidade de Oliveiros S. Ferreira e de Francisco Weffort (cf. I. Simionatto, *Gramsci...*, pp. 111 e segs.); mas é curioso registrar que um aluno de Weffort à época, Marco Aurélio Nogueira, fez mais tarde, em entrevista a Simionatto (op. cit., p. 114), a seguinte observação: “Não se trazia o Gramsci marxista, ou o marxista-leninista, ou o Gramsci fiel ao pensamento de Marx. Era o Gramsci a meio caminho entre o marxismo e o liberalismo”.

¹⁰ C. N. Coutinho, *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 12.

¹¹ M. A. Nogueira, “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil”, in C. N. Coutinho e M. A. Nogueira (orgs.), *Gramsci e a América Latina*, p. 137. Esse ensaio de Nogueira é um ótimo relato crítico das vicissitudes do gramsciano político nos anos 1979-1985.

¹² Esse é o título de um ensaio de minha autoria, que provocou muitas polêmicas (fora e dentro do PCB) quando foi publicado: “A democracia como valor universal”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9. Rio de Janeiro, mar., 1979, pp. 33-48 (depois, numa versão ampliada, em C. N. Coutinho, *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, pp. 17-48).

¹³ Vejamos alguns exemplos: Mário Innocentini, *O conceito de hegemonia em Gramsci*, São Paulo, Tecnos, 1979; Renato Ortiz, *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 45-65, 109-56 e 157-92; Alba M. P. de Carvalho, *A questão da transformação e o trabalho social — Uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez, 1968; Luna G. Mochovitch, *Gramsci e a escola*. São Paulo: Atica, 1988; A. Tavares de Jesus, *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989; Sônia F. Teixeira (org.), *Reforma sanitária — Em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1989; Paolo Nosella, *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992; Edmundo L. Arruda Jr. e Nilson Borges Filho (orgs.), *Gramsci, Estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

¹⁴ Assim como no campo da política, a presença de Gramsci na universidade brasileira não sofreu um refluxo

significativo depois do colapso do “socialismo real”. No ano de seu centenário, ou seja, em 1991, pelo menos cinco universidades brasileiras promoveram simpósios específicos sobre sua obra (Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Campinas e Rio Grande do Sul). Dois livros comemorativos foram publicados nessa data: Giuseppe Staccone, *Gramsci— 100anos. Revolução epolítica*. Petrópolis: Vozes, 1991; e J. Luiz Marques e L. Pilla Vares (orgs.), *Gramsci, cem anos de um pensamento vivo*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991. Além disso, muitas teses universitárias continuam a ser dedicadas a sua obra ou a aspectos de seu pensamento. De resto, os velhos volumes gramscianos continuam a conhecer sucessivas reedições; e foram publicados, nos últimos anos, novos textos de e sobre Gramsci.

¹⁵ Mencionaria, entre outros, os trabalhos de Luis Eduardo Wanderley, *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes, 1984; de Pedro Ribeiro de Oliveira, *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985; e alguns ensaios de Luiz Alberto Gómez de Souza e de Yves Lesbaupin.

¹⁶ Luigi Bordin, *O marxismo e a teologia da libertação*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, pp. 121 e 123. Sobre o tema, cf. também o excelente ensaio de José Ramos Regidor, “Presenza di Gramsci nella teologia della liberazione”, *IG Informazioni*. Roma: Istituto Gramsci, nº4, 1989, pp. 75-89.

¹⁷ J. G. Merquior, *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, pp. 135-55.

¹⁸ O. S. Ferreira, *Os 45 cavaleiros húngaros — Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora UnB, 1986, sobretudo pp. 221-314. Para uma análise mais ampla desse livro, cf. minha resenha na *Folha de S. Paulo*, 25 abr., 1987, p. A-37.

¹⁹ A breve referência ao Brasil, feita no contexto de uma interessante observação sobre o papel dos intelectuais na América Latina, encontra-se em A. Gramsci, *Quaderni dei cárcere*. Turim: Einaudi, 1975, pp. 1.528-29.

²⁰ Um outro importante e fecundo terreno do uso brasileiro de Gramsci, ao que me parece, é a análise dos problemas de nossa cultura e da história dos nossos intelectuais à luz da noção de “nacional-popular”. Sobre isso, cf. C. N. Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil — Ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, pp. 13-68; Marilena Chauí, *O nacional e o popular na cultura brasileira. Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1986; e Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²¹ Entre os autores que examinaram aspectos da história brasileira à luz do conceito de “via prussiana”, em articulação com a categoria gramsciana de “revolução passiva”, cf. C. N. Coutinho, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in Vários Autores, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, pp. 1-56, e *A democracia como valor universal*, passim; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 123 e segs.; e Marco Aurélio Nogueira, *As desventuras do liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²² Cf., por exemplo, os ensaios de Christine Buci-Gluckmann e de Franco de Felice, in Vários Autores, *Política e storia in Gramsci*, vol. 1. Roma: Riuniti, 1977, pp. 99-126 e 161-220. É significativo que uma das mais importantes e fecundas contribuições ao tema provenha da América Latina: cf. Dora Kanoussi e Javier Mena, *La revolución pasiva — Una lectura de los Cuadernos de la cárcel*, Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

²³ *Quaderni*, p. 2.140.

²⁴ Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn, *Le défi social-démocrate*. Paris: Maspero, 1981.

²⁵ *Quaderni*, pp. 1.324-25.

²⁶ *Op.cit.*, p. 1.767.

²⁷ Esse período foi analisado, à luz de conceitos gramscianos, por Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, pp. 128 e segs.

²⁸ *Quaderni*, p. 1.228.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Deve-se observar que Gramsci recusa explicitamente a possibilidade de uma leitura “positiva” do conceito de revolução passiva: “Portanto — diz ele —, “não teoria da ‘revolução passiva’ como programa, como foi o caso nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como *critério de interpretação* nos casos em que há ausência de outros elementos ativos de modo determinante” (*Quaderni*, p. 1.827).

³¹ Op.cit., p. 1.823.

³² Op.cit., p. 1.824.

³³ Cf. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 310 e segs. Embora seja citado apenas na bibliografia (e é significativo que o título arrolado seja *Il Risorgimento*, em que o conceito de “revolução passiva” aparece mais claramente elaborado), parece evidente sua influência nesse importante trabalho de Florestan Fernandes.

³⁴ Quaderni, p. 962.

³⁵ Os efeitos do transformismo sobre a intelectualidade brasileira, em particular seu impacto negativo na elaboração de uma cultura nacional-popular entre nós, foram analisados por mim, com a utilização de conceitos gramscianos, no ensaio “Cultura e democracia no Brasil”, agora incluído em C. N. Coutinho, *A democracia como valor universal*, pp. 121-61.

³⁶ Quaderni, p. 866.

³⁷ Op. cit., p. 1.566.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Em seu ensaio sobre Gramsci, Juan Carlos Portantiero (*Los usos de Gramsci*, pp. 124 e segs.) se coloca também a questão da caracterização da América Latina como “Oriente” ou “Ocidente”; partindo de uma aguda distinção entre dois tipos de “Ocidente” em Gramsci, Portantiero afirma a impossibilidade *de tratar como sociedades “orientais” os países mais desenvolvidos da América Latina* (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Uruguai e Venezuela), que são, para ele, casos típicos de um “Ocidente” periférico e tardio. Estou inteiramente de acordo com essa conclusão. Mas creio que o inegável fato da “ocidentalização” desses países não exclui que, num certo período de sua história, eles tenham apresentado traços predominantemente “orientais”, ainda que — como tento demonstrar para o caso brasileiro — estejamos diante de um “Oriente” bastante peculiar, tendo em vista a presença, desde a Independência, de elementos “ocidentais”.

⁴⁰ Para a distinção entre “aparelho ideológico de Estado” e “aparelho privado de hegemonia”, cf. C. N. Coutinho, *Gramsci*. Rio de Janeiro: Campos, 1989, pp. 79 e segs.

⁴¹ Uma bela análise do período imperial no Brasil encontra-se em M. A. Nogueira, *As desventuras do liberalismo*, que se vale explicitamente das categorias gramscianas.

⁴² Essa concepção do fascismo tem suas origens em Gramsci e foi aprofundada por P. Togliatti, *Lezione sul fascismo*.

⁴³ Cf. Barrington Moore Jr., *Le origini sociali della dittatura e della democrazia*. Turim: Einaudi, 1969, pp. 487 e segs.

⁴⁴ Os dados sobre o atual nível da modernização brasileira, tanto no plano econômico-social quanto no da organização da sociedade civil, podem ser encontrados no importante ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos, “A pós-’revolução’ brasileira”, in Vários Autores, *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, pp. 223-36.

⁴⁵ Utilizo o conceito de “democracia de massas” no sentido que lhe é atribuído por Pietro Ingrao (cf., por exemplo, *Mase e potere*. Roma: Riconiti, 1977, pp. 223 e segs.)

⁴⁶ Quaderni, p. 866.

REVOLUÇÃO PASSIVA E AMERICANISMO

Luiz Werneck Vianna

Fonte: Gramsci e o Brasil

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=676>

O autor deste texto é um dos mais relevantes intérpretes de Gramsci no Brasil. O texto traz uma reflexão muito significativa sobre a obra de Gramsci, apresentando um roteiro de leitura que valoriza o aspecto teoricamente inovador de Gramsci em relação ao campo marxista. Werneck Vianna enfatiza os conceitos de revolução passiva e de americanismo desvendando a forma como Gramsci interpretou os processos de modernização transcorridos nas sociedades ocidentais e as mudanças que o capitalismo enfrentava no século vinte.

Não se vive mais o tempo das revoluções, e esta seria uma afirmação aparentemente consensual ao final deste milênio, depois de décadas em que a idéia de revolução acendeu o ânimo de gerações na esperança de uma sociedade mais justa. Mas a noção de tempo é definitivamente relativa, podendo-se constatar que uma fatia importante do mundo está conflagrada em conflitos revolucionários de natureza nacional-popular, em grande parte — como no Islã —, em nome da resistência de uma enraizada tradição religiosa e social ao projeto de secularização como fruto necessário da modernização.

Assim, no Oriente, no Leste europeu, às portas do Primeiro Mundo, vive-se, no cotidiano, a pesada lógica das revoluções, com suas crispações doutrinárias e promessas de utopia. Mas não somente lá, porque existem também manifestações revolucionárias no Peru, na Colômbia, na América Central, e mais essa surpreendente em Chiapas, no México. Além disso, desafia a prudência, o senso comum e a ciência, supor que certos cenários modernos e secularizados tenham se tornado imunes ao fenômeno da revolução, sempre uma hipótese onde e quando, como nas lições clássicas, a vida institucional não for capaz de expressar os conflitos em curso. A revolução persiste como um fato, embora não mais represente, na tradição iluminista que a instalou como momento necessário da luta pela igualdade, o fiat do desenvolvimento histórico.

Tendo estado presente no centro do mundo moderno, como na França da Comuna, na Alemanha dos espartaquistas, na Itália dos conselhos operários e na Rússia dos soviets, com a conseqüente bolchevização da esquerda marxista européia, a revolução se faz expressão da periferia, da religião e das etnias subjugadas. O nacional-popular, em um mundo que unifica seus mercados por cima das fronteiras dos Estados-nacionais, deixa de ser uma forma expressiva de uma classe subalterna moderna — a classe operária —, para se instituir como o discurso e a prática de personagens da tradição.

A decadência heurística da revolução está francamente associada a fenômenos contemporâneos como globalização do mercado, deslocamento do Estado-nação do seu antigo monopólio na representação de identidades coletivas, assim como pelo efeito do “assemelhamento” universal — diagnóstico que já vinha da parte de Tocqueville —, e do esvaziamento da categoria trabalho como variável sociológica explicativa dos processos sociais.

Esse é um quadro que sugere a desqualificação da presença do ator no mundo, tido como um domínio do prático-inerte sartriano, reconhecendo-se somente o protagonismo dos “fatos”. A revolução passiva, antes um processo referido a formações nacionais com precisa contextualização histórica, ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação.

São essas as circunstâncias contemporâneas que põem sob nova luz os estudos gramscianos sobre o conceito e os processos de revolução passiva — histórias de “dialética sem síntese”, na conhecida crítica de Gramsci a Croce. Muito particularmente no caso de realização do moderno pelo americanismo, em que Gramsci identificou uma aceleração das transformações moleculares, a partir de um vigoroso protagonismo dos “fatos”. Em um mundo onde, apesar de continuar convivendo com as revoluções, não mais

deseja se reconhecer nelas, o referencial analítico gramsciano para a interpretação da revolução passiva, bem como o “programa” de “guerra de posição” esboçado no seu tratamento do assunto, adquire uma atualidade geral, não dizendo mais respeito a casos singulares nacionais.

Aqui, apesar de ser este um subcontinente exemplar na imposição de processos dessa natureza [1], nunca faltou o ímpeto jacobino para rupturas revolucionárias — mais que uma ideologia, o guevarismo foi o estado de espírito de várias gerações da intelligentsia ibero-americana. A ruptura não veio, mas houve e está havendo a modernização capitalista e, em “ondas reformadoras sucessivas”, se vem fortalecendo o processo de democratização que institui cada indivíduo dependente em um portador potencial de direitos à cidadania. Mas o “fato” da democratização ainda não encontrou, como também ocorreu no Risorgimento gramsciano, o ator que o interprete e lhe conceda expressão política, apresentando em seu nome uma reforma democrática do Estado e de suas instituições. O risco da dissociação entre ator e “fatos”, por falta, naquele, de critérios para uma adequada avaliação da sua situação, está em que a revolução passiva se institua como um processo em que a mudança esteja sempre limitada pelos avatares da conservação, obrigando o mundo a uma permanente reiteração desencantada da ordem estabelecida [2]. Continuar a refletir sobre ela, em contextos, como o nosso, historicamente dominados por sua lógica, é uma forma de mobilizar o tipo de ação que venha a permitir a dinâmica da mudança ultrapassar a da conservação.

O problema da inovação gramsciana nos textos pré-Quaderni

Todo grande autor pode sugerir várias interpretações de sua obra, e não somente porque o tempo do seu leitor muda, como porque o tempo da sua elaboração necessariamente variou, ora mais próximo do campo cultural no qual iniciou a sua construção particular — sua fase “juvenil” —, ora já no preciso lugar onde se efetivou a sua identidade como pensador original, e Gramsci não se afasta disso em sua trajetória dos conselhos de Turim aos Quaderni da prisão. Como pensador político, o caso da singularidade de Gramsci é particular na medida em que a sua “ruptura” com o campo intelectual em que se formou — o da III Internacional Comunista —, não vai implicar a sua exclusão dele — ao contrário de Trotski e de Bukharin, dois relevantes teóricos do marxismo, que são dela expurgados como dirigentes “práticos” do movimento revolucionário. Tal ruptura, entrevista nos escritos de 1926, como em suas cartas a Togliatti sobre o problema da unidade do partido russo e em suas concepções táticas sobre a situação italiana sob o fascismo [3], toma forma logo em seguida a uma dramática descontinuidade nas circunstâncias da sua própria vida: de líder da resistência ao fascismo passa à condição de seu prisioneiro. É a prisão que, ao separá-lo da sua prática, o leva a desenvolver uma vocação teórica, antes contida, embora manifesta, nos seus trabalhos anteriores, cuja natureza potencialmente disruptiva quanto ao marxismo jurisdicionado pela Internacional sob a liderança de Stalin será, em um paradoxo, “protegida” pelo seu isolamento no cárcere — Gramsci vai morrer como um membro heróico da III Internacional.

A elaboração dos Quaderni del carcere, que começa a redigir, em fevereiro de 1929, com a intenção de realizar obra duradoura, com a qual o autor pretendia triunfar sobre o isolamento e o silêncio a que tinha sido reduzido pela prisão, vai lhe permitir o desenvolvimento de temas antes embrionários no seu pensamento — como o dos intelectuais — e, sobretudo, vai lhe conceder a oportunidade de “revisitação” das questões que tinham dominado a sua prática de publicista e de dirigente revolucionário. Em seu caso, mais do que a clássica oposição entre fases juvenil e de maturidade, deve-se falar no que há de radical em sua separação, acarretada pela prisão, do “laboratório” vivo em que antes atuava. O que distingue, pois, um Gramsci de outro não teria resultado de mais um ato ou de mais uma experiência no interior daquilo que foi o seu “laboratório”, mas da sua suspensão em relação a ele, quando, então, o que fora trabalho vivo veio a se organizar em reflexão. Nos Quaderni, em condições bem mais desafortunadas, Gramsci reitera o caso de Maquiavel.

Nesse sentido, os Quaderni passam a limpo, sob o registro de uma reflexão nova, o que teria sido o rascunho da atividade anterior, reorganizada e aprofundada por meio de uma pesquisa “desinteressada”, nas palavras de V. Gerratana, de uma incidência prática imediata [4]. Sob o crivo da pesquisa “desinteressada”, o material da experiência acumulada vai assumir uma nova projeção — a reflexão domina a experiência e o Gramsci da ortodoxia bolchevique das Teses de Lyon, de 1926, escritas em parceria com

Togliatti, começa a processar um pensamento novo, certamente que assistemático e inconcluso em momentos importantes, reinterpretando seus próprios temas a partir de chaves de análises que não mais eram aquelas do seu tempo de experiência direta com os “seus” objetos. Assim com o tema da fábrica, que lhe acompanha desde a militância revolucionária da fase “conselhistas” da sua juventude em Turim, com a ênfase soreliana de então na reforma ético-moral e na centralidade do mundo da produção, motivo comum na intelligentsia marxista europeia dos anos 20, tema reconsiderado, na fase da bolchevização, como o lugar privilegiado de onde devia partir a aliança operário-camponesa a fim de realizar uma revolução de tipo nacional-popular, e que vai aparecer nos Quaderni, em uma reatualização imprevista de posições assumidas em *L’Ordine Nuovo*, sob a perspectiva da racionalização fordista, com o que entreabre enigmaticamente novas oportunidades para o agir e para a reflexão sobre as condições de transição ao socialismo [5].

A ruptura do seu presente com aquilo que foi a sua experiência é, nele, um fato a um tempo político, intelectual e psicológico — “parece-me que a cada dia se rompe um novo fio dos meus vínculos com o mundo do passado” [6]. Seu afastamento da atuação prática e da família, provocando a volta do antigo mal-estar de viver a vida fundamentalmente como manifestação de vontade [7], é ainda qualificado pelos novos acontecimentos depois de sua prisão: consolidação do regime fascista na Itália, refluxo do movimento operário e democrático europeu, o advento do nazismo na Alemanha, o triunfo do stalinismo e os expurgos dos dissidentes na URSS. Revisitar o passado, nesse contexto, não pode significar sistematizar o já vivido — de que os sucessos presentes consistem em uma poderosa e reconhecida crítica —, mas pô-lo sob uma nova luz. Os Quaderni são obra nova, decerto que elaborada a partir da matéria-prima dos trabalhos anteriores e de sua experiência prática de militante revolucionário, mas, longe de significar a sua conclusão linear, apontam para a direção oposta da descontinuidade [8].

A questão dos intelectuais pode ser considerada como exemplar disso — fracamente presente na fase obreirista dos “conselhos”, tratada de modo convencional nos anos da bolchevização da esquerda italiana, somente será introduzida, como conceito estratégico para o seu modelo de análise, em A questão meridional, de 1926, poucos meses antes de sua prisão. Para a teoria marxista da época, que resumia o tema dos intelectuais à elaboração da consciência “externa” ao movimento operário e que com ele se deveria fundir, segundo a clássica interpretação de Kautsky divulgada por Lenin, trazer a primeiro plano esse estrato social importava uma inovação efetiva. Contudo, a novidade do tratamento sobre a questão dos intelectuais em A questão meridional ainda é prisioneira do enquadramento da situação italiana produzido pelas Teses de Lyon — os dois textos são de 1926, ano da prisão de Gramsci —, em que se assemelha a Itália ao caso russo — “o proletariado possui, na Itália, uma importância superior a de outros países europeus, inclusive entre os países de capitalismo avançado, e seu papel somente é comparável àquele que desempenhava na Rússia de antes da revolução” —, país periférico que constituiria mais uma

[...] confirmação da tese de que as condições favoráveis para a revolução proletária não se encontram necessariamente nos países em que o capitalismo atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento, e sim onde o tecido do capitalismo oferece menor resistência, por suas fraquezas estruturais, às lutas da classe revolucionária e dos seus aliados (Gramsci, 1990a, p. 230) [9].

Disso decorre que a questão dos intelectuais, com tudo que contém de potencialmente novo — inclusive, como observou L. Paggi, porque anuncia que “o papel da subjetividade, invocado anteriormente como fator determinante na aceleração do processo histórico, é agora visto como o lugar mais importante para a sustentação das velhas estruturas de poder” (Paggi, 1984, p. IX) —, nasce em um terreno diverso daquele que será o seu nos Quaderni: em primeiro lugar, porque o diagnóstico sobre as relações Norte-Sul na Itália, investigado sob uma perspectiva empírica na questão meridional, é o das Teses de Lyon, com seu enquadramento “russo”, alinhando a situação italiana a um Oriente político; em segundo, porque o cenário que inscreve o intelectual em A questão meridional é o do mundo agrário, selecionado sob a precisa motivação de conceber uma aliança operário-camponesa para atuar no contexto de um Estado que se supõe vulnerável à revolução proletária. Nos Quaderni, porém, se vai estar diante de outra “geografia”, claramente dominante a articulação de tipo ocidental entre sociedade civil e sociedade política.

Os intelectuais, e com eles o tema da cultura e do papel da subjetividade na “sustentação das ve-

lhas estruturas de poder”, estão referidos ao paradigma do atraso, mas de uma forma tal que a análise do “poder local” da vida agrária italiana, na fina sociologia gramsciana, já contém uma concepção que antagoniza os fundamentos do cânon da III Internacional sobre a solução do problema operário-camponês. A questão meridional, como é conhecido, se inicia com uma avaliação da política agrária dos comunistas de Turim, a qual sofrera objeção por parte de um artigo da revista *Quarto Stato*, de inspiração liberal-socialista. Publicada em setembro de 1926, a revista acusou os comunistas turineses de procurar encaminhar a questão camponesa por meio de uma “fórmula mágica” que se limitaria à divisão do latifúndio entre os proletários rurais [10]. Contra essa afirmação, Gramsci recorda um posicionamento antigo de *L’Ordine Nuovo*, do começo de 1920, em que se sustenta o oposto:

[...] não há que buscar a regeneração econômica e política dos camponeses em uma divisão das terras incultas ou mal cultivadas, e sim na sua solidarização com o proletariado industrial, para o qual é necessário, por sua vez, a solidariedade dos camponeses, pois é de seu ‘interesse’ que o capitalismo não renasça economicamente da propriedade territorial e que a Itália meridional e as ilhas não se convertam em uma base militar da contra-revolução capitalista (Gramsci, 1990b, p. 305).

No texto, Gramsci reconhece o “envelhecimento” dessa posição, negando, contudo, que os comunistas de Turim se tenham limitado a uma política redistributiva, sendo deles a indagação: “o que pode ganhar um camponês pobre com a invasão de terras incultas ou mal cultivadas?” Mas é no diagnóstico do “envelhecimento” que se verifica a torção surpreendente quanto ao argumento tradicional: no cerne da questão camponesa o interesse não seria a matriz dominante, e sim a da cultura, porque, na Itália, em razão da sua singularidade histórica, a questão da propriedade da terra transcenderia a uma “questão camponesa e agrária em geral” (Id., p. 307).

Sem a mediação da cultura, o campesinato seria inacessível ao proletariado industrial. No entanto, a inovação gramsciana se produz e deveria operar no contexto de uma Itália assemelhada ao caso russo, ainda na perspectiva conceitual do tipo de “elo mais fraco” e vantagens do atraso. A inovação não procede, pois, do campo da teoria, e ainda não procura extrair conseqüências nesse terreno, mas se origina de uma inquirição empírica que visa enriquecer uma sociologia política das relações agrárias no Mezzogiorno. A percepção de que cultura consistiria uma variável estratégica, embora tensione o desenvolvimento da argumentação em A questão meridional, não chega a postular que a complexidade dos vínculos, no caso italiano, entre sociedade civil e sociedade política, demandaria o deslocamento da perspectiva do Oriente para o Ocidente. O novo se introduz em Gramsci a partir da sua busca de particularização da linha geral: sem que se domine a questão meridional e a do Vaticano, que singularizam historicamente o campesinato italiano, qualquer postulação de hegemonia do proletariado do Norte sobre o campesinato do Sul consistiria em uma estratégia abstrata e vazia de conteúdo (Id.).

Sob a influência da bolchevização, são deixados para trás os temas e os cenários da época do “conselhismo” e da fase de *L’Ordine Nuovo*, que, pela lógica da sua própria temática — a centralidade da classe operária e do mundo da produção — importavam um repertório conceitual inequivocamente ocidental, com suas fábricas, bairros operários, sindicatos e mobilizações de rua. O modelo da revolução de tipo nacional-popular, sob a liderança de uma aliança operário-camponesa, como correspondente italiano da fórmula russa de 1917 de revolução democrático-burguesa, sem dúvida que aproximou a política dos comunistas da realidade efetiva do seu Estado e da configuração da sua estrutura de classes, abandonando-se o radicalismo obreirista e a indiferença à política de antes (Spriano, 1967, Livro I, p. 28). Contudo, a inscrição do capitalismo italiano como periférico, e o seu assemelhamento ao caso russo [11], mais que nos temas, importava de fato mudança na geografia política: a Itália confinava com o Oriente. O cenário ocidental, que foi o de *L’Ordine Nuovo*, terá de esperar os Quaderni.

Para Gramsci, porém, como demonstrou em A questão meridional, a aliança operário-camponesa não consistia em um ponto abstrato de doutrina, mas um princípio para a ação. Encaminhá-la, dependia de um estudo concreto do tema camponês, que, por sua vez, remetia a uma questão nacional — “as populações trabalhadoras do Mezzogiorno [se encontram] em uma posição análoga à das populações coloniais” (Gramsci, 1990a, p. 230) —, em que a pesquisa da singularidade do caso italiano vai acabar por produzir a acumulação de novos conceitos e problemas que não mais se ajustarão ao paradigma do

“elo mais fraco”. Em Gramsci, e isto ainda não foi demonstrado amplamente, há uma vigorosa sociologia, como no caso de A questão meridional, e serão suas descobertas nesse campo uma das responsáveis pelo seu desconforto diante de muitas das teses do marxismo oficial à sua época.

A caracterização do Estado italiano nas Teses de Lyon — momento teórico da fase da bolchevização [12] — ainda segue irradiando sua influência sobre A questão meridional, tentativa de particularização da linha geral, e não uma proposta alternativa às Teses. Em Lyon, fixou-se como ponto de partida a constatação de que não existiria, na Itália, a “tradicional luta econômica entre industriais e agrários” (Gramsci, 1990a, p. 228), questão que, com maiores ambições teóricas, dominará a reflexão sobre o Risorgimento nos estudos dos Quaderni. Os interesses modernos da indústria estariam solidarizados com os setores dominantes do mundo agrário, em geral de extração nobiliárquica e parasitária, resultando dessa composição um Estado não-homólogo ao empresariado industrial — “assim como não controla, por sua natureza, toda a economia, a classe industrial também não consegue organizar, por si só, a sociedade global e o Estado” (Id., p. 229).

A forma do Estado seria derivada de uma solução de compromisso entre as elites industriais e agrárias, cada uma ocupando uma base territorial própria — as industriais, o norte; as agrárias, o sul. O domínio burguês não estaria dotado de capacidade de universalização, fusão de particularismos, faltando-lhe um “caráter unitário e uma função unitária” (Id., p. 230). O capitalismo italiano, força determinante na sociedade, estaria assentado sobre uma arquitetura superestrutural desequilibrada, nisso que seria a expressão da sua monstruosa deformidade, ao solidarizar, sob um único sistema de dominação, o norte industrial ao sul agrário e retardatário, em que o primeiro desempenharia o papel de metrópole capitalista em relação ao segundo, ao mesmo tempo em que, no interior deste, suas elites, como nas relações coloniais, “se aliam à metrópole para manter submetida a massa do povo trabalhador” (Id., ib.).

Este o ponto a ser retomado de modo inovador em A questão meridional: o que há de disforme no capitalismo italiano implica a valorização de uma perspectiva que não se limite ao ângulo do interesse e da exploração econômica nas relações entre as classes, sem o que a sua singularidade não se torna apreensível conceitualmente nem permite descortinar rumos para uma ação efetivamente transformadora. O problema do Mezzogiorno é também — em um certo sentido, sobretudo — superestrutural, na medida em que teria suas origens na forma do Estado e no tipo de opressão política exercida por ele, ininteligível, nas condições italianas, sem a análise da questão dos intelectuais e da cultura.

A natureza compósita do Estado, raiz do específico autoritarismo político italiano, diziam as Teses de Lyon, emprestaria a essa instituição um caráter vulnerável — tema “russo” do elo mais fraco, “das forças estatais menos eficientes”, da vantagem do atraso —, credenciando a Itália com condições favoráveis à revolução, a ser buscada por uma classe operária numerosa e influente, “único elemento que, por sua própria natureza, exerce uma função unificadora e coordenadora da sociedade como um todo” (Id., ib.).

Mas “assemelhamento” não é identidade, como Gramsci deixa claro em texto dos primeiros dias de agosto — coincidente, pois, com a elaboração de A questão meridional —, apresentado à direção do Partido Comunista Italiano — PCI. O fato de que, em “estados periféricos típicos, como Itália, Polônia, Espanha e Portugal as forças estatais são menos eficientes”, não apontaria para o contexto clássico de separação entre sociedade política e sociedade civil, tal como no caso russo (Gramsci, 1990c, p. 286). Ao contrário da Rússia,

[...] nesses países, entre o proletariado e o capitalismo existe e atua um amplo estrato de classes intermediárias que desejam e, em certa medida, conseguem, conduzir uma política própria, com ideologias que, em não poucas vezes, exercem influência sobre vastos estratos do proletariado, e que têm uma particular capacidade de atração sobre as massas camponesas” (Id., ib.).

Tal particularidade, deixaria a periferia européia do capitalismo sob uma dupla lógica: “russa”, pela perspectiva do “elo mais fraco” e da “vantagem do atraso”; e especificamente européia, uma vez que os setores subalternos, principalmente no campo, por meio da mediação de estratos intermediários, mantinham vínculos político-sociais com as classes dominantes, estando sob a sua influência, interditando ao proletariado um acesso direto ao campesinato. A “menor eficiência” da armação do Estado, seria, então, compensada por essa “sociologia”, atenuando o impacto das crises do capitalismo. Assim, aquilo que va-

leria “especialmente para os estados capitalistas mais importantes”, em que “o aparelho estatal é muito mais resistente do que, em geral, se supõe e consegue organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime, e em uma proporção bem superior ao que se poderia supor diante da profundidade da crise” (Id., ib.), também deveria, embora em grau menor, ser entendido como eficaz em sua periferia.

Para se usar as metáforas dos Quaderni, a “guerra de posição” ainda não é concebida como via alternativa à “guerra de movimento”, e sim como um momento da “preparação técnica e política da revolução” em países, como a Itália, que se encontrariam em uma “fase intermediária, em que uma determinada forma de organização técnica pode acelerar a organização política das massas e acelerar, em consequência, o trânsito para a fase decisiva da conquista do poder” (Id., ib.). A Itália, a partir de 1923, quando se teria revigorado, no interior das classes médias, o processo de transformações moleculares, levando-as ao alinhamento com a esquerda, seria um indicador “clássico e exemplar” desse movimento, que igualmente se manifestaria na Espanha, em Portugal, na Polônia e nos Balcãs (Id., p. 287).

Tratava-se, pois, de confirmar o deslocamento político e social das “classes intermediárias”, tornando, afinal, possível a exposição do campesinato ao proletariado industrial, momento que deveria anunciar o primado da “preparação técnica” da revolução. Ainda segundo as metáforas dos Quaderni: devia-se chegar ao Oriente pelo Ocidente, em que o assalto à máquina do Estado fosse precedido de uma lenta erosão do bloco histórico agrário, cujo cimento seriam os intelectuais. Para tanto, era necessária uma orientação que privilegiasse o superestrutural sobre o infra-estrutural, e que viesse a conceder prioridade estratégica à questão da dominação cultural, confirmando-se o leninismo no mesmo movimento em que se o inovava.

É, pois, no terreno clássico da revolução como fenômeno do atraso, que a inovação gramsciana rompe caminho, descobrindo-se, aí, e não no norte industrial e moderno, com suas universidades e sua rica imprensa, a significação política dos intelectuais. Importa que “um ou mais intelectuais, individualmente, venham aderir” ao programa e à doutrina do proletariado, mas, sobretudo,

[...] que se produza uma fratura de caráter orgânico [entre eles], historicamente caracterizada; que se crie, como formação de massas, uma tendência de esquerda no sentido moderno da palavra, isto é, orientada em direção ao proletariado revolucionário. A aliança do proletariado com as massas camponesas exige essa formação, ainda mais necessária para a aliança do proletariado com as massas camponesas do sul. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que consiga, por meio do seu partido, organizar massas cada vez maiores de camponeses pobres em formações autônomas e independentes; mas somente conseguirá cumprir essa tarefa se for capaz, entre outras coisas, de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas muito resistente, do bloco agrário (Gramsci, 1990b, p. 326).

O Mezzogiorno se constituiria na peça de sustentação da “monstruosa deformidade” do Estado italiano, com 3/5 da sua burocracia estatal ocupada por meridionais. Ele é, para Gramsci, como a questão do Vaticano foi para Maquiavel, a pedra de toque para uma solução “unitária”, nacional e popular, que conceda à Itália o acesso ao moderno, deixando de ser um país de capitalismo periférico. O compromisso entre o norte industrial e o bloco agrário do sul gerara um Estado imobilizado em soluções particularistas, impondo a emergência revolucionária de um universal por meio da aliança operário-camponesa. Gramsci, em 1926, ainda não sabe que a sua descoberta, ao explorar a sociologia política do Mezzogiorno, em vez de estar destinada a abrir caminho para uma revolução do tipo de “elo mais fraco” singular, referida às especificidades do mundo agrário italiano, na verdade, vai estar na raiz de um novo modelo para a atuação da esquerda nos países de grandes “reservas políticas e organizativas”.

O Risorgimento como questão para o Prefácio de 59

Se o Gramsci das fábricas de Turim não é tão diverso do perfil intelectual da vanguarda européia dos tempos de radicalização política do imediato pós-guerra, o da fase da bolchevização se vai distinguir a partir da sua busca e exposição ao que seria a especificidade italiana. Foi a tentativa de encontrar o caminho da Rússia, e não a sua militância nas fábricas, que o levou à descoberta da questão dos intelectuais em A questão meridional, a singularização do caso italiano se estabelecendo por contrastes e diferenças com o

paradigma russo, como no caso do conceito-chave de hegemonia do proletariado:

[...] todos os problemas inerentes à hegemonia do proletariado se apresentam na Itália, sem dúvida, de uma forma mais complexa e aguda do que na Rússia porque a densidade da população rural italiana é muitas vezes maior, porque nossos camponeses têm uma riquíssima tradição organizativa e sempre conseguiram impor sua força de massa na vida política nacional, porque, aqui, o aparelho organizativo eclesástico tem dois mil anos de tradição e se especializou na propaganda e na organização dos camponeses de um modo que não encontra paralelo noutros países [13].

As Teses de Lyon, como se viu, concederam foco privilegiado ao atraso — o Mezzogiorno, o campesinato. Tal privilegiamento, porém — Gramsci começa a descobrir em A questão meridional —, longe de apresentar o atraso como vantagem para uma solução revolucionária, na verdade, parecia indicar o oposto, uma vez que era ali que se garantiria a reprodução da coalizão reacionária entre industriais do norte e o bloco agrário do sul. Intervir no Mezzogiorno, reserva do patrimonialismo da nobiliarquia e do séquito de classes parasitárias que orbitavam em torno dela, impunha uma política ativa que quebrasse a cadeia entre os grandes proprietários de terras, os seus intelectuais — grandes e pequenos, religiosos ou laicos — e a massa do campesinato.

Daí que do atraso italiano não se deveria esperar o tempo súbito e fulminante dos revolucionários russos: a sua especificidade recomendaria um andamento lento e molecular. Se o cenário das fábricas de Turim tinha sido o da revolta operária contra a exploração capitalista, o do sul agrário trazia para Gramsci a necessidade de refletir sobre as circunstâncias da servidão voluntária, consensual.

Consenso, “funcionários do consenso” — os intelectuais, na conceituação dos Quaderni —, a dimensão de cultura como fator de dominação/emancipação, são os novos temas, ainda pensados em um cenário assemelhado ao russo, e com uma lógica hostil ao Prefácio de 59, com suas exigências de maturação do desenvolvimento capitalista para uma passagem em direção ao socialismo. Além disso, em fins de 1926, o que já é inovação em Gramsci, no interior do seu campo intelectual, se acha limitado por uma perspectiva dominada por referências e categorias próprias ao Estado-nação, da qual somente se livrará em seus escritos da prisão [14].

Mas a bagagem da sua experiência vivida como militante revolucionário, e que vai acompanhá-lo na prisão, não se constitui apenas de questões substantivas sobre as condições em que a revolução opera. Inclui o ator, o partido, e, ao ser preso em 8 de novembro de 1926, Gramsci se mostrava em aberto desacordo com a feroz luta interna que tinha curso no Partido Comunista soviético. Na famosa carta, elaborada por ele, que os comunistas italianos dirigem a esse partido, faz-se uma dura advertência e a grave acusação de que os soviéticos estariam destruindo a própria obra da revolução [15]. No mérito da controvérsia, a direção partidária italiana aprova a posição dos dirigentes soviéticos, mas assinala a sua discordância quanto aos métodos de se constituir a unidade — na sociedade, diante do campesinato; no partido, diante da minoria —, que não poderia ser imposta mecânica e compulsoriamente (Gramsci, 1990d, p. 293).

Como é conhecido, Togliatti, então em Moscou, contestou os dirigentes do PCI, que teriam servido aos interesses da oposição à maioria do partido soviético, recebendo de volta, em 26 de outubro de 1926 — poucos dias antes do encarceramento de Gramsci —, uma resposta com termos ainda mais severos do que os constantes no documento anterior: “Sua maneira de argumentar”, lhe diz Gramsci, “produziu em mim uma impressão penosíssima”, e, adiante,

[...] seus argumentos estão viciados pelo ‘burocratismo’: hoje, nove anos depois de outubro de 1917, o que pode levar as massas do Ocidente à revolução não é mais o exemplo da tomada do poder pelos bolcheviques, porque se trata de uma situação que já cumpriu seus efeitos; hoje, o que exerce um impacto ideológico e político é a convicção (se existe) de que o proletariado, depois de tomar o poder, pode construir o socialismo” [16].

A carta se fecha com uma perspectiva que recorda o Gramsci do “conselhismo” e de L’Ordine Nuovo, e que será retomada na produção dos Quaderni: “a autoridade do partido depende dessa convicção, que não se pode inculcar às grandes massas com os métodos de uma pedagogia escolástica, e sim com os de uma pedagogia revolucionária [...]” (Gramsci, 1990d, p. 302-3). A revolução se condenaria a si mesma,

caso fizesse a opção pelos meios coercitivos e burocráticos em detrimento da elaboração de um consenso e dos métodos da persuasão — entre a raposa e o leão, da metáfora de Maquiavel, Gramsci jamais tomará partido em favor deste contra aquela, no que vai ser um dos elementos de continuidade entre sua obra juvenil e a da maturidade.

Ao mal-estar com a questão soviética, inequívoco bem antes do culto à personalidade a Stalin (1929) e dos expurgos massivos da velha guarda revolucionária, acresce aquele que vai tomando forma em um terreno especificamente italiano. A Internacional Comunista sustentava que o fascismo seria um fenômeno político “orgânico e necessário” ao capitalismo em sua fase de degenerescência, do que resultava que as lutas contra aquele importavam uma passagem revolucionária para o socialismo, posição oficializada pelos italianos, em 1927, no editorial, atribuído a Togliatti, do primeiro número de *Lo Stato Operaio* (Spriano, 1967, Livro II, p. 105).

A posição de Gramsci, em agosto de 1926, sem se envolver com a controvérsia teórica sobre a natureza do fascismo, apenas fixando-se na leitura empírica da conjuntura, trazia em germe uma contestação à orientação da Internacional Comunista (Id., cap. 2; Badaloni, 1987, p. 41; Paggi, 1984, p. XV). Gramsci, tendo como referência a recente conjuntura francesa, em que a revalorização das instituições republicanas teria consistido na estratégia burguesa de desagregação e isolamento das forças revolucionárias, admite como provável o mesmo resultado para a Itália se “uma crise econômica, repentina e fulminante” viesse a provocar o derruimento do fascismo (Gramsci, 1990c, p. 284).

A variante tática — que não merecia tratamento afirmativo, como que percebida “naturalisticamente” —, denunciava como a previsão de Gramsci se achava desalinhada do programa, que sustentava o objetivo de ultrapassar o fascismo pela ditadura do proletariado, não deixando de antecipar as futuras posições defendidas na prisão — e que vão provocar, em 1930, desacordo com seus companheiros, aprofundando as condições do seu isolamento — em favor da convocação de uma Constituinte (Spriano, 1967, Livro II, caps. 2 e 4; 1977), em nome da ampliação da coalizão política contra o fascismo. De outra parte, indicaria, por meio de uma intuição ainda muito difusa, expressa na afirmação de que ao fascismo deveria suceder uma situação de *intermezzo* democrático, que a correlação de forças não seria tendencialmente favorável — inclusive pelo tipo de papel que se poderia esperar da corporação militar e da burocracia do Estado — a uma solução imediata em favor da revolução. Na hipótese, ficava a alusão de que a República, se viesse, deveria dotar o domínio burguês de “maior elasticidade” e, como na França, de maior capacidade para “frear a revolução” (Id., p. 284-5; Femia, 1981, p. 190 s.). O *intermezzo* democrático não necessariamente identificaria o processo italiano como o de uma revolução “em dois tempos” — a revolução popular antifascista sendo seguida, e no mesmo impulso, pela revolução proletária. Ficava, portanto, subentendido o ponto, a ser explícito e desenvolvido mais tarde, de que o objetivo estratégico consistiria na derrota do fascismo — e não na imediata superação do capitalismo pelo socialismo — abrindo-se a possibilidade de que ele viesse a ser sucedido por um regime liberal-democrático.

Os Quaderni começam a ser escritos em fevereiro de 1929, mais de dois anos após a prisão de Gramsci. Anos em que, na Itália, no partido e no mundo, o cenário de 1926 se torna irreconhecível para um observador de 1929: na Itália, o fascismo amplia suas bases de apoio, inclusive na estrutura política do Vaticano, ao mesmo tempo em que intensifica a ação dos seus aparelhos repressivos, levando o PCI a uma situação de clandestinidade absoluta (Spriano, 1967, cap. 6); na URSS, os conflitos no partido vão ser resolvidos pelos expurgos, tendo como primeiro alvo a oposição de esquerda trotskista, a que logo se segue a eliminação da direita liderada por Bukharin; no segundo semestre de 1928, o VI Congresso da Internacional Comunista denuncia a social-democracia como social-fascismo, instituindo-se, no ano seguinte, o sistema do culto à personalidade de Stalin e as bases do socialismo de Estado; no mundo, a crise financeira de 1929 parecia deixar para trás o capitalismo liberal, passando-se a uma fase de capitalismo politicamente orientado, com o corporativismo italiano e o New Deal [17]; o avanço dos nazistas na Alemanha, a emergência da questão colonial — principalmente China e Índia —, mais o já visível deslocamento do eixo econômico mundial da Europa para a América, condenavam ao anacronismo o viés eurocêntrico até então predominante na cultura socialista e marxista. Nesse quadro tão radicalmente novo, certamente que a frase gramsciana a respeito do seu afastamento do “mundo do passado” nada tinha de

uma expressão retórica.

Nos Quaderni, desde seu ponto de partida, a reflexão “desinteressada” de Gramsci importa uma ruptura com a sua experiência anterior: seu plano de estudos, tal como é descrito em sua carta à cunhada, Tania, denuncia isso. Seu objeto consistia na história, na história italiana em particular, nos intelectuais e no americanismo [18], última opção que não podia deixar de ser surpreendente em um intelectual caracteristicamente europeu como ele. A mudança da agenda indicava o reconhecimento da perempção da anterior, cuja exaustão se fazia exprimir nas derrotas sofridas pela revolução socialista, especialmente na Itália, em que o fascismo, ao invés de conduzir o capitalismo a uma catástrofe final, importava a sua estabilização.

Muito claramente os Quaderni significam um abandono do marco de análise das Teses de Lyon, centralmente dominadas pela idéia de uma revolução próxima e por um ângulo nacional italiano. Nos Quaderni, o pensamento de Gramsci adquire uma dimensão internacional, e mesmo quando se detém na análise italiana, como no Risorgimento, ao procurar as raízes profundas para a emergência do fascismo, ele transcende seu caso nacional, fazendo dele apenas um exemplar no elenco de diferentes processos europeus de ingresso no moderno, nisso que vai ser a sua rica sociologia histórica comparada. Sobretudo nos Quaderni, Gramsci assume como novo objeto o capitalismo como processo mundial, quando os processos de longa duração vão ser incorporados à sua reflexão, com ênfase especial no tema da estrutura — os fatos. É por aí que os estudos econômicos de Marx vão ganhar presença e papel forte na sua argumentação, já recorrente, em chave positiva, a remissão ao Prefácio de 59, lugar, aliás, enigmático para a sua compreensão de revolução passiva, como será desenvolvido mais adiante.

A fortuna de Gramsci entre os pósteros não deixa dúvidas de que ele escreveu — como foi da sua intenção — *für ewig*, embora se possa ter convicção de que sua obra não é sistemática, derivando daí a dificuldade da sua interpretação. Como um modernista, seu pensamento avança por fragmentos: uns, abandonados logo que criados; outros, aperfeiçoados progressivamente por outros fragmentos, em um processo que certamente foi importante para a sua criação, na medida em que livre dos constrangimentos lógicos da exposição sistemática. Contudo, apesar disso, são muitas as sugestões de que o princípio de onde parte a sua construção teórica estaria na sociologia histórica comparada que se realiza em O Risorgimento. É nesse momento que Gramsci procura dar carne e osso, na perspectiva da história, da perspectiva epocale contida no Prefácio de 59, visando distinguir, no terreno concreto dos processos de modernização europeus, como estrutura e supra-estrutura interagem na hora agônica da transição de um modo de produção para outro. A questão dos intelectuais, por exemplo, já descoberta em A questão meridional a partir de uma inquirição empírica, se amplia nos estudos sobre o Risorgimento, somente que, a esta altura, o seu desenvolvimento se dá no campo da teoria, muito particularmente no que se refere à inovação gramsciana sobre o conceito de Estado. Mas aí cessa o consenso entre os intérpretes, abrindo-se a controvérsia sobre qual leitura deve prevalecer depois de instituída a explicação do Risorgimento: com uma maior ênfase no papel das supra-estruturas, reconhecendo-se que a conclusão do Risorgimento está nos estudos sobre Maquiavel, como parece ser o caso, entre outros, de B. de Giovanni, U. Carpi, C. N. Coutinho, J. Femia, C. Buci-Glucksmann? [19] Ou a ênfase deveria recair no estrutural, quando o momento da conclusão seria deslocado para a análise de Americanismo e fordismo, como parecem sugerir, entre outros, N. Badaloni (1975), G. Vacca (1985), G. Baratta (1990), F. De Felice (1978)?

Evidente que a controvérsia não é politicamente ingênua, embora os termos que a estabelecem sejam, eles próprios, passíveis de uma outra controvérsia: uma obra que, por definição não visa o saber sistemático e a lógica fechada entre os seus conceitos e categorias, não pode admitir dois tipos de desenvolvimento como complementares, sem que se excluam mutuamente, cada um procurando dar conta de algo que o próprio autor somente se permitia dissociar analiticamente, como as esferas da estrutura e da supra-estrutura?

Decerto que uma ala do “partido Maquiavel”, mais do que ressaltar o papel explicativo do supra-estrutural em Gramsci, tem como objetivo trazer a primeiro plano o tema da ruptura, e o que seria jacobinismo em Gramsci, em oposição ao “partido” adversário em sua valorização das “transformações moleculares” no processo de mudança social. J. Femia, em seu influente livro, mostra-se claramente a fa-

vor da tese da ruptura como ineliminável à construção gramsciana, não por acaso entende as notas sobre Americanismo e fordismo como de alcance limitado ao contexto particular americano, um caso nacional irreprodutível em razão da sua radical singularidade (Femia, 1981, p. 31). Isto, em que pese a afirmação de Gramsci de que o fordismo, além de racional, tendia à universalização (Q, 2173). Desprendendo o argumento de Gramsci da estrutura, ele surge em Femia como uma antecipação da Escola de Frankfurt, sugerindo-se que a sua contribuição ao campo do marxismo estaria no desenvolvimento especializado da sua temática supra-estrutural (Femia, 1981, p. 1 e 35).

Registre-se, de passagem, que Gramsci, nos Quaderni, chega à percepção da importância da supra-estrutura a partir de uma situação de atraso no desenvolvimento da estrutura, como nos países que chegaram ao moderno no contexto de revolução passiva da Restauração, e não pelo ângulo da cultura em geral. Diz-se “nos Quaderni”, porque, antes deles, pela chave clássica bolchevique, a mesma percepção já tinha sido elaborada, como nas Teses de Lyon. Somente nos Quaderni, porém, o Prefácio de 59 será incorporado de pleno por Gramsci, estipulando o campo da estrutura em teoria e em abstrato que ele pretende “completar” — e não recusar — pelo recurso à história e à política como dimensões supra-estruturais.

Segundo Femia, o capitalismo seria, para Gramsci, um modo de produção em decadência (Id., p. 233) — como se Gramsci não tivesse identificado no fascismo um instrumento de modernização autoritária do capitalismo italiano —, extremamente vulnerável, portanto, ao exercício de uma contra-hegemonia, que viesse a impedir, a curto prazo, a sua reprodução. De algum modo, o tema do atraso se refaria no Gramsci dos Quaderni, em que o voluntarismo bolchevique seria substituído por um voluntarismo a ser manifestado na “batalha das idéias”, Gramsci um Lenin do Ocidente que teria deslocado o campo de disputa da hegemonia da política para o front cultural, a guerra de posição um momento da preparação da ruptura revolucionária, logo que o último reduto do Estado estivesse dissociado da “trama privada” — a sociedade civil — que o guarnecia (Id., p. 205-6, 208 e 212). O leitmotiv de Gramsci na obra de Marx não seria, então, o Prefácio de 59, e sim as Teses sobre Feuerbach (Id., p. 71), traduzidas com acento amplamente favorável ao idealismo filosófico, como se o ator em Gramsci, como na Escola de Frankfurt, tivesse perdido o pé de qualquer ponto de sustentação na estrutura.

O entendimento de que a efetiva contribuição de Gramsci se limitaria ao plano supra-estrutural, de onde se extrairiam suas indicações para uma estratégia que viesse a “completar” o Risorgimento — uma revolução passiva — por meio de uma “anti-revolução passiva” [20] que, em algum momento, se investiria da forma da guerra de movimento, tem conduzido a uma percepção equívoca sobre o papel dos intelectuais em sua teoria: de personagens da sua sociologia política, como em A questão meridional e nos Quaderni, quando se investiga o papel dessa categoria social na solidarização entre sociedade civil e sociedade política, eles passariam a ocupar lugar dominante e substitutivo às classes sociais em sua política. Eles não seriam os intelectuais, mas a intelligentsia russa. Mas o fato é que o Gramsci dos Quaderni já se emancipou da teoria da vantagem do atraso e, aliás, é por isso mesmo que sua reflexão gravita em torno do Prefácio de 59 — não se trata mais de operar saltos e acelerações históricas. A intuição de Gramsci é absolutamente precoce e genial: assim como, depois de 1789 e das guerras napoleônicas que “exportaram” a revolução burguesa para o contexto patrimonial do continente europeu, a modernização burguesa seguiu seu curso na Restauração por meio da fórmula da revolução passiva, pode-se esperar que, após 1917, a transição para o socialismo reproduza um movimento semelhante? (Q, 1824). Se este é o sentido dos fatos, o ator das classes subalternas precisa se libertar das referências históricas anacrônicas, opondo a sua “guerra de posição” à “guerra de posição” da burguesia (Q, 2010), ambos envolvidos no mesmo processo de revolução passiva.

Gramsci não é um teórico da supra-estrutura. Como assinala N. Badaloni, “seu pensamento geneticamente se orientou para sentido oposto” (Badaloni, 1975, p. 123). Como em sua fase juvenil, dominada pelo tema da fábrica, nos Quaderni seu ponto de partida estaria em encontrar a superação da sociedade capitalista pela condução direta das forças produtivas por seus novos portadores, abrindo-se caminho para “um tipo de supra-estrutura que fosse modelado, tanto quanto possível, pelas próprias forças produtivas” (Id., ib.). Gramsci não colocaria a subjetividade acima da objetividade, não colocando, na precisa observação de C. N. Coutinho, “a política acima da economia” (Coutinho, 1989, p. 55). As estruturas e as

supra-estruturas formariam um bloco histórico, categoria que importa de Sorel e que, no significado que Gramsci empresta a ela, consiste em sua forma de resolução do enigma contido no Prefácio de 59.

Os homens tomariam consciência da sua posição no terreno da supra-estrutura — o Marx da Ideologia alemã, neste ponto, mais uma recorrência em Gramsci —, evidência de que entre estrutura e supra-estrutura “há um nexos necessário e vital” (Q, 1321). Um simples esqueleto — na metáfora gramsciana — não induz ninguém a se enamorar de uma mulher, embora se possa compreender o quanto contribui para a graça dos seus movimentos (Q, 1321). Não se trata de afirmar a primazia da supra-estrutura, e sim o da sua unidade com as forças produtivas, cuja condição está no domínio consciente do movimento destas por parte dos seus portadores. Mesmo sem tal unidade, contudo, o desenvolvimento da estrutura segue produzindo mudanças, embora, nas palavras de N. Badaloni, “tenham lugar sem correspondência visível com as transformações nas relações de produção, e de um modo tal que a sua extrema lentidão sugira a aparência de imobilidade” (Badaloni, 1975, p. 152).

Programaticamente, portanto, a solução de Gramsci para o problema do Prefácio está no domínio consciente do campo da estrutura, por meio de um bloco histórico que promova a transformação das relações sociais de produção, enquanto, analiticamente, admite a possibilidade de um processo mais exposto à ação desse campo, como fará explicitamente em Americanismo e fordismo. A configuração americana requeria um “mínimo de intermediação da política” (Q, 2146), sem reclamar, conseqüentemente, como insinua com argúcia G. Baratta, “uma fase hegeliana” com suas ênfases heróicas em soluções de superação do tipo “explosivo” francês (Baratta, 1990, p. 108). Inclusive porque, em formações como a americana, o Estado estaria mais presente em sua “trama privada” (em sua sociedade civil) do que em um aparelho político apostado à sociedade e lugar de transcendência, como em Hegel, dos seus interesses econômico-corporativos fragmentários.

A sociologia dos intelectuais e a revolução passiva

O Prefácio de 59, em torno do qual gravita a ciência política do Gramsci jovem e maduro, não podia deixar de constituir uma fonte de problemas teóricos para um autor e militante revolucionário, cuja experiência empírica imediata esteve sempre referida a países de capitalismo retardatário — a Rússia da revolução e a Itália. Nos Quaderni, nas notas sobre o Risorgimento, desde logo se tratava de entender como em um contexto nacional em que “não existia uma forte e ampla classe de burguesia econômica” (Q, 747), pudera se realizar uma revolução (sem revolução), promovendo o desenvolvimento das forças produtivas sem rupturas agonísticas com as relações sociais prevalecentes, as quais, mesmo assim, teriam sofrido um processo de mudança.

Jovem, Gramsci desafiara o texto do Prefácio e a obra econômica de Marx no artigo “A revolução contra O capital”, em nome da defesa da Revolução de 1917: “não se poderia esperar que, na Rússia, se viesse a cumprir a História da Inglaterra, que se formasse uma burguesia, que viesse a ocorrer a luta de classes até chegar, finalmente, a catástrofe do mundo capitalista” (Gramsci, 1988, p. 36). Agora, nos Quaderni, nas notas sobre o Risorgimento, a inquirição sobre o Prefácio tem como objeto uma situação simetricamente oposta à russa de 1917, dado que o atraso, ao invés de favorecer uma ruptura revolucionária, teria propiciado uma modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora. Em torno do Prefácio, Gramsci vai construindo sua sociologia histórica comparada e sua teoria da política e do Estado, confrontando o seu enunciado com o processo de duas transições: a transição para a ordem burguesa, cujo desenlace francês é compreendido como a sua expressão clássica, embora a sua universalização, sob a Restauração, tenha obedecido à lógica da revolução passiva; e a transição para o socialismo, iniciada pelo processo revolucionário russo em uma circunstância de capitalismo retardatário — estranha, portanto, à lógica do Prefácio —, e que poderia conhecer uma fortuna assemelhada às revoluções passivas da burguesia no século XIX, no contexto histórico contemporâneo em que a guerra de movimento cedia lugar à de posição.

Gramsci, admitindo como explicativa a natureza epocale do Prefácio, problematiza, então, a forma histórico-concreta da transição de um modo de produção para outro, ora indicando as condições para uma primazia do papel das supra-estruturas — Restauração, revolução russa —, ora, em um pólo oposto, para

uma primazia do papel da estrutura. Questão-chave em Gramsci, as relações da supra-estrutura com a estrutura vão ser resolvidas, como em outras passagens da sua explicação, pela intervenção da sociologia, embora sua retórica, com frequência, favoreça a impressão de que privilegia o campo da epistemologia.

Nos textos sobre o fordismo, quando a sociologia histórica comparada de Gramsci incorpora a América à sua galeria de casos nacionais, o principal tema do confronto Europa (domínio das supra-estruturas) vs. América (domínio da estrutura) está na variável sociológica população. O caminho de afirmação do capitalismo europeu ter-se-ia dado em um ambiente “demográfico não-racional”, expresso na existência de “classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes totalmente parasitárias” (Q, 2141). Tais classes parasitárias — a nobiliarquia agrária e os estratos superiores da burocracia, nas elites dominantes, e o campesinato e a população urbana marginal (Nápoles), nos setores subordinados —, seriam incluídas nos sistemas da ordem por vias extra-econômicas, supra-estruturais, quando a sua posição relativa quanto ao Estado seria determinante da forma de apropriação dos recursos sociais e do tipo de controle social a que estariam sujeitas: a hegemonia das classes dominantes seria obra fundamentalmente da política (Q, 2146).

A dominância das supra-estruturas na configuração do sistema da ordem — a referência empírica é certamente a dos processos de revolução passiva europeus — se expressa em uma linguagem que quer ressaltar o seu caráter de perversão, e, nesse sentido Americanismo e fordismo consiste em um texto que desenvolve a sociologia política realizada em A questão meridional:

[...] ‘a tradição’, a ‘civilização européia’ [...], caracteriza-se pela existência de tais classes [parasitárias], criadas pela ‘riqueza’ e a ‘complexidade’ da história passada, que deixou um punhado de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola, do comércio de rapina e do exército [...]. Pode-se inclusive dizer que quanto mais vetusta é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas de mandriões e inúteis, que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avós’, destes pensionistas da história econômica (Q, 2141).

Não à toa esta famosa passagem tem sua seqüência nas palavras dedicadas ao “mistério de Nápoles”, coração do Mezzogiorno, cidade onde “quando um cavalo caga, cem pássaros jantam”, cidade natal de B. Croce, “capital” supra-estrutural da Itália.

A esta composição de imagens degradadas, Gramsci opõe a limpeza e a transparência da “composição demográfica” americana, que “não está envolvida por esta camada de chumbo” (Q, 2145), em que “toda a vida do país está baseada na produção”. Na sociedade racionalizada americana a “estrutura domina mais imediatamente as supra-estruturas”, que são “racionalizadas” — a “hegemonia nasce na fábrica” (Q, 2146). Aí, um caso de feliz oportunidade para que os “portadores sociais das forças produtivas” possam vir a modelar as supra-estruturas, criando no tecido mesmo da sociabilidade as condições para o autogoverno e para a internalização do Estado, suprimindo a oposição entre o público e o privado.

A primazia da supra-estrutura, na transição à ordem burguesa, explicaria o conservantismo europeu, a oposição do público sobre o privado, bloqueando a livre expressão das classes produtivas no sistema das agências privadas de hegemonia. O protagonismo dos intelectuais no interior do Estado, e, ao tratar disso, Gramsci sempre evoca o idealismo filosófico como uma herança indesejável na cultura política européia, seria o melhor indicador de um Estado que amplia e intensifica seu domínio por meio de uma invasão persuasiva da sociedade civil, modelando — e contendo — a estrutura, nisso que, do ponto de vista da análise empírica imediata, apareceria como uma verdadeira inversão do enunciado do Prefácio.

Daí que se tenha, em Gramsci, uma função negativa dos intelectuais no mundo agrário italiano, no Estado do Risorgimento, mais inclusivamente, no da Restauração e no fascismo, pela identificação do papel desse estrato na “estatalização” da vida social sob domínio burguês. Decididamente, Gramsci não é o teórico da intelligentsia, como Mannheim, mas o autor de uma sociologia dos intelectuais, cujo alcance explicativo transcende a morfologia desse estrato, para se instalar no centro da sua ciência política como explicação do porquê, como e quando o domínio do Estado “se amplia” [21].

Gramsci, apesar dos anos em que esteve exposto à cultura política russa, nunca foi um narodnik, e, mesmo quando “foi ao povo”, não foi a ele como um intelectual libertário no exercício de um mandato

abstratamente racional, mas como representante de uma classe, à qual se dedicara em tempo integral na fase dos “conselhos”, em nome, portanto, de interesses socialmente bem definidos. Em política, o papel do idealismo filosófico, com seu viés romântico, descentrado do interesse, orientado para a nação e o “espírito do povo”, era, para ele, uma perigosa e reacionária teoria com que intelectuais se apresentavam, em nome de ideologias de Estado, como substitutivos às classes sociais.

A percepção negativa quanto ao protagonismo dos intelectuais na política é evidente na nota 150 dos Quaderni — período 1929-1930. Nessa nota, Gramsci distingue — uma construção que surpreendentemente recorda a de Tocqueville — os intelectuais que estão inscritos em formações nacionais com estrutura econômica forte, subsumidos organicamente ao mundo da produção e à vida mercantil, e nas quais o exercício da hegemonia requereria uma menor intermediação da política, daqueles que vivenciam uma situação nacional de arrumação oposta. A inscrição em massa desse estrato na vida pública em torno do Estado e das suas múltiplas funções corresponderia a um tipo de domínio burguês em que, historicamente, ter-se-ia predomínio das supra-estruturas sobre a estrutura. Gramsci não se detém na análise da intelligentsia — os funcionários da revolução de Tocqueville em O Antigo Regime e a revolução —, que, em teoria, seria um tipo social originário de uma dramática separação entre o Estado e a sua sociedade civil, cenário “oriental” que não faz parte do seu objeto. “Seu” intelectual revolucionário é “orgânico” [22], isto é, vinculado à classe operária, personagem central no mundo da produção, e não um herdeiro da razão iluminista e das teorias do direito natural, tal como na caracterização tocquevilliana, ainda hoje influente nas Ciências Sociais.

Para Gramsci, a primeira forma de articulação conduziria a uma lógica que se poderia designar como moderna. Dela proviria um Estado como configuração resultante “de um determinado mundo econômico, de um determinado mundo da produção”. Para as classes produtivas — burguesia capitalista e proletariado moderno —, “a conquista do poder e a afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis: a propaganda de uma é também a propaganda da outra; na realidade, é nessa coincidência que se funda a origem unitária da classe dominante, que é, ao mesmo tempo, econômica e política” (Q, 132-3) [23].

Exemplarmente, no capitalismo maduro, as supra-estruturas seriam tecidas — como no fordismo, como deveria ser na experiência do socialismo russo — pelos próprios portadores das forças produtivas. Mas Gramsci sabe que o exemplar, em teoria, não vem encontrando correspondência com a realidade efetiva das coisas. À diferença das previsões de Marx sobre a simplificação do Estado, processo que deveria acompanhar o aprofundamento do domínio do modo de produção capitalista em uma formação econômico-social, esta instituição ter-se-ia aproximado mais da complexa construção descrita em O 18 brumário. Mas, o que seria o caso singular em Gramsci — a América —, “é racional”, e pode se universalizar. O Gramsci dos “conselhos” e de L’Ordine Nuovo se faz presente nos Quaderni: a sua via política de preferência enfatiza a estrutura, a fábrica, o mundo do trabalho, o território, afinal, do Prefácio. Como em Tocqueville, a Europa precisa aprender com a América.

A segunda forma de articulação entre estrutura e supra-estrutura seria própria dos países de capitalismo retardatário, a fraqueza da sua estrutura econômica sendo compensada por uma rica e complexa rede supra-estrutural — a análise de 1926 que se faz teoria nova nos Quaderni —, as “reservas políticas” do sistema da ordem que o protegeriam das crises econômicas, e, para as quais, os intelectuais seriam estratégicos. Nos Quaderni, a descoberta de que uma tal solução não seria meramente defensiva: no mundo retardatário, se faria presente a possibilidade, externa à lógica do Prefácio, das supra-estruturas se colocarem em posição de avanço quanto à estrutura — e não apenas pela lição já sabida da via revolucionária de 1917. Tal posição de avanço das supra-estruturas poderia vir a favorecer uma solução de modernização burguesa, como no incipiente capitalismo italiano à época do Risorgimento, quando se teriam criado as “condições gerais” para um ulterior desenvolvimento de suas forças produtivas (Q, 747-8). Para a burguesia, a “vantagem do atraso” não teria levado a “saltos”, mas a transformações moleculares.

Nesse contexto é que se achariam os papéis fortes disponíveis para os intelectuais, nos quais “o impulso para o progresso não é estritamente vinculado ao desenvolvimento econômico local, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que irradia para a periferia as suas correntes ideológicas [nascidas à base do desenvolvimento das forças produtivas dos países mais avançados]”. É aí que pode ocorrer a

subversão do enunciado do Prefácio: “então a classe portadora das novas idéias é a dos intelectuais e a concepção de Estado muda de aspecto. O Estado é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional” (Q, 132-3). Tem-se Hegel, e não Marx.

Ativas na mudança econômica, as supra-estruturas ainda mais se complexificam, envolvendo a estrutura em sua trama, impedindo ou dificultando que os sujeitos sociais diretamente afetos a ela se invistam de uma identidade organicamente articulada à sua posição social. Os casos de modernização burguesa “pelo alto”, se confirmam o caráter epocal do Prefácio — o impulso dinâmico que os atinge é reflexo do desenvolvimento do capitalismo como fenômeno mundial — parecem, em suas manifestações empíricas, imediatamente políticas, contestar os seus termos: é a política que atua como libertadora das forças produtivas, e não o inverso, como se deveria esperar. Tal dominância das supra-estruturas — exemplar disso o papel privilegiado dos intelectuais —, encontraria sustentação nas correntes intelectuais sob influência do idealismo filosófico, e explicaria a formação dos Estados modernos na Europa como “reação-superação nacional da Revolução francesa e das repercussões das conquistas napoleônicas [revolução passiva]” (Q, 133).

Gramsci, depois de identificar o papel dos intelectuais meridionais no Risorgimento como derivado de concepções sobre um Estado “puro”, um Estado em si, generaliza: “toda vez que os intelectuais assumem a posição de ‘dirigentes’, a concepção do Estado em si reaparece com o cortejo ‘reacionário’ que habitualmente a acompanha” (Q, 133; 1362). A revolução passiva seria o contexto do protagonismo político-social dos intelectuais.

É o idealismo filosófico alemão, vanguarda intelectual de um país retardatário, historicamente sujeito à fragmentação patrimonial e às invasões estrangeiras — como a Itália de Maquiavel — que vai entronizar conceitualmente os intelectuais em sua teoria do Estado como a sua aristocracia intelectual e ético-moral (Q, 1054) [24]. Gramsci coincide, avant la lettre, com o diagnóstico do jovem Marx em Crítica à filosofia do direito de Hegel, de 1843 — Gramsci desconhecia este texto, que não foi publicado no curso de sua vida —, ao reconhecer que as concepções hegelianas sobre o Estado, visto a partir do seu funcionamento efetivo, no continente europeu, consistiam no retrato fiel dessa instituição.

Mas cessa, aí, a convergência entre eles, não porque Gramsci apresente uma leitura de Hegel diversa daquela de Marx, mas pela diferença de objeto que os separa. O jovem Marx, no campo da filosofia política, denuncia Hegel por transformar a idéia em sujeito e o sujeito real em predicado, e propõe a sua primeira “inversão” teórica do sistema hegeliano: “Hegel parte do Estado e conclui que o homem é o Estado subjetivado; a democracia parte do homem e conclui que o Estado é o homem objetivado [...]. O homem não existe devido à lei; esta é que existe devido a ele” (Marx, s/d., p. 16, 46-7).

Gramsci, ao se fixar na forma, admitindo que a concepção do Estado em Hegel é o seu “retrato fiel”, desloca o problema para o campo da sociologia política, especialmente da sociologia histórica comparada. O Estado moderno, cuja forma se realizaria como uma materialização das concepções do idealismo filosófico (Q, 133), designaria um tipo de passagem para a modernização capitalista em que as supra-estruturas teriam prevalecido sobre a estrutura, do que seria comprovação a centralidade, no interior daquele aparelho, concedida aos intelectuais como uma classe universal que se consagra ao governo e que teria no universal, na fórmula hegeliana, o fim essencial do seu desempenho. O “idealismo filosófico” não é apenas um problema filosófico em Gramsci, é também uma categoria sociopolítica para o seu permanente escrutínio do Prefácio. Categoria essa que associa a um processo de sinal negativo, indicando os termos de uma submissão da sociedade ao Estado, quando o maior risco não estaria na imposição coercitiva deste sobre aquela, mas no tipo de invasão persuasiva que ele organizaria sobre ela, contando com a eficaz mediação dos intelectuais.

O Gramsci que em filosofia fica com Hegel contra o pragmatismo, e que no debate com Bukharin procura resgatar o idealismo filosófico como fonte enriquecedora do marxismo (Q, 1413), situa-se em posição oposta na sua sociologia política. A nota 130 dos Quaderni — período 1931-1932 —, uma denúncia da “estatolatria”, crítica intencional, e reveladora das raízes profundas do pensamento político de Gramsci, à forma com que se instituiu o socialismo na URSS, ainda ecoa a sua visão negativa sobre os intelectuais como servidores do universal, que se realizaria em um Estado sobreposto à sociedade civil:

[...] a 'estatolatria' não deve ser entregue às suas próprias forças, nem deve, sobretudo, se converter em fanatismo teórico e se conceber como 'perpétua': ela deve ser objeto de crítica, precisamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, nas quais a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja 'estatal', embora não derivada do 'governo dos funcionários' (isto é, conseguir uma geração espontânea da vida estatal) (Q, 1020).

Gramsci, que toma a descrição do Estado em Hegel como coincidente com a realidade efetiva dessa agência, não aceita que a dimensão do público se apresente como uma "espiritualização" da esfera do privado, realizada pelos intelectuais em seu papel de uma aristocracia do Estado (Q, 1054). Como marxista, quer o cancelamento da dissociação clássica ao mundo burguês entre essas duas esferas, mas o "fim do Estado" não aparece nele como um simples levante revolucionário do social diante da política [25]. A "estatalidade" não deve provir "de cima", mas da sociedade — "da iniciativa dos indivíduos e dos grupos" —, e como criação espontânea dela. Em sua ciência política, Gramsci também "inverte" Hegel, não metodológica ou filosoficamente, mas no plano histórico-empírico: o ético-político — a *Sittlichkeit* hegeliana — deve ter a sua matriz deslocada do plano do Estado para o da estrutura — uma estrutura que gere supra-estruturas homólogas a ela: a "sua" sociedade civil [26].

Assim é que Gramsci, em seus comentários a Croce, sublinha que a concepção da história como sendo ético-política consistiria em uma "reação ao economicismo e ao mecanicismo fatalista, e pode ser assimilada como um cânone empírico de pesquisa histórica" (Q, 1234). Que o tema do ético-político não deva ser considerado

[...] 'fútil' é o que demonstra o fato de que — contemporaneamente a Croce — o maior teórico da moderna filosofia da práxis [Lenin], no terreno da luta e da organização política, em oposição às diversas tendências 'economistas', revalorizou a frente da luta cultural e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força [...] (Q, 1235).

Daí que a expressão do ético-político em Gramsci tenha sua raiz no terreno do Prefácio, uma vez que a "qualidade-supra-estrutura" dependeria de transformações quantitativas no "quadro geral da 'estrutura'", sendo os portadores sociais desta última, e os interesses que representam — em um processo que "está ligado a uma dialética intelectuais-massa" —, aqueles que devem modelar as supra-estruturas (Q, 1386). Inverte-se igualmente a posição dos intelectuais — de aristocracia do Estado, como nos casos em que fortes e complexas supra-estruturas atuam diante de estruturas econômicas fracas, eles devem ser atraídos, pela elevação da cultura e da influência da "massa dos simplórios", para o pólo da estrutura e dos novos sujeitos sociais emergentes com ela (Q, 1386). Não há lugar, na teoria política de Gramsci, salvo como adversários, para os intelectuais de agenda hegeliana.

O ético-político nasce, pois, na base da sociedade — "a hegemonia nasce na fábrica" —, de onde parte um movimento teórico-prático em favor da internalização de uma nova "vida estatal", cujo avanço se faz registrar em cada ato ou fato que derroque o Estado concretamente existente. A sociedade civil, de raiz moral do Estado e de instância que necessariamente conduz a ele, como em Hegel, deve, em Gramsci, significar o momento em que as forças originárias da estrutura escalam a dimensão supra-estrutural, dissociando a sociedade civil da sociedade política (o Estado em sentido estrito, na sua terminologia) e fazendo dela a sua forma expressiva [27]. Daí, é claro, a importância dos intelectuais, esses funcionários das supra-estruturas, para os interesses e a nova eticidade emergente no mundo do trabalho.

O caso geral de transição à ordem burguesa teria obedecido à lógica da revolução passiva, e foi essa a história que, em vez de promover a simplificação da forma do Estado, tal como prevista na análise de O capital, deu o resultado da sua complexificação, com os efeitos correspondentes de publicização da "trama privada" [28]. A invasão persuasiva da supra-estrutura sobre a estrutura, para ter seu movimento revertido, requer que os portadores sociais desta última instituem o campo das lutas por sua emancipação no próprio terreno em que se exerce a dominação sobre eles: o dos organismos intermediários — a sociedade civil gramsciana — que soldam o Estado com os indivíduos, os grupos e as classes sociais. A guerra de posição não consiste em um movimento tático para a preparação de uma guerra final de movimento: é nela que se desmontam os nexos internos do Estado com a sua sociedade, desamparando-o de suas "reservas políticas", como também se cumpre o processo de internalização de uma nova "vida

estatal”, quando, então, se “quebra por dentro” o Estado anterior, inviabilizando-o nas suas funções de garantidor da reprodução social.

Mas, além do Oriente e deste Ocidente que fez a sua história em “reação-superação nacional” da revolução francesa, desse mundo de supra-estruturas, Gramsci descortina, na Rússia e na América, a melhor possibilidade para a modelagem das supra-estruturas pela estrutura. Aí, as “estruturas falam”, ou podem falar, criando um novo consenso, desde que livres do fanatismo da estatolatria, como na Rússia soviética de Stalin. O tema da revolução passiva deixa de ser história, como no Risorgimento, para se constituir em um problema vivo, e que reclama uma tomada de posição. Fora da Europa e da sua “carga de chumbo” cultural e demográfica, o Prefácio pode ser menos enigmático.

A revolução passiva no eixo Risorgimento-americanismo

Até os Quaderni, o tema da revolução em Gramsci enveredava preferencialmente pela contra-mão do Prefácio — a indagação do autor mais referida a processos de capitalismo “inconcluso” ou “incompleto” do que a de capitalismo avançado. A partir da elaboração deles, porém, desenvolvendo a análise seminal sobre o Mezzogiorno, é que inicia a sua demonstração sistemática de que uma estrutura fraca pode se achar revestida por uma complexa armação supra-estrutural. E, na medida em que segue aprofundando a sua reflexão sobre formas “não-exemplares” da revolução burguesa — o Risorgimento, a Europa sob a Restauração —, Gramsci, em movimento de larga respiração teórica, acaba por erigir a sua descoberta, feita no campo das situações retardatárias do capitalismo, no fundamento do enunciado geral da sua teoria sobre o Estado.

Provavelmente Gramsci poderia compartilhar com Tocqueville o diagnóstico que associava a emergência da sociedade mercantil-burguesa a uma dura contraposição entre as esferas do público e do privado, onde uma sociedade atomizada e fragmentária em seus interesses capitulava da liberdade, cedendo ao despotismo, como indicaria a solução bonapartista da crise da II República francesa. Tocqueville procurava instalar a virtude no mundo burguês, elevando um “interesse equivocadamente compreendido”, individualístico e egoísta, ao plano do “interesse corretamente compreendido”, por meio de uma intervenção da “ciência política” que instituisse grupos intermediários — de acordo com as “lições” americanas com quem a Europa devia aprender — entre as esferas do público e do privado, associando assim o útil e o interesse ao cívico (Werneck Vianna, 1993).

Gramsci, cuja ciência política estava animada por intenções diferentes, vai perceber, por uma outra perspectiva, a disjuntiva público-privado — a da sociologia política. Evidente que, para ele, o grande número está excluído do cenário da cidadania; o seu problema é como o Estado atinge capilarmente a vida social — isto é, como “publiciza” o privado. A preocupação empírica de Gramsci o aproxima de Hegel e não de Tocqueville, embora não se possa dizer o mesmo da sua filosofia política, que o avizinha deste último pelo papel que ambos conferem ao consenso, como básico à construção de uma “vida estatal” que emerge do próprio tecido da sociabilidade [29].

Em Gramsci, os “grupos intermediários”, em sua expressão empírica mais visível, aparecem como constituídos de cima para baixo e são identificados como agência de reprodução do mundo burguês. Tais grupos intermediários consistiriam em instâncias de mediação entre o público e o privado apropriadas pelos intelectuais — esses funcionários das supra-estruturas, e que são, também, o estrato parasitário delas: “no mundo moderno a categoria dos intelectuais [...] ampliou-se enormemente. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático massas significativas [deles], nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo dominante fundamental” (Q, 1520, ênfases minhas).

No Estado moderno, a relação dos intelectuais com o mundo da produção não seria imediata, mas mediatizada “pelo complexo das supra-estruturas”, do qual eles seriam os funcionários (Q, 1518). Notar que, nesse momento de conceituação do Estado moderno, tanto a Inglaterra quanto a América parecem estar fora do referencial empírico de Gramsci, países onde, segundo ele, seria “muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico”, devendo-se observar, ainda em suas palavras, que na América teria ocorrido “uma formação maciça, sobre a base in-

dustrial, de todas as supra-estruturas modernas”, contexto nacional em que praticamente inexistiriam os intelectuais tradicionais (Q, 1527). Gramsci, então, tem sob análise os países da Europa continental que realizaram a sua modernização burguesa pela via da revolução passiva no período da Restauração, vale dizer, com prevalência das supra-estruturas sobre a estrutura, esses sim os casos fortes em que os intelectuais exerceriam os papéis de “comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, isto é, tanto das funções de consenso como as de coerção (Q, 1519).

Nessas formações nacionais, a falta de vigor das estruturas econômicas seria compensada pela arduosa e complexa malha urdida pelo “sistema social democrático-burocrático” que conteria os personagens do mundo da produção na busca do seu processo de autonomização social e política. Evadir-se dessa malha implica “jogar o seu jogo”. Gramsci, que apreendeu a natureza do Estado moderno, a partir da análise das condições em que o capitalismo se reproduz social e politicamente em formações burguesas retardatárias — nas quais a estrutura é fraca, não estando variáveis-chave como população e controle social diretamente juridicionados por mecanismos econômicos —, quer transferir o fruto do seu aprendizado para o “seu” ator: a sociedade civil, lugar efetivo em que se garante a dominação exercida sobre ele, deve ser, por isso mesmo, o lugar da sua emancipação. O social, como instância prisioneira da sociedade civil burguesa, não tem outro recurso que o da política — uma política que seja a tradução da sociabilidade emergente, e não a política ilusória de mudanças “por cima”, impostas em uma “pedagogia” da coerção. Gramsci, ao contrário de Marx, não pode prescindir de Maquiavel.

Se o padrão de desenvolvimento da economia nos países de capitalismo avançado apontava o caminho que logo seria o de todos, ter-se-ia uma lógica de expressão oposta na questão do Estado: o sufrágio universal, a democracia representativa, a criação dos partidos operários de massa, campo novo para a luta de classes, imporiam ao Estado moderno, distante de uma simplificação e do barateamento dos seus custos, no sentido de melhor servir a reprodução ampliada do capital, uma construção tão complexa quanto aquelas que prevaleciam em situações retardatárias. O Estado de O 18 brumário e o Estado puro, em si do “idealismo filosófico” não seriam soluções singulares e bizarras — a luta de classes moderna tendia a generalizá-los.

Décadas antes de N. Poulantzas, e da sua notável sistematização conceitual sobre o caráter do Estado moderno, a sociologia política de Gramsci surpreende o fenômeno no nascedouro, bem antes da sua plena confirmação na social-democracia do segundo pós-guerra. Apenas em um sentido pode-se dizer que Gramsci se beneficiou das vantagens do atraso: no campo da teoria, e para desvendar não o que haveria de particular nos países de capitalismo retardatário — seu ponto natural de observação —, mas para extrair do estudo de suas supra-estruturas, que garantiam o sistema da ordem em situações de estrutura fraca, o conceito de Estado ampliado, forma geral da expressão moderna dessa agência. Importante reter que a pesquisa teórica de Gramsci sobre o Estado começou em suas análises sobre o mundo agrário patrimonial italiano.

Para Gramsci, o Estado se teria instituído em “consciência” da ordem burguesa: prevê as dificuldades que possam surgir no caminho da sua reprodução; organiza estrategicamente o seu domínio e se antecipa, como personagem do capitalismo politicamente orientado, aos efeitos disruptivos das crises cíclicas da economia. Nenhuma identidade social deve estar imune ao seu esforço de totalização, nem a do “outro”, do que, aliás, a Carta del Lavoro do fascismo italiano seria uma ilustração exemplar — a mercadoria força de trabalho é defenestrada do direito privado para se tornar objeto do direito público. O próprio liberalismo — e, aqui, Gramsci se antecipa a K. Polanyi em *A Grande Transformação* — não seria “uma expressão espontânea, automática do fato econômico”, como diriam aqueles que distinguem mecanicamente a sociedade política da sociedade civil. Na realidade efetiva, “sociedade civil e Estado se identificam”: o liberalismo seria um programa político, imposto pela regulamentação estatal, “introduzido e mantido pelas leis e pela coerção”, e, conseqüentemente consistiria um fato produzido por uma vontade consciente dos seus próprios fins (Q, 1589-90).

Assim como seria contínuo o movimento de “estatalização por cima” da vida social, também o seria o movimento contrário que tem origem na estrutura, vindo a contrapor um novo tipo de agir social, ex-

pressivo da posição e dos papéis desempenhados pelos portadores diretos das forças produtivas, com o pensar estabelecido — o senso comum —, indicador de formas de consciência não-unitárias, bizarras (Q, 1376). Como se tem reiterado, a reflexão gramsciana nos Quaderni retoma a linha de inspiração do “conselhismo” e de L’Ordine Nuovo, “que sustentava um americanismo a seu modo” (Q, 72), trazendo para a inquirição do tema Estado a estrutura e os seus personagens sociais. Nesse novo cenário, o que conta é a constituição, por parte dos emergentes sujeitos da estrutura, de uma consciência unitária, vindo a se tornar agentes de uma “estatalização por baixo” da vida social. Tal perspectiva, se inclui, não pode se limitar aos “condicionantes históricos e culturais do Estado-nação” (Vacca, 1985, p. 63). O jacobino não vive a realidade fabril — a ênfase na estrutura imprime uma dimensão internacional à reflexão gramsciana.

Daí que os estudos sobre o Risorgimento, nos quais estaria presente a versão negativa de Gramsci sobre a revolução passiva, não tenham como desenlace necessário o viés nacional-popular em que Gramsci apareceria como aquele que iria completar a obra republicana de Maquiavel. Proposta que estaria naturalmente associada ao universo restrito do Estado-nação, com as suas inelimináveis ressonâncias italianas. Sinalizando em direção oposta, o eixo Risorgimento-americanismo mantém a revolução passiva como um problema em aberto, trazendo à superfície a dimensão da estrutura, que deixa de ser a região reduzida ao silêncio, recoberta por densa malha supra-estrutural, como nas formas de modernização burguesa conservadora — Restauração, Risorgimento. Os “fatos” também podem falar.

A estrutura “forma” o seu ator, e é a base econômica do “homem-coletivo”, especialmente quando se está diante da sua configuração americana, racionalizada, fordista, taylorizada. O “homem-coletivo” contemporâneo, à diferença do passado, quando surgia sob a liderança demiúrgica de um herói carismático, que instituiu “a vontade coletiva por fatores extrínsecos”, tem sua geração associada a processos intrínsecos à estrutura: “o homem-coletivo se forma de baixo para cima, e à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção” (Q, 862).

Gramsci, como é bem conhecido, não apresenta resistências românticas à sociedade industrial. Em sua sociologia fabril, nos limites de uma psicologia social, diversamente de Marx, que, com os macrofundamentos da sua análise, põe ênfase nos processos que constituem a fábrica moderna como o lugar da realização da subsunção real do trabalhador ao capital, Gramsci, ao valorizar o plano micro, seleciona aspectos e processos que conduzem ao resultado progressista do novo tipo de “homem-coletivo”. Para ele, tanto a mecanização como a racionalização do trabalho, ao invés de produzirem o aviltamento da subjetividade do trabalhador — o “gorila domesticado” de Taylor — propiciariam a liberação da sua consciência, e não a sua morte espiritual:

[...] quando o processo de adaptação se completou, verifica-se então que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos em ritmo intenso, ‘aninhou-se’ nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações [...]. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que ‘gorila domesticado’ é apenas uma frase, que o operário continua ‘infelizmente’ homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar [...]. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo em um gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (Q, 2170).

A “hegemonia nasce na fábrica” — a supra-estrutura se forma rente à estrutura, também ela racionalizada como no ethos puritano do fordismo, cuja influência se irradia do espaço fabril para todas as dimensões da vida social. Mas, como anota a leitura de G. Vacca, cuja interpretação sobre o homem-coletivo em Gramsci viemos acompanhando, o esvaziamento subjetivo do trabalhador, enquanto indivíduo isolado no processo da produção, reverte numa maior produtividade social e na figura socialmente nova do trabalhador coletivo. Por meio de transformações moleculares, esse trabalhador coletivo, criado como persona do capital, se eleva, então, ao plano de uma nova subjetividade não mais fragmentária, gerada de “baixo para cima”. Uma nova “estatalidade” começa a nascer: “o ‘trabalhador coletivo’ compreende-se como tal, e não somente em cada fábrica singular, mas na esfera mais ampla da divisão do trabalho

nacional e internacional, e a conquista dessa consciência origina uma manifestação externa, política, precisamente nos organismos que representam a fábrica como produtora de objetos reais e não de lucro” (Q, 1138).

A contra-hegemonia nasce igualmente colada à estrutura — é intrínseca, não-dependente de uma vontade coletiva externa a ela, nem de um carisma providencial que a imante. Problemático sustentar que a questão da consciência, em Gramsci, se apresente com o mesmo estatuto de “externalidade” que em Kaustsky-Lenin. Para que a ação contra-hegemônica se desenvolva, isto é, se torne efetivamente hegemônica, os novos sujeitos e valores, originários do processo fabril, devem se manifestar externamente em termos ético-políticos, reorganizando a trama privada da sociedade civil. Daí, o tema dos intelectuais surgir como estratégico na obra gramsciana, mas, como é claro, os “seus” intelectuais não são os jacobinos nem os intelectuais do “idealismo filosófico” com sua vocação de atuar substitutivamente às classes sociais.

O Gramsci do eixo Risorgimento-americanismo gravita em torno do Prefácio e dos Livros I e III de O capital, já inteiramente consciente da hegemonia americana na economia mundial e do processo de difusão do americanismo. A cadeia vai ser explicada pelo seu elo mais forte. A Europa, ao aprender a lição americana, que tende à universalização, ao se ver sob a influência racionalizadora do fordismo-taylorismo, seria obrigada a um esforço de racionalização das suas supra-estruturas.

Mas a tradição européia resiste ao americanismo, ameaça real à sua estrutura social anacrônica. O fascismo seria um tipo de americanização “pelo alto”, uma “modernização antimoderna”, nas palavras de Gramsci, impondo-se a reestruturação do sistema econômico sob uma direção político-ideológica reacionária (Q, 1089; 1228). Uma forma de revolução passiva, o fascismo importaria, a um tempo, adesão e resistência ao americanismo, introduzindo alterações “mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento ‘planejamento da produção [...] sem influir [...] na apropriação do lucro, individual e de grupos’” (Q, 1228) [30].

A americanização da Europa, como um processo de revolução passiva, na forma indicada pelo fascismo italiano, não importaria de imediato a racionalização de suas supra-estruturas e da sua forma de Estado, mas uma transição, em que, por meio de transformações moleculares, mantidas sob controle pela coerção política, se realizaria a modernização do capitalismo. As forças da tradição na Europa — nobiliarquia, aristocracia fundiária, Vaticano, plutocracia financeira —, que qualificaram negativamente o processo de passagem à ordem burguesa sob a Restauração, seriam deslocadas pela civilização material e prática americana. O fascismo, ao inaugurar um segundo ciclo para a revolução passiva na Itália, procuraria moderar o impacto da racionalização à americana, porém, na medida mesmo que conduzia esse processo, não podia deixar de abrir uma nova possibilidade para os seres sociais que extraíam a sua identidade do industrialismo e do desenvolvimento das forças produtivas.

Por definição, a racionalização da produção e das supra-estruturas à americana não é compatível com o Estado puro e em si do “idealismo filosófico”. A América não é o lugar de Hegel, mas de W. James. Opções filosóficas à parte, o fato é que o homem-coletivo de Gramsci encontra no território das fábricas taylorizadas a melhor oportunidade para a sua constituição, e não nas supra-estruturas doentamente inchadas e na burocracia parasitária do mundo europeu.

Pela via do americanismo e da americanização, o tema da estrutura irrompe concretamente, e não mais no campo da abstração teórica, na reflexão gramsciana. A própria inquirição sobre a revolução passiva — tratada nas notas sobre o Risorgimento em chave predominantemente supra-estrutural — muda inteiramente de sentido na análise sobre o americanismo, quando prevalecem as categorias econômicas como produção industrial, mercado, economia mundial do capitalismo e tendência à queda da taxa de lucro.

Em uma sugestão analítica de largo alcance, certamente que reveladora da sua posição no confronto Europa-América, Gramsci sustenta a hipótese de que as turbulências do capitalismo como sistema mundial — a referência empírica é a crise do sistema financeiro em 1929 — estariam a evidenciar uma contradição entre a “vida econômica” e a “vida estatal”:

[...] uma das contradições fundamentais é esta: enquanto a vida econômica tem como premissa ne-

cessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo, a vida estatal sempre tem sido desenvolvida no sentido do 'nacionalismo', 'del bastare a se stessi', etc. Um dos elementos mais manifestos na 'crise atual' nada mais é do que a exasperação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia (Q, 1756) [31].

Gramsci, ao reconhecer que se vivia em uma época de passagem do capitalismo liberal para uma economia programática, admitia que tal processo tomava uma expressão distinta na América e na Europa. A economia como continuação da política por outros meios seria característica do Estado-nação europeu, com seu capitalismo politicamente orientado, sob a influência da "camada de chumbo" de suas supra-estruturas e de uma "demografia" não-racionalizada. O fascismo, com seu ideal de autarquia econômica e sua extrema "publicização" do privado, cabia plenamente na típica situação de "exasperação" do estatal-nacionalista na economia. Já, na América, a economia programática, como atestava a racionalização do fordismo-taylorismo, tinha seu curso dominante na esfera da estrutura, de onde vinha a tendência à preservação da lógica da "vida econômica" como distinta daquela do Estado-nação.

A leitura das notas sobre o americanismo não dá lugar a hesitações: "os condicionantes históricos e culturais do Estado-nação", na frase já citada de G. Vacca, estão condenados ao anacronismo; o que é racional, e deve se universalizar, é o fordismo-taylorismo. Em outras palavras, a racionalização do capitalismo como sistema mundial. A conclusão é óbvia: a ênfase deve recair no papel da estrutura e, a partir desta, na renovação das supra-estruturas, definindo-se, dessa perspectiva, a disputa pela hegemonia no campo da guerra de posição. O nacional-popular e o Maquiavel republicano reclamam a opção pelo Estado-nação. No industrialismo, o território do conflito não é o do Estado, mas o da fábrica, e nesta não cabe o intelectual jacobino que interpela o público "em geral", e sim o intelectual orgânico que vivencia a identidade emergente do "homem-coletivo", subjetividade nova que nasce da própria desqualificação do trabalhador individual no mundo da produção.

O que seria específico à solução americana — o domínio das supra-estruturas por uma estrutura racionalizada — estaria começando a se impor na Europa, em que pese a forma autocrática assumida por esse processo e das reações da opinião ilustrada da intelectualidade européia. Apreendida essa "lição" americana, ela poderia produzir, para a afirmação do "homem-coletivo" gramsciano, resultados ainda mais promissores na Europa do que na própria América, dada a força dos seus sindicatos, das tradições de lutas do movimento operário e da significativa representação dos seus partidos de esquerda (Q, 2179). Comentando *Babbit*, o conhecido romance de S. Lewis, Gramsci aponta este personagem como o protótipo do pequeno-burguês. Mas, enquanto o *Babbit* europeu teria como modelo a imitar o literato aristocratazante da província e outros tipos intelectuais de extração tradicional, o americano procuraria entrar em emulação com o industrial moderno: "o anti-americanismo é cômico, antes de ser estúpido" (Q, 635). O humanismo cediço da Europa, como de Pirandello, em sua oposição ao americanismo, nada mais seria do que resistência a uma "nova civilização" (Q, 2179).

Na disjuntiva Europa-América, Gramsci como que refaz a sua clássica polarização Reforma vs. Renascimento, quando contrapôs a emergência da nova eticidade que a Reforma trouxe à vida popular, em que pese o baixo nível de expressividade cultural que a acompanhou, aos altíssimos padrões intelectuais do Renascimento que, entretanto, não teriam tocado e mobilizado a consciência popular (Q, 423). A Europa, com seu humanismo abstrato e tradicional, seria uma velha civilização ameaçada pelo avanço de uma nova, não por acaso racionalizada à base do ethos puritano do fordismo. Gramsci, pensador enraizado na alta cultura européia, valoriza o prático, o material, a produção industrial de massas, tomando partido em favor da americanização, decerto que não pelo viés do utilitarismo pragmático, de resto dominante na ideologia do americanismo.

Se a Reforma produziu a internalização da fé, fundando teologicamente o estatuto da autonomia do indivíduo, deslocando revolucionariamente a subjetividade holista e organicista medieval, o industrialismo, na medida em que produza uma adaptação psicofísica do trabalhador aos seus métodos e à concepção do mundo nele embutida, é o caminho para que se chegue a uma forma nova de sociedade. O americanismo consistiria numa reforma de tipo luterano do capitalismo contra o humanismo vazio dos que se opõem a ele em nome da defesa da "espiritualidade" do trabalhador:

[...] é preciso estudar as iniciativas ‘puritanas’ dos industriais americanos tipo Ford. É claro que eles não se preocupam com a ‘humanidade’ e a ‘espiritualidade’ do trabalhador, que são imediatamente esmagadas. Esta ‘humanidade e espiritualidade’ só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na ‘criação’ produtiva; elas eram absolutas no artesanato [...], quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando ainda era bastante forte o laço entre arte e trabalho. Mas é exatamente contra este ‘humanismo’ que luta o novo industrialismo. As iniciativas ‘puritanas’ só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (Q, 2165, ênfases minhas).

O “homem-coletivo” de Gramsci é o “puritano” do industrialismo, nova construção ético-moral que deve nascer do coração do mundo da produção pela auto-intervalização dos seus fins por parte do trabalhador, e o melhor cenário para esse ator é o das supra-estruturas racionalizadas do americanismo, “que é [...] o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem” (Q, 2165). Se, para se entender a Europa, é preciso mobilizar principalmente a história da formação de suas supra-estruturas, das típicas às extravagantes, como nos casos de Estados puros e em si, para, alternativamente, se entender a América, e, com ela, o fordismo, deve-se percorrer uma trajetória que se dá no terreno chão da estrutura: “a lei tendencial da queda da taxa de lucro estaria na base do americanismo, isto é, seria a causa do ritmo acelerado no progresso dos métodos de trabalho e de produção e de modificação do tipo tradicional do operário” (Q, 1313).

Em sua resposta às críticas de B. Croce aos escritos econômicos de Marx e nos comentários sobre a lei do valor em Ricardo — tema em que era especialista P. Sraffa, mais tarde uma autoridade mundial no assunto, e com quem Gramsci se correspondia da prisão — Gramsci apresenta com nitidez a natureza do corte produzido pela sua reflexão nos Quaderni. Seu novo ponto de observação não privilegia o Estado-nação, mas o capitalismo como sistema mundial, intuindo com fina sensibilidade, contra o viés catastrofista do marxismo de então, que o fordismo-taylorismo, base da hegemonia americana na economia internacional, consistiria na reação mais eficaz à lei tendencial da queda da taxa de lucro:

[...] o meio mais eficaz empregado pelos empresários industriais para fugir à lei da queda é o de introduzir, incessantemente, novas modificações progressivas em todos os campos do trabalho e da produção; sem esquecer as mínimas inovações, que, nas empresas gigantescas, multiplicadas em grande escala, dão resultados muito apreciáveis. Toda a atividade industrial de Henry Ford pode ser estudada deste ponto de vista: uma luta contínua e incessante para fugir da lei da queda da taxa de lucro, pela manutenção de uma posição de superioridade sobre os concorrentes (Q, 1281-2).

É pelo estudo e análise do americanismo que Gramsci se vai acercar do Prefácio não apenas pela margem da questão supra-estrutural, mas também pela margem perigosa da questão da estrutura, com seus riscos naturalistas e positivistas. Ao contrário do que afirma J. Femia [32], entre outros autores que endossam a concepção de ser Gramsci um teórico especializado no supra-estrutural, Gramsci percebe e valoriza o movimento interno da estrutura [33]. Assim, embora sustente que a queda na taxa de lucro seja um processo tendencial — uma repetição, aliás, do argumento de Marx —, atuando em presença de forças contra-operantes como a produção da mais-valia relativa, é o próprio Gramsci quem reconhece limites para a reprodução continuada desse processo:

[...] as forças contra-operantes da lei tendencial — que se resumem na produção sempre maior de mais-valia relativa — têm limites, fornecidos, por exemplo, do ponto de vista técnico, pela extensão e pela resistência elástica da matéria e, do ponto de vista social, pela quantidade suportável de desemprego em uma determinada sociedade. Em outras palavras, a contradição econômica torna-se contradição política e é resolvida politicamente por uma subversão da práxis (Q, 1279) [34].

Mas a estrutura não é o “deus-oculto” da crítica de Croce a Marx, animando providencialmente aquilo que seria a filosofia da história marxista e a conduzindo à realização. Assim como o liberalismo e o homo economicus não poderiam ser compreensíveis sem uma “situação de força representada pelo

Estado e pelo monopólio legal da propriedade” (Q, 1310), o problema dos “limites estruturais” à lei tendencial da queda da taxa de lucro somente se resolveria no plano da supra-estrutura. Com a análise do americanismo, quando descortina uma nova perspectiva epocal no processo de racionalização da estrutura e conseqüente racionalização das supra-estruturas, Gramsci se apropria do enunciado do Prefácio, o que faz, contudo, numa tradução dele às suas próprias categorias e recursos de retórica. A estrutura e suas leis tendenciais, como um resultado histórico, não poderiam ser concebidas no “sentido naturalista e do determinismo especulativo”. Os novos cânones metodológicos, introduzidos por Ricardo na ciência econômica, teriam sido desenvolvidos por Marx que, ao estender a sua eficácia explicativa a todos os períodos históricos, teria feito deles a base da sua original concepção do mundo. O suposto histórico da ciência econômica estaria associado ao “desenvolvimento da burguesia como classe ‘concretamente mundial’ e à formação, por via de conseqüência, de um mercado mundial suficientemente ‘denso’ de movimentos complexos para que neles se possam isolar e estudar as leis de regularidade necessária, isto é, leis de tendência” (Q, 1247-8).

Gramsci “desnaturaliza” a estrutura, sem desqualificar, porém, a sua força operante, trazendo-a para o campo histórico-social, ao sustentar que ela seria “uma determinada relação de forças sociais numa determinada estrutura do aparelho de produção” (Q, 1477). “Não se trata de afirmar” — desenvolve Gramsci — “que todos atuam da mesma maneira: aliás, os arbítrios individuais são múltiplos, mas a parte homogênea predomina e ‘dita leis’. Se o arbítrio se generaliza, não é mais arbítrio, mas deslocamento da base do ‘automatismo’, nova racionalidade. Automatismo não é senão racionalidade”. Tem-se, daí, um desenvolvimento “que se pode chamar de automático e que pode ser considerado como expressão de certas leis determináveis e isoláveis com o método das ciências exatas” (Q, 1246).

A estrutura “fala” e está dotada de um movimento interno que permite a previsão — o seu automatismo pode ser antecipado, e os limites estruturais que se antepõem à reprodução do capitalismo estão indicados pelo nível de maturação do desenvolvimento deste. O nó górdio, que vai necessitar da intervenção de um Alexandre, será aquele em que “a fronteira mundial do capitalismo houver alcançado as suas colunas de Hércules” (Q, 1279).

No eixo Risorgimento-Restauração, a revolução passiva fora descrita por Gramsci como uma operação desencadeada fundamentalmente no plano da supra-estrutura, em um contexto histórico favorável à contenção dos seres subordinados no mundo da produção, à “decapitação” de suas lideranças e à incorporação ao domínio burguês de sua vida associativa. Com o americanismo, troca-se de eixo: a revolução passiva passa a ser indicada por um movimento originado imediatamente em torno da estrutura — o campo de articulação da hegemonia é o do mundo da produção. Mas, a despeito de semelhanças formais, a segunda onda de revolução passiva diferiria substantivamente da primeira: de um lado, porque traria à cena um ator — a classe operária do industrialismo e da racionalização Ford-Taylor — que estaria a criar, a partir de baixo, uma nova “vida estatal” em contexto de guerra de posição; de outro, pela própria expansão das forças produtivas, cujo inovado e largo alento seria correspondente àquela racionalização, movendo a estrutura por meio de um “impulso molecular progressivo” e que “conduz a um resultado tendencialmente catastrófico no conjunto social” (Q, 1283). Pelo caminho da sua reflexão “desinteressada”, Gramsci deixava de fazer parte do campo teórico da III Internacional.

Os fatos e o ator na revolução passiva

Não é, obviamente, por mera afinidade semântica que a revolução passiva em Gramsci apareça referida ao paradigma da revolução. Nele, e no campo da teoria política do marxismo que lhe antecede, a revolução passiva difere da contra-revolução, essa, sim, uma reação manifesta à mudança social. A revolução passiva é a “revolução sem revolução”, construção lingüística propositalmente paradoxal, categoria política implícita no Engels de O papel da violência na história — especialmente quando analisa o que teria sido a “missão piemontesa” da Prússia na Alemanha —, e explícita, no Lenin de Duas táticas, quando é mobilizada pela sua explicação a fim de dar conta das formas não-clássicas de realização do domínio burguês, isto é, sem a presença do elemento plebeu, jacobino, revolucionário, porque evitam varrer “demasiado resolutamente todos os restos do passado” (Lenin, 1979, v. 1, p. 406).

Para a teoria política do marxismo, o século XIX teria sido o do esgotamento da burguesia como classe revolucionária, já sucedida, desde 1848, pelo proletariado como nova classe portadora do progresso social. As soluções “passivas” das revoluções burguesas, como na Alemanha e Itália, eram entendidas como um interregno na guerra de movimento, que, então, estaria em curso, e cujo desfecho deveria ser o da insurreição proletária contra o domínio burguês. A derrota do que pretendia ser uma solução “passiva” na Rússia de Kerensky pela revolução de 1917, os “anos vermelhos” do imediato pós-guerra em Turim, capital do “partido” Piemonte, e na Alemanha da via prussiana de desenvolvimento capitalista, pareciam indicar uma validade geral para o paradigma francês, dito clássico, como no Lenin de O Estado e a revolução.

O Gramsci jovem compartilhava dessa expectativa. O seu marxismo dos tempos de formação intelectual e política, uma versão radicalizada do leninismo, qualificado pela influência de Sorel e de Bergson, era mais o das Teses sobre Feuerbach, com sua ênfase no papel da atividade humana, do que o dos escritos econômicos de Marx, tido como o livro-texto da II Internacional e do seu evolucionismo economicista [35].

Em Gramsci, como visto antes, o diagnóstico da catástrofe iminente do capitalismo não vai resistir durante muito tempo. Antes da prisão, e sobretudo depois dela, firma a convicção de que o capitalismo, após a longa crise do pós-guerra, encontrara um novo patamar de estabilização, como se dizia na linguagem da época. Para ele, o capitalismo estaria sob a animação de mais um impulso dinâmico, vindo da força juvenil da sua floração americana e da racionalização fordista. Nova realidade que, coincidindo com o refluxo do movimento operário — exemplar a vitória e a consolidação do fascismo na Itália —, com as dificuldades encontradas na construção do socialismo na URSS, leva Gramsci a compreender a luta de classes em escala mundial no interior de um cenário de guerra de posição, tal como se dera com a Europa depois de 1848 (Q, 1768). À diferença que, agora, nos anos 30, identifica nos processos originários da estrutura, segundo a sua argumentação sobre o americanismo-fordismo, um maior protagonismo nas suas relações com a esfera das supra-estruturas e na mudança social de tipo molecular.

Assim é que, quando Gramsci inicia a sua inquirição sobre o Risorgimento, uma revolução passiva, já parte de um diagnóstico sobre a situação presente do tipo guerra de posição-revolução passiva (Q, 1766). Na prisão, em março de 1929, ao estabelecer seu plano de estudos, Gramsci seleciona a questão dos intelectuais, a do americanismo-fordismo, uma linha de investigação sobre a história italiana, objetos, portanto, que dizem respeito àquele eixo temático. Ao abrir os Quaderni, o seu autor já detém um conhecimento prévio do itinerário teórico que deseja percorrer — Gramsci não chega ao americanismo pela análise do Risorgimento. Se esses dois temas aparecem juntos em seu plano de estudos, é porque o autor, de algum modo, teria identificado neles um problema comum: a revolução passiva. Sobre a revolução passiva no Risorgimento, conhece previamente o desfecho negativo, e, nesse caso, seu interesse é analítico e orientado para uma explicação paradigmática. Mas, no que se refere ao americanismo como revolução passiva, a intenção é prospectiva e voltada para o agir. Evidente que o conhecimento de uma, realizada no campo da História, poderia jogar luz sobre o caminho do ator contemporâneo, exposto ao mesmo tipo de processo de mudança social, concedendo-lhe maior capacidade de previsão.

As primeiras notas do Caderno 1 são esclarecedoras do percurso gramsciano. A análise sobre o americanismo — nota 61 — explora o conceito de revolução passiva no país de capitalismo mais avançado, associando-o a uma nova construção sobre a questão dos intelectuais — os intelectuais “orgânicos” do fordismo, antípodas dos intelectuais gerados no interior da cultura política do “idealismo filosófico”. Na nota 150, examinada em páginas anteriores, a mesma questão dos intelectuais é analisada, tendo, igualmente, como pano de fundo o tema da revolução passiva, e, aí, sob o registro de uma sociologia histórica comparada, quando se distinguem as condições históricas que fazem com que o Estado apareça ou não como “forma concreta de um determinado mundo econômico”.

Ressalte-se que, nos Quaderni, o desenvolvimento da sociologia histórica comparada gramsciana tem como chave o tipo de passagem política para o domínio burguês, e não o maior ou menor nível de maturação dos diferentes capitalismos nacionais. No que lhe é principal, o marco analítico do clássico Origens sociais da ditadura e da democracia, de Barrington Moore, apesar das diferenças de interpretação,

está antecipado no modelo gramsciano. A tipologia de Gramsci se limita a duas formas expressivas de passagem ao domínio burguês: a revolucionária e a “transformista”, vale dizer, que se teria cumprido segundo o andamento da revolução passiva, como nos casos da Alemanha, Itália e Inglaterra. É esse critério analítico que faz com que a Inglaterra, vanguarda mundial do processo de industrialização no século XIX, do liberalismo como ideologia dominante e da sociedade civil burguesa, paradigma de Marx em *O capital*, venha a ser agrupada ao lado de países de capitalismo retardatário e de tardia formação do Estado-nação. Gramsci, em sua tipologia, à diferença de B. Moore, releva a conquista do poder político pela burguesia e não apenas os processos político-sociais que presidiram a modernização da ordem tradicional. A construção gramsciana sugere implicitamente, ademais, que o caso francês, longe de paradigmático para o estudo do processo de constituição da hegemonia burguesa, seria atípico, ponto, aliás, que seria desenvolvido teoricamente mais tarde por N. Poulantzas.

Nos textos pré-Quaderni, a tipologia gramsciana obedeceu ao critério da maturidade do desenvolvimento do capitalismo. Assim, naquelas análises, mencionadas em páginas anteriores, Inglaterra, Alemanha e França conformam um tipo em oposição aos casos nacionais de capitalismo retardatário como Itália, Polônia, Hungria e os países dos Balcãs. Na tipologia pré-Quaderni, a qualidade de retardatário era crucial à observação, na medida em que poderia indicar em quais contextos nacionais ainda teria pertinência a teoria do elo mais fraco e das vantagens do atraso, dando-se continuidade à “guerra de movimento” iniciada pela revolução de 1917. A tipologia dos Quaderni, derivada de uma concepção radicalmente diversa sobre a conjuntura mundial, além da intenção de opor revolução “ativa” e “passiva”, procura distinguir modalidades de revolução passiva, classificando-as em formas atrasadas (Itália), intermediárias (Alemanha) e avançadas (Inglaterra). Gramsci, que identifica a nova circunstância como de esgotamento do ciclo revolucionário aberto por 1917, procura “lições” em cenários pretéritos de revolução passiva que sejam úteis ao momento presente:

Diferenças entre a França, a Alemanha e a Itália (e Inglaterra). Na França, tem-se o processo mais rico de desenvolvimento e de elementos políticos ativos e positivos. Na Alemanha, o movimento se desenrola em alguns aspectos de um modo que se assemelha ao italiano, e, de outro, ao inglês. Na Alemanha, o movimento de 48 fracassa pela fraca concentração burguesa (a palavra de ordem de tipo jacobino foi dada pela extrema-esquerda democrática: ‘revolução permanente’) e porque a questão da renovação estatal está entrelaçada à questão nacional; as guerras de 64, de 66 e de 70 conferem, ao mesmo tempo, à questão nacional e à de classe [uma solução] de tipo intermediário: a burguesia obtém o governo econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governativo do Estado político com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e sobre a [questão da] terra: mas, se estas velhas classes conservam na Alemanha tanta importância e gozam de tantos privilégios, ao menos exercitam uma função nacional, e se tornam os ‘intelectuais’ da burguesia, com um determinado temperamento que lhes vem da sua origem de casta e da tradição” (Q, 2032; ver, também, 1526) [36].

Sintomaticamente, a variável-chave na tipologia gramsciana sobre processos de revolução passiva está no elemento jacobino. É a maior ou menor presença ativa do portador da antítese, mesmo que derrotado, o que singulariza uma forma atrasada de uma forma avançada. Assim, para ele, nem toda revolução passiva se cumpre com plena subsunção da antítese pela tese: o ator subordinado pode ser ativo (ou ter sido), sobretudo deve, e é a sua ação que vai qualificar o resultado final como mais ou menos “atrasado”.

Na Itália, o elemento jacobino teria estado ausente, quer por razões históricas — a conjuntura da Restauração que sucede à queda de Napoleão em 1815 —, quer por razões estruturais — a “relativa debilidade” da sua burguesia (Q, 2032). Sem a ação de um partido jacobino, não importando se vitorioso ou não, cuja presença teria levado a burguesia a alargar sua hegemonia sobre setores populares, o atraso italiano seria indicado pelo peso morto dos estratos sociais da tradição, “classes parasitárias” sem função social alguma (Q, 2141). Na Alemanha, o partido jacobino se teria feito presente em 1848, os próprios Marx e Engels, procurando reunir, em torno da Nova Gazeta Renana, uma ampla coalizão em favor da democratização do país. Seria, contudo, na Inglaterra onde teria sido maior a sua influência, dado que o elemento jacobino se manifestaria como constitutivo à sua história:

Na Inglaterra, onde a revolução burguesa se cumpriu antes do que na França, encontramos um

fenômeno similar ao alemão na fusão entre o velho e o novo, não obstante a extrema energia dos ‘jacobinos’ ingleses, isto é, os ‘cabeças redondas’ de Cromwell; a velha aristocracia permanece como estrato governativo, com certos privilégios, e se torna igualmente o estrato intelectual da burguesia inglesa (no mais, a aristocracia inglesa é do tipo de quadros abertos e se renova continuamente com elementos provenientes dos intelectuais e da burguesia) (Q, 2032-33; ver, também, 1526).

Mesmo na Itália, o caso mais atrasado da sua tipologia, a análise gramsciana não perde a perspectiva de que, apesar da ausência do jacobino como ator da hegemonia burguesa, foram introduzidos elementos de “progresso”, que teriam acolhido em parte exigências populares, expressas em movimentos de protesto inorgânicos e esporádicos. Daí se poder falar, segundo Gramsci, em “restaurações-progressivas”, “revoluções-restaurações” ou “revoluções passivas” (Q, 957). Insinua-se, pois, que o Prefácio de 59 pode se realizar, como na conquista do poder político pela burguesia na Itália, Alemanha e Inglaterra, sem uma explosão à francesa, embora sob os efeitos da sua irradiação. No curso da revolução passiva, a imobilização política do “portador da antítese” pode lhe negar protagonismo, restringindo-o a ações “esporádicas e inorgânicas”. Mas, a sua imobilização não leva à estagnação do processo de mudança, uma vez que o ator como que passaria a ser representado veladamente pelos “fatos”:

[...] protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’. Sob um determinado invólucro político necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, que influem indiretamente, mas com pressão lenta e incoercível, sobre os setores dominantes, fazendo com que eles mesmos se modifiquem sem se dar conta disso, ou quase (Q, 1818-9).

Mas essa cabal ultrapassagem do ator pelos fatos é que caracterizaria, em Gramsci, a versão mais atrasada e negativa da revolução passiva. Para ele, o Risorgimento, uma forma de revolução passiva, não teria frustrado uma revolução efetiva, como Lenin admitiu, em Duas táticas, ser uma possibilidade para a Rússia, caso os revolucionários não denunciasses a coalizão monárquico-liberal. A Itália não era a França. O desenlace do tipo revolução passiva correspondia, segundo a análise de Gramsci, à correlação de forças existente na Itália e na Europa da Restauração, inclusive pelo efeito demonstração que o Terror francês de 1793 exerceu sobre a burguesia italiana, reavivado pelos acontecimentos franceses de 1848. O seu problema é outro, e diz respeito às razões e às conseqüências do fato do “hegelianismo dos moderados” ter subsumido o Partido da Ação, uma solução em que a tese era conservada na antítese, com Gramsci reiterando a crítica de Marx a Proudhon em Miséria da filosofia (Q, 1160; 1220).

Gramsci sustenta que, embora houvesse quem, no Partido da Ação, analisasse com clareza o processo então em curso, tal clareza não se teria traduzido em vontade política, limitando-se a “elucubrações individuais”. E, a seguir, pergunta para responder taxativamente: “entre o Partido da Ação e o Partido Moderado quem representou as efetivas ‘forças subjetivas’ do Risorgimento? Sem dúvida que o Partido Moderado, e precisamente porque também foi consciente da tarefa do Partido da Ação; em razão dessa consciência, a sua ‘subjetividade’ era de uma qualidade superior e mais decisiva” (Q, 1782).

O autor não pretende sugerir que estaria nas mãos do Partido da Ação a possibilidade de deslocar a supremacia dos moderados na condução do Risorgimento — o caráter “passivo” da revolução estava dado. Sua crítica ao Partido da Ação não é por ter perdido, mas por não ter sabido contrapor aos moderados “uma resistência e uma contra-ofensiva ‘organizada’ a partir de um plano”, perdendo a oportunidade de imprimir ao Risorgimento uma influência popular e democrática (Q, 2012-3).

Se Mazzini, diz Gramsci, tivesse consciência da sua posição e do papel que lhe cabia, assim como da posição e do papel de Cavour, isto é, “se tivesse sido um político realista e não um apóstolo iluminado”, talvez o Estado italiano estivesse “constituído sobre bases menos atrasadas e mais modernas”. O Risorgimento seria um processo de revolução passiva em que o protagonismo dos “fatos” ultrapassou o ator que poderia representar as expectativas populares, por falta de realismo político deste, e, nesse sentido, deveria ser considerado como exemplar para a formulação de novas questões “para a arte e a ciência política” (Q, 1767). Se Mazzini soubesse, isto é, se tivesse uma concepção política realista da sua circunstância — esta parece ser a lição geral a ser extraída do Risorgimento —, o ator teria sido ativo na revolução passiva, e poderia ter ampliado e intensificado as modificações moleculares na estrutura da correlação de forças,

que, por sua vez, se tornam matrizes de novas modificações (Q, 1767) [37].

Gramsci explora o tema do Prefácio pelo ângulo, até então pouco valorizado, das transformações moleculares no processo de mudança social, indo contra uma práxis revolucionária que, sempre em busca do momento “explosivo” de tipo francês, condenava a reforma como uma heterodoxia revisionista. O protagonismo dos “fatos” estaria a indicar o caráter inexorável do avanço da democratização social, expresso na valorização do trabalho e do trabalhador na sociedade moderna — especialmente em sua forma racionalizada, americana —, tal como os sortilégios da Providência garantiriam, em Tocqueville, irreversibilidade ao contínuo avanço da igualdade.

A dialética sem síntese do “hegelianismo dos moderados” — em Croce, o idealismo filosófico como “tranqüila teoria” (Q, 1160; 1473) —, concedendo primazia aos “fatos”, estaria orientada para suprimir ou abafar a atividade dos seres sociais que emergiam com a democratização social. Ter-se-ia um processo de transformismo ininterrompido, em que a ordem burguesa sempre se reporia — a Inglaterra seria o melhor exemplo — pela incorporação, selecionada pelas elites, de grupos e de indivíduos em posição subordinada. Assim como em Tocqueville a expansão da igualdade não significa, por si só, a promoção da liberdade, que somente poderia se preservar no mundo pela arte e a ciência política de um ator — a aristocracia ou seu correspondente funcional, como os magistrados na América, ou, de modo mais geral, pela institucionalização de grupos intermediários entre o Estado e o indivíduo —, em Gramsci, a democratização social requer um ator que crie e consolide a democracia entre os produtores da riqueza social.

Daí que na revolução passiva se manifeste, a um tempo, negatividade e positividade. Positividade em termos do processo, uma vez que, no seu curso, a democratização social, por meio de avanços moleculares, se faz ampliar; negatividade, porque a ação das elites se exerce de modo a “conservar a tese na antítese” (Q, 1220; 1768; 1827). Caberia, então, ao ator, que conhece a sua circunstância, traduzir a revolução passiva em uma guerra de posição, impondo a sua atividade em um contexto que pretende sua abdicação ou sua expulsão, solução conservadora que ele próprio pode estimular se se comporta como um “apóstolo iluminado”, e não segundo os critérios do realismo político.

Gramsci, seguindo os passos de Marx, sustenta que “todo membro da oposição dialética deve procurar ser por inteiro e jogar na luta todos os seus ‘recursos’ políticos e morais” (Q, 1768). Ser fiel a si mesmo e lutar por seus objetivos não altera, por si só, uma conjuntura adversa. Pode, porém, criar condições para a consolidação de uma alteridade em um processo, como o da revolução passiva, que, por definição, somente admite a existência de um ator — as elites que operam o binômio conservar-mudando e que impõem à sociedade uma lógica de transformismo, um conceito político que ainda não se acharia “posto sob foco de luz pertinente como forma de desenvolvimento histórico” (Q, 1767). Se Mazzini tivesse um programa — isto é, não fosse apenas um político “iluminado” — e compreendesse o movimento de Cavour, mesmo assim não teria como reverter o Risorgimento em um processo jacobino nacional-popular. Mas poderia ter impresso — parece sugerir Gramsci — uma outra dinâmica ao binômio clássico ao transformismo, em que a mudança viesse a preponderar sobre a conservação.

Em uma nota de 1933, Gramsci esclarece que o seu conceito de revolução passiva não é para ser aplicado restritivamente à interpretação do Risorgimento, valendo, por extensão, a “toda época complexa de transformações históricas” (Q, 1827). Uma visão meramente “processualista” da revolução passiva daria lugar a um transformismo em registro negativo, estimulando no ator o indiferentismo e o fatalismo. Contudo, uma concepção que “permaneça dialética”, inscrita no próprio campo da revolução passiva, pode instituir a ação de um ator que represente uma “antítese vigorosa e que empenhe intransigentemente todas as suas possibilidades” (Q, 1827). A revolução passiva não conformaria um programa para o “seu” ator, mas o critério de interpretação que poderia servi-lo no sentido de mudar a chave da direção do transformismo: de negativo para positivo. Nessa mudança de chave, a possibilidade de uma tradução do marxismo como uma teoria da transformação sem revolução “explosiva” de tipo francês.

Tanto na revolução passiva do Risorgimento quanto na do americanismo-fordismo, a condição para que o “seu” ator se ache em condições de ser fiel a si mesmo estaria no seu realismo político. O ator na contracorrente, como Maquiavel na Renascença italiana, precisa da arte e da ciência política — virtù — mais do que qualquer outro. Gramsci, como se viu, procura fundar a atividade desse ator em um cenário

criado para suprimi-la, e ainda mais insidioso porque não se opõe a transformações em geral. Ao contrário, realiza-as “molecularmente” e sob intenso controle político e social a fim de que seus efeitos não escapem das elites que jurisdicionam a revolução passiva.

O realismo político em Gramsci aparece em aberta oposição à intervenção carismática, “iluminada”, a ação que somente conhece os seus fins e ignora os meios para a sua realização. É realista, para ele, a política de cálculo maquiaveliano que se dispõe a facultar a passagem molecular dos grupos dirigidos à situação de dirigentes, sendo a democracia o nome institucional dessa passagem:

[...] entre os diferentes significados da democracia, aquele mais realista e concreto me parece ser o que possa se estabelecer em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que [o desenvolvimento da economia e conseqüentemente] da legislação [que exprime tal desenvolvimento] favoreça a passagem [molecular] dos grupos dirigidos aos grupos dirigentes [...]” (Q, 1056) [38].

O personagem de Gramsci não é um ser que emerge lisamente do campo da estrutura para o das supra-estruturas por meio de uma simples derivação da sua identidade social. Entre uma e outra está a política. Não a política como mera projeção unilateral de uma vontade, e sim uma política realista, consciente de que deve se afirmar e avançar em terreno minado e sob domínio do seu adversário, que o deseja persuadir, incorporar, “decapitar” suas lideranças, e que o inibe e constringe permanentemente com os recursos coercitivos de que dispõe.

Gramsci, decerto, não pretende reverter uma revolução passiva em “ativa”. O paradoxo é formal: ao dominar analiticamente uma situação de revolução passiva, em que há “avanços moleculares” e modificações estruturais na correlação de forças sociais e políticas, o que propõe é uma “arte e uma ciência política” para o portador da “antítese”. A primeira e essencial proposição é a de que não se deixe subsumir ao programa das elites dominantes, e que ele próprio passe a agir segundo um plano. Nesse plano, questão-chave é a da democracia — quando dirigidos têm favorecida a sua passagem à condição de dirigentes —, criando-se oportunidades de intensificação e aceleração das transformações moleculares. A acumulação de tais transformações tende a produzir “microexplosões” na “trama privada” — a sociedade civil gramsciana — que articula o Estado com a sociedade, a partir das quais se inicia, por baixo, a constituição de uma nova vida estatal. A revolução passiva é o campo da guerra de posição. Como Gramsci compreendeu em seus estudos sobre Risorgimento, antes de se tornar dominante, um grupo social já teria se elevado à condição de dirigente (Q, 2010). A síntese é uma construção progressiva, e não o resultado de um movimento “explosivo”.

Como mencionado anteriormente, Gramsci distingue dois grandes ciclos nos processos de revolução passiva, ambos sucedendo a duas revoluções: a de 1789 e a de 1917, dois marcos de mudanças de época. O primeiro ciclo, iniciado após a derrota de Napoleão, em 1815, foi seu objeto de estudo em O Risorgimento, e faz parte do momento analítico e conceitual do seu confronto com processos dessa natureza; o segundo, depois da guerra mundial de 1914-1918 (Q, 1824), sob a influência da revolução de 1917 e da emergência do movimento operário e popular que lhe seguiu, e cuja forma contemporânea se realizaria no americanismo-fordismo; esse segundo ciclo, que o envolve como ator, consistiria no seu momento de “arte e de ciência política”, no sentido de conceder transparência ao processo em curso e favorecer a melhor previsão e capacidade de intervenção às forças da “antítese”.

A aproximação entre os dois ciclos está longe de ser acadêmica — Gramsci continua a inquirir o Prefácio, agora, diretamente, examinando o caminho para uma transição ao socialismo. Gramsci sabe que foi a luta do conservantismo europeu, vitoriosa em 1815, contra a hegemonia francesa e o radicalismo burguês que ela expressava, que deu origem aos Estados modernos europeus em processos de revolução passiva:

[...] as ‘ondas sucessivas’ [que levaram à modernização burguesa] são constituídas por uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto do tipo monarquia iluminada e de guerras nacionais, com predomínio destes dois últimos fenômenos. Dessa perspectiva, o período da ‘Restauração’ é o de desenvolvimento mais rico: a restauração se torna a forma política em que as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos, e que permitem à burguesia chegar ao poder sem ruptura aberta, sem

o aparelho terrorista francês (Q, 1358).

O que um ciclo pode “ensinar” ao outro? Se o resultado do primeiro foi a conclusão da ordem burguesa, não poderia o segundo desatar a mudança epocal começada em 1917? As questões que Gramsci explora são formuladas claramente: “este modelo [o da Restauração] de formação dos Estados modernos pode repetir-se em outras condições? Isso é para ser excluído em termos absolutos, ou se pode dizer que, ao menos em parte, podem ocorrer desenvolvimentos semelhantes sob a forma do advento de economias programáticas?” (Q, 1358). Em nota posterior, Gramsci retoma o tema: “[necessidade de] estudos dirigidos a surpreender as analogias entre o período subsequente à queda de Napoleão e àquele subsequente à guerra de 1914-18” (Q, 1824).

Para Gramsci, a perspectiva analógica acentuaria evidências comuns aos dois ciclos: a divisão territorial, com a fragmentação de impérios multinacionais, e a tentativa de estabilização das relações internacionais por meio de uma organização jurídica supranacional — a Santa Aliança, no pós-1815; a Sociedade das Nações, no pós-1918. A analogia mais significativa, porém, era para ser estabelecida no terreno da revolução passiva. Assim como 1789-1815 teria marcado uma ruptura histórica, que se teria “completado” por meio de uma “revolução sem revolução”, uma outra ruptura ter-se-ia iniciado em 1914-1918 [39], quando uma “série de questões, que se acumulavam molecularmente antes de 1914, produziram de fato uma nova realidade (hanno appunto fatto ‘mucchio’), modificando a estrutura geral do processo anterior” (Q, 1824).

A analogia entre os dois ciclos, seguindo-se o sentido geral da argumentação gramsciana, poderia trazer outras indicações: no primeiro, a burguesia já era uma classe de impulso revolucionário declinante, escorando o seu domínio em alianças com classes e estratos sociais pretéritos, — a exposição clássica disso estaria no 18 brumário, de Marx —, tendo abdicado do papel jacobino de conduzir o campesinato e as massas populares urbanas; no segundo, a sua abertura coincidiria com a emergência afirmativa de um novo ator, o proletariado. A ruptura histórica de 1917 traria consigo novos temas e instituições que refletiriam, objetivamente, o reconhecimento social da influência daquele ator:

[...] basta pensar na importância que o fenômeno sindical assumiu, termo geral em que se patenteiam diversos problemas e processos de desenvolvimento, variando em importância e significado (parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo etc.), mas que refletem objetivamente o fato de que uma nova força social se constituiu, adquiriu um peso não mais negligenciável, etc., etc. (Q, 1824).

Comparando os dois ciclos de revolução passiva, Gramsci reconhece no último deles a existência de condições francamente favoráveis ao portador da “antítese”, especialmente diante da tendência à universalização do americanismo-fordismo. E, isso, não só porque a racionalização do mundo da produção e das supra-estruturas deveria conceder uma crescente legitimidade ao “seu” “homem-coletivo”, como também pelo ato de que o americanismo seria a expressão da “necessidade imanente de se chegar à organização de uma economia programática”, superando-se o velho individualismo econômico (Q, 2139).

Quer no plano da *societas rerum* — a estrutura —, quer no da *societas hominum* — a supra-estrutura —, Gramsci identifica, nesse que seria o segundo período da revolução passiva, uma circunstância mais propícia para uma “guerra de posição” do que a que teria existido no primeiro período. Gramsci, contudo, ao contrário de Marx, não é um fáustico. Nele, a ação da estrutura é menos virtuosa, mais próxima conceitualmente à fortuna em Maquiavel, e, como tal, deve ser dirigida pela *virtù*, que é, nas palavras de Gramsci, “capacidade, indústria, potência individual, sensibilidade, faro das oportunidades e avaliação das próprias possibilidades” (Q, 1480). A “guerra de posição” que, do cárcere, Gramsci prevê como cenário para o seu ator, obriga-o ao cálculo, à contenção, à paixão medida, à luta no plano molecular, sem a confiança irrestrita de Marx na *societas rerum* e a de Lenin na *societas hominum*.

O americanismo, como forma moderna da revolução passiva, expressaria tanto uma aceleração da *societas rerum*, em um protagonismo dos “fatos” tendente a intensificar transformações moleculares na sociedade e nas relações desta com o Estado, quanto mudanças na *societas hominum*, dando partida a um processo constituinte permanente de regulação “por baixo” de uma nova vida estatal. O americanismo é, para Gramsci, uma nova forma de Estado que nasce da própria sociedade, “uma nova cultura” e um “novo modo de vida” (Q, 2179), um histórico-universal que se imporia pelo movimento expansivo

da estrutura racionalizada do seu sistema produtivo e da sociedade industrial de massas. Tal movimento concederia um protagonismo inédito aos “fatos”, acentuando o papel da diferenciação molecular na mudança social, na medida em que, ao contrário das revoluções passivas do passado, o americanismo estaria menos contido e disciplinado por supra-estruturas e pela ação de intelectuais extrínsecos ao mundo da produção.

Tomada isoladamente, a dimensão estrutural do americanismo assumiria a forma de uma revolução passiva permanente, avessa a sínteses como o foi o “hegelianismo dos moderados”. Mas o americanismo seria também nova sociabilidade, a qual se deveria traduzir, pela ação maquiaveliana do portador da antítese, em uma nova ordenação supra-estrutural. Se o que há de passivo no americanismo tende a simplificar a supra-estrutura, em nome da racionalização da estrutura — tal como subsumir a política e suas categorias à linguagem da economia —, o que há de ativo nele tende a realizar, no plano da cultura e da consciência, movimento oposto: criar, “por baixo”, em um movimento de acumulação molecular, uma nova vida estatal que expresse a internalização em cada indivíduo de “supra-estruturas complexas”, e assim encaminhando a resolução da velha contraposição entre as esferas do público e do privado [40]. É o avanço da economia o que permite a concepção de uma nova política. Mesmo como revolução passiva, o americanismo pode ser considerado em Gramsci como uma vantagem do moderno.

Luiz Werneck Vianna é cientista político. Este texto é um capítulo do seu livro *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Luperj & Revan, 1997, p. 28-88.

Notas do autor

* Para não sobrecarregar o texto de notas, as citações dos Quaderni del carcere serão indicadas no próprio corpo do artigo, entre parênteses, pela inicial Q, seguida do número da página de referência. A edição utilizada é a clássica, patrocinada pelo Instituto Gramsci e sob a responsabilidade de V. Gerratana (1975). Procurou-se utilizar, sempre que possível, as excelentes traduções de C. N. Coutinho e de L. M. Gazzaneo para as conhecidas edições da Civilização Brasileira.

** Na elaboração deste ensaio contei, além do apoio fraternal de sempre, com os comentários e a leitura crítica de Maria Alice Rezende de Carvalho e de Manuel Palacios Cunha Melo, que me foram de inestimável valia. Como de praxe, deixo o registro de que cabe inteiramente a mim a responsabilidade pelo argumento aqui desenvolvido. O curso de leitura orientada sobre Gramsci e a teoria do conhecimento, assistido por Marcelo Burgos, candidato a doutor em Sociologia no Luperj, permitiu-me esclarecer algumas questões, que foram relevantes na exposição que ora apresento. Finalmente, agradeço a Luiz Sergio Henriques, cuja dedicação à obra gramsciana se faz acompanhar por um profundo conhecimento do seu sentido, à ajuda que me deu na tradução de certos trechos dos Quaderni, e aos seus pertinentes e esclarecedores comentários sobre o texto, que me permitiram aperfeiçoá-lo. Reitero, também no seu caso, que a minha responsabilidade não pode, de modo algum, ser extensiva a ele.

Notas ao texto

[1] Para estudos que fazem o inventário da utilização desse conceito gramsciano entre autores brasileiros e ibero-americanos, ver Coutinho (1989, esp. cap. 9) e, ainda, Coutinho e Nogueira (1985); Nogueira (1991); Portantiero (1982). Sobre algumas interpretações a respeito da natureza conceitual da revolução passiva, ver, além das acima citadas, Aricó (1988); Kannoussi e Mena (1985); para comparar como outros estudiosos do Terceiro Mundo operam com o conceito, é de muito interesse o ensaio de Kaviraj (1988).

[2] É nessa chave de interpretação que a revolução passiva é associada a figuras tão em moda como o pós-moderno e o fim da história. Tal é o caso, entre tantos, de Wolf Lepenies que identifica a época contemporânea como o resultado de um melancólico bricolage, “uma reunião de velhas peças que continuamente se renovam, um estranho jogo com o já conhecido, uma ressystematização, uma reagregação, um reordenamento: estes são os elementos característicos de uma lógica caleidoscópica” (Lepenies, 1995).

[3] Sobre esse período na vida de Gramsci, ver Paggi (1984); Spriano (1967, Livro II); deste mesmo autor, *Intervista sulla Storia del PCI. Entrevista a S. Colarizi*. Bari: Laterza, 1978; muito esclarecedora dos imediatos anos pré-Quaderni de Gramsci é “Innovare con Coraggio. Intervista con Alessandro Natta”. In: Ottolenghi e Vacca (1987).

[4] Ver o “Prefácio” de Gerratana aos Quaderni del carcere (1975, p. XIX).

[5] Sobre a contigüidade entre os temas gramscianos de L’Ordine Nuovo e dos Quaderni, ver Ottolenghi e Vacca (1987) e Spriano (1967, Livro I, p. 62).

[6] “Carta a Tania, 13 de julho de 1931”, apud Gerratana (1975, p. XXVII).

[7] “Carta a Tania, 3 de agosto de 1931”, apud Gerratana (1975, p. XXVII).

[8] E. Garin sustenta existir uma “continuidade de fundo” entre o Gramsci de 1926 e o dos Quaderni, relevando, nisso, a elaboração de um novo conceito de cultura para a práxis revolucionária. Ver Garin (1974, p. 326, nota 57); Paggi (1984, p. 165) também sugere a idéia de continuidade entre aqueles dois momentos da obra gramsciana; neste ensaio, em que não se desconsidera a ponte efetiva que aproxima os textos de 1926 com o dos Quaderni, defende-se, no entanto, idéia diversa: o que foi a inovação gramsciana, na fase anterior à sua prisão, ainda operaria sob domínio da chave explicativa do atraso como vantagem, o que não ocorreria nos escritos dos Quaderni.

[9] Como se sabe, as Teses de Lyon foram elaboradas por Gramsci e Togliatti para o III Congresso do Partido Comunista Italiano, realizado em 1926.

[10] Gramsci. “Algunos Temas sobre la Questión Meridional” (1990b, p. 304-5). Ou, apenas, “A questão meridional”.

[11] Gramsci. “Un Examen de la Situación Italiana” (1990c, p. 286); trata-se de um texto que Gramsci submeteu à direção do PCI, na reunião de 2-3 de agosto de 1926, poucos meses antes de sua prisão.

[12] Nas palavras de Spriano, “as Teses de Lyon representam o maior esforço levado a efeito pelo partido italiano em aplicar os princípios da tática e da estratégia leninista à situação de um país como o nosso” (1967, Livro I, p. 496).

[13] Gramsci. “Correspondencia entre Gramsci y Togliatti” (1990d, p. 293). Documento do Comitê Político do PCI, elaborado por Gramsci, por ele enviado a Togliatti em outubro de 1926, e publicado na íntegra em *Rinascita — Il Contemporaneo*, de 24 de abril de 1970.

[14] Ver Vacca (1985, p. 56), cuja importante análise será retomada adiante.

[15] Gramsci. “Correspondencia entre Gramsci y Togliatti” (1990d, p. 293). Documento do Comitê Político do PCI.

[16] Gramsci. “Correspondencia entre Gramsci y Togliatti” (1990d, p. 302-3). Carta de Gramsci a Togliatti, de 26 de outubro de 1926.

[17] O impacto das grandes transformações na relação Estado-sociedade, nos anos 30, sobre os intelectuais italianos, é bem estudado em Marino (1983).

[18] “Carta a Tania”, apud Gerratana (1975, p. LXIII).

[19] De Giovanni (1981); Coutinho (1989, esp. cap. 7). Coutinho, nesta que, sem dúvida, é a melhor exposição de autor brasileiro sobre a obra de Gramsci, não empresta relevância, significativamente, aos escritos gramscianos sobre americanismo-fordismo; Femia (1981) e Buci-Gluksmann (1980).

[20] Tal é o entendimento, entre tantos outros, de Buci-Gluksmann (1978, p. 124).

[21] Ver o desenvolvimento do tema em Coutinho (1989, cap. 5).

[22] Sobre intelectuais em Gramsci, ver Gerratana (1975, p. 1511-51).

[23] Gramsci desenvolve esta nota, que é do período 1929-30, mais de dois anos depois. Ver Gerratana (1975, p. 1358-1362).

[24] Sob esta chave analítica, Arantes (1991-92) estudou criativamente os intelectuais gramscianos. Sem maiores discussões, que transcenderiam o objetivo deste ensaio, fica o registro de que Arantes parece encaminhar para uma conclusão, a qual inscreveria Gramsci no campo do nacional-popular, que é inteiramente diversa da que aqui se defende.

[25] Nesse sentido, Gramsci se aproxima do Marx “jovem” da Crítica à filosofia do direito e da Questão judaica, que fez a crítica da “ilusão da política”, expressa na pretensão de se modificar “por cima” a sociedade civil, como no caso exemplar de Robespierre, quando seria exatamente o oposto, de acordo com o autor, o que ocorreria no mundo real: a mudança na sociedade civil é que levaria à transformação da política. Sobre o ponto, ver Furet (1986, p. 25 s.).

[26] Ver Taylor (1983); Losurdo (1988, esp. p. 90 s.); sobre a diferença entre Gramsci e Hegel no que se refere à realização do ético-político, ver o estimulante trabalho de Golding (1992, p. 122 s., esp. p. 128-9).

[27] Sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci, ver Coutinho (1989, p. 73 s.), uma clara e lúcida interpretação deste momento-chave da obra gramsciana; ver também Bellamy e Schecter (1993).

[28] Sobre o papel da “trama privada”, categoria que Gramsci teria extraído da sua “leitura pluralista de Hegel”, e que vai lhe permitir, na reflexão dos Quaderni, a elaboração do seu conceito de sociedade civil, ver Paggi (1984, p. XV).

[29] Sobre este ponto, ver Femia (1981, p. 220).

[30] Este texto de Gramsci nos Quaderni não deixa dúvidas quanto ao seu entendimento do fascismo como revolução passiva, importando, para o mundo europeu, mais um período de guerra de posição — o outro seria o da Restauração. Na abundante bibliografia sobre o assunto, ver Marino (1983, p. 120 e 134); Paggi (1984, p. 298 s.); De Felice (1978, p. 211); Natta (1987, p. 22), Rafalski (1991, p. 93).

[31] A percepção de Gramsci sobre o capitalismo como sistema mundial foi analisada por Vacca (1985, p. 118).

[32] J. F. Femia (1981), em sua interpretação “frankfurtiana” de Gramsci, escreve: “o que realmente conta para ele, é a dimensão da ‘vontade’ e da consciência, o mundo do pensamento, dos sentimentos e das paixões. Tal ângulo, que lhe é particular, está fortalecido por sua aparente aversão por análises sérias do plano infra-estrutural [...]. Formado em filosofia, literatura e lingüística, não tinha como se posicionar no debate teórico sobre problemas do marxismo da perspectiva de um economista”. Em seguida, Femia pergunta se um verdadeiro teórico marxista poderia ignorar aquilo que seria o núcleo duro do sistema de Marx: as “leis do movimento” da economia capitalista (Id., p. 62). Mais adiante, o mesmo autor associa o que seria o utopismo bolchevique em Gramsci, presença de um viés anacrônico em sua obra, à inexistência de uma visão econômica dos processos sociais (Id., p. 233). A partir desse entendimento de Femia — diga-se, de passagem —, é difícil aceitar a recomendação de N. Badaloni, que tem uma compreensão oposta sobre a análise gramsciana da dimensão infra-estrutural, para que se consulte a obra daquele autor, quando se quiser estudar as relações entre o pensamento político de Gramsci e a natureza do capitalismo contemporâneo. Ver Badaloni (1987a, p. 44, nota 44).

[33] J. Texier (1988), em uma posição antípoda à de J. Femia tendo como referência os escritos de Gramsci sobre economia e americanismo, e de uma perspectiva claramente frankfurtiana — como evidencia, aliás, o próprio título do seu artigo —, identifica na abordagem gramsciana um viés favorável à “colonização da vida” pela racionalização do trabalho (p. 104). A atitude de Gramsci, segundo J. Texier, diante do taylorismo e do fordismo, indicaria que ele teria concebido “a vida social ingenuamente a partir do paradigma de uma razão instrumental, utilitarista”; além disso, Gramsci pensaria a ordem social de modo

naturalista como se ela derivasse de uma “diferenciação da ordem natural” (p. 109), posição que, no limite, o levaria a cancelar a “instância moral” (p. 116). Tamanho desequilíbrio na orientação da bibliografia consiste em um eloqüente testemunho de como a controvérsia sobre a obra gramsciana está longe de se esgotar.

[34] Sobre a leitura gramsciana da questão-chave, na teoria econômica de Marx, sobre a tendência à queda na taxa de lucro e os limites estruturais a uma reprodução continuada do processo de produção capitalista, ver Consiglio e Frosini (1994). Ver, igualmente, os comentários críticos de Badaloni (1994) à introdução feita por Lunghini àquela obra.

[35] Sobre os escritos “juvenis” de Gramsci, ver Garin (1974).

[36] “Extrema-esquerda democrática”, no caso, refere-se às posições de Marx e de Engels, defendidas na Nova Gazeta Renana, no curso da revolução alemã de 1848, estando ausente do texto gramsciano qualquer alusão pejorativa no sentido de um viés “esquerdista”.

[37] Para o tema do “molecular”, ver Gerratana (1987, p. 114-5); Monasta (1987, p. 301); Badaloni (1987b, p. 109); uma visão desse mesmo tema, embora distante de qualquer influência da obra gramsciana, encontra-se em Cohen (1978); ainda sobre a questão do “molecular”, ver Cohen (1994).

[38] Tal argumento de Gramsci sobre democracia encontra-se inteiramente presente em Elster (1990, p. 107), que, muito provavelmente, desconhecia o texto gramsciano quando o elaborou.

[39] Gramsci, certamente em razão da censura a que estava exposto na prisão, evita, freqüentemente, mencionar a revolução russa de 1917 como o marco moderno da “ruptura histórica” que examina. No entanto, em outras passagens, refere-se diretamente a ela, que é o seu marco efetivo e não a generalidade vazia “conflito mundial 1914-18”; ver, por exemplo, Gerratana (1975, p. 1229).

[40] A ênfase na sociabilidade como dimensão a ser privilegiada na mudança social vem encontrando um notável desenvolvimento nas ciências sociais contemporâneas, como no caso do excelente ensaio de Cohen e Rogers (1994).

Referências bibliográficas

ARANTES, P. E. (1991-1992). “Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão”. *Presença*, n. 17.

ARICÓ, J. (1988). *La cola del diablo: itinerário de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Puntosur Editores.

BADALONI, N. (1975). *Il marxismo di Gramsci*. Turim: Einaudi.

_____. (1987a). “Teoria gramsciana delle dislocazioni egemoniche”. *Critica marxista*, n. 2/3, março-junho.

_____. (1987b). “Gramsci: a filosofia da práxis como previsão”. In: E. Hobsbawm (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. X.

_____. (1994). “Gramsci e l’economia politica. Discussione con Lunghini”. *Critica marxista*, n. 4, nova série.

BARATTA, G. (1990). “Socialismo, americanismo e modernità in Gramsci”. *Critica marxista*, n. 4, julho-agosto.

BELLAMY, R. E SCHECTER, D. (1993). *Gramsci and the Italian State*. Manchester, NY: Manchester University Press.

- BUCCI-GLUCKSMANN, C. (1978). "Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva". In: Franco Ferri (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1980). *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARPI, U. (1991). "Egemonia moderata e intellettuali nel Risorgimento". In: Soria d'Italia, *Annali 4: Intellettuali e Potere*. Turim: Einaudi.
- COHEN, G. A. (1978). *Karl Marx Theory of History. A Defence*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (1994). "Back to Socialist Basics". *New Left Review*, n. 207.
- COHEN, Joshua e ROGERS, Joel. (1994). "Solidarity, Democracy, Association". Trabalho apresentado no XVI Congresso Mundial da International Political Science Association. Berlim, agosto.
- CONSIGLIO, F e FROSINI, F. (Orgs.). (1994). *A. Gramsci. Scritti di economia politica*. Turim: Bollati & Boringhieri.
- COUTINHO, C. N. (1989). *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). (1985). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- DE FELICE, F. (1978). "Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci". In: *Política e História em Gramsci*, cit.
- DE GIOVANNI, B. (1981). "Il 'moderno Principe' fra politica e tecnica". *Critica marxista*, n. 3.
- ELSTER, J. (1990). "Reflexões sobre a transição ao socialismo". *Lua Nova*, n. 22, dezembro.
- FEMIA, J. V. (1981). *Gramsci's Political Thought*. Oxford: Clarendon Press.
- FURET, F. (1988). *Marx et la Révolution Française*. Paris: Flammarion.
- GARIN, E. (1974). *Intellettuali italiani del XX secolo*. Roma: Riuniti.
- GERRATANA, V. (Ed.). (1975). *Antonio Gramsci — Quaderni del carcere*. Roma: Einaudi.
- _____. (1987). "Unità della persona e dissoluzione del soggetto". *Critica marxista*, n. 2-3, março-junho.
- GOLDING, S. (1992). *Gramsci's Democratic Theory*. Toronto/Buffalo/Londres: University of Toronto Press.
- GRAMSCI, A. (1988). "La revolución contra 'El capital'". In: M. Sacristán. *Antonio Gramsci — Antología*. 11. ed. México: Siglo Veintiuno.
- _____. (1990a). "La situación italiana y las tareas del PCI (Tesis de Lyon)". In: Id. *Escritos políticos (1917-1933)*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno.
- _____. (1990b). "Algunos temas sobre la Questión Meridional". In: Id. *Escritos políticos (1917-1933)*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno.
- _____. (1990c). "Un examen de la situación italiana". In: Id. *Escritos políticos (1917-1933)*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno.
- _____. (1990d). "Correspondencia entre Gramsci y Togliatti". In: Id. *Escritos Políticos (1917-1933)*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno.
- KANNOUSSI, Dora e MENA, Javier. (1985). *La revolución pasiva: una lectura de los Cuadernos de la cárcel*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla.
- KAVIRAJ, S. (1988). "A Critique of Passive Revolution". *Economic and Political Weekly*, v. XXXIII, n. 45-47,

Bangalor.

LENIN, V. I. (1979). "Duas táticas da social-democracia na revolução democrática". In: Id. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega.

LEPENIES, W. (1995). Ascensão e declínio dos intelectuais na Europa. Lisboa: Edições 70.

LOSURDO, D. (1988). Hegel-Marx e la tradizione liberale. Roma: Riuniti.

MARINO, G. C. (1983). L'Autarchia della cultura. Roma: Riuniti.

MARX, K. (s/d.). Crítica da filosofia do direito de Hegel. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

MONASTA, A. (1987). "Intellettuai e direzione politica". Critica marxista, n. 2-3, março e junho, Roma.

NATTA, A. (1987). "Innovare com coraggio. Entrevista con Alessandro Natta". In: F. Ottolenghi e G. Vacca (Eds.). Critica marxista, n. 2-3.

NOGUEIRA, M. A. (1991). "Gramsci e il dibattito politico culturale in Brasile". Critica marxista, n. 6.

OTTOLENGHI, F. E VACCA, G. (Eds.). (1987). "Innovare con coraggio. Entrevista con Alessandro Natta". Critica marxista, n. 2-3.

PAGGI, L. (1984). Le strategie del potere in Gramsci. Roma: Riuniti.

PORTANTIERO, J. C. (1982). "O marxismo latino-americano". In: E. Hobsbawm (Org.). História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAFALSKI, T. (1991). "Gramsci e il corporativismo". Critica marxista, n. 3.

SPRIANO, P. (1967). Storia del Partito comunista italiano. Turim: Einaudi.

_____. (1977). Gramsci in carcere e il partito. Roma: Riuniti.

_____. (1978). Entrevista sulla storia del PCI. Entrevista concedida a S. Colarizi. Bari: Laterza.

TAYLOR, C. (1983). Hegel y la sociedad moderna. México: Fondo de Cultura Económica.

TEXIER, J. (1988). "Rationalité selon la fin et rationalité selon la valeur dans les Cahiers de la Prison". Actuel Marx, n. 4.

VACCA, G. (1985). Il marxismo e gli intellettuai. Roma: Riuniti.

WERNECK VIANNA, L. (1993). "O problema do americanismo em Tocqueville". Lua Nova, n. 30.

Fonte: Especial para Gramsci e o Brasil.

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=676>

ESTADO AMPLIADO

Guido Liguori

Obra: Roteiros para Gramsci

Editora da UFRJ - Rio de Janeiro, 2007

A interpretação de Liguori acerca de Gramsci pode ser lida como uma alternativa, não necessariamente antitética, às oferecidas nos demais textos, mas ressaltando aspectos distintos da obra de Gramsci. Neste texto, Liguori apresenta com precisão e cuidado a forma como se construiu o conceito de “estado ampliado” nos Cadernos do Cárcere.

1.1 A ampliação do conceito de Estado

“Estado” e “sociedade civil” são termos e categorias que aparecem repetidamente nos *Cadernos do cárcere* de modo até mesmo distinto e autônomo. Aqui, tenta-se tomá-los em exame conjuntamente, a partir da categoria de “Estado integral” ou “ampliado”, por causa de um dado interpretativo básico: Gramsci tem uma concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num nexos de unidade-distinção, de modo que abordar um sem o outro significa negar a si mesmo a possibilidade de ler corretamente os *Cadernos*. A expressão, não diretamente gramsciana (Gramsci fala, antes, de “Estado integral”) mas deduzível dos textos (Q6, 87, p. 763), que indica melhor esta relação de unidade-distinção é “Estado ampliado”, introduzida a partir de 1975 por Christine Buci-Glucksmann, que apontava a “ampliação do conceito de Estado” como a maior contribuição teórico-política de Gramsci.¹

Que sentido tem a adoção desta categoria de “Estado ampliado”? Ela indica dois fatos: por um lado, apreende o nexos dialético (unidade-distinção) de Estado e sociedade civil, sem “suprimir” nenhum dos dois termos; por outro, e ao mesmo tempo, indica que tal unidade ocorre *sob a hegemonia do Estado*. Em outras palavras, sem prejuízo do fato de que não existe uma fagocitose intelectual de um termo por parte do outro, existe, no entanto - na realidade do século XX sobre a qual Gramsci reflete e que é refletido por sua teoria -, um *protagonismo* do Estado, que ele apreende, assim como outros pensadores políticos marxistas e não-marxistas.

A “ampliação” do conceito de Estado ocorre nos *Cadernos* em duas direções:

a) a compreensão da nova relação entre política e economia, que Gramsci identifica como um dos traços peculiares do século XX, refletindo sobre o “corporativismo” fascista, as experiências da União Soviética, a situação que decorre do “colapso de Wall Street”: faces diversas de uma mesma moeda que começara a se evidenciar pelo menos a partir da Primeira Guerra Mundial e que encontrara seu lugar na reflexão de pensadores como Walter Rathenau e Otto Neurath. Deve-se notar que estes temas já estavam presentes nos debates teóricos tanto da Terceira Internacional quanto do austro-marxismo no início dos anos 1920, quando Gramsci passou algum tempo primeiro em Moscou e depois em Viena. Nova relação política-economia - dissemos -, mas não capaz - para Gramsci, como veremos - de invalidar a tese marxiana e marxista da determinação “em última instância” do econômico.

b) a compreensão da nova relação entre “sociedade política” e “sociedade civil” (no sentido *propriamente gramsciano* de “lugar do consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da hegemonia. É uma relação - entre sociedade política e sociedade civil - que, segundo Gramsci, começa a mudar já no século XIX, para afirmar-se plenamente no século seguinte. Como se sabe, tal mudança é expressa pela conhecida metáfora espacial “Oriente-Occidente”. A reflexão de Gramsci também está inevitavelmente condicionada pelo estudo das realidades “totalitárias”, que, por motivos diversos, considera particularmente: o Estado fascista e o Estado soviético. No entanto, as conclusões a que chega vão além de tais modelos.

1.2 Primeira “ampliação”: política e economia

Iniciemos pelo primeiro aspecto, concernente à relação Estado-economia. Antes de mais nada, desfaçamos qualquer equívoco: Gramsci se situa firmemente em terreno marxista. Não substitui a economia pela política, simplesmente reafirma com vigor o nexos dialético e de ação recíproca entre os dois níveis da realidade, pesquisando em profundidade o nível “superestrutural”, mas a partir da lição fundamental de Marx. Se havia tido algumas ambigüidades nos escritos juvenis,² nos *Cadernos* Gramsci polemiza repetidamente com Gentile e sua escola, recusando-se a tomar o Estado capitalista como o sujeito da história e, mais ainda, como o sujeito do modo de produção capitalista. Retomando em segunda redação um parágrafo do *Caderno 7* sobre Ricardo e a teoria do Estado como “elemento que assegura a propriedade, isto é, o monopólio dos meios de produção” (Q7, 42, p. 890), Gramsci acrescenta: “Certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (Q10 II, 41.VI, p. 1.310).

O Estado, portanto, é “expressão da situação econômica”. Gramsci já escrevera no *Caderno 1*: “Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só pode ser concebido como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção. Conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são inseparáveis” (Q1, 150, p. 132).

No correspondente texto C, Gramsci volta ao tema da “concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais”, reforçando as afirmações do texto de primeira redação, mas sublinhando não estar suposto que “a relação de meio e fim” (entre política e economia) «seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista» (Q10 II, 61, p. 1.359-1.360). Entre o “mundo econômico” e sua expressão estatal pode existir uma relação menos imediata; por exemplo, em presença de uma situação histórica não favorável. No caso do *Risorgimento* italiano, em comparação com a Revolução Francesa, tem-se uma burguesia fraca, e as “forças progressistas” são “escassas e insuficientes em si mesmas”; se, portanto, «o impulso para o progresso [...] é o reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas [...], o grupo portador das novas idéias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais; e a concepção do Estado da qual se faz propaganda muda de aspecto: ele é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional» (Q10 II, 61, p. 1.360-1.361). Daí parece possível deduzir que a absolutização do conceito de Estado é reflexo de uma situação socioeconômica atrasada: uma observação não secundária, que marca a distância entre Gramsci e uma certa tradição idealista italiana.

A peculiaridade dialética da formulação gramsciana é evidente até mesmo nos parágrafos em que o autor fala do “economicismo”, na sua dupla versão, burguesa (livre-cambismo, isto é, liberismo) e proletária (sindicalismo teórico). Gramsci escreve que, no caso dos liberistas,

[...] especula-se inconscientemente [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e se afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, esta distinção é puramente metodológica, não orgânica, e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. Por outro lado, também o liberismo deve ser introduzido por lei, isto é, por intervenção do poder político. (Q4, 38, p. 460)

Esta passagem é importante por causa da afirmação segundo a qual a “distinção é puramente metodológica, não orgânica, e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa”. Sublinhou-se que, aqui, a sociedade civil *em questão* é aquela própria da tradição liberista.³ Em outras palavras, aqui por sociedade civil Gramsci entende a “sociedade econômica”; isto é, a distinção não orgânica só diria respeito à relação política-economia (sociedade política-sociedade econômica). O texto gramsciano também pode originar leituras diversas. Em todo caso, não me parece possível reduzir (em nenhuma direção) o alcance geral da vigorosa afirmação de Gramsci sobre a distinção “não orgânica” entre os diversos níveis da realidade: que sentido teria a afirmação de um nexos orgânico entre sociedade econômica e sociedade política, e não entre sociedade civil (gramscianamente entendida) e sociedade política? Os muitos parágrafos sobre direção e domínio, força e consenso etc. levam a compreender que também a relação entre sociedade política e sociedade civil é dialética, de unidade-distinção. Isto significa

que a distinção *não é orgânica*. Não me parece que deste modo se perca a especificidade da teoria gramsciana da hegemonia, baseada no consenso (preocupação que talvez seja subjacente à leitura de Texier e Coutinho), mas somente que se desmintam uma interpretação da mesma em que exista *unicamente* o consenso, só os “aparelhos hegemônicos”. A complexidade do papel do Estado (“integral”) reside no fato de reunir força e consenso num nexos dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no “Ocidente” o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a “força” desapareça. Tal como o demonstram até mesmo os casos extremos do fascismo e do nazismo.

Um problema análogo nasce da expressão de Gramsci segundo a qual sociedade civil e sociedade política são “uma mesma coisa”. No texto C (Q13,18, p. 1.590), a expressão é substituída por outra ainda mais forte; “identificam-se”. Em Q26,6, p. 2.302, Gramsci, falando do “Estado guarda-noturno”, isto é, do “Estado mínimo”, escreveria que “a sociedade civil [...] também é ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado”. Como deve ser lida esta sobreposição total de Estado e sociedade civil, entendida seja como for? Considero que não seria correto derivar desta ou de outras passagens uma *identidade* total - no pensamento gramsciano - entre sociedade econômica e sociedade política, assim como entre sociedade civil e sociedade política: a linguagem gramsciana aqui sofre uma deformação polêmica, que, no entanto, se tomada ao pé da letra, é incompatível com o “ritmo do pensamento” do autor. A relação continua a ser dialética, de unidade-distinção.⁴

E a partir da não separação “ontológica” de Estado e sociedade civil e de política e economia que Gramsci pode captar o novo papel que o político assume no século XX, seja em relação à produção econômica, seja - conseqüentemente - em relação à composição de classe da sociedade. Gramsci se interessa pelo fenômeno, então novo, dos títulos públicos, que tornam o Estado um poderoso pulmão financeiro a serviço do capital. Estamos nos anos imediatamente subseqüentes ao grande “colapso de Wall Street”. A confiança no sistema capitalista está profundamente abalada, mas o público “não rejeita a confiança no Estado; quer participar da atividade econômica, mas através do Estado” (Q9, 8, p. 1.100-1.101). E, se o Estado capta a poupança — são as conclusões clarividentes do raciocínio gramsciano —, cedo ou tarde não poderia deixar de entrar diretamente na “organização produtiva” (Q9, 8, p. 1.101). O Estado - diz Gramsci - “deve intervir” se pretende evitar uma nova depressão. Em outras palavras, capta com lucidez a passagem da economia capitalista para sua fase “keynesiana” dos anos 1930, afirmando na mesma página: “Não se trata, com efeito, de conservar o aparelho produtivo tal como é num determinado momento. É preciso desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. Nestes desenvolvimentos necessários reside o perigo maior da iniciativa privada e aqui será maior a intervenção estatal”.

No correspondente texto C (Q22, 14, p. 2.176), Gramsci precisa que o Estado é levado a intervir em razão das “operações de salvamento das grandes empresas à beira da falência ou em perigo; ou seja, como já foi dito, [em razão da] ‘nacionalização das perdas e dos déficits industriais’”. Gramsci não é crítico só da versão fascista da nova relação entre política e economia que se realiza na “grande crise” mundial iniciada em 1929. De fato, não titubeia em apontar, no Estado fascista, “a estrutura plutocrática” e os “laços com o capital financeiro” (Q9, 8, p. 1.101), para além de qualquer retórica “corporativista”. Gramsci também critica o “capitalismo de Estado” *tout court*, considera-o como “um modo para uma sábia exploração capitalista nas novas condições que tornam impossível [...] a política econômica liberal” (Q7, 91, p. 920).⁵ Não muda a marca de classe, o fim último (a exploração capitalista). E, portanto, os *Cadernos* não estimulam, nesta série de parágrafos, as políticas de *new deal*, que só em seguida - ao longo do século XX - incorporariam também significados progressistas ou, pelo menos, de «compromisso», em decorrência das próprias lutas dos trabalhadores e como resposta a estas lutas e às necessidades das classes subalternas, ainda que num quadro não revolucionário e, assim, sob alguns aspectos, de «revolução passiva».⁶

Deve-se sublinhar que, para Gramsci, o Estado incide profundamente na composição de classe da sociedade, fazendo diminuir ou não, por exemplo, o peso das camadas parasitárias com sua política financeira (Q1, 135, p. 125). Mas os exemplos poderiam obviamente se multiplicar, no momento em que o Estado entra diretamente na “organização produtiva”. Aqui, dá-se aquela *produção da sociedade* por parte do Estado (distribuidor de renda, direta e indiretamente, para parcelas crescentes da população,

não necessariamente parasitárias, ao contrário do que parecia a Gramsci na Itália fascista dos anos 1930), que representa a maior novidade da relação Estado-sociedade no século XX, ainda que sempre no quadro de uma relação dialética, de unidade-distinção, entre Estado e sociedade civil (em todos os sentidos, econômica e não), como Gramsci nos ensina sempre a partir de Marx.

Deste modo, continua de pé, para Gramsci, que o modo de produção capitalista tem a economia como seu “motor primeiro”. Também continua de pé que, para um marxista dialético, a distinção entre estrutura e superestrutura (e entre Estado e sociedade civil classicamente compreendida) é só metodológica, não orgânica: numa palavra, é dialética. Também continua a ser verdade, para Gramsci, que no século XX o Estado, o político redefine as próprias relações com o econômico em decorrência da necessidade de o capital superar a própria crise. Intervenções estatais na poupança e na produção, introduzidas na sociedade socialista como alternativa ao mercado, são *agora* (isto é, na época de Gramsci) introduzidas, ainda que com finalidades opostas, também nas sociedades capitalistas.

Deve-se também dizer que Gramsci ainda usa, mais raramente, um esquema triádico, composto por economia-sociedade civil— Estado. Tome-se como exemplo o parágrafo 49 do *Caderno 4*, no qual lemos que “a relação entre os intelectuais e a produção [...] é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade; b) pelo Estado” (Q4, 49, p. 476). Aqui a “produção” está nitidamente distinta seja da sociedade civil (em sentido “gramsciano”), seja do Estado, termo usado neste caso “em sentido estrito”, isto é, tradicional, não “ampliado”, sem compreender aqueles organismos que, no correspondente texto C (Q12, 1, p. 1.518), Gramsci define como “designados vulgarmente como ‘privados’”. Aqui, o advérbio “vulgarmente” e as aspas entre as quais coloca o adjetivo “privados” explicitam sua posição, que reafirma o caráter só *aparentemente* “privado”, e “separado”, da sociedade civil. Ainda no *Caderno 10*, Gramsci volta a expressar o mesmo esquema triádico: “Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (Q10 II, 15, p. 1.253-1.254).

Mas o que se deve entender aqui por “sociedade civil”? Não parece a sociedade civil em sentido propriamente gramsciano, como aparelho do consenso. Neste parágrafo, intitulado “Breves notas sobre economia”, Gramsci discorre sobre o conceito de *homo oeconomicus*. O problema é como retirá-lo de cena quando não corresponde mais a uma “estrutura econômica [que] mudou radicalmente”. Aqui, portanto, Gramsci parece se referir, com a expressão “sociedade civil”, a um “mundo econômico” que transborda da “estrutura econômica” propriamente dita. De resto, no mesmo parágrafo ele distingue entre “estrutura econômica” e “modo de operar econômico” ou, também, entre “estrutura econômica” e “atividade econômica”. Em todo caso, o papel que Gramsci atribui ao Estado - e convém insistir nisso agora - mostra-se muito relevante: adequar a sociedade civil à estrutura econômica.

Voltemos agora ao esquema que vimos expresso no parágrafo 49 do *Caderno 4*. Existe aí a “estrutura”, enquanto sociedade civil e Estado fazem parte da “superestrutura”; como diz Gramsci no correspondente texto C, “podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’” (Q12, 1, p. 1.518).

Gramsci - podemos dizer - é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética da relação entre ambas.

1.3 Segunda “ampliação”: sociedade política e sociedade civil

Vamos à segunda direção em que se realiza “a ampliação do conceito de Estado” proposta por Gramsci. Na carta a Tania de 7 de setembro de 1931, temos uma fotografia de rara eficácia desta descoberta teórica gramsciana:

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo [...]. Este estudo também leva a certas *determinações do conceito de Estado*, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado

momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais.⁷

Estudando a história e o papel dos intelectuais, e estabelecendo assim a própria teoria da hegemonia, Gramsci chegou a um novo conceito de Estado. Neste âmbito, a atenção de Gramsci se dirige sobretudo aos “aparelhos hegemônicos” (termo que, no entanto, não aparece nos *Cadernos*, pelo menos no plural), aparelhos que se somam aos “aparelhos coercitivos”, típicos do Estado *stricto sensu*, do Estado oitocentista, ao qual se dirigira a atenção de Marx e também de Lenin (o qual atua e faz a revolução num Estado sob tantos aspectos ainda oitocentista). Daí decorre a importância decisiva que Gramsci atribui aos intelectuais, com um nexos intelectuais-Estado que também se nutre de sugestões hegelianas. A “sociedade civil” é entendida como conjunto de “organizações ditas privadas”. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista em Q12, 1, p. 1.518 (“organismos designados vulgarmente como ‘privados’”) e que é possível encontrar em várias passagens dos *Cadernos*. O uso de aspas (por exemplo, em Q6, 137, p. 801), ou do advérbio “vulgarmente” (por exemplo, em Q8, 130, p. 1.020), assim como a expressão “ditas”, que precede “privadas”, são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de “Estado ampliado”. Já disse que esta expressão não se encontra em Gramsci, que fala várias vezes de “Estado integral” (por exemplo, Q6,10, p. 691 ou Q6,155, p. 810), mas usa a expressão “Estado em sentido orgânico e *mais amplo*” (Q6, 87, p. 763, grifo meu).

Cabe sublinhar também um outro aspecto: se os organismos da sociedade civil gramscianamente entendida fossem “privados” *tout court*, abrir-se-ia caminho para uma leitura “culturalista”, “idealista”, “liberal” de Gramsci, tendente a enfatizar a importância do “diálogo” ou da habermasiana “ação comunicativa”, vistos como desligados das relações de força: uma visão *ingênua* da democracia e da hegemonia.⁸ Em vez disso, o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambigüidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do *poder* na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico, no qual - mais uma vez, dialeticamente - nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. Um poder hegemônico cujo sujeito é a classe, mas uma classe que - para ser verdadeiramente hegemônica - deve, como veremos, “fazer-se Estado”.

1.4 Estado e consciência de classe

O parágrafo 47 do *Caderno 1*, intitulado “Hegel e o associativismo”, parece ser o primeiro lugar dos *Cadernos* em que surge uma concepção do Estado que também compreende os “organismos” da sociedade civil:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. (...) Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. (Q1, 47, p. 56)

Para Gramsci, “sociedade civil” não é nem a “estrutura” marxianamente entendida nem o hegeliano “sistema de carecimentos”, mas, antes, o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais genericamente ditas “privadas”, para diferenciá-las da esfera “pública” do Estado. Mas, como vimos, o marxismo dialético de Gramsci impede tal distinção nítida, “orgânica”. Ele - a partir de uma leitura de Hegel que mereceria várias especificações e distinções e que não parece isenta de traços forçados - sustenta, desde o *Caderno 1*, que partidos e associações constituem os momentos através dos quais se constrói e educa o consenso. O Estado é o sujeito da iniciativa político-cultural, mesmo agindo, como sabemos, seja por meio de canais *explicitamente* públicos, seja por meio de canais *aparentemente* privados. A capacidade heurística deste esquema interpretativo mostra-se ainda mais evidente hoje, quando o desenvolvimento dos *mass media* e sua incidência político-cultural são tão amplamente reconhecidos: de fato, aos velhos “aparelhos hegemônicos”, como a escola ou a imprensa, somou-se a televisão - fundamental na criação

do senso comum⁹ -, terreno em que muitas vezes as conotações de “público” ou “privado”, de “político” ou “econômico” encontram muitas dificuldades.

A expressão “sociedade civil” não aparece em Q1, 47, p. 56, mas o conceito está presente, como também se depreende lendo Q6, 24, p. 703: “sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado)”.

Pode-se acrescentar que Hegel também é mencionado repetidamente, nos *Cadernos*, como teórico do “Estado ético”, contraposto ao “Estado guarda-noturno”, isto é, ao Estado mínimo humboldtiano. O conceito de “Estado ético” - diz Gramsci - é de origem filosófica (Hegel) e refere-se [...] à atividade educativa e moral do Estado” (Q5, 69, p. 603-604). Mais adiante voltaremos a isso.

À parte o parágrafo sobre Hegel, no *Caderno 1* (e no *Caderno 2*), não existem observações relevantes sobre nosso tema, com exceção daquelas já referidas. É no *Caderno 3* que Gramsci sublinha repetidamente o papel e a função do Estado. Em primeiro lugar, aqui encontramos um rápido esboço de teoria do Estado: não só a distinção entre o antigo-medieval e o moderno (“O Estado moderno abole muitas autonomias das classes subalternas [...], mas certas formas de vida interna das classes subalternas renascem como partido, sindicato, associação cultural” [Q3, 18, p. 303]), mas também uma importante observação sobre a “ditadura moderna”, que “abole até mesmo estas formas de autonomia de classe e se esforça por incorporá-las à atividade estatal: ou seja, a centralização de toda a vida nacional nas mãos da classe dominante se torna frenética e absorvente” [ibid.].

As variantes introduzidas no texto C deste parágrafo (Q25, 4, p. 2.287) merecem atenção. Não só “a ditadura moderna” se torna “as ditaduras contemporâneas”, mas a conclusão deste trecho muda assim: “a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna ‘totalitária’”. Decerto, a referência é ao fascismo (e aos “fascismos”, segundo o plural do texto C, de 1934). Mas me pergunto se também não se lê em filigrana uma referência à União Soviética, lembrando, entre outras coisas, que para Gramsci “totalitário” parece ter uma conotação geralmente positiva ou, de todo modo, não negativa, neutra. Resta o fato de que a reflexão carcerária de Gramsci sobre o Estado também tem, entre seus objetos privilegiados, o Estado “totalitário”, que se afirmava sob diversas formas.

As outras menções ao Estado que encontramos neste caderno contribuem para enfatizar a importância do conceito: “a partir do momento em que existe um novo tipo de Estado, nasce [concretamente] o problema de uma nova civilização” (Q3, 31, p. 309);¹⁰ “escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe” (Q3, 46, p. 326); “A unificação histórica das classes dirigentes dá-se no Estado, e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados” (Q3, 90, p. 372). Para ser preciso, a “classe” só parece a Gramsci madura para se pôr como classe hegemônica quando: a) tem um partido autônomo, que afirma a própria “autonomia integral” em face das classes dominantes (Q3, 90, p. 373); e b) sabe “unificar-se no Estado” (ibid.).

Tanto o supracitado parágrafo 18 quanto este parágrafo 90 têm o mesmo título: “História das classes subalternas”. Gramsci está precisamente tentando compreender por que uma classe é subalterna e como faz para se tornar dirigente. Por este caminho reformula o conceito de hegemonia - já presente *in nuce* nas discussões da Terceira Internacional no início dos anos 1920 - e introduz a expressão “sociedade civil”, ainda não plenamente desenvolvida como conceito gramsciano. De fato, assim prossegue o parágrafo 90: “Esta unidade deve ser concreta, portanto o resultado das relações entre Estado e ‘sociedade civil’. Para as classes subalternas, a unificação não acontece: sua história está entrelaçada à da ‘sociedade civil’, é uma fração desagregada dela” (ibid.).

O texto C é ainda mais explícito: “As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados” (Q25, 5, p. 2.288).

Está claro que Gramsci aqui descreve o caminho da hegemonia e só vê uma classe como madura para lançar o próprio desafio hegemônico à medida que ela consegue expressar um partido, e neste se expressar, bem como “se tornar Estado”.

Concluo as observações sobre o *Caderno 3*, chamando a atenção sobre Q3, 61, p. 340, que, embora com algumas ambigüidades, a meu ver começa a «ampliar» o conceito de Estado:

[...] todo elemento social homogêneo é “Estado”, representa o Estado na medida em que adere a seu programa; de outro modo, confunde-se o Estado com a burocracia estatal. Todo cidadão é “funcionário” se é ativo na vida social conforme a direção traçada pelo Estado-Governo, e tanto mais é “funcionário” quanto mais adere ao programa estatal e o elabora inteligentemente.

Gramsci está falando de “Luta de gerações” (é o título do curto parágrafo) e adverte (um tanto sibilinamente) contra “formas estatolátricas”. Ainda estamos diante de uma reflexão sobre as experiências totalitárias dele contemporâneas. Em particular, está falando do regime soviético, como fica claro ao se ler o parágrafo 69 do *Caderno 9*, no qual - rebatendo as críticas elitistas à democracia e aos seus conteúdos “numéricos” - chega a falar do “sistema representativo, mesmo não parlamentarista e não forjado segundo os cânones da democracia abstrata”: a democracia soviética. “Nestes outros regimes - continua Gramsci -, supõe-se o consenso permanentemente ativo, até o ponto de que aqueles que consentem poderiam ser considerados como ‘funcionários’ do Estado, e as eleições, um modo de recrutamento voluntário de funcionários estatais de um certo tipo” (Q9, 69, p. 1.141).

Pela semelhança, podemos associar a estes parágrafos sobre a ampliação do conceito de “funcionário estatal” o último parágrafo do *Caderno 2*, inserido, na realidade, muito mais tarde, em 1933-1934:

O que é a polícia? Por certo, ela não é apenas uma determinada organização oficial, juridicamente reconhecida e habilitada para a função de segurança pública, tal como ordinariamente se entende. Este organismo é o núcleo central e formalmente responsável da “polícia”, que é uma organização muito mais ampla, da qual direta ou indiretamente, com laços mais ou menos precisos e determinados, permanentes ou ocasionais etc., participa uma grande parte da população de um Estado. A análise destas relações serve bem mais para compreender o que é o “Estado” do que muitas dissertações filosófico-jurídicas. (Q2, 150, p. 278-279)

Reflexão sobre a história das classes dirigentes e das classes subalternas e reflexão sobre o Estado contemporâneo (inclusive e sobretudo totalitário) convergem para evidenciar a nova morfologia do Estado do século XX.

1.5 Datações

Antes de prosseguir na leitura dos *Cadernos*, abramos um parêntese sobre o ritmo temporal segundo o qual Gramsci busca estabelecer o amadurecimento da nova morfologia do Estado, seu processo de “ampliação”. O primeiro parágrafo a que gostaria de me referir vincula-se ao tema do novo modo de entender as funções de “polícia”:

O “tecnicismo” político moderno mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e de partido, da formação de amplas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, de partido e sindicais) e das transformações ocorridas na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas também do conjunto de forças organizadas pelo Estado e pelos indivíduos privados para proteger o domínio [político e econômico] da classe dirigente. Neste sentido, partidos “políticos” inteiros e outras organizações econômicas ou de outro tipo devem ser considerados organismos de polícia política de caráter “repressivo” e “investigativo”. (Q9, 133, p. 1.195)”

“Depois de 1848”, portanto. Num outro parágrafo, aponta-se 1848 como divisor de águas. Trata-se de Q8, 52, p. 972-973, em relação ao conceito de “revolução permanente”. É um parágrafo que convém ler na segunda e mais rica redação:

Conceito político da chamada “revolução permanente”, surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez [...] aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal [...].

No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política na fórmula de

“hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição [...]. A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas. (Q13, 7, p. 1.566-1.567)

A citação é longa mas repleta de indicações, a partir da última, evocando o célebre parágrafo 16 do *Caderno 7* sobre “guerra de posição e guerra manobrada ou frontal”, ao qual voltaremos, e explicitando que a visão da transformação morfológica do Estado segundo um eixo diacrônico deve ser corrigida à luz da categoria de “desenvolvimento diferenciado”, e respectiva “análise diferenciada”, aplicada à sociedade e aos Estados contemporâneos.

À parte isso, vejamos como o processo de transformação do Estado burguês, que se manifesta depois de 1848, se torna explosivo depois de 1870. A afirmação gradual da democracia conduz a um novo tipo de luta de classes, à altura das “trincheiras” e “casamatas” que vão mudando rapidamente o campo de batalha. Por que a democracia (burguesa)? Porque - escreve Gramsci no *Caderno 8* - “a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’ etc.” (Q8, 2, p. 937).

Gramsci tenta explicar em seguida “de que modo se verifica uma paralisação e se volta à concepção do Estado como pura força etc.”. Para nós, no entanto, é importante estabelecer que a trajetória de marcha da burguesia - para Gramsci, já essencialmente captada (pre-figurada) por Hegel - traz consigo um novo tipo de Estado, cada vez mais complexo e baseado na organização do consenso. Aqui e ali Gramsci parece retrodatar o discurso sobre o nexos Estado-hegemonia: “Mas alguma vez existiu Estado sem ‘hegemonia’?” - pergunta-se, por exemplo, em Q8, 227, p. 1.084. Em Q6, 87, p. 763, evoca uma fórmula de Guicciardini, segundo a qual, “para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião”, traduzindo-as em “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil” e acrescentando que, no Renascimento, “a Igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente”. De resto, o processo de formação-afirmação da burguesia durou séculos. Mas continuemos a dirigir a atenção às novidades morfológicas do Estado no século XX, levando em conta que o século - do ponto de vista da história do Estado, isto é, da hegemonia - parece começar, para Gramsci, em 1870, não em 1914 (e muito menos em 1917).

1.6 O *Caderno 6*: definições

Voltemos aos *Cadernos*, para seguir o desenvolvimento da reflexão de Gramsci sobre Estado e sociedade civil. Depois do *Caderno 3*, o *Caderno 6* é aquele em que se encontram algumas das definições mais fecundas de “Estado ampliado”.¹² O *Caderno 6* - lembremos - data de 1930-1932 e é um caderno miscelâneo, composto quase completamente de textos B. Vejamos alguns trechos sobre Estado e sociedade civil:

Q6, 10, p. 691: depois da Revolução Francesa, a burguesia “pôde apresentar-se como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita”.¹³

Q6, 87, p. 762-763: Gramsci traduz da maneira que vimos a fórmula de Guicciardini, concluindo o parágrafo com uma observação de grande interesse sobre “a iniciativa jacobina de instituir o culto do ‘Ser Supremo’, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)”.¹⁴

^{Q6}, 88, p. 763-764: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”.

Q6, 136, p. 800: organizações e partidos, “num sentido amplo e não formal”, constituem “o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo”.

Q6, 137, p. 801: “*Conceito de Estado*. [...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”.

Q6, 155, p. 810-811: “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)”.

Neste ponto dos *Cadernos*, pois, Gramsci chegou ao conceito de “Estado ampliado” que descreve na carta a Tania de setembro de 1931: sociedade política + sociedade civil, aparelhos governamental - coercitivos + aparelhos hegemônicos. Aqui gostaria de chamar a atenção sobre “aparelho hegemônico”, que aparece em Q6, 136, p. 800, expressão que me parece de fundamental importância porque remete à materialidade dos processos hegemônicos: não se trata só de «batalha das idéias» mas de verdadeiros *aparelhos* estabelecidos para a criação do consenso. Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar a distância entre esta concepção gramsciana e aquela, provavelmente derivada dos *Cadernos*, ainda que de modo distorcido, dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) de Althusser: o “Estado integral” de Gramsci é atravessado pela luta de classes, os processos nunca são unívocos, ele também constitui o *terreno* do embate de classes. “Existe luta entre duas hegemonias, sempre” - escreve Gramsci (Q8, 227, p. 1.084). Portanto, estamos distantes de uma teoria estrutural-funcionalista: tanto o Estado quanto a sociedade civil estão atravessados pela luta de classes, a dialética é real, aberta, o resultado não predeterminado. O Estado é instrumento (de uma classe), mas também, ao mesmo tempo, lugar (de luta pela hegemonia) e processo (de unificação das classes dirigentes). É possível criar momentos de “contra-hegemonia”; é possível para uma classe, “já antes de ir ao poder, ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder, torna-se dominante mas continua a ser também ‘dirigente’” (Q1, 44, p. 41).¹⁵ A função de direção começa antes, mas o desenvolvimento pleno da função hegemônica só ocorre em seguida, ao “fazer-se Estado” a classe que chega ao poder: o Estado concorre para que seja tanto “dirigente” quanto “dominante”.

1.7 Estado ético

Prossegue o exame gramsciano do Estado-hegemonia e da crise da hegemonia burguesa que conduziu ao fascismo, mas também à ruptura de Outubro. O ponto de partida é a célebre distinção Oriente-Occidente, que encontramos em Q7, 16, p. 866:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.

Por uma parte, “trata-se, portanto, de estudar, com profundidade, quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (Q7, 10, p. 860). Por outra parte, a crise de hegemonia é definida como

[...] separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se etc. (Q7, 28, p. 876)

Revolução e reação parecem confiar ao Estado *stricto sensu* a própria sorte. Mas o recurso à ditadura - recurso que Gramsci não pode deixar de ter como dramaticamente presente - não exaure a gama das possibilidades. O tema da criação de uma «opinião pública», por exemplo, se não é estranho aos totalitarismos, também abrange plenamente os Estados liberal-democráticos. Escreve Gramsci:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (Q7, 83, p. 914)

Também aqui gostaria de acentuar a distância entre Gramsci e certas concepções, hoje tão difun-

didadas, que pintam a sociedade civil como uma arena livre em que os atores, dialogando, criam o tecido conectivo da convivência democrática. Gramsci adverte: “existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (Q7, 83, p. 915). E isto porque “as idéias e as opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de irradiação e de difusão” (Q9, 69, p. 1.140).

Deste modo, por trás de cada “diálogo” e cada “ação comunicativa”, existe sempre uma luta pela hegemonia. Neste sentido, o Estado é “educador” (Q8, 2, p. 937 e Q8, 62, p. 978), neste sentido é “ético”: “todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (Q8, 179, p. 1.049).

O Estado, que age para criar “conformismo”,¹⁶ não deixa nenhuma *espontaneidade* à sociedade civil:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização; como isso acontece? Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas [...], não se deve extrair a consequência de que os fatos de superestrutura sejam abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é uma “racionalização”, é um instrumento de aceleração e taylorização, opera segundo um plano, pressiona, incita, impele etc. (Q8, 62, p. 978)

O Estado como “taylorização” (mais do que coordenação: organização hierárquico-funcional, estabelecida “segundo um plano”) da atividade superestrutural: escolas, jornais, igrejas, partidos, sindicatos, toponomástica, nada parece deixado ao acaso. Ainda que não deva ser esquecido que, estando o “Estado integral” atravessado pela luta por hegemonia, a classe subalterna, que luta por “fazer-se Estado”, reage, tenta manter a própria “autonomia” (que, no entanto, é coisa diferente da “autonomia da sociedade civil”, como hoje costumeiramente se entende) e, portanto, também construir uma própria hegemonia alternativa à dominante.

1.8 Estatolatria

No *Caderno 8* (1931-1932: uma das fases mais agudas de dissenso de Gramsci em relação à política da União Soviética), alguns parágrafos parecem se referir, de modo mais ou menos velado, à República dos Sovietes. Limito-me a uns poucos textos. O principal é Q8, 130, intitulado “Noções enciclopédicas e temas de cultura. Estatolatria”. Depois de algumas anotações sobre sociedade civil e sociedade política, Gramsci escreve:

Para alguns grupos sociais, que, antes da elevação à vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente [...], um período de estatolatria é necessário e até oportuno: esta “estatolatria” é apenas a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente. (Q8, 130, p. 1.020)

Portanto, o paradoxo da Revolução de Outubro é ter vencido no Oriente, no qual não só a sociedade civil é - como sabemos de cor - “primitiva e gelatinosa”, mas no qual - e aqui Gramsci enfatiza - esta parece até mesmo inexistir inteiramente. Daí a “estatolatria”, uma atitude fideísta de identificação com o Estado, instrumento para compensar o atraso devido ao fato de a revolução não ter sido precedida por nenhum “iluminismo”, por nenhuma ação de construção hegemônica. Cabe pensar nos trechos em que Gramsci se detém nas dificuldades que a “nova classe” experimenta para criar os próprios intelectuais orgânicos, situação da qual decorrem os limites mesmos do marxismo soviético, emblematicamente por Bukharin. Mas, se Gramsci compreende a origem da estatolatria e bem vê - num outro parágrafo do mesmo *Caderno 8* - que “os elementos de superestrutura só podem ser escassos” numa fase de “primitivismo econômico-corporativa”, na qual os elementos culturais serão, sobretudo, “de crítica do passado” (Q8, 185, p. 1.053), nem por isso fecha os olhos diante dos perigos de uma tal situação e requer uma ação

consciente como contratendência:

Todavia - prossegue em Q8, 130, p. 1.020 -, tal “estatolatria” não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como “perpétua”: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja “estatal”, ainda que não se deva ao “governo dos funcionários”.

Gramsci percebe todo o perigo de degeneração da situação em que o regime soviético se encontra. Estamos no início daquilo que, em seguida, chamar-se-ia de “stalinismo”, no qual a estatolatria não só não seria combatida como se veria elevada a sistema. Gramsci escreve este parágrafo em 1931-1932. Já carrega a experiência - não se deve esquecer - do confronto de 1926, a preocupação expressa nas famosas cartas endereçadas a Moscou sobre a luta interna no grupo dirigente bolchevique. A estatolatria, compreensível do ponto de vista histórico, isto é, das condições em que a Revolução Russa aconteceu, não deve ser teorizada nem aceita sem colocar em movimento contra-tendências que levem rapidamente a abandoná-la. Um programa que, como se sabe, não foi seguido na União Soviética.

Também se sustentou que Gramsci - na decidida ênfase do papel do Estado na modernidade do século XX - corre o risco de cair, ou efetivamente também caiu, numa concepção estatolátrica e/ou totalitária. Por exemplo, afirmações já mencionadas, segundo as quais não se deve entender por «pólicia» só o que é enquadrado como tal (Q2, 150, p. 279), ou cada cidadão ativo é um funcionário estatal se «adere» ao programa do Estado e o «elabora» (Q3, 61, p. 340), podem suscitar algumas perplexidades. Na sua cela de Turi, Gramsci está diante sobretudo - como pólos opostos mas, por motivos diversos, ambos fortemente presentes - de dois Estados, de dois tipos de Estado: o Estado fascista, que o aprisiona, e o Estado soviético, em cuja causa ele se reconhece. Sua reflexão, decerto, se tece de contínuas referências à experiência histórica de ambos, tal como ele consegue compreendê-la. Por outra parte - como se aludiu -, Gramsci está entre os primeiros a apreender que, também nos Estados liberal-democráticos, existem novos e importantes fenômenos de «organização das massas», de regulamentação até mesmo forçada das suas modalidades de vida, de busca de um novo e forte «conformismo» necessário para o desenvolvimento da nova produção fordista.

Assim, ainda que com limites devidos ao próprio tempo histórico em que vive e reflete, Gramsci também está extremamente atento para precisar o viés totalitário do Estado no século XX e os perigos inerentes, sob este aspecto, em primeiro lugar, para o movimento comunista.

No plano teórico, a questão da estatolatria remete à passagem a que já nos referimos: o perigo do totalitarismo não nasceria da «identificação» de sociedade política e sociedade civil? Se - como vimos - elas são «uma mesma coisa» (Q4, 38, p. 460), se «sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos» (Q13, 18, p. 1.590), se a sociedade civil “também é ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado” (Q26, 6, p. 2.302), como se pode rechaçar a “estatolatria”? Trata-se, é verdade, de expressões muito fortes. Equivocadas se tomadas ao pé da letra, como já dissemos. Sabemos que Gramsci escreve os *Cadernos* como apontamentos, que adverte muitas vezes o leitor (futuro e presumido) sobre a necessidade que têm de serem revistos, examinados, talvez corrigidos, sobre o fato de que é preciso esforçar-se para apreender mais o “ritmo do pensamento” do que “afirmações particulares e isoladas” (Q4, 1, p. 419). Aqui parecemos estar precisamente diante de um destes casos.

Não queremos dizer com isso que certas afirmações sejam estranhas ao contexto da reflexão gramsciana, mas que Gramsci - pela brevidade dos apontamentos ou pela “veemência” da reação, uma vez que se batia teoricamente contra os propugnadores da ideologia da separação “orgânica” de Estado e sociedade civil - reage com uma afirmação *excessiva*. Na realidade, para Gramsci a relação é dialética, de interpenetração e influência recíproca. Como ficou demonstrado até mesmo por todas as citações transcritas anteriormente, Estado “propriamente dito” e “sociedade civil” são dois momentos distintos, não se identificam, estão em relação dialética e, ao mesmo tempo, constituem o “Estado ampliado”. Tal como também se explicita na polêmica contra Ugo Spirito e sua pretensa identificação (muito “gentiliana”) entre indivíduo e Estado, que Gramsci rechaça e faz remontar “à ausência de uma clara enunciação do conceito de Estado e da distinção neste entre sociedade civil e sociedade política, entre ditadura e hegemonia etc.” (Q10 II, 7, p. 1.245).

Provavelmente, Gramsci também é levado à simplificação pela influência de alguns temas gentilianos, de Gentile e da sua escola. Em diversas passagens, é muito crítico o juízo de Gramsci tanto sobre Gentile quanto sobre seus seguidores (Ugo Spirito e outros), que buscam, no rastro da filosofia de Gentile, dar substância a uma hipótese “corporativa” no âmbito do fascismo e em polêmica com os liberais-liberistas. Embora Gramsci ironize seu verbalismo e incompetência econômica, ele reconhece que a concepção do Estado de Gentile (“noite em que todos os gatos são pardos”, uma vez que, para Gentile, “tudo é Estado”) pelo menos abre o caminho para superar algumas unilateralidades de Croce, mesmo que estas também inspirem Gramsci:

Para Gentile - ele escreve -, a história é inteiramente história do Estado; para Croce, ao contrário, é “ético-política”, vale dizer, Croce quer manter uma distinção entre sociedade civil e sociedade política [...]. [Para Gentile], hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado. (Q6, 10, p. 691)

Como bem se vê, ambas as posições são diferentes da de Gramsci. Vimos repetidamente que, em Gramsci, existem força e consenso, não *reductio ad unum*; por outra parte, nele não existe nem mesmo aquela “distinção” adialética que há na “dialética dos distintos” de Croce. Entre Croce e Gentile, Gramsci se define, poderíamos dizer, por uma “terceira via”: valoriza o momento ético-político de Croce (a hegemonia), o momento da sociedade civil, mas torna-o uma parte do Estado (“ampliado”). Portanto, unidade e distinção entre sociedade política e sociedade civil.

1.9 Equilíbrios instáveis

No Q13, 17, p. 1.578 - datado de 1932-1934 -, Gramsci escreve: “a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”.¹⁷

Mais uma vez no *Caderno 15* - estamos em 1933, trata-se de um texto B - uma definição complexa, dinâmica, sinuosa, extremamente aberta: “Estado é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados” (Q15, 10, p. 1.765). Aqui, a ênfase parece recair mais nos processos do que nas formas. Mas daí não se segue que desapareçam os “aparelhos” dos quais se fala em outros lugares. A meu ver, *sujeitos, processos e formas*, todos têm seu espaço em Gramsci, numa contínua referência subjetivo-objetiva que constitui grande parte do seu fascínio (e dificuldade).

Gramsci não renega, nem mesmo indiretamente, as reflexões e definições sobre o Estado que vimos até aqui, as quais, antes, são repropostas até mesmo em muitos dos últimos cadernos, em segunda redação. Mas formula um modelo interpretativo do Estado cada vez mais dinâmico e processual. “Equilíbrios instáveis” é uma expressão que explica bem o sentido da luta e o espaço da política. O Estado é o terreno, o meio e o processo em que esta luta necessariamente se desenvolve, mas os atores principais de tal luta são o que Gramsci chama de “classes fundamentais”. Para Gramsci, o processo pelo qual estas classes “se fazem Estado” é um momento iniludível na luta pela hegemonia (assim como o é, também, o fato de disporem de um partido portador de uma “concepção do mundo” precisa e alternativa). Não há espaço - em Gramsci - para um “protagonismo dos intelectuais” ou “da sociedade civil”, isto é, para sua consideração desvinculada destas coordenadas de fundo.

Notas

¹ C. Bucì-Glucksmann. Gramsci e lo Stato. Per una teoria materialistica della filosofia [1975]. Roma: Riuniti, 1976, p. 65.

² Quanto às posições gramscianas sobre o Estado nos anos de *L'Ordine Nuovo* - quando influências leninianas apareceram ao lado das influências gentilianas e depois, gradualmente, substituíram-nas ver, *infra*, cap. 3.

³ J. Texier. Significati di società civile in Gramsci. *Critica marxista*, n. 5, 1988; C. N. Coutinho. *Il pensiero politico di Gramsci*. Milão: Unicopli, 2006.

- ⁴ Como também está provado pelo *Q10 II*, 7, p. 1.245, no qual Gramsci critica Ugo Spirito justamente por causa da ausência de tal distinção. Ver, *infra*, p. 34-35.
- ⁵ Mas ver, também, as objeções mais gerais formuladas em *Q14*, 57, p. 1.716 (sobre a política de “obras públicas”) e em *Q25*, 1, p. 1.749-1.750 (sobre a criação do Instituto Mobiliário Italiano, do Instituto para a Reconstrução Industrial etc.).
- ⁶ Em geral, sobre esta importante categoria dos *Cadernos*, ver o respectivo verbete de R. Voza em F. Frosini e G. Liguori (org.). *Le parole di Gramsci. Per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004. Sobre o nexo Estado-economia, ver, também, L. Cavallaro. *L'economia politica di Gramsci. Critica marxista*, n. 4, 1997.
- ⁷ A. Gramsci. *Lettere dal carcere*. Org. por A. A. Santucci. Palermo: Selerio, 1996, p. 458-459. [Ed. bras.: *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2 v.]
- ⁸ Sobre o conceito de hegemonia, ver, *infra*, cap. 2, bem como o respectivo verbete de G. Cospito em F. Frosini e G. Liguori. *Le parole di Gramsci*, cit.
- ⁹ Ver, *infra*, cap. 5.
- ¹⁰ Mais rico o texto C: “a partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral” (*Q 1 1*, 70, p. 1.508-1.509). Para afirmações análogas, ver *Q4*, 3, p. 425 (e *Q16*, 9, p. 1.683).
- ¹¹ No texto C, significativamente, “repressivo” é substituído por “preventivo” (*Q13*, 27, p. 1.621).
- ¹² Deixo de lado o importante *Q4*, 38, p. 458, muito enriquecido na segunda redação (*Q13*, 17, p. 1.584), sobre o qual retornaremos, bem como os parágrafos já referidos.
- ¹³ Na seqüência do parágrafo, Gramsci fala da crise de hegemonia da burguesia em termos de “[processo de] desintegração do Estado moderno”. E mais adiante introduz uma interessante comparação entre Croce e Gentile - “Para Gentile, a história é inteiramente história do Estado; para Croce, ao contrário, é ‘ético-política’, vale dizer, Croce quer manter uma distinção entre sociedade civil e sociedade política” -, sobre a qual voltaremos.
- ¹⁴ Aqui se fala de “identidade entre Estado e sociedade civil”, e a sociedade civil, sem dúvida, deve ser entendida em sentido gramsciano. Ver, *supra*, seção 1.2.
- ¹⁵ O correspondente texto C (*Q19*, 24, p. 2.010-2.011) não muda o sentido da afirmação gramsciana, apesar da substituição do termo “classe” por “grupo social”, substituição à qual, às vezes, atribuiu-se um significado teórico que me parece - lendo-se todo o texto - inteiramente inexistente.
- ¹⁶ Sobre a categoria “conformismo”, ver, *infra*, cap. 4
- ¹⁷ O parágrafo de primeira redação (*Q4*, 38, p. 458) não contém o trecho para nós relevante.

A HEGEMONIA E SEUS INTÉRPRETES

Guido Liguori

Obra: Roteiros para Gramsci

Editora da UFRJ - Rio de Janeiro, 2007

Neste outro texto publicado no mesmo livro, Liguori traça de forma sintética os caminhos do debate sobre a “hegemonia”, conceito central dos Cadernos do Cárcere. Abre-se um rico panorama das diversas interpretações acerca do conceito e da obra ao longo dos últimos cinquenta anos, revelando as polêmicas e seus desdobramentos teóricos e políticos. Texto indispensável para o conhecimento da fortuna crítica da obra de Gramsci.

11.1 Depois de 1956: entre ditadura e democracia

Hoje, todos provavelmente estão de acordo em reconhecer que o conceito de hegemonia é a mais importante categoria teórico-política dos *Cadernos*. De trinta anos para cá, todas as obras que se ocuparam do pensamento de Gramsci, entendido no seu conjunto, também se ocuparam do conceito de hegemonia. Neste lugar, não será obviamente possível determo-nos em todas elas. Limitar-me-ei a recordar as obras especificamente dedicadas à hegemonia e as que, de um modo ou de outro, trouxeram uma contribuição específica para o esclarecimento desta categoria.

Nem sempre o tema esteve em primeiro plano na recepção e no estudo do pensamento de Gramsci. Ao contrário, a consciência plena da sua relevância, da sua novidade, da sua especificidade tardou a emergir e só remonta aos anos 1970. Mas deve-se lembrar que, já em 1958, no início da sua contribuição para o seminário de “estudos gramscianos” de Roma, Giuseppe Tamburrano lamentava ser a “concepção da hegemonia” fosse “um aspecto do pensamento político de Gramsci não suficientemente estudado e aprofundado”.¹ Era uma afirmação sem dúvida verdadeira. A categoria de hegemonia fora deixada um tanto em segundo plano na reconstrução do pensamento daquele Gramsci “grande intelectual nacional”, que dominara por muito tempo no pós-guerra, especialmente a partir da primeira publicação das *Cartas* e dos *Cadernos*. Tinha sido uma grande operação “hegemônica”, que, evidentemente, para ser levada adiante, não podia nem devia insistir explicitamente neste tema.

Pode-se dizer que o debate sobre a hegemonia se inicia quando - depois de 1956 - se abre uma reflexão teórico-estratégica sobre o novo *que fazer?*; volta assim o debate sobre Gramsci, cuja obra é vista como *terreno* de reflexão e aprofundamento das questões políticas que estão diante do movimento operário (socialista e comunista) internacional. Diante da polêmica de alguns setores da intelectualidade socialista ou comunista, inclusive em torno de Gramsci, a resposta de Togliatti - nas duas contribuições sobre “Gramsci e o leninismo” apresentadas no encontro de Roma de 1958 - por um lado, enfatizava o quanto a reflexão madura de Gramsci devia ao encontro com Lenin; por outro, indicava também o quanto, com os *Cadernos*, Gramsci, na verdade, começara a escrever um “capítulo novo” do leninismo. A propósito da hegemonia, Togliatti afirmava que, entre os termos “hegemonia” e “ditadura”, “existe uma diferença, mas não de substância”² - uma vez que, se era verdade que a hegemonia se referia à sociedade civil e, portanto, era conceito “mais amplo”, não se devia esquecer que, para Gramsci, a diferença entre sociedade civil e sociedade política era “somente metodológica, não orgânica. Todo Estado é uma ditadura, e toda ditadura pressupõe não só o poder de uma classe, mas um sistema de alianças e de mediação”.³

Era uma resposta filologicamente correta, mas politicamente fraca. Assim o percebia o próprio Tamburrano, que insistia, com razão - em Roma e depois de Roma -, na especificidade do conceito, ainda que acoçando o secretário do Partido Comunista Italiano a partir de posições um tanto instrumentais, destinadas a sustentar o caráter democrático do pensamento de Gramsci com o objetivo, inclusive, de negar a legitimidade da tradição comunista. Na intervenção recolhida no volume *La città futura*, que foi o momento mais importante da polêmica com o PCI no terreno das leituras de Gramsci no pós-1956, Tamburrano sublinhava ter Gramsci insistido no fato de que “não basta conquistar os instrumentos do domí-

nio político, mas é preciso, *antes* da conquista do Estado, [obter] o *consenso* das massas interessadas no socialismo. O que significa [...] conquista *democrática* e manutenção *democrática* do poder proletário”.⁴ Retomando a polêmica na sua monografia gramsciana de 1963, Tamburrano recordava a Togliatti que, “se é verdade que todo Estado é uma ditadura no sentido marxista, também é verdade que esta ditadura fundamental pode ser exercida democrática ou autoritariamente”.⁵ Portanto, para Tamburrano, a teoria da hegemonia constituía “o aprofundamento e a superação da teoria leninista do Estado”.⁶ Deste modo, “a teoria da hegemonia é uma teoria democrática e é um filão de pensamento *novo* em Gramsci e na doutrina comunista”.⁷

11.2 1967: direção política e cultural

O segundo capítulo desta breve história da fortuna do conceito de hegemonia foi escrito por Norberto Bobbio por ocasião do encontro gramsciano de Cagliari em 1967. No âmbito da sua célebre intervenção intitulada “Gramsci e a sociedade civil”, Bobbio afirmava que, em Gramsci, “o momento da força [era] instrumental e, portanto, subordinado ao momento da hegemonia, enquanto, em Lenin, [...] ditadura e hegemonia caminham *pari passu*, e, seja como for, o momento da força é primário e decisivo”.⁸ Mas este fato não era essencial - reconhecia Bobbio -, porquanto também podia ser devido às diferentes contingências históricas. Para Bobbio, a diferença essencial, a peculiaridade da hegemonia gramsciana estava, coerentemente com sua visão da sociedade civil, no deslocamento de ênfase para a direção *cultural*: se até 1926 o termo surgia, inclusive em Gramsci, com o mesmo significado em que é encontrado na tradição leninista (isto é, “no sentido de *direção política*” da classe operária sobre as classes aliadas), nos *Cadernos* havia uma ampliação do conceito de hegemonia, que passava a significar “também *direção cultural*”⁹ Também, e sobretudo, porque a ênfase recaía exatamente no papel daquelas “organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.” - de acordo com Gramsci na citada carta a Tania de 7 de setembro de 1931 -, por meio das quais se exerce a “hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional”. Em suma - comentava Bobbio -, não só o partido, mas igualmente “todas as outras instituições da sociedade civil (entendida em sentido gramsciano) que têm algum nexos com a elaboração e a difusão da cultura”.¹⁰

Também de 1967 é um ensaio de Luciano Gruppi em *Crítica marxista*, que - salvo engano - constitui o primeiro escrito dedicado inteiramente ao conceito de hegemonia. Em 1972, o mesmo Gruppi seria o autor do primeiro livro cujo título contém uma referência à hegemonia, que, de resto, é o tema central, ainda que não único, do pequeno volume.¹¹ No ensaio de 1967, Gruppi afirmava em primeiro lugar que, “com o termo *hegemonia*, Gramsci quer sobretudo sublinhar o momento de *direção da ditadura do proletariado*, a capacidade de guiar um sistema de alianças [...]. Para Gramsci, o conceito de *hegemonia* compreende, em geral, o de *direção* e o de *domínio* ao mesmo tempo”.¹² Não se estaria, pois, muito distante do ensinamento de Lenin e de uma interpretação do termo sobretudo como capacidade de guiar um sistema de alianças da classe operária. Tanto é verdade que, para Gruppi, o conceito, se não o termo, estava presente - mesmo que não plenamente desenvolvido - desde *L’Ordine Nuovo*.

No livro de 1972, a referência a Lenin certamente não desaparecia, mas sublinhava-se particularmente a originalidade da concepção gramsciana. Se, por um lado, “a hegemonia - escrevia Gruppi - é capacidade de dirigir, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário”, sempre no âmbito da teoria leninista da ditadura do proletariado,¹³ por outro é necessário sublinhar o desenvolvimento pelo qual o termo passava na reflexão gramsciana, as oscilações presentes nos *Cadernos*, e acolher o aspecto antes assinalado por Bobbio da hegemonia como “fato cultural, moral, de concepção do mundo”.¹⁴ Mas Gruppi tentava superar a unilateralidade da visão bobbiana com uma oportuna referência ao conceito de “bloco histórico”, isto é, enfatizando que “a hegemonia se propõe construir um bloco histórico, ou seja, realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes, agrupadas através da concepção de mundo que ela delineou e difundiu”.¹⁵

11.3 Anos 1970: hegemonia e aparelho hegemônico

É nos anos 1970 que a reflexão sobre a hegemonia, como toda a reflexão sobre Gramsci, dá um

decidido salto de qualidade. O conceito começa a se impor como central no arsenal teórico dos *Cadernos*, a ponto de ser investigado até mesmo fora do tradicional âmbito da teoria política: significativo, por exemplo, é o fato de que a reflexão pedagógica acentue, com Ângelo Broccoli, que “toda relação de ‘hegemonia’ [seja] necessariamente uma relação pedagógica”.¹⁶

Voltando à investigação politológica e filosófica, a contribuição de Nicola Auciello, *Socialismo e hegemonia em Gramsci e Togliatti*, de 1974, enfocava bem “os dois significados principais” que a hegemonia tem nos *Cadernos*, de direção política e de direção intelectual e moral. À diferença de Gruppi, o autor negava que a hegemonia fosse ao mesmo tempo direção e domínio. O “exercício do domínio” parecia-lhe funcional “ao crescimento da hegemonia” e, portanto, a expansão da hegemonia transformava-se em “redução progressiva do elemento Estado-força”, até a própria extinção do Estado.¹⁷ Esta era a especificidade gramsciana do conceito, assim declinado no terreno da democracia, ainda que se afastando da leitura de Tamburrano, definida como “alegadamente democrática”. Além disso, em polêmica com Bobbio, Auciello também recordava “o fundamento econômico-estrutural da hegemonia”, uma vez que “o grau de expansividade hegemônica de um grupo social é, antes de tudo, de caráter *objetivo*, ou seja, relativo à sua posição econômica”.¹⁸

Em 1975, saía na França o livro *Gramsci e o Estado*, de Christine Buci-Glucksmann, traduzido na Itália no ano seguinte, o primeiro a usufruir parcialmente da nova edição crítica dos *Cadernos*. A autora sublinhava o salto qualitativo existente entre a *Questão meridional* e os *Cadernos*: em 1926, a hegemonia ainda era apenas uma estratégia do proletariado, e no *Caderno 1*, “produziu-se uma *inversão de campo*: a hegemonia, especificada pelo novo conceito de *aparelho hegemônico*, refere-se antes de tudo às práticas da classe dominante”,¹⁹ embora no *Caderno 1* tais conceitos (hegemonia, aparelho hegemônico) ainda não estivessem ligados à problemática do Estado (como estariam nos *Cadernos 7 e 8*). Mais tarde, porém, para Christine Buci-Glucksmann, a ampliação do conceito de Estado acontece precisamente com “a incorporação do aparelho hegemônico”.²⁰

O conceito de “hegemonia” derivava de Lenin, o de “aparelho hegemônico” era novo, claramente gramsciano, referindo-se à classe dominante e só a ela. Buci-Glucksmann, da escola althusseriana, afastava-se teoricamente de Althusser, ou seja, de qualquer formulação estrutural-funcionalista, sustentando que “o conceito de hegemonia [...] não pode ser reduzido à noção marxista de *ideologia dominante*”,²¹ uma vez que “o aparelho hegemônico está atravessado pelo primado da luta de classes”.²² E, de fato, afirmava que em Gramsci “não existe nenhuma teoria da hegemonia sem uma teoria da *crise* de hegemonia”.²³ Portanto, em primeiro lugar, rejeita-se a pretensão, formulada pelo Poulantzas de *Poder político e classes sociais*, de “reduzir” o uso do conceito de hegemonia unicamente às “práticas políticas das classes dominantes”.²⁴ Em segundo lugar, no momento em que uma classe no poder é hegemônica, ela o é - esclarecia a autora - “na medida em que faz avançar o conjunto da sociedade: sua perspectiva é ‘universalista’, e não arbitrária”. Ao contrário, para Gramsci, “o momento do arbitrário, o recurso às formas mais diretas ou dissimuladas de autoritarismo, de coerção, assinalam uma ‘crise latente de hegemonia’”.²⁵

Uma outra contribuição de Buci-Glucksmann versa sobre a genealogia do conceito: “hegemonia” era um termo amplamente usado, e até mesmo “corrente”, na Terceira Internacional, não só em Lenin ou em Stalin.²⁶ Também para esta autora, o conceito gramsciano, mesmo que destacado do termo, estava presente desde *L'Ordine Nuovo*. A partir de 1924 - nos anos de maior conexão com os debates da Internacional e da cúpula bolchevique -, Gramsci elabora-o, com base na teoria leninista da direção de classe no âmbito de uma política de alianças. E isto ainda que só em 1929 tivesse havido, como já mencionado, uma “reestruturação do conceito” mesmo.

11.4 1975-1976: hegemonia e democracia

Na metade dos anos 1970, situa-se o célebre debate de *Mondo-peraio* sobre “hegemonia e democracia”, cujas motivações político-instrumentais parecem hoje bastante evidentes.²⁷ Com efeito, era com a atenção voltada para a situação política e o surgimento do “novo curso socialista” de Bettino Craxi que a revista oficial do PSI atacava o Partido Comunista no plano cultural, para denunciar uma suposta permanência de elementos não democráticos na sua tradição cultural. As reflexões de Massimo Salvadori

partiam de algumas elaborações do campo comunista, segundo as quais - para Salvadori - “Gramsci teria realizado uma espécie de ‘rotação’ teórica, no início da qual se encontraria dentro do leninismo e da sua perspectiva e, no final, exatamente através da elaboração completa da ‘teoria da hegemonia’, abria o caminho para a estratégia atual do PCI”.²⁸ A conclusão a que chegava Salvadori era que, na substância, a hegemonia em Gramsci não era nada além de ditadura do proletariado e que Gramsci não era nada diferente de Lenin: “a teoria da hegemonia gramsciana é a expressão mais alta e complexa do leninismo”.²⁹

Iam pelo mesmo diapasão as outras intervenções de expoentes da área socialista. Surpreendentemente, Bobbio perguntava-se se era lícito a um partido reformista “servir-se” de um pensador revolucionário para justificar a própria política reformista.³⁰ A novidade representada por Gramsci em relação à tradição leninista - proclamada por Bobbio em 1967 - era bruscamente (e instrumentalmente) posta de lado. Deste modo, não era difícil para Lúcio Colletti chegar a uma conclusão sobre o caráter substancialmente estranho de Gramsci à tradição democrática.³¹ É fácil ver - até mesmo por estas menções sumárias - que os intelectuais socialistas protagonistas da ofensiva cultural em torno de hegemonia e democracia se recusavam a ver a novidade da elaboração dos *Cadernos*. Não no sentido de que esta fosse antes reformista do que revolucionária, mas no de que se orientava antes à compreensão da realidade histórico-social do que à elaboração de uma estratégia para o movimento operário. A hegemonia era uma categoria que devia ser lida em relação à ampliação do conceito de Estado, à novidade morfológica que tal novidade assinalava, transformando também, *conseqüentemente*, o conceito de revolução.³²

11.5 1977: as formas da hegemonia

As melhores respostas, ainda que indiretas, às posições polêmicas da intelectualidade socialista vieram de um dos dois principais “encontros gramscianos” convocados por ocasião do quadragésimo aniversário da morte de Gramsci, o de Frattocchie, organizado pelo PCI em janeiro de 1977 sobre “Hegemonia, Estado e partido em Gramsci”. O outro encontro foi o congresso realizado em Florença, em dezembro do mesmo ano,³³ congresso que - dedicado às categorias teórico-políticas dos *Cadernos* - daria muito mais espaço ao tema da “revolução passiva” do que ao da hegemonia. O que parece sintoma da influência profunda que a situação política não podia deixar de ter, naquele dramático 1977, sobre a atividade do “intelectual coletivo” comunista.

O texto apresentado em Frattocchie por Valentino Gerratana dava início a uma longa investigação do autor sobre um tema assim enunciado: “Instrumentos e institutos da hegemonia” não são independentes “dos sujeitos históricos da hegemonia [...]. As formas históricas da hegemonia [...] variam de acordo com a natureza das forças sociais que exercem a própria hegemonia”.³⁴ Antes de tudo, nos *Cadernos* Gerratana distinguia uma teoria geral da hegemonia, entendida como categoria interpretativa da história e, portanto, passível de se referir a classes diversas e mesmo a “grupos sociais e políticos que agem dentro de uma mesma classe”. (Pense-se nos moderados *versus* o “partido de ação” no *Risorgimento*; pense-se na hegemonia exercida por meio do transformismo.) O modelo burguês, porém, não fora proposto por Gramsci como “modelo de estratégia política válido também para a classe operária”; quando “muda o referente de classe da hegemonia - afirmava Gerratana -, também devem mudar instrumentos e instituições; numa palavra, o aparelho da própria hegemonia”.³⁵ Se uma classe exploradora precisa de “formas de hegemonia que suscitem um consenso traduzível em delegação, um consenso próprio de aliados subalternos”, uma classe que luta para pôr fim a toda exploração pretende “uma hegemonia sem aliados subalternos, uma hegemonia que seja educação permanente para o autogoverno”, o que requer institutos e instrumentos - afirmava Gerratana - “com características profundamente inovadoras”.³⁶

Mesmo Biagio De Giovanni, em Frattocchie, dava alguns esclarecimentos sobre o conceito de hegemonia, também com referência à atualidade política. Desde o tempo de Gramsci, estava-se numa situação de difusão da hegemonia, coincidente com a expansão do Estado. Agora, no entanto, diferentemente do passado, é “através do pluralismo que se trava o choque das hegemonias”,³⁷ ou seja, nada impede que o confronto hegemônico aconteça no terreno da democracia política; antes, requer-se este terreno, lembrando, entre outras coisas, que a hegemonia tem como sujeito sobretudo uma classe, e não um partido.

11.6 Hegemonia e “prestígio”

De 1977 é um longo ensaio de Perry Anderson, originalmente publicado na *New Left Review* e traduzido um ano depois pela Editora Laterza. Anderson sublinha negativamente o que para ele são progressivos deslizamentos semânticos do termo, parecendo-lhe identificar nisso supostas “antinomias” presentes nos *Cadernos*. Hegemonia era um termo “cunhado na Rússia para definir a relação entre proletariado e camponeses numa revolução burguesa” e “importado por Gramsci para a Europa Ocidental a fim de descrever a relação entre a burguesia e o proletariado numa ordem capitalista consolidada”.³⁸ Em comum nas duas acepções, havia a importância dada à busca de consenso. Mas - eis a crítica do autor -, na relação entre classes antagônicas, é fundamental a coerção: Gramsci parece subestimar isso, ou melhor, toda a sua teoria leva a subestimar este fato. Na realidade - sustenta o autor -, é impossível conquistar a hegemonia antes de conquistar o poder e o Estado.

Gianni Francioni responde ao ensaio de Anderson alguns anos mais tarde, mostrando que era então impossível propor leituras dos *Cadernos* que não levassem na devida conta sua “história interna”. De fato, estudando a datação dos diferentes parágrafos e dando atenção à distinção entre textos A e C, Francioni mostrava o equívoco da chamada “*metamorfose em três etapas* do conceito de hegemonia”. Para Francioni, a demonstração era simples: “Se identificarmos a primeira ocorrência das formulações que Anderson assinala para fundar a tese dos ‘três momentos’ da hegemonia gramsciana, e, portanto, se não nos detivermos na segunda redação destes parágrafos (os únicos que Anderson cita) mas buscarmos e datarmos sua primeira redação nos *Cadernos*”, cai a hipótese lógico-cronológica estabelecida pelo historiador inglês: “O que Anderson vê como o ponto de chegada da ‘ampliação’ gramsciana do conceito constitui, ao contrário, um dos seus pontos de partida”.³⁹ O fato de não ter levado em conta a estrutura diacrônica dos *Cadernos* impedira o historiador inglês de apreender o desenvolvimento do raciocínio gramsciano, o avanço da sua elaboração, fazendo-o chegar a uma convicção equivocada sobre o caráter intimamente contraditório do estatuto teórico da elaboração do cárcere.

Voltando ao fim dos anos 1970, deve-se ainda destacar uma contribuição do campo católico, que também acredita apreender uma contradição de fundo em Gramsci: Carmelo Vigna afirma a supremacia, nos *Cadernos*, da hegemonia cultural sobre a política, da verdade sobre a “força”, ainda que Gramsci restasse envolvido na contradição derivada do fato de que sua bagagem teórica lhe impedira ir além da política, superar Lenin e Maquiavel de modo completo e, portanto, reconhecer que um discurso de “verdade” não pode deixar de ser me- tapolítico.⁴⁰

Também de 1979 é o livro de Franco Lo Piparo, *Lingua intellettuale egemonia in Gramsci*, destinado a ter ampla repercussão por causa da novidade da sua tese interpretativa, que punha na origem do conceito de hegemonia de Gramsci seu interesse juvenil pela glotologia e pela fundamental categoria de “prestígio”, a qual Gramsci começara a usar no campo político (com o significado de “direção ético-cultural”) desde 1918.⁴¹ Para operar tal hipótese genealógica, Lo Piparo, em primeiro lugar, interpreta a categoria de hegemonia unicamente como “consenso” (oposto a “força” e a “coerção”);⁴² em segundo lugar, relativiza a influência da tradição soviética (reconstruída, sobretudo, por Buci-Glucksmann e por Anderson). Ele não negava que na escolha final do termo, nos *Cadernos*, o debate terceiro-internacionalista tivesse influído em Gramsci.⁴³ Mas sustentava que “hegemonia” era um termo usado até 1924 como simples “supremacia” e “predomínio”, enquanto o conceito, a problemática, que em seguida seriam indicados por este termo no Gramsci maduro, estavam presentes, exatamente, com o termo “prestígio”. Portanto, para Lo Piparo, devia-se ver no conceito de hegemonia “uma elaboração e um enriquecimento do conceito lingüístico de prestígio”.⁴⁴

Com efeito - deve-se recordar -, pode-se ler também nos *Cadernos* que o “consenso [...] nasce ‘historicamente’ do prestígio [...] obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (Q12, 1, p. 1.519): os dois termos parecem indicar dois conceitos que são parentes próximos, mas não idênticos. Ademais, Lo Piparo ia ao ponto de afirmar que tanto a “hegemonia” quanto o “prestígio” provinham de uma visão “liberal” do mundo,⁴⁵ e até a ela pertenciam, uma visão própria do jovem Gramsci, mas evidentemente também presente no Gramsci maduro, exemplificada pelo liberal Ascoli contra o protecionista Manzoni, que demandava «proteção e apoio lingüístico ao Estado». Mas

- pode-se perguntar - basta isso, do ponto de vista histórico-social, para entender o Gramsci maduro? E teria havido um “Gramsci maduro”, tal como o conhecemos, sem o decisivo período de 1923-1924, a descoberta da respectiva autocrítica leniniana e o estabelecimento da diferença Oriente-Occidente?

11.7 Anos 1980: um Gramsci não moderno?

Em número e qualidade menor são as contribuições registradas nos anos 1980, seja quanto às interpretações de Gramsci, seja quanto ao conceito de hegemonia. Quero aqui recordar Nicola Badaloni, que em 1987 voltava a insistir na hegemonia em relação ao conceito de bloco histórico:

O tema central no pensamento marxista de A. Gramsci parece-me possa ser identificado no fato de que não está disposto a atribuir preliminarmente, e em cada situação determinada, função hegemônica quer aos movimentos a serem impressos na estrutura, quer àqueles a serem promovidos na superestrutura, no contexto do que chama de “bloco histórico”, uma vez que, em condições e contextos variados, tanto uma quanto a outra podem representar a principal objetivação produtiva.⁴⁶

Portanto, o “princípio teórico-prático da hegemonia” deve ser entendido “como síntese de desenvolvimento econômico e de consciência crítica”, numa perspectiva em que “a economia não é mais um objeto ‘reificado’, mas, dependendo de escolhas humanas, torna-se, de vários modos e mesmo entre muitos obstáculos, uma atividade consciente”.⁴⁷ A teoria da hegemonia assim delineada é apreendida como algo polivalente, não predefinido, aberto às mais variadas declinações. Mesmo no plano da subjetividade individual:

Hegemonia significa [...] para Gramsci abertura histórica, até mesmo individual, a uma multiplicidade de práticas de vida, desejadas ou suportadas pelos diversos grupos sociais, conscientes ou inconscientes, mas não determinadas *a priori* de um modo que estabeleça definitivamente o que deve ser dominante. No terreno das escolhas individuais de vida, Gramsci escreve esta esplêndida passagem: “A compreensão crítica de si mesmo é obtida [...] através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real”.⁴⁸

Interessante, até porque sintoma do clima particular dos anos 1980, muitas vezes crítico em relação ao legado dos *Cadernos* no rastro da afirmação de outros paradigmas - poderíamos dizer, “de outras hegemonias” -, é uma contribuição de Gian Enrico Rusconi em 1987, publicada em 1990, na qual o autor sustentava haver em Gramsci duas teorias da hegemonia. Uma - inatual, não moderna - era, sobretudo, vontade de afirmação de uma “visão de mundo”.⁴⁹ A outra, ao contrário, era identificada num “processo comunicativo fundado na busca do consenso por meio da persuasão [...]. A hegemonia entendida como comunicação - escrevia o autor - remete a uma teoria consensual da verdade, a uma teoria do agir comunicativo como fundamento do agir político”.⁵⁰ Eis-nos diante de Habermas, ou seja, diante da afirmação - para usar as palavras de Rusconi - de “uma sociedade pluralista adulta”, na qual Gramsci - com o que Rusconi chamava de “um conceito maduro de hegemonia” - só pode sobreviver se profundamente amputado.

11.8 Anos 1990: hegemonia e interdependência

Depois de 1989, muda em parte o panorama dos estudos gramscianos. E volta a surgir o interesse sobretudo pelo conceito de hegemonia - por um conjunto de vários fatores, até inteiramente independentes entre si (necessidade de repensar a teoria e a estratégia das esquerdas; difusão do autor em novos âmbitos geográficos e disciplinares; reflexão sobre globalização e destino do Estado-nação). Uma primeira releitura que se destaca pela originalidade e alcance é a realizada por Giuseppe Vacca, segundo o qual “o conceito de hegemonia [...] contém, pelo menos *in nuce*, uma nova concepção da política”⁵¹ Para este autor, o horizonte do pensamento de Gramsci era a crise do Estado-nação e o cenário internacional. Por isso, a política-hegemonia podia ser desenvolvida por uma classe e por uma doutrina que concebesssem o Estado como passível de tendencial esgotamento. Uma classe - escreve Vacca - “econômica e politicamente internacional: um sujeito que desenvolve inteiramente suas faculdades num horizonte que

transcende as funções tradicionalmente estabelecidas pelos Estados nacionais”.⁵² Portanto, “o terreno decisivo de afirmação da política- hegemonia” estava ligado a um “horizonte supranacional e mundial”⁵³ e “o fundamento da teoria da hegemonia só pode ser um princípio de integração do agir político numa visão unitária e solidária do gênero humano: *o princípio de interdependência*”⁵⁴

É uma leitura indiscutivelmente inovadora, que suscita não poucas perguntas. O mundo economicamente unitário de Gramsci é o pós-revolucionário. Transferir esta visão para uma época “sem revolução”, por si só, já pode ser enganoso - em relação a Gramsci - porque corre o risco de expulsar do panorama teórico-político o tema da luta de classes. Além disso, repropô-lo na época da chamada globalização parece poder gerar enganos ainda maiores. Vacca escreve: “a ‘filosofia da práxis’ propõe-se a tarefa de unificar solidariamente o gênero humano”.⁵⁵ É o caso de perguntar: existe, para Gramsci, um gênero humano indistinto, indiferenciado, não articulado, por exemplo, entre explorados e exploradores? E o que significa dizer “unificar solidariamente”? Se a tese do autor for entendida como afirmação da necessidade de lutar contra os obstáculos para tal unificação, a leitura é lícita. A meu ver, permanece bastante incoerente o uso do termo “interdependência”, que evoca um mundo mais pacificado do que é na realidade. Mesmo porque num outro ensaio destes mesmos anos Vacca escreve: “A idéia de que ‘a doutrina da hegemonia’ deva constituir um ‘complemento da teoria do Estado-força’ [...] postula *uma subordinação permanente da política-potência à política-hegemonia*. O projeto só pode ser buscado superando o Estado nacional e integrando-o em grupos supranacionais coordenados entre si”.⁵⁶

Mas, parece-me, Gramsci reitera que o pólo da hegemonia *completa* o Estado-força, não o substitui. Isso posto, pode-se também dizer que existem fases com “subordinação” da força à hegemonia, como é desejável. Mas que ela seja “permanente” parece ser só um desejo (compartilhável). Ao mesmo tempo, a superação do Estado-nação em “grupos supranacionais coordenados entre si” parece ainda distante do auspício gramsciano de extinção do Estado e de afirmação da sociedade regulada, se não for mesmo outra coisa. Vacca, no entanto, acrescenta ser “o Estado nacional o lugar em que, por um período de tempo previsivelmente ainda muito longo, se decide a luta política. Assim, o terreno principal de mudança das relações de força é nacional”.⁵⁷

11.9 Hegemonia e globalização

Também em 1997, no sexagésimo aniversário da morte de Gramsci, não faltaram referências ao tema da hegemonia. No encontro de Cagliari,⁵⁸ por exemplo, ele foi debatido a partir de uma perspectiva pouco comum na Itália, mas difundida no mundo anglo-saxão, a da utilização do conceito de hegemonia no campo dos estudos sobre as relações internacionais, até pela presença de dois estudiosos como Stephen Gill e Robert Cox (que também falava em Cagliari de “hegemonia global”, a hegemonia na época da globalização). Mas quem enquadrava melhor e mais amplamente o tema era Mario Telò, que insistia na centralidade, em Gramsci, do Estado-nação, também no que se refere ao cenário internacional. Gramsci continuava “ainda vinculado à idéia de que o ator internacional principal é o Estado- hegemônico, e não um sistema econômico-político internacionalizado e transnacionalizado”. E acrescentava: “a hegemonia não é só um atributo do Estado hegemônico, mas nasce no conjunto das relações sociais, ideológicas, políticas internas do Estado-nação hegemônico”.⁵⁹ Interessante, na argumentação de Telò, a crítica que dirige aos autores anglo-americanos supramencionados no tocante à pouca importância que - no âmbito da luta hegemônica - atribuem à dimensão “institucional”, indiscutivelmente presente em Gramsci. Apreende-se assim um limite preciso de muitos intérpretes de língua inglesa que tratam de Gramsci, não só daqueles que se ocupam de relações internacionais.

Em 1997, outros autores dirigiam sua atenção para as relações hegemônicas diante dos processos de crise do Estado-nação, chegando a conclusões parcialmente diferentes. Pasquale Voza, por exemplo, escrevia:

“Não há Estado sem hegemonia”: disse Gramsci [...].

Pois agora - deveríamos dizer - existe uma hegemonia capitalista *sem Estado*, ou seja, sem a ativa mediação social e cultural do Estado-nação. As *casamatas* desta hegemonia capitalista não podem ser

postas dentro dos limites tradicionais dos “aparelhos ideológicos de Estado”, mas se articulam e se entrelaçam numa trama de poderes e de saberes de ordem supranacional, que contribuem para a formação do espírito público e para os novos processos de regulação social.⁶⁰

11.10 A palavra “hegemonia”

Para concluir, quero mencionar rapidamente dois estudos de anos recentíssimos. No seu livro *Gramsci storico* - que representa uma proposta de interpretação global dos *Cadernos* Alberto Burgio sublinha dois elementos a propósito do conceito de hegemonia. Em primeiro lugar, a hegemonia é sempre econômica: “Gramsci reitera várias vezes que a hegemonia ideológica do dominante - escreve Burgio - se enraíza na sua hegemonia econômica, da qual a direção ‘intelectual e moral’ é função”. É “o fundamento materialista - *estrutural* - da relação hegemônica”.⁶¹ Portanto, a “função hegemônica” tem “dois aspectos”: o “econômico” e o “ético-político”. E a crise hegemônica, ou crise orgânica, é igualmente estrutural e superestrutural.⁶² Conceitos que não são novos, mas que é útil reforçar no momento em que se difundem novas leituras “culturalistas” de Gramsci e das categorias gramscianas.

Ao contrário, parece-me original a segunda observação de Burgio a ser lembrada: a “relação hegemônica”, ainda que “ditada por interesses de parte”, constitui um incremento da capacidade crítica dos subalternos, “pelo fato mesmo de transmitir conhecimento”: “Educar significa elevar, ainda que instrumentalmente, o nível cultural [...]. A ‘expansão’ do dominante - enquanto ratifica o incremento do seu poder e da sua capacidade de controle - põe as premissas de uma conflituosidade social mais intensa”.⁶³ Deste modo, a relação hegemônica é ambivalente - explica Burgio -, uma vez que “o aumento da capacidade de direção do dominante comporta (aliás, coincide com) a constituição de subjetividades autônomas, potencialmente conflitantes”. Com o século XX - acrescenta o autor “arquivada a função dinâmica desempenhada no contexto da ‘expansão’ burguesa, a relação hegemônica agora consiste na troca entre condição de favor (ou menor discriminação) e disposição para o consentimento em relação à resistência conservadora (ou à ofensiva despótica) do dominante”. Fordismo e fascismo, neste ponto, são faces diversas de uma mesma moeda: em todo caso, não basta - mesmo nas “ditaduras contemporâneas”, de que Gramsci fala a partir do cárcere - o recurso à pura força e à coerção.⁶⁴

Finalmente, uma referência ao ensaio de Giuseppe Cospito na coletânea *Le parole di Gramsci*. Dele, gostaria de lembrar apenas o peculiar traço metodológico, a tentativa de restituir “a palavra” a Gramsci, depois de tantos decênios de contribuições interpretativas que às vezes pareceram ter se incrustado na superfície do texto, a ponto de torná-la irreconhecível. Um exercício hermenêutico ao mesmo tempo árduo e necessário devido à peculiar dificuldade do texto gramsciano, a propósito da qual Cospito recorda que, “mesmo no tocante ao conceito ‘hegemonia’, Gramsci [...] adota um termo da linguagem comum, atribuindo-lhe - às vezes até mesmo no curso do mesmo parágrafo - significados não só, às vezes, muito diferentes entre si, mas freqüentemente bastante distantes seja do uso cotidiano, seja daquele cristalizado nas diversas tradições de pensamento filosófico e político”.⁶⁵ Esta originalidade lexical de Gramsci é que também o torna um dos autores mais difíceis, e fascinantes, do século XX. E é também por isso que tanto se aplicou e teve de se aplicar sobre o texto gramsciano a faina de interpretação - e seguramente não se trata de uma história encerrada.

Notas

¹ Ver a contribuição de G. Tamburrano em *VV. AA. Studi gramsciani. Atti del convegno di studi gramsciani* (Roma, 11-13 gennaio 1958). 2. ed. Roma: Riuniti, 1973, p. 277.

² R Togliatti. Il leninismo nel pensiero e nell’azione di A. Gramsci (Appunti) [1958]. In: Idem. *Scritti su Gramsci*. Org. por Guido Liguori. Roma: Riuniti, 2001, p. 232.

³ Ibid., p. 233.

⁴ G. Tamburrano. Fasi di sviluppo del pensiero politico di Gramsci. In: A. Caracciolo e G. Scalia (org.). *La*

città futura. Saggi sulla figura e il pensiero di Antonio Gramsci. Milão: Feltrinelli, 1959, p. 61.

⁵ Idem. *Antonio Gramsci* (1963). Milão: Sugarco, 1977, p. 290.

⁶ Ibid., p. 285.

⁷ Ibid., p. 288-289.

⁸ N. Bobbio. Gramsci e la concezione della società civile, cit., p. 61.

⁹ Ibid., p. 59-60.

¹⁰ Ibid., p. 61.

¹¹ L. Gruppi. Il concetto di egemonia. In: Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci. *Critica marxista*, Quaderni n. 3, 1967; Idem. *Il concetto di egemonia in Gramsci.* Roma: Riuniti, 1972.

¹² Idem. Il concetto di egemonia, cit., p. 78, nota.

¹³ Ibid., p. 15.

¹⁴ Ibid., p. 92.

¹⁵ Ibid., p. 99.

¹⁶ A. Broccoli. *Antonio Gramsci e l'educazione come egemonia.* Florença: La Nuova Italia, 1971, p. 139.

¹⁷ N. Auciello. *Socialismo ed egemonia in Gramsci e Togliatti.* Bari: De Donato, 1974, p. 107 e 119.

¹⁸ Ibid., p. 120, nota.

¹⁹ C. Buci-Glucksmann. Gramsci e lo Stato. Per una teoria materialistica della filosofia [1975], Roma: Riuniti, 1976, p. 63.

²⁰ Ibid., p. 65.

²¹ Ibid., p. 73.

²² Ibid., p. 64.

²³ Ibid., p. 76.

²⁴ N. Poulantzas. *Potere político e classi sociali.* Roma: Riuniti, 1975, p. 287 ss. Ver, também, as interessantes considerações de C. N. Coutinho. *Il pensiero político di Gramsci.* Milão: Unicopli, 2006, p. 160-162.

²⁵ C. Buci-Glucksmann. *Gramsci e lo Stato*, cit., p. 75.

²⁶ Ibid., p. 211.

²⁷ Remeto ao meu *Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996.* Roma: Riuniti, 1996, p. 181 ss.

²⁸ M. L. Salvadori. Gramsci e il PCI: due concezioni dell'egemonia. In: Egemonia e democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di *Mondoperaio.* *Mondoperaio*, n. 7, 1977, p. 33-34.

²⁹ Ibid., p. 49.

³⁰ N. Bobbio. Gramsci e il PCI. In: Egemonia e democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di *Mondoperaio*, cit., p. 55 ss.

³¹ L. Colletti. Gramsci e il PCI. In: Egemonia e democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di *Mondoperaio*, cit., p. 63.

³² Ver C. Mancina. Egemonia, dittatura, pluralismo: una polemica su Gramsci. *Critica marxista*, n. 3-4,

1976.

³³ *Os anais estão reunidos em In: F. Ferri (org.). Política e storia in Gramsci. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani (Firenze, 9-11 dicembre 1977). Roma: Riuniti, 1979.*

³⁴ V. Gerratana. Stato, partito, strumenti e istituti dell'egemonia nei *Quaderni dei cárcere*. In: B. De Giovanni, V. Gerratana e L. Paggi. *Egemonia Stato partito in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1977, p. 40.

³⁵ *Ibid.*, p. 43-45.

³⁶ *Ibid.*, p. 50-51. No seu texto intitulado "Le forme deH'egemonia", incluído no livro *Gramsci. Problemi di método* (Roma: Riuniti, 1977), Gerratana ligava Gramsci a Lenin, mas acrescentava que o conceito perdia atualidade e importância "nas novas perspectivas do socialismo" depois da revolução, ao passo que Gramsci amadurecia precisamente a convicção oposta. Tanto é verdade que ele também era central na célebre carta de 1926.

³⁷ B. De Giovanni. Gramsci e l'elaborazione successiva dei partito comunista. In: B. De Giovanni, V. Gerratana e L. Paggi. *Egemonia Stato partito in Gramsci*, cit., p. 57 e 72.

³⁸ P. Anderson. *Ambiguità di Gramsci* [1977], Roma-Bari: Laterza, 1978, p. 79.

³⁹ G. Francioni. *L'officina gramsciana. Ipotesi sulla struttura del Quaderni del cárcere*. Nápoles: Bibliopolis, 1984, p. 161.

⁴⁰ C. Vigna. Gramsci e l'egemonia. Uninterpretazione metapolitica. *Roma: Città nuova, 1979. V. 2, p. 11 ss.*

⁴¹ F. Lo Piparo. *Lingua intellettuali egemonia in Gramsci*. Roma-Bari: Laterza, 1979, p. 137.

⁴² *Ibid.*, p. 140.

⁴³ *Ibid.*, p. 105.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 145.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 147, nota.

⁴⁶ N. Badaloni. Teoria gramsciana delle dislocazioni egemoniche. *Critica marxista*, n. 2-3, 1987, p. 29.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 31.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 45. Esta aplicação da teoria da hegemonia à compreensão do homem, do indivíduo humano, foi proposta sobretudo pelos estudiosos de pedagogia. À parte os mais antigos trabalhos de Mario Alighiero Manacorda e de Ângelo Broccoli, deve-se recordar, principalmente, a obra de Dario Ragazzini, *desde Società industriale e formazione umana nel pensiero di Gramsci (Roma: Riuniti, 1976) até o citado Leonardo nella società di massa. Teoria della personalità in Gramsci (Bergamo: Moretti & Vitali, 2002).*

⁴⁹ G. E. Rusconi. Egemonia e governo. Una rivisitazione di Gramsci. In: W. Tega (org.). *Gramsci e l'Occidente. Trasformazioni della società e riforma della política*. Bolonha: Cappelli, 1990, p. 224.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 225.

⁵¹ G. Vacca. Egemonia e política-potenza. La "filosofia della praxis" come programma. In: Idem. *Gramsci e Togliatti*. Roma: Riuniti, 1991, p. 5.

⁵² *Ibid.*, p. 21.

⁵³ *Ibid.*, p. 36.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 86.

- ⁵⁵ Ibid., p. 108.
- ⁵⁶ Idem. *Appuntamenti con Gramsci*. Roma: Carocci, 1999, p. 240.
- ⁵⁷ Ibid., p. 245-246.
- ⁵⁸ Sobre o debate de Cagliari em 1997, ver, supra, cap. 2, p. 49 ss.
- ⁵⁹ M. Telò. Note sul futuro dell'Occidente e la teoria delle relazioni internazionali. In: G. Vacca. *Gramsci e il Novecento*. Roma: Carocci, 1999. V. 1, p. 62-64.
- ⁶⁰ P. Voza. Gramsci e l'egemonia, oggi. In: M. Proto (org.). *Gramsci e l'internazionalismo. Nazione, Europa, America Latina*. Manduria-Bari-Roma: Lacaíta, 1999, p. 105-106.
- ⁶¹ A. Burgio. *Gramsci storico. Una lettura del Quaderni deli cárcere*. Roma-Bari: Laterza, 2003, p. 100.
- ⁶² Ibid., p. 156 ss.
- ⁶³ Ibid., p. 103.
- ⁶⁴ Ibid., p. 189.
- ⁶⁵ G. Cospito. Egemonia. In: F. Frosini e G. Liguori (org.). *Le parole di Gramsci. Per un lessico del Quaderni del cárcere*. Roma: Carocci, 2004, p. 74.

